ALBERTO GUERREIRO RAMOS

a NOVA CIÊNCIA das Organizações

UMA RECONCEITUAÇÃO DA RIQUEZA DAS NAÇÕES

03204692

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

Harry Miller

A lei do menor esforço, do ponto de vista individual, e a necessidade crescente de bens, no âmbito social, levam o homem a economizar suas energias e a sociedade a intensificar cada vez mais sua produtividade.

A conjunção desses dois fatores exige a adoção de métodos operacionais capazes de conciliá-los de maneira que o atendimento de um deles não termine por onerar o outro.

Harry Miller confessa que, desde criança, observa "quão mais fácil e mais rápido seria cortar o gramado do jardim, se eu o fizesse de certo modo e não de outro". Aos seus vinte e tantos anos de experiência como consultor técnico de empresas comerciais, industriais e repartições do governo, alia-se uma convivência íntima com o assunto que lhe permite trazer seus connhecimentos técnicos até o leitor sob forma clara e despojada. Os temas mais difíceis tornam-se assim familiares do leitor.

ALBERTO GUERREIRO RAMOS

301.4
R175n

A NOVA CIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES

Uma reconceituação da riqueza das nações

Tradução de
MARY CARDOSO

2ª edição

PUCRS / BCE
0-320.469-2

FGV
Instituto de Documentação
Editora da Fundação Getulio Vargas
Rio de Janeiro, RJ - 1989

PRESERVE SUA FONTE DE CONHECIMENTO

Título do original em inglês:
The New science of organizations

Direitos reservados desta edição à Fundação Getulio Vargas
Praia de Botafogo, 190 – 22.253
CP 9.052 – 20.000
Rio de Janeiro, RJ – Brasil

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra

Copyright © Fundação Getulio Vargas

1ª edição – 1981
2ª edição – 1989

Sist. 142924

FGV – Instituto de Documentação
Diretor: Benedicto Silva
Editora da Fundação Getulio Vargas
Chefia: Marilena Leite Paes
Coordenação editorial: Francisco de Castro Azevedo
Supervisão de editoração: Ercília Lopes de Souza
Supervisão gráfica: Helio Lourenço Netto
Capa: Marcos Tupper

Ramos, Guerreiro, 1915 – 1982.
A nova ciência das organizações / Alberto Guerreiro Ramos; tradução de Mary Cardoso. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.
XXIV, 210 p.

Tradução de: The new science of organizations.
Inclui bibliografia e índice.

1. Sistemas sociais. 2. Sociedade de consumo. I. Fundação Getulio Vargas. II. Título.

CDD – 301

PUCRS
BIBLIOTECA CENTRAL
Nº DATA
240.648 29.07.98

À minha esposa Clelia, a meus filhos Eliana e Alberto e aos meus netos Tatiana, Chara, Leah, Allison, Andrew Victor e Henrique Alberto.

"Nada é mais censurável do que deduzir as leis que determinam aquilo que *deveria ser feito* daquilo que *é feito*, ou impor a tais leis os limites a que se circunscreve aquilo que é feito."

Kant, *Crítica da razão pura*

"Muitos, dentre nós, conhecem adolescentes dominados pela compulsão da comida. O comedor compulsivo, que se empanturra com tanta pressa e com tanta desatenção que mal repara naquilo que devora, aplica a si mesmo duas sérias penalidades. Embora seu corpo esteja sendo abarrotado de enormes quantidades de coisas realmente boas, o comedor vai-se tornando, ao mesmo tempo, cada vez menos capaz, fisicamente. E – que pena! – nem está apreciando aquilo que come; mal se lembra de procurar sentir o sabor da comida.

Como adultos do século XX, nós nos tornamos usuários compulsivos – chegando aproximadamente aos mesmos resultados."

Walter Kerr, *The Decline of pleasure*

AGRADECIMENTOS

Quero manifestar a minha gratidão à Escola de Administração Pública, da Universidade do Sul da Califórnia, onde encontrei amizade, estímulo intelectual e apoio material para empreender a pesquisa da qual nasceu este livro. São tantas as pessoas às quais me considero devedor que acho impossível relacionar todos os nomes. Devo mencionar, primeiro, Frank P. Sherwood, sem cuja assistência dificilmente teria eu podido vencer os obstáculos da minha passagem do Brasil à vida acadêmica nos EUA. Ele tem sido um amigo, um crítico, severo mas honesto, dos meus escritos e, algumas vezes, um patrocinador das minhas empresas acadêmicas. Tenho uma dívida especial em relação a Henry Reining, David Mars e E. K. Nelson, os quais em sua qualidade de diretores da Escola de Administração Pública da USC, em períodos sucessivos, desempenharam importante papel na consecução do tipo de encorajamento de que precisei, em diferentes vicissitudes da minha carreira neste país. Quero também manifestar meu apreço a William K. Leffland, que enquanto foi diretor-adjunto da escola encontrou variadas maneiras para facilitar meu trabalho de pesquisa. Valiosa contribuição para maior clareza e para o aperfeiçoamento das minhas idéias resultou das críticas e sugestões que me ofereceram meus colegas e outras pessoas que leram partes ou todo o rascunho deste livro e entre essas pessoas tenho satisfação em mencionar Peter von Sievers, Ross Clayton, Wesley Bjur, Robert Berkov, Alex McEachern, Karl Scheibe, David L. Schaefer, Daniel Guerrière, Ellis Sandoz, William Dunn, Louis Gawthrop, estudantes de cursos de pós-graduação da USC, de um modo geral e, particularmente, Francis Cooper, Tom Heeney, George Najjar e Levi Reeve Zangai, colaboradores amigos e criteriosos, dos quais me vali, em matéria de conteúdo e estilo. Um agradecimento especial é devido a Charles M. Dennis e B. Terence Harwick, cuja revisão e apuro do texto completo tanto contribuíram para sua força e clareza.

Agradeço, também, a Constance Rodgers, Mary Priem, Artimese Porter e a outros membros da equipe da minha escola, que conscienciosa e eficientemente me deram o apoio de secretariado necessário pa-

ra dar ao rascunho deste livro sua forma presente. Beverly Harwick datilografou este texto e sou reconhecido à sua alerta diligência. Gostaria também de registrar aqui o meu carinho por duas adoráveis criaturas, meus cachorros, Tupi, que se foi para sempre, e Cochese, alegres e fiéis guardiões do meu espaço pessoal e companheiros das minhas solitárias horas de trabalho.

Finalmente, minha permanência na Wesleyan University e na Yale University, como professor visitante e confrade visitante, respectivamente, por ocasião da licença especial para estudos que me foi concedida pela USC no ano acadêmico de 1972/73, representou uma auspiciosa oportunidade para que eu clarificasse a forma deste livro. O processo de revisão da Editora da Universidade de Toronto, sob a direção de R. T. K. Davidson, foi de inestimável valor para a articulação de meu trabalho. As críticas ao esboço original, que recebi dos leitores da Editora da Universidade de Toronto, contribuíram decisiva e generosamente para a configuração e a substância finais do livro.

A responsabilidade pelo que no livro se contém, é claro, cabe a mim.

PREFÁCIO

Neste livro, apresento o arcabouço conceitual de uma nova ciência das organizações. Meu objetivo é contrapor um modelo de análise de sistemas sociais e de delineamento organizacional de múltiplos centros ao modelo atual centralizado no mercado, que tem dominado as empresas privadas e a administração pública nos últimos 80 anos. Sustento, em termos gerais, que uma teoria da organização centralizada no mercado não é aplicável a todos, mas apenas a um tipo especial de atividade. A aplicação de seus princípios a todas as formas de atividade está dificultando a atualização de possíveis novos sistemas sociais, necessários à superação de dilemas básicos de nossa sociedade. Argumento, ainda, que o modelo de alocação de mão-de-obra e de recursos, implícito na teoria dominante de organização, não leva em conta as exigências ecológicas e não se vincula, portanto, ao estágio contemporâneo das capacidades de produção. Afirmo, finalmente, que a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa, porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional.

Estou usando a expressão *nova ciência das organizações* em sentido amplo, e a mesma inclui assuntos não apenas pertinentes a setores presentemente rotulados como administração pública e administração de empresas privadas, mas também temas especificamente pertencentes ao campo da economia, da ciência política, da ciência da formulação de políticas e da ciência social em geral. Assim sendo, da maneira como está concebida neste livro, a nova ciência das organizações é dirigida a problemas de ordenação dos negócios sociais e pessoais numa microperspectiva, tanto quanto numa perspectiva macro.

De um modo geral, o ensino e o treinamento oferecidos aos estudantes, não apenas nas escolas de administração pública e de administração de empresas, mas igualmente nos departamentos de ciência social, ainda são baseados nos pressupostos da sociedade centrada no mercado. Hoje é necessário um modelo alternativo de pensamento, ainda não articulado em termos sistemáticos, porque a sociedade centrada em mercado, mais de 200 anos depois de seu aparecimento, está

mostrando agora suas limitações e sua influência desfiguradora da vida humana como um todo. E é apenas tal forma de pensamento que este livro procura articular.

No capítulo 1, trato do conceito básico de toda ciência social – a razão. A moderna ciência social não pode ser completamente explicada, senão à luz da compreensão peculiar da razão que nela está implícita. Neste século, a crítica da razão moderna foi iniciada por Max Weber e Karl Mannheim, que falharam, não obstante, quanto a encarar consistentemente a complexidade dessa razão. Mais recentemente, Eric Voegelin tentou avaliar a razão moderna do ponto de vista do legado clássico do pensamento e, por mais significativa que sua grande contribuição possa ser considerada, pressupõe ela, contudo, um caráter restaurador que não está suficientemente qualificado. Mais ainda, deixa de prover a nova ciência das organizações e da sociedade da perícia operacional e analítica exigida pelas condições históricas de nosso tempo. Outra significativa linha de crítica é representada pela chamada Escola de Frankfurt que, mostrarei, ainda está carregada de modernas ilusões de cunho historicista.

O capítulo 2 é uma crítica do modelo contemporâneo de ciência social, do ponto de vista de um modelo alternativo que chamo de teoria substantiva da vida humana associada, e que é calcado na distinção feita por Max Weber entre *Wertrationalität* (valor ou racionalidade substantiva) e *Zweckrationalität* (racionalidade funcional) e na análise, de Karl Polanyi, da sociedade centrada no mercado.

O capítulo 3 conceitualiza a síndrome psicológica inerente à sociedade centrada no mercado e especifica seus traços principais, a saber: a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo. Esclarece que enquanto os cidadãos, em geral, continuarem sucumbindo à persuasão organizada, às pressões e às influências que mantêm tal síndrome em operação, haverá, na melhor das hipóteses, pouca oportunidade para uma transformação social revitalizadora.

No capítulo 4, sustento que a teoria da organização, como campo disciplinar, está perdendo o senso de seus objetivos específicos, pela tentativa de assimilar modelos e conceitos estranhos a seu domínio próprio. Em apoio desse argumento, examino exemplos de "colocação desapropriada" – *misplacement* – de conceitos demonstrados por tópicos em voga no campo da teoria da organização. Concluo o capítulo 4 fazendo a articulação de alguns tópicos básicos permanentes do estudo científico de organizações formais.

O capítulo 5 apresenta o conceito da política cognitiva, e demonstra que a mesma constitui a mais importante dimensão oculta da psicologia da sociedade centrada no mercado. A teoria da organização nunca atingiu o *status* de uma disciplina científica porque seus proponentes não têm a percepção de semelhante dimensão. A teoria da organização dominante é pré-analítica, no sentido de que aceita o estado dos negócios humanos na sociedade centrada no mercado como uma premissa, sem se aperceber da extensão das possibilidades objetivas. O capítulo trata, com minúcia, de três pressupostos não articulados da presente teoria da organização, isto é, a identificação da natureza humana com a síndrome comportamentalista inerente à sociedade centrada no mercado, a definição da pessoa como um detentor de emprego, e a identificação da comunicação humana com a comunicação instrumental.

O capítulo 6 expõe os pontos cegos epistemológicos da teoria organizacional existente e conclui com a identificação da necessidade de uma nova ciência das organizações, baseada no conceito da delimitação dos sistemas sociais. Meus principais argumentos críticos, nesse capítulo, elucidam que a presente teoria organizacional: deixa, sistematicamente, de distinguir entre a racionalidade substantiva e a instrumental, tanto quanto entre o significado substantivo e o significado formal da organização; é desprovida de clara compreensão do papel desempenhado pela interação simbólica nas relações interpessoais em geral; e apóia-se numa visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem.

Os capítulos 4, 5 e 6 reelaboram assuntos tratados em artigos que apareceram nas revistas *Public Administration Review* e *Administration and Society*, bem como no livro *Organization teory and the new public administration* (Carl Bellone, org. Allyn & Bacon, 1980). Agradeço a permissão que me deram os editores dessas publicações para usar os referidos artigos.

No capítulo 7, apresento um modelo multicêntrico de análise dos sistemas sociais e do desenho organizacional, que denomino delimitação dos sistemas sociais. Tal modelo considera o mercado como um necessário porém limitado enclave da sociedade. Conceitua outros sistemas sociais, como, por exemplo, a isonomia e a fenonomia, e descreve os múltiplos enclaves constitutivos da tessitura global da sociedade. O capítulo 7 constitui uma apresentação preliminar daquilo que chamo de paradigma paraeconômico.

A lei dos requisitos adequados é apresentada no capítulo 8 como um tópico fundamental da nova ciência das organizações. De acordo com essa lei, a variedade de sistemas sociais constitui qualificação essencial de qualquer sociedade, que deve ter respostas para as necessidades básicas de atualização de seus membros. Além disso, nesse capítulo sustento que cada um desses sistemas sociais determina os próprios requisitos de seu desenho. A lei dos requisitos adequados é ilustrada por uma análise da tecnologia, do tamanho, da percepção, do espaço e do tempo dos sistemas sociais.

No capítulo 9, tento mostrar as implicações políticas do paradigma paraeconômico. A essa altura, afirmo que a delimitação dos sistemas sociais não é apenas uma teoria circunscrita ao nível micro-organizacional, mas é igualmente aplicável ao nível macro da sociedade. Esclareço tal ponto discutindo os processos de alocação de mão-de-obra e de recursos, vistos de uma perspectiva delimitativa.

Termino o livro com um sumário dos princípios fundamentais da nova ciência das organizações e indicando o rumo geral de sua agenda de pesquisa.

Os 10 capítulos deste livro constituem uma unidade orgânica e devem ser lidos na seqüência em que estão apresentados; de outra maneira, o leitor perderá aspectos fundamentais de seu desenvolvimento teórico. Isso é particularmente verdadeiro em relação ao último capítulo, em que se tornam evidentes as minhas diretrizes políticas e filosóficas. O capítulo não pode ser compreendido, se for lido como uma peça autônoma.

A procura da nova ciência das organizações vem ocorrendo desde algum tempo, constituindo um esforço gradativo, empreendido por grande número de estudiosos. Este livro aproveita muito da atividade criadora de tais especialistas, mas começa a moldá-la num corpo abrangente de conhecimentos.

PREFÁCIO DA EDIÇÃO BRASILEIRA

O leitor brasileiro deste livro deve sempre levar em conta que ele foi originalmente pensado e escrito em inglês. Especificamente, ao escrevê-lo, tive em mira expressar o meu desconforto com a moderna ciência social e administrativa, particularmente na feição que assume nos EUA. O livro proclama que tal ciência nada mais é do que uma ideologia legitimadora da sociedade centrada no mercado, e propõe a sua substituição por uma *nova ciência*, entendida essencialmente como teoria da delimitação dos sistemas sociais. O leitor verificará que essa nova ciência tem existido milenarmente, e só é *nova* porque a sua tradição é ignorada nos meios acadêmicos tipicamente modernos.

O ser humano resiste a ser despojado do seu atributo essencial – a razão. No entanto, para viver de acordo com as prescrições da sociedade centrada no mercado, é coagido a reprimir a função normativa da razão no desenho de sua existência social. À sociedade centrada no mercado é inerente a astúcia de induzir o ser humano a internalizar aquela coação como condição normal de sua existência, e esta circunstância é verdadeiramente legitimada pela psicologia motivacional implítica na psicanálise e nas ciências sociais de nossos dias. Uma das manifestações dessa astúcia é o fato mesmo de que tal sociedade, em vez de frontalmente declarar a sua incompatibilidade com as prescrições da razão, conservou a palavra em sua linguagem, mas deu-lhe um sentido consonante com a síndrome psicológica constitutiva do seu caráter. Assim, o que se chama hoje de razão, na sociedade centrada no mercado, bem como nas ciências sociais em geral, é uma corruptela do termo tal como ele mesmo e seus equivalentes sempre foram universalmente entendidos até o limiar dos tempos modernos. A crítica dessa transvalorização do termo permeia toda a tessitura deste livro.

No mundo contemporâneo, os EUA são a mais desenvolvida sociedade centrada no mercado. Por conseguinte é aí que o ser humano vai-se tornando mais consciente do efeito deculturativo do mercado. Eventos que não vem ao caso relatar aqui levaram-me a residir nos EUA desde 1966. Nos últimos três lustros, a problemática norte-americana, tanto nos seus aspectos acadêmicos como naqueles pertinentes

ao domínio dos afazeres cotidianos, tem sido parte central de minha vida. Este livro destila essa intensa experiência. Em várias de suas passagens, é evidente que minhas elaborações conceituais são largamente afetadas por incidentes típicos da vida norte-americana. Mas o modelo de sociedade que *A nova ciência* prescreve já constitui o desenho existencial de crescente número de indivíduos em todo o mundo. Nos EUA, milhares de pessoas estão sistematicamente vivendo como se o mercado fosse apenas um lugar delimitado em seu espaço vital. Esta é uma revolução silenciosa que, embora não faça manchetes na imprensa, constitui, na perspectiva deste livro, a história do futuro, isto é, a práxis de emergente modelo de relações entre os indivíduos, e entre estes e a natureza. Em outras palavras, este modelo restaura o que a sociedade centrada no mercado deformou ou, em parte, destruiu: os elementos permanentes da vida humana.

A categorização desse modelo emergente na práxis de minorias em todo o mundo tem importância universal, pois constitui a referência magna da crítica da sociedade moderna, e de sua ideologia que, sob o disfarce de ciência, de vários modos comanda o processo configurativo da vida dos povos, tanto nos países chamados capitalistas como nos chamados socialistas.

Nos estudos que realizei no Brasil antes de radicar-me nos EUA já eram perceptíveis as linhas mestras do pensamento sistematicamente articulado neste livro. Ao leitor interessado em verificar a progressão desse pensamento dirijo as considerações finais a seguir.

Nos meus estudos publicados no Brasil desde 1951 encontram-se análises da ciência social européia e da norte-americana, bem como do marxismo e do paramarxismo [veja *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957), *O Problema nacional do Brasil* (1960), *A Crise do poder no Brasil* (1961), *Mito e verdade da revolução brasileira* (1963)]. Particularmente significante na minha trajetória intelectual é *A Redução sociológica*, cuja primeira edição é datada de 1958. No prefácio da segunda edição deste livro (1965) sublinhei o tríplice sentido da redução sociológica, a saber: a) atitude imprescindível à assimilação crítica da ciência e da cultura importadas; b) adestramento cultural sistemático necessário para habilitar o indivíduo a resistir à massificação de sua conduta e às pressões sociais organizadas; c) superação da ciência social nos moldes institucionais e universitários em que se encontra.

Na edição de 1958, *A Redução sociológica* tratou principalmente da mesma em seu primeiro sentido. Posteriormente, a fim de ressaltar o segundo sentido da redução sociológica, sugeri a categoria de *homem parentético*, em Homem-organização e homem-parentético, capítulo de *Mito e verdade da revolução brasileira*, e em Models of man and administrative theory, artigo publicado no número de maio/junho de 1972 da *Public Administration Review*.

Este livro é resultado de minhas pesquisas sobre a redução sociológica no terceiro sentido. O tema já tinha sido esboçado em meu estudo de 1958, Situação atual da sociologia, que constitui o apêndice I de *A Redução sociológica* (2. ed. 1965), assim como em Modernization: towards a possibility model, capítulo de *Developing nations: quest for a model* (org. por W. A. Beling & G. O. Totten, 1970), no qual focalizo o pensamento de Talcott Parsons e de outros escritores norte-americanos. Finalmente, em meu livro *Administração e estratégia do desenvolvimento* (1966) minhas análises do conceito de racionalidade e de outros tópicos da ciência social dominante já antecipavam muito do que o leitor encontrará neste livro.

A Nova ciência das organizações é, assim, produto de cerca de 30 anos de pesquisa e reflexão. Mas ele não articula tudo aquilo em que *a nova ciência* consiste. Apenas começa uma nova fase da explicação da proposta de trabalho teórico e operacional, que espero consumar durante o resto de minha vida.

Alberto Guerreiro Ramos
Los Angeles, 1980

PREFÁCIO DA 2ª EDIÇÃO AMERICANA

Alberto Guerreiro Ramos abordou os problemas mais importantes deste século. Nascido na Bahia, em 1915, orgulhoso de sua ancestralidade africana, ele trabalhou intensamente no desenvolvimento brasileiro, proferiu aulas e conferências na Europa e na Ásia e alcançou o auge de sua capacidade intelectual durante os dezesseis anos que passou nos Estados Unidos, onde morreu em 1982. Trabalhou com energia e persistência no sentido de transformar conhecimentos humanos tradicionais e modernos numa força criativa do processo de desenvolvimento.

Guerreiro Ramos entendeu a homogeneização e a falta de incentivos das sociedades socialistas e a heterogeneidade e anomia das sociedades de mercado. Em sua obra – A Nova Ciência das Organizações: Uma revisão de "A Riqueza das Nações" – ele desenvolveu um modelo de delimitação social, com o paradigma para-econômico voltado para a identificação das distinções entre as estruturas organizacionais nessas sociedades. Concentrando sua teoria na racionalidade substantiva, tomando em conta todo o escopo dos valores humanos, ao invés de deter-se apenas nos valores econômicos e instrumentais, Guerreiro Ramos amplia a obra de Max Weber. Ao propor o uso apropriado de mecanismos de mercado em setores específicos e bem delimitados, Guerreiro Ramos cria uma alternativa fundamentalmente distinta daquela postulada por Adam Smith.

Empenhado em entender e analisar as complexidades das experiências do Sul e do Norte, Guerreiro Ramos acha um meio de fundir o que de melhor cada uma delas pode oferecer. Essa análise tem óbvias e profundas implicações no processo de desenvolvimento do Terceiro Mundo e das sociedades pós-industriais.

Como professor, Guerreiro Ramos conjugou a construção teórica com a constante atenção para a prática da tarefa do desenvolvimento. Ele inspirou toda uma geração de estudantes como professor da Escola de Administração da Universidade do

Sul da Califórnia. "Introdução Crítica à Sociologia Brasileira" (1957), "O Problema Brasileiro" (1960), "Redução Sociológica" (1955), "Administração e Estratégia do Desenvolvimento" (1966) e as centenas de artigos, ensaios e livros constituem uma obra duradoura. Guerreiro Ramos trabalhou também na "Escola Brasileira de Administração Pública", na Universidade Rural do Rio de Janeiro e foi chefe do Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Foi professor visitante nas universidades de Yale, Wesleyan, Paris, Universidade Federal de Santa Catarina, bem como nas Academias de Ciências da União Soviética, Iugoslávia e da República Popular da China.

Como um homem de ação, Guerreiro Ramos trabalhou, durante toda uma geração, no Departamento Administrativo do Serviço Público, foi membro da Delegação do Brasil à Assembléia Geral das Nações Unidas em 1961, Deputado Federal, Diretor de Pesquisas do Ministério do Trabalho e Assessor dos Presidentes Vargas, Kubitschek e Goulart.

Como ser humano, Alberto Guerreiro Ramos integralizou todas essas facetas numa vida dinâmica e multidimensional - catedrático, conselheiro, poeta, teórico, mestre, amigo - um gênio da vida. Sério com os colegas; fervoroso, provocante e zeloso com seus estudantes, Alberto encarnou plenamente seu pensamento de que a vida é um processo ativo e deliberado a ser experimentado integralmente. Guerreiro Ramos está vivo na contínua expansão e impacto de sua obra. Ele é um desses seres ímpares que soube combinar sua própria vivência com as lições de seus antepassados e forjar desse conflito e diversidade a promessa de um futuro melhor. Cidadão do mundo, Guerreiro Ramos, nessa sua luta por um futuro mais humano, foi também um cidadão muito especial daqueles países aos quais tanto deu de si - Brasil e Estados Unidos.

Robert P. Biller
Professor de Administração Pública e
Vice-Reitor da Universidade do Sul da Califórnia

SUMÁRIO

Agradecimentos *IX*
Prefácio *XI*
Prefácio da edição brasileira *XV*
Prefácio da 2ª edição americana *XIX*

1. Crítica da razão moderna e sua influência sobre a teoria da organização *1*
   - 1.1 A razão como cálculo utilitário de conseqüências *2*
   - 1.2 A resignação e os pontos de vista de Max Weber sobre a racionalidade *4*
   - 1.3 A visão limitada de racionalidade de Karl Mannheim *6*
   - 1.4 A teoria crítica da escola de Frankfurt *8*
   - 1.5 O trabalho de restauração de Eric Voegelin *15*
   - 1.6 Alguns comentários críticos *19*
   - 1.7 Conclusão *22*

   Bibliografia *23*

2. No rumo de uma teoria substantiva da vida humana associada *25*
   - 2.1 A moderna transavaliação do social *28*
   - 2.2 Ordenamento político e sociedade *33*
   - 2.3 A dicotomia entre valores e fatos *37*
   - 2.4 A ciência social como uma ideologia serialista *39*
   - 2.5 Da ciência social científica *42*
   - 2.6 Conclusão *45*

   Bibliografia *46*

3. A síndrome comportamentalista *50*
   - 3.1 A fluidez da individualidade *53*
   - 3.2 Perspectivismo *57*
   - 3.3 Formalismo *59*
   - 3.4 Operacionalismo *62*
   - 3.5 Conclusão *67*

   Bibliografia *67*

4. Colocação desapropriada de conceitos e teoria da organização *69*
4.1 Traços fundamentais da formulação teórica *69*
4.2 A deslocação transforma-se em colocação inapropriada *71*
4.3 A ilusão da autenticidade corporativa *72*
4.4 A alienação mal compreendida *72*
4.5 Sanidade organizacional, uma denominação incorreta *76*
4.6 Pessoas e modelos de sistemas *79*
4.7 Conclusão *82*
Bibliografia *83*

5. Política cognitiva – a psicologia da sociedade centrada no mercado *86*
5.1 Política cognitiva, uma digressão histórica *87*
5.2 A política cognitiva e a sociedade centrada no mercado *90*
5.3 Uma visão paroquial da natureza humana *93*
5.4 O alegre detentor de emprego, vítima patológica da sociedade centrada no mercado *98*
5.5 A psicologia da comunicação instrumental *108*
5.6 Conclusão *114*
Bibliografia *115*

6. Uma abordagem substantiva da organização *118*
6.1 Tarefa 1 – a organização como sistema epistemológico *118*
6.2 Tarefa 2 – pontos cegos da teoria organizacional corrente *120*
6.3 Reexame da noção de racionalidade *121*
6.4 Peculiaridade histórica das organizações econômicas *123*
6.5 Interação simbólica e humanidade *126*
6.6 Trabalho e ocupação *129*
6.7 Conceptualização de uma abordagem substantiva da organização *134*
6.8 Conclusão *136*
Bibliografia *138*

7. Teoria da delimitação dos sistemas sociais: apresentação de um paradigma *140*
7.1 Orientação individual e comunitária *140*
7.2 Prescrição contra ausência de normas *143*
7.3 Conceituação das categorias delimitadoras *146*
Bibliografia *153*

8. A lei dos requisitos adequados e o desenho de sistemas sociais *155*
Bibliografia *173*

9. Paraeconomia: paradigma e modelo multicêntrico de alocação *177*
Bibliografia *191*

10. Visão geral e perspectivas da nova ciência *194*
10.1 A ciência social convencional *194*
10.2 A organização resistente *198*
Bibliografia *201*

Índice analítico *203*

1. CRÍTICA DA RAZÃO MODERNA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A TEORIA DA ORGANIZAÇÃO

A teoria da organização, tal como tem prevalecido, é ingênua. Assume esse caráter porque se baseia na racionalidade instrumental inerente à ciência social dominante no Ocidente. Na realidade, até agora essa ingenuidade tem sido o fator fundamental de seu sucesso prático. Todavia, cumpre reconhecer agora que esse sucesso tem sido unidimensional e, como será mostrado, exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada. Não é esta a primeira vez em que, em razão de considerações teóricas, se é levado a condenar aquilo que funciona na vida social prática. De fato, 40 anos atrás Lorde Keynes observou que o desenvolvimento econômico decorreu da avareza, da usura, da precaução – tudo isso coisas que ele desprezava. Concluiu ele, todavia, que "por mais algum tempo" precisavam elas continuar "a ser os nossos deuses", porque "somente elas nos podem fazer sair do túnel da necessidade econômica". No contexto das precárias condições que se esperava fossem ainda perdurar por algum tempo, Keynes recomendou que se "fizesse de conta, para nós mesmos e para todo mundo, que o certo é errado e o errado é certo; porque o errado é útil e o certo não é" (Keynes, 1932, p. 372).

Tal como Keynes, hoje haverá algumas pessoas que prefiram suspender a crítica à teoria organizacional corrente, porque, embora sendo pobre em sofisticação, ela funciona. Contudo, para fazer isso, é preciso que se finja que a ingenuidade é o certo, enquanto a sofisticação teórica é o errado. Mas num tempo como o nosso, em que a energia psicológica que um indivíduo tem que despender, para poder enfrentar as tensões resultantes dessa forma de fraude auto-imposta, é de tal magnitude que ele se recusa a ser convencionalmente bem-sucedido e deixa de aquiescer às normas pelas quais a sociedade legitima-se. Nessas circunstâncias, a teoria da organização, tal como é hoje conhecida, é menos convincente do que o foi no passado e, mais ainda, torna-se pouco prática e inoperante, na medida em que continua a se apoiar em pressupostos ingênuos.

A palavra *ingenuidade* é usada aqui no sentido em que a empregou Husserl, que reconheceu que a essência do sucesso tecnológico e

econômico das sociedades industriais desenvolvidas tem sido uma conseqüência da intensiva aplicação das ciências naturais. No entanto, a capacidade manipuladora de tais ciências não constitui, necessariamente, uma indicação de sua sofisticação teórica. Assim, de acordo com Husserl, na medida em que essas ciências admitem como evidente por si mesmo o tipo pré-refletivo da vida cotidiana, ficam elas "no mesmo nível de racionalidade das pirâmides do Egito" (Husserl, 1965, p. 186).

Em outras palavras, as ciências naturais do Ocidente não se fundamentam numa forma analítica de pensamento, já que se viram apanhadas numa trama de interesses práticos imediatos. É isso, talvez, o que Husserl quis dizer com a afirmação: "Toda ciência natural é ingênua, relativamente a seu ponto de partida. A natureza, que irá investigar, está simplesmente à disposição dela para isso" (Husserl, 1965, p. 85). No fim de contas, as ciências naturais podem ser perdoadas por sua ingênua objetividade, em razão de sua produtividade. Mas essa tolerância não pode ter vez no domínio social, onde premissas epistemológicas errôneas passam a ser um fenômeno cripto-político – quer dizer, uma dimensão normativa disfarçada imposta pela configuração de poder estabelecida.

O presente capítulo é uma tentativa de identificação da epistemologia inerente na ciência social estabelecida, de que a atual teoria organizacional é um derivativo. Meu principal argumento é que a ciência social estabelecida também se fundamenta numa racionalidade instrumental, particularmente característica do sistema de mercado. Concluirei o capítulo indicando o assunto principal do capítulo 2: um conceito de racionalidade mais teoricamente sadio, quer dizer, uma racionalidade substantiva, que ofereça a base para uma ciência social alternativa, em geral, e para uma nova ciência das organizações, em particular.

1.1 A razão como cálculo utilitário de conseqüências

No período moderno da história intelectual do Ocidente, que começou no século XVII e continua até os nossos dias, o significado previamente estabelecido daquelas palavras que constituem uma linguagem teórica fundamental mudou drasticamente, numa direção determinada. Nos trabalhos de homens como Bacon e Hobbes, escrevendo no clima cultural do século XVII, é evidente que o significado do termo *razão* (assim como de outros termos tais que *ciência* e *natureza*) já era peculiar, enquanto refletia um universo semântico sem precedente.

No sentido antigo, como será mostrado, a razão era entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e,

assim, a ordenar sua vida pessoal e social. Mais ainda, a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico ou social.

Nos trabalhos de Hobbes, a "razão moderna" é, pela primeira vez, clara e sistematicamente articulada, e até hoje sua influência não desapareceu. Definindo a razão como uma capacidade que o indivíduo adquire "pelo esforço" (Hobbes, 1974, p. 45) e que o habilita a nada mais do que fazer o "cálculo utilitário de conseqüências" (Hobbes, 1974, p. 41), Hobbes pretendeu despojar a razão de qualquer papel normativo no domínio da construção teórica e da vida humana associada. Numa obra em que tenta levar a cabo o seu propósito, diz ele: "A filosofia civil" é "não mais velha... do que meu livro *De Cive*" (Hobbes, 1839, p. IX).

De acordo com Hobbes, parece que o termo *racionalidade* é agora geralmente empregado por leigos, tanto quanto pelos cientistas sociais, segundo uma feição enganadora, que, todavia, não mais reflete o tipo de indagação consciente empreendido por Hobbes, e sim profunda desorientação. As enganosas implicações de que ora se reveste o termo precisam ser identificadas pelo que realmente são. Já que, em nossos dias, a racionalidade assume com freqüência conotações antitéticas relativamente aos propósitos fundamentais da existência humana, a anti-racionalidade sem qualificação transformou-se numa das teses de alguns que se encaram, a si próprios, como humanistas. No entanto, quando se examinam suas intenções, percebe-se que a deles é uma causa errada. Suas intenções podem ser boas, mas seu objetivo está enganosamente mal colocado. A racionalidade por que se batem é, na realidade, a distorção de um conceito-chave da vida individual e associada.

A transavaliação da razão – levando à conversão do concreto no abstrato, do bom no funcional, e mesmo do ético no não-ético – caracteriza o perfil intelectual de escritores que têm tentado legitimar a sociedade moderna exclusivamente em bases utilitárias. Uma das teses principais deste livro consistirá em assinalar que, quando comparada com outras sociedades, a sociedade moderna tem demonstrado uma alta capacidade de absorver, distorcendo-os, palavras e conceitos cujo significado original se chocaria com o processo de auto-sustentação dessa sociedade. Uma vez que a palavra razão dificilmente poderia ser posta de lado, por força de seu caráter central na vida humana, a sociedade moderna tornou-a compatível com sua estrutura normativa. Assim, na moderna sociedade centrada no mercado, a linguagem distorcida tornou-se normal, e uma das formas de criticar essa sociedade consiste na descrição de sua astúcia na utilização inapropriada do vocabulário teórico que prevalecia antes de seu aparecimento.

Com o intento de preparar o caminho que levará a uma nova ciência das organizações e da sociedade como um todo, livre de desfi-

gurada linguagem teórica, examino rapidamente, nos parágrafos seguintes, a avaliação crítica da razão moderna, empreendida por alguns dos mais eminentes estudiosos contemporâneos.

1.2 A resignação e os pontos de vista de Max Weber sobre a racionalidade

Quando Max Weber iniciou seu trabalho acadêmico, a velha noção de razão já tinha perdido a conotação normativa, que sempre tivera, como referência para a ordenação dos negócios pessoais e sociais. Por um lado, de Hobbes a Adam Smith e aos modernos cientistas sociais em geral, instintos, paixões, interesses e a simples motivação substituíram a razão, como referência para a compreensão e a ordenação da vida humana associada. Por outro lado, sob a influência do Iluminismo, de Turgot a Marx, a história substituiu o homem, como portador da razão. Contra tal situação, Max Weber permanece como uma figura solitária. Rejeitou tanto o rude empirismo britânico e o naturalismo dos cientistas sociais, quanto o determinismo histórico, principal característica de influentes pensadores alemães. Uma clara indicação da conotação polêmica da obra acadêmica de Weber está em sua tentativa de qualificar a noção de racionalidade.

Max Weber é descrito, freqüentemente, como verdadeiro crente na insuficientemente qualificada excelência da lógica inerente à sociedade centrada no mercado. No entanto, uma leitura cuidadosa de sua obra justifica diferente avaliação de seu pensamento, a propósito do assunto. Ele escreveu muito sobre o mercado como a mais eficiente configuração para o fomento da capacidade produtiva de uma nação e para a escalada de seu processo de formação de capital. Mas, ao voltar-se para o mercado e para sua lógica específica, é evidente que nenhum fundamentalismo mancha sua investigação. Em outras palavras, não era um fundamentalista, no sentido de que explicava o mercado e sua lógica específica como constituindo a síndrome de uma época singular: a história, segundo ele, não iria encerrar seu curso com o advento dessa época. Focaliza esses assuntos do ponto de vista da análise funcional e, na realidade, merece ser considerado o fundador da análise funcional. Autores modernos, como, por exemplo, Adam Smith, negligenciam o caráter precário da lógica de mercado, enquanto Max Weber a interpreta como um requisito funcional de um determinado sistema social episódico. Adam Smith procedeu como um fundamentalista, visto como exaltou a lógica do mercado como um *ethos* da existência humana em geral. Max Weber, porém, descreve essa lógica (da qual a burocracia é uma das manifestações) como um complexo heurístico em afinidade com uma forma peculiar de sociedade – o capitalismo, ou a moderna sociedade de massa. Condena explicitamente qualquer tipo fundamentalista de análise econômica, que "identifica

o psicologicamente existente com o eticamente válido" (Weber, 1969, p. 44). Nessa disposição e tendo em mente os economistas liberais, observa:

"Os defensores extremados do livre-comércio... concebiam (a economia pura) como um retrato adequado da realidade 'natural', isto é, da realidade não perturbada pela estupidez humana – e prosseguiam visando a estabelecê-la como um imperativo moral, como um válido ideal normativo – enquanto que ela é apenas um tipo conveniente, a ser usado na análise empírica" (Weber, 1969, p. 44).

O julgamento que Max Weber fez do capitalismo e da moderna sociedade de massa foi essencialmente crítico, apesar de parecer laudatório. Chocava-se ante a maneira pela qual tal sociedade fazia a reavaliação do significado tradicional da racionalidade, processo que intimamente lamentava, embora tenha deixado de diretamente confrontá-lo. Muito embora Weber se tenha recusado a basear sua análise sobre a indignação moral, como fizeram outros teóricos, de forma notável, é um erro atribuir-lhe qualquer compromisso dogmático com a racionalidade gerada pelo sistema capitalista. A distinção que fez, entre *Zweckrationalität* e *Wertrationalität* – e que, é verdade, algumas vezes minimiza – constitui, possivelmente, uma manifestação do conflito moral em que se sentia com as tendências dominantes da moderna sociedade de massa. Como é amplamente sabido, ele salientou que a racionalidade formal e instrumental (*Zweckrationalität*) é determinada por uma expectativa de resultados, ou "fins calculados" (Weber, 1968, p. 24). A racionalidade substantiva, ou de valor (*Wertrationalität*), é determinada "independentemente de suas expectativas de sucesso" e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na "consecução de um resultado ulterior a ela" (Weber, 1968, p. 24-5). Nessa conformidade, Weber descreve a burocracia como empenhada em funções racionais, no contexto peculiar de uma sociedade capitalista centrada no mercado, e cuja racionalidade é funcional e não substantiva, esta última constituindo um componente intrínseco do ator humano.

Sob fundamento algum é possível considerar-se Max Weber como um representante da racionalidade burguesa, uma vez que ele encarava esse tipo de racionalidade com evidente desinteresse pessoal. Aqueles que afirmam o contrário identificam inadvertidamente suas observações *ad hoc* com sua posição pessoal, em termos gerais, da mesma forma que deixam de perceber a tensão espiritual que sublinhou seus esforços para investigar, *sine ira ac studio*, a temática de sua época. Na verdade, ele foi incapaz de resolver essa tensão empreendendo uma análise social do ponto de vista da racionalidade substantiva. De fato, a *Wertrationalität* é apenas, por assim dizer, uma nota de

rodapé em sua obra; não desempenha papel sistemático em seus estudos. Se o fizesse, a pesquisa de Weber teria tomado um rumo completamente diferente. Escolheu ele a resignação (isto é, a neutralidade em face dos valores, não a confrontação) como posição metodológica, em seu estudo da vida social. Contudo, essa resignação nunca o desorientou, transformando-o em um historicista radical. De modo significativo, considerava "auto-enganadora" qualquer posição que "afirme que através da síntese de vários pontos de vista partidários, ou seguindo uma linha intermediária aos mesmos, seja possível chegar-se a normas práticas de *validade científica*" (o grifo é do original) (Weber, 1969, p. 58). Seu historicismo foi mantido em equilíbrio pelo forte sentimento pessoal de finitude dos conceitos científicos, em comparação com a "corrente infinitamente multiforme" (Weber, 1968, p. 92) da realidade.

O funcionalismo qualificado de Max Weber tem sido mal compreendido por alguns de seus intérpretes, e mesmo pelos que se autoproclamam seus seguidores. Um caso a assinalar é Talcott Parsons, cuja obra, ao que parece, sofreu a influência de Max Weber. Parsons mostra pouca ou nenhuma ambigüidade moral em relação à racionalidade imanente ao sistema de mercado. À luz de seu modelo dogmático de análise estrutural e funcional, do qual extrai sua noção de "variáveis-padrão" e "universais-evolutivos"[1], os requisitos específicos da sociedade capitalista avançada tornam-se padrões dogmáticos para a ciência social comparativa, e mesmo para a própria história.

1.3 A visão limitada de racionalidade de Karl Mannheim

É óbvio que Karl Mannheim se apóia em Max Weber para estabelecer uma distinção entre racionalidade substancial e funcional. Define racionalidade substancial como "um ato de pensamento que revela percepções inteligentes das inter-relações de acontecimentos, numa situação determinada" (Mannheim, 1940, p. 53) e sugere que atos dessa natureza tornam possível uma vida pessoal orientada por "julgamentos independentes" (Mannheim, 1940, p. 58). Essa racionalidade constitui a base da vida humana ética, responsável. A racionalidade funcional diz respeito a qualquer conduta, acontecimento ou objeto, na medida em que este é reconhecido como sendo apenas um meio de atingir uma determinada meta. A influência ilimitada da racionalidade funcional sobre a vida humana solapa suas qualificações éticas.

Tal distinção, portanto, é estabelecida para propósitos éticos e, na verdade, Mannheim sublinha o fato de que a racionalidade funcional "tende a despojar o indivíduo médio" (Mannheim, 1940, p. 58) de sua capacidade de sadio julgamento. Ele vê um declínio das faculdades

[1] Veja Parsons, Talcott (1962/1964).

de crítica do indivíduo, na proporção do desenvolvimento da industrialização. Sugere, também, que embora a racionalidade funcional tenha existido em sociedades anteriores, estava nelas restrita a esferas limitadas. Na sociedade moderna, porém, tende a abranger a totalidade da vida humana, não deixando ao indivíduo médio outra escolha além da desistência da própria autonomia e "de sua própria interpretação dos eventos, em favor daquilo que os outros lhe dão" (Mannheim, 1940, p. 59). Seu livro *Man and society in an age of reconstruction* é uma indagação sobre a maneira de proteger a vida humana contra a crescente expansão da racionalidade funcional. Mannheim alega que todo aquele que deseje ser coerente com a distinção entre os dois tipos de racionalidade precisa compreender que um alto grau de desenvolvimento técnico e econômico pode corresponder a um baixo desenvolvimento ético. Vale a pena salientar esse ponto, porque há autores de orientação positivista que parecem admitir a validade da distinção, sem se aperceberem, aparentemente, das conseqüências éticas dessa distinção.

A distinção que Mannheim faz não sugere que a racionalidade funcional deva ser abolida do domínio social. Estipula, antes, que uma ordem social verdadeira e sadia não pode ser obtida quando o homem médio perde a força psicológica que lhe permite suportar a tensão entre a racionalidade funcional e a substancial e por completo se rende às exigências da primeira. Tal situação é agravada quando aqueles que estudam o processo formativo de decisões descuram da tensão existente entre as duas racionalidades. Através da abordagem do processo formativo de decisões de um ponto de vista puramente técnico e pragmático, aceitam a racionalidade funcional como o padrão fundamental da vida humana.

Aparentemente, a análise empreendida por Karl Mannheim adotou uma posição confrontativa, no sentido de que reflete a ânsia libertária do autor para encontrar meios de modificar o estado atual das sociedades industriais. Na realidade, ele não tirou, inteiramente, as conseqüências da distinção que fez. Seu ecletismo *relacionalista*, pelo qual pretendeu integrar todas as principais correntes da ciência social contemporânea, acabou por deixá-lo desnorteado. Nem a preocupação de Mannheim com a liberdade humana o salvou da perplexidade intelectual. O esforço classificatório que desenvolveu, na avaliação e comentário de descobertas feitas no campo da ciência social convencional, nunca lhe permitiu, realmente, chegar a um conjunto coerente de diretrizes teóricas. Por exemplo, no livro *Man and society in an age of reconstruction*, são apresentadas uma análise aguda e observações precisas, mas no fim de contas ele não conseguiu desenvolver um conceito de ciência social em consonância com sua noção de racionalidade substancial.

1.4 A teoria crítica da Escola de Frankfurt

A racionalidade tem sido uma das preocupações centrais da chamada Escola de Frankfurt.[2] Seus principais representantes, essencialmente, afirmam que, na sociedade moderna, a racionalidade se transformou num instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social, em vez de ser sinônimo de razão verdadeira. Esses autores pretendem restabelecer o papel da razão como uma categoria ética e, portanto, como elemento de referência para uma *teoria crítica* da sociedade. Recusam, ao que parece, o pressuposto de Marx de que a racionalidade é inerente à história, e que o processo da sociedade moderna, através da crítica dialética de si mesma, conduzirá à *Idade da razão*. Salientam que Marx não percebeu que, na sociedade moderna, as forças produtoras haviam conquistado seu próprio impulso institucional independente, assim subordinando toda a vida humana a metas que nada têm a ver com a *emancipação humana*.

O questionamento a que Horkheimer e Adorno submetem o conceito de razão de Marx é uma conseqüência lógica de sua análise da tradição iluminista. Encaram eles o Iluminismo como o momento em que o conhecimento da razão foi separado de sua herança clássica. De acordo com Horkheimer, há uma teoria de razão objetiva, oriunda de Platão e Aristóteles e passando através dos escolásticos e mesmo através do Idealismo alemão (Horkheimer, 1947, p. 41), que enfatiza os fins de preferência aos meios e as implicações éticas da vida de razão para a existência humana. Essa teoria

> "... não focaliza a coordenação de comportamento e propósito, mas conceitos – não importa o quanto nos pareçam hoje mitológicos – sobre a idéia do bem maior, sobre o problema do destino humano e sobre a maneira de serem atingidos os objetivos últimos" (Horkheimer, 1946, p. 5).

Horkheimer considera implícitos nesse entendimento da razão os preceitos de ordenação da vida do homem.

No entanto, o Iluminismo transforma pensamento em matemática, qualidades em funções, conceitos em fórmulas, e a verdade em freqüências estatísticas de médias. Em outras palavras, com o Iluminismo, "o pensamento se transforma em mera tautologia" (Horkheimer, 1947, p. 97).[3] Na perspectiva do Iluminismo, o mundo é escrito em fórmulas matemáticas, e o desconhecido perde seu transcendente significado clássico, tornando-se alguma coisa relativa às capacidades de cálculo disponíveis. Assim, Horkheimer e Adorno escrevem:

> "A redução do pensamento a um aparelho matemático esconde a sanção do mundo como seu próprio instrumento de mensuração. O que parece ser o triunfo da ... racionalidade, a sujeição da realidade toda ao formalismo lógico, é pago pela obediente submissão da razão ao que é dado diretamente. O que é abandonado é a total reivindicação e abordagem do conhecimento: a compreensão do que é dado como tal ... A factibilidade ganha o dia ..." (Horkheimer e Adorno, 1972, p. 26-7).

Apesar das proclamações "dialéticas" de Karl Marx, que pretendeu ter despojado o racionalismo do século XVIII de seus traços mecanicistas, seu conceito de razão está profundamente enraizado na tradição do Iluminismo, na medida em que ele acreditava que o processo histórico das forças de produção é racional em si mesmo e, portanto, emancipatório. Isso é uma ilusão, afirma a Escola de Frankfurt, e Habermas, em especial, ocupa-se sistematicamente dessa questão.

A "liquidação" da razão "como um fator de compreensão ética, moral e religiosa" (Horkheimer, 1947, p. 18) não teria sido consumada no decurso dos últimos séculos, sem a concomitante desnaturação da linguagem filosófica e da linguagem usada nos negócios humanos comuns. Divorciando palavras e conceitos de seu respectivo conteúdo

[2] Sobre a história da Escola de Frankfurt, veja Jay, M. (1973).

[3] Horkheimer escreve:
"Gradualmente, o homem tornou-se menos dependente de padrões absolutos de conduta, de idéias vinculadoras em termos universais. Considera-se tão completamente livre que não precisa de nenhum padrão, exceto o seu próprio. No entanto, paradoxalmente, esse aumento de independência conduziu a um aumento paralelo de passividade. Sagazes como se tornaram as estimativas individuais no que se refere aos meios ao alcance do homem, a escolha que ele fez de seus fins, que anteriormente se correlacionavam à crença numa verdade objetiva, passou a ser desprovida de argúcia: o indivíduo, expurgado de todos os resquícios de mitologias, incluindo a mitologia da razão objetiva, reage automaticamente, de acordo com os padrões gerais de adaptação. Forças econômicas e sociais tomam o caráter dos cegos poderes naturais que o homem, para a preservação de si mesmo, precisa dominar, ajustando-se a elas. Como resultado final do processo, temos de um lado a pessoa, o ego abstrato despojado de toda a substância, exceto de sua tentativa de transformar tudo que existe no céu e na terra em meios de autopreservação e, de outro lado, uma natureza vazia, degradada à condição de mero material, mera matéria-prima a ser dominada, sem outro propósito que o da sua pura dominação pelo ser humano" (Horkheimer, 1947, p. 97).

BIBLIOTECA CENTRAL
PUCRS

intrínseco, o Iluminismo desencadeou um processo de corrupção da fala,[4] que conduziu à decadência cultural. Horkheimer escreve:

"A linguagem foi reduzida a mais um instrumento no gigantesco aparelho de produção, na sociedade moderna. Toda sentença que não equivale a uma operação parece ao leigo tão desprovida de significado quanto é assim considerada pelos semânticos contemporâneos, que entendem que aquilo que é puramente simbólico e operacional, quer dizer, a sentença puramente sem sentido, faz sentido ... Na medida em que as palavras não são usadas com o propósito evidente de calcular tecnicamente probabilidades importantes, ou para outros objetivos práticos, entre os quais se inclui o relaxamento, correm elas o risco de se tornarem suspeitas ... porque a verdade não constitui um fim em si mesma" (Horkheimer, 1947, p. 22).

Horkheimer vê o processo de desnaturação da linguagem como um resultado da profunda socialização do indivíduo no sistema industrial moderno. Em algumas páginas de *Eclipse da razão*, antecipa ele o essencial daquilo que Riesmann e seus associados teriam a dizer em *The Lonely crowd.*[5] Horkheimer descreve o homem moderno como um "ego contraído, prisioneiro de um presente efêmero, esquecendo-se de usar as funções intelectuais pelas quais foi capaz, um dia, de transcender sua efetiva posição na realidade" (Horkheimer, 1947, p. 22). O indivíduo moderno perdeu a capacidade de usar a linguagem para transmitir significações. É capaz, preferentemente, de exprimir propósitos. Em conseqüência, recusa-se Horkheimer a aceitar o usual "comportamento das pessoas" (Horkheimer, 1947, p. 47), na sociedade moderna, como base para decidir o significado de racionalidade. Sem dissimular sua indignação moral diante da modernização, ele termina o livro *Eclipse da razão* com a seguinte afirmativa: "A denúncia daquilo que é hoje chamado de razão é o maior serviço que a razão pode prestar" (Horkheimer, 1947, p. 187).

A noção de racionalidade é igualmente soberana nos trabalhos de Habermas. Seu interesse primordial é a construção de uma teoria crítica da sociedade, como instrumento para estabelecer o primado da conduta racional na vida social. Ao contrário de Weber, Habermas não suspende os padrões éticos quando se volta para o tema da racionalidade nas sociedades modernas. No contexto deste capítulo, parece que o trabalho de Habermas se torna importante na medida em que trata dos temas seguintes:

4 Veja Jay (1973, p. 262).

5 Veja especialmente, Horkheimer (1947, p. 141-2).

1. A restauração do conceito de um interesse racional, que embora implícito no pensamento político grego, passou a ser tema central dos sistemas filosóficos dos idealistas alemães.
2. Reexame das opiniões históricas de Marx e, especialmente, de sua premissa de que uma sociedade racional iria resultar, necessariamente, do desenvolvimento das forças de produção.
3. Investigação das conseqüências políticas e psicológicas do domínio da racionalidade instrumental sobre as sociedades modernas.
4. A padronização da comunicação como ponto central de uma teoria social integrativa crítica. Inclina-se ele por uma espécie de crítica integrativa.

Habermas mergulha na corrente principal do Idealismo alemão, para examinar a racionalidade de um ponto de vista *crítico*. Salienta que na filosofia transcendental de Kant "já aparece o conceito de um interesse da razão" (Habermas, 1968, p. 198). A razão pura, na obra de Kant, tem o interesse prático de vir a encarnar-se na vida social. A razão foi concebida por Kant como sendo dotada de causalidade e, de sua natureza, pode-se induzir a noção de um bem a ser procurado, no domínio da vida pessoal, tanto quanto no da vida social. "A razão preceitua um dever exclusivamente aos seres racionais",[6] disse Kant, e esse pensamento constitui o tema inteiro de sua *Crítica da razão prática*, que contém, acredita Habermas, os rudimentos de uma teoria crítica da sociedade. Além disso, Kant é a raiz do pensamento sociológico alemão, de uma forma ou de outra. Habermas apóia-se na herança kantiana para desenvolver uma teoria social consonante com o significado esquecido de racionalidade. Em um de seus resumos do pensamento de Kant, diz ele que "na razão existe um impulso intrínseco para tornar-se uma realidade" (Habermas, 1968, p. 201). Em outras palavras, a razão tem um interesse prático, que se deveria tornar efetivo numa sociedade de seres racionais. O problema consiste em como tornar prática a razão pura, no mundo social, e as respostas a essa pergunta têm variado. Hegel e Marx acreditavam que a razão pura se harmonizaria com a razão prática da vida de cada dia, numa Idade da razão, que entendiam como a conseqüência necessária da evolução histórica. Habermas questiona fundamentalmente tal entendimento.

Depois de enfatizar o conceito de um interesse da razão, na obra de Kant, Habermas observa, contudo, que Fichte deu à questão um tratamento que se ajusta, particularmente, a uma teoria social crítica. Desenvolveu Fichte o "conceito do interesse emancipatório inerente à razão ativa" (Habermas, 1968, p. 198), que inspirou Habermas na elaboração de uma tipologia de interesses cognitivos, como critérios para a diferenciação de várias linhas de pesquisa, no domínio da ciência. A teoria de Fichte é especialmente significativa porque identi-

6 Apud Habermas (1968, p. 200).

fica a racionalidade como o atributo essencial da consciência humana esclarecida, isto é, de uma consciência liberada do dogmatismo que de ordinário infecciona todas as formas conhecidas de vida cotidiana.

A noção de interesse cognitivo transforma-se num instrumento central para a distinção entre vários tipos de ciência. Habermas os diferencia de acordo com os interesses orientadores de suas pesquisas, a saber: a) "ciências (ciências naturais) cujo interesse cognitivo é o controle técnico sobre processos objetificados"; b) ciências cujo interesse cognitivo é uma "preservação e expansão da intersubjetividade da possível compreensão mútua orientada para a ação"; c) ciências subordinadas ao interesse cognitivo emancipatório, isto é, que devem ser consideradas como instrumentais na estimulação da capacidade humana para a auto-reflexão e a autonomia ética (Habermas, 1968, p. 309-10).

O interesse orientador da pesquisa de uma teoria crítica da sociedade é a emancipação do homem, através do desenvolvimento de suas potencialidades de auto-reflexão. No entanto, no modelo da ciência social estabelecida, o controle técnico da realidade constitui o interesse básico, como orientador da pesquisa. Isso equivale a dizer que a ciência social estabelecida tornou-se científica, mediante a assimilação do método das ciências naturais (a este respeito, há mais no capítulo seguinte). Além disso, transformou-se ela num meio de legitimação do controle institucionalizado sobre o mundo natural e a conduta humana. A eficiência no controle da realidade torna-se o critério comum de validade, tanto nas ciências naturais, quanto nas sociais, e Habermas preconiza uma ciência social conceituada em bases diferentes. Salienta que a "ciência do homem ... estende, de modo metódico, o conhecimento refletivo" e "reivindica ser um auto-reflexo do objeto inteligente" e "da história da espécie" em si mesma (Habermas, 1968, p. 61-3).

Habermas vê-se como um continuador da teoria marxista e admite a possibilidade de uma teoria social crítica incorporadora de contribuição de Marx e liberada dos seus erros. Na realidade, a teoria marxista é inspirada pelo interesse emancipatório, partilhado pelo conceito da teoria social crítica de Habermas; no entanto, é preciso que seja introduzida uma correção fundamental na opinião de Marx sobre racionalidade e liberdade. Marx presumia que a liberdade e a racionalidade seriam resultados inevitáveis do desenvolvimento das forças de produção. Habermas observa que tal pressuposto não foi validado pela história e diz: "o crescimento das forças de produção não significa o mesmo que a intenção da boa vida" (Habermas, 1969, p. 119). O fato é que, nas sociedades industriais, a lógica da racionalidade instrumental, que amplia o controle da natureza, ou seja, o desenvolvimento das forças produtoras, se tornou a lógica da vida

humana em geral. Mesmo a subjetividade privada do indivíduo caiu prisioneira da racionalidade instrumental. O desenvolvimento capitalista impõe limites à livre e genuína comunicação entre os seres humanos.

A premissa de Marx provou ser insustentável, pelo simples fato de que, na "sociedade industrial de larga escala, a pesquisa, a ciência, a tecnologia e a utilização industrial fundiram-se num sistema" (Habermas, 1969, p. 104), levando assim a uma forma repressiva de estrutura institucional, em que as normas de mútuo entendimento dos indivíduos estão absorvidas, num "sistema comportamental de ação racional de propósito determinado" (Habermas, 1969, p. 106). Em outras palavras, num ambiente desse tipo a diferença entre a racionalidade substantiva e a pragmática torna-se irrelevante e chega a desaparecer. De fato, a sociedade tecno-industrial legitima-se através da escamoteação objetiva dessa diferença.

Idêntico a esta posição diante de Marx é o enfoque reformulativo que Habermas adota quanto a Max Weber. Ele explica o conceito weberiano de racionalização como se segue:

"A superioridade da forma capitalista de produção sobre as que a precederam tem estas duas raízes: o estabelecimento de um mecanismo econômico que torna permanente a expansão dos subsistemas de ação racional de propósito determinado, e a criação de uma legitimação econômica, através da qual o sistema político pode ser adaptado aos novos requisitos de racionalidade trazidos à luz pelo desenvolvimento desses subsistemas. É esse processo de adaptação que Weber entende como "racionalização" (Habermas, 1970, p. 97-8).

Todavia, Habermas considera necessário desenvolver mais a análise da racionalidade, uma vez que a sociedade industrial, em seu atual estágio, é muito diferente daquela que Weber conheceu. Weber podia voltar-se para o tema como um funcionalista, mas hoje a questão acarreta impressionantes conotações éticas, que o esforço teórico de Habermas realça consideravelmente.

Num comentário sobre Marcuse, Habermas assinala que, na fase presente, "aquilo que Weber chamou de 'racionalização' realiza não a racionalidade como tal, mas antes, em nome da racionalidade, uma forma específica de associação política não reconhecida" (Habermas, 1969, p. 82). Mais ainda, tal "racionalização" equivale a um "padrão apologético" (Habermas, 1969, p. 83), no qual as normas de relações interpessoais na esfera privada e as regras sistemáticas de ação racional de propósito determinado tornam-se idênticas, ou perdem sua diferenciação e, em conseqüência, conduzem a um estado de comunicação sistematicamente distorcida, entre os seres humanos.

O fenômeno da comunicação distorcida tornou-se uma preocupação fundamental de Habermas. Propõe ele uma distinção entre a ação racional com propósito, ou ação instrumental, e a ação de comunicação, ou de interação simbólica. A primeira, subordinada a regras técnicas, pode ser demonstrada como sendo correta ou incorreta. A segunda, isto é, a interação simbólica, ou ação de comunicação, define relações interpessoais como sendo livres de compulsão externa e tendo suas normas legitimadas "apenas através da intersubjetividade da mútua compreensão das intenções" (Habermas, 1969, p. 92). Uma tese central de Habermas é a de que, na moderna sociedade industrial, as antigas bases de interação simbólica foram solapadas pelos sistemas de conduta de ação racional com propósito. Nessas sociedades, a interação simbólica só é possível em enclaves extremamente residuais ou marginais.

O que mantém uma sociedade em funcionamento como importante ordem coesiva é a aceitação, pelos seus membros, dos símbolos através dos quais ela faz sua própria interpretação. A interação simbólica é a essência da vida social significativa e, portanto, para usar uma expressão de Kenneth Burke,[7] a "simbolicidade" constitui um atributo essencial da ação humana. Significado, na vida humana e social, é obtido através da prática da interação simbólica. Mas, na sociedade industrial, o significado foi subordinado ao imperativo do controle técnico da natureza e da acumulação de capital.

Uma conseqüência do domínio exercido pela racionalidade instrumental sobre as sociedades modernas é que a comunicação sistematicamente distorcida prevalece entre as pessoas. Esse tipo de comunicação torna-se *normal*, de outra maneira ficaria evidente o caráter repressivo das relações sociais. Habermas sublinha o efeito dos fatores políticos e econômicos sobre os padrões de comunicação, e o estudo do caráter repressivo desses padrões, que prevalecem nas sociedades modernas, requer uma teoria da competência comunicativa. É possível admitir-se que "cada palavra dita, mesmo aquela de engano intencional, orienta-se no sentido da idéia de verdade". Se é assim, quais são os padrões adequados a semelhante linguagem? Essa especulação conduz ao conceito da "situação ideal de discurso" e à idéia do orador competente. De fato, a "competência na comunicação significa o domínio de uma situação ideal de discurso".[8] Nas situações em que os relacionamentos intersubjetivos são concretizados em razão do choque de compulsões sociais agindo sobre eles, é muito difícil conseguir-se competência comunicativa. Num tal ambiente, o orador competente expõe-se a malentendidos, para não mencionar também que pode ser

7 Veja Burke, K. (1963/1964).

8 Veja Habermas (1970, p. 116-46).

considerado excêntrico. Habermas salienta que "à base da competência comunicativa não podemos, de maneira alguma, produzir a situação ideal de discurso independentemente das estruturas empíricas do sistema social a que pertencemos; podemos apenas antecipar essa situação" (Habermas, 1970, p. 144). A situação ideal de discurso não se pode materializar senão dentro de adequado contexto social.

1.5 O trabalho de restauração de Eric Voegelin

Do ponto de vista dos padrões contemporâneos da ciência política e social, a obra de Eric Voegelin parece heterodoxa, obscura e mesmo perturbadora. Em sua opinião, a ciência política, na forma como a conceberam Platão e Aristóteles, nunca perdeu sua validez. Ele fala como um especialista em hermenêutica, não como um cronista de idéias. Do ângulo hermenêutico, o que essencialmente importa nos textos clássicos são as experiências que os mesmos articulam. A menos que o leitor empreenda um esforço para reproduzir em sua psique aquelas experiências clássicas, não lhes poderá apreender o significado. O esquecimento do conteúdo desses textos, que se reflete sobre a vida humana, constitui mais do que um exemplo de má informação: é um sintoma da deformação da psique humana e representa aquilo que Voegelin denomina descarrilamento. Ele considera os últimos cinco séculos da história ocidental como um período de descarrilamento e de deculturação da espécie humana, ao ponto de a exporem a um processo de "sistemática confusão da razão" (Voegelin, 1961, p. 284).

Pode-se falar corretamente da razão como uma realidade independente de nossa palavra. Qualquer tentativa de abordar a razão como se ela fosse apenas um produto convencional da linguagem reflete um estado deformado da psique. A razão foi descoberta pelos filósofos místicos da Grécia, mas esse episódio histórico é mais do que um incidente bastante interessante para ser registrado na crônica das idéias; antes, dá ele início a um período de formação da alma humana. Com essa descoberta, a alma do homem teve acesso a um nível de autocompreensão no qual rompeu os limites da visão compacta da realidade articulada no mito. Na verdade, o evento não mudou a estrutura da alma humana: representa, antes, um momento culminante, em que a consciência do homem quanto à própria alma ganha em luminosidade e diferenciação.

Comparadas com a interpretação que Voegelin dá aos textos clássicos, as afirmações de Weber e de Mannheim sobre a razão transmitem tênues indícios quanto à sua natureza e, em conseqüência, os trabalhos desses autores exemplificam uma contida avaliação da sociedade moderna. Sem uma inflexível fidelidade à razão, como a explicam Platão e Aristóteles, Voegelin mostra que não há possibilidade de

uma teoria política de base científica. Sua visão do processo de cura de nossos males atuais pressupõe a validade perene do paradigma clássico da boa sociedade, e rejeita qualquer tipo de ciência social sem conceito de valor e "relacionalista".

Uma sociedade racional, afirma Voegelin, não pode ser senão aquilo que, classicamente, tem merecido o conceito de uma "boa sociedade". Em seu esforço "restaurador", Voegelin alega que a noção platônica e aristotélica da boa sociedade não é, de modo algum, uma curiosidade histórica, mas um modelo essencialmente correto para avaliação da sociedade existente. Isso não envolve uma rígida fidelidade a Platão e Aristóteles, como se em seus trabalhos o modelo devesse ser erigido em dogma. Trata-se, mais propriamente, de que a compreensão que têm do assunto é, em teoria, válida, embora os problemas operacionais da concreta formação de uma boa sociedade sejam sempre pertinentes a contextos específicos. O próprio Platão era muito sensível a contextos, e não admitia um único paradigma da boa sociedade. Achava que se devia ser flexível bastante para considerar "segundos, terceiros e quartos melhores paradigmas" (Voegelin, 1963, p. 38) – cada um deles legítimo, nos limites de determinadas circunstâncias.

Os seguintes elementos podem ser atribuídos à noção clássica de boa sociedade, tal como foi ela restaurada por Voegelin (1960).

Primeiro, uma boa sociedade é aquela em que a *vida da razão* se torna a soberana *força criadora*. De fato, muito embora esse ponto de vista fulgure nas concepções dos filósofos franceses do século XVIII, da mesma forma que em Fichte, Hegel e Marx, aí aparece em termos degradados, isto é, todos esses pensadores concordam em que a qualificação de uma sociedade como racional corresponde a afirmar que ela é boa, mas do ponto de vista em que se colocam, é a história, não a psique humana, a sede da razão. É precisamente essa defeituosa colocação de razão que leva esses pensadores a obliterar o tema da *boa sociedade*.

Em Platão e Aristóteles, uma expressão fundamental da vida de razão é a contínua tensão inerente à existência humana, enquanto aberta à incidência de esferas da realidade não incluídas na história. Admitir-se que a explicação final dessa tensão possa jamais ser encontrada num sistema teórico, ou que possa ser eliminada com o advento histórico de uma *boa sociedade*, constitui essencialmente aquilo que Voegelin consideraria a ilusão *gnóstica* e imanentista, que impregna a mentalidade moderna. A racionalidade, no sentido substantivo, nunca poderá ser um atributo definitivo da sociedade, pois é diretamente apreendida pela consciência humana, não pela mediação social. Ela impele o indivíduo na direção de um esforço contínuo, responsável e penoso para dominar suas paixões e suas inclinações inferiores. Em Platão e Aristóteles há um indissolúvel dualismo entre razão e sociedade, ele próprio constituindo a precondição da liberdade. Qualquer solução sociomórfica desse dualismo acarretaria, portanto, uma deformação da existência humana.

Segundo, resulta do que foi dito que uma boa sociedade é fundada na hierarquia. Embora como seres racionais os homens sejam potencialmente iguais, por circunstâncias que não podemos explicar eles não são identicamente capazes de viver a tensão que a vida da razão prescreve. Os mais capazes de suportar essa tensão constituem minoria, e a sociedade é boa na medida em que essa minoria desempenha as funções políticas mais importantes. Voegelin não hesita em se pronunciar contra aquilo que considera os errados sentimentos democráticos da idade contemporânea. O igualitarismo absoluto é contrário à vida da razão, cujos requisitos intrínsecos, por si sós, produzem a *boa sociedade*. Na *boa sociedade*, a diferenciação social entre as pessoas tem que ser reconhecida e legitimada como conseqüência da diversidade na capacidade objetiva dos seres humanos para suportarem a vida da razão. Em outras palavras, *status*, riqueza, raça e sexo não deveriam ter vez, como critérios para alocação de autoridade e poder.

Uma terceira observação a ser feita quanto ao tema em exame é a de que, de acordo com o ponto de vista clássico, a qualidade de uma sociedade é condicionada pelas circunstâncias empíricas, tais como os recursos e o tamanho da população, estando já implícito na tradição clássica que o estado das forças produtoras está ligado à possibilidade de igualdade política, como mesmo um marxista reconheceria. Além disso, as considerações de Platão e Aristóteles, sobre como o tamanho da população pode afetar a qualidade de uma comunidade organizada, provaram ser pertinentes, e fatos da vida social contemporânea, como, por exemplo, aqueles que Robert Dahl assinala no livro *After the revolution?*, dão apoio à opinião de Aristóteles de que, além de um determinado tamanho, uma sociedade passa a inclinar-se para diferentes tipos de irracionalidade.

Cabe, finalmente, uma quarta observação, que evidencia o realismo da noção clássica de uma boa sociedade. Tal sociedade não pode ser implementada jamais em termos definitivos. Sua corrupção entra em processo no exato momento em que começa a existir, já que ela está sujeita à "lei cíclica da decadência e da queda" (Voegelin, 1963, p. 39). Não é concebida como um paraíso na terra, o fim escatológico da alienação e das contradições entre o homem e o mundo. A esperança de um estágio social definitivo, perfeito e harmonioso, é vã. Na concepção clássica da boa sociedade, não existe a promessa de um "reino da liberdade", tal como foi imaginado por Hegel e Marx. Tal promessa é a característica essencial daquilo que Voegelin chama de doutrinas gnósticas.

Voegelin atribui grande valor à opinião de Thomas Reid, de que no senso comum já existe um *certo grau* de racionalidade. Afirma ele que "o senso comum constitui um tipo compacto de racionalidade"[9] e que, portanto, são possíveis transações sociais baseadas numa percepção não distorcida da realidade. Se a razão é uma parte da estrutura da existência humana, então o entendimento e a conversação entre os homens são possíveis na base de sua participação comum na realidade. Contudo, o debate verdadeiro e racional está-se tornando uma possibilidade muito pouco provável de efetivar-se nas sociedades modernas. Nessas sociedades, a psique do indivíduo médio foi assimilada no modelo de uma personalidade fechada, inteiramente incluída em limites mundanos. Hoje em dia, as capacidades humanas de debate racional estão danificadas pelos padrões de linguagem predominantes e juntamente pela assimilação do homem no contexto da estrutura social existente, em que a racionalidade instrumental se transformou em racionalidade em geral. Nas sociedades modernas, o debate racional só é possível em muito poucos e restritos enclaves. Mesmo os chamados meios intelectuais são, em geral, incapazes de manter uma conversação racional. Voegelin afirma que o declínio do debate racional é fenômeno recente na história ocidental, e vê no passado um "período em que o universo da discussão racional ainda estava intacto, porque a primeira realidade da existência permanecia não questionada" (Voegelin, 1967, p. 144).

É significativo que ao tempo de Santo Tomás de Aquino o "debate racional com o oponente ainda fosse possível" (Voegelin, 1967, p. 144). Com base nessa presunção, Santo Tomás acreditava-se capaz de convencer pagãos, e especialmente muçulmanos, da validez da verdade cristã, apenas com argumentos racionais. Assim é que, na *Summa Contra Gentiles*, Santo Tomás afirma:

"... contra os judeus, podemos argumentar usando o Velho Testamento, enquanto contra os hereges podemos argumentar usando o Novo Testamento. Mas os muçulmanos e os pagãos não aceitam nem um, nem o outro. Temos, portanto, que recorrer à razão natural, com a qual todos os homens são forçados a concordar."[10]

É possível que hoje tenhamos dificuldade em compreender Santo Tomás. Não apenas a razão, mas igualmente palavras-chaves sofreram a obliteração de sentido salientada nesta análise. A própria linguagem foi capturada por padrões operacionais de eficiência, fato que influi sobre todo o domínio da existência humana. Quando a via-

9 Apud Sandoz, Ellis (1971, p. 59).

10 Apud Voegelin (1967, p. 151).

bilidade e a experiência substituem a verdade como o critério de linguagem dominante, há pouca, se é que há alguma, oportunidade para a persuasão das pessoas através do debate racional. A racionalidade desaparece, num mundo em que o cálculo utilitário de conseqüências passa a ser a única referência para as ações humanas.

1.6 Alguns comentários críticos

Todos esses estudiosos parecem concordar em que, na sociedade moderna, a racionalidade se transformou numa categoria sociomórfica, isto é, é interpretada como um atributo dos processos históricos e sociais, e não como força ativa na psique humana. Todos eles reconhecem que o conceito de racionalidade é determinativo da abordagem dos assuntos pertinentes ao desenho social. No entanto, todos eles são menos do que suficientemente sistemáticos na apresentação de suas opiniões sobre tais assuntos. Em sua crítica da razão moderna, tomam diversas posições: resignação (Max Weber), "relacionalismo" (Mannheim), indignação moral (Horkheimer), crítica integrativa (Habermas) e restauração (Voegelin).

Uma vez que foi anteriormente apresentada uma avaliação de Max Weber e de Karl Mannheim, cabe agora fazer um rápido julgamento da Escola de Frankfurt e de Voegelin.

Há mérito tanto nos trabalhos de Horkheimer, quanto nos de Habermas, na medida em que se esforçam por demonstrar o erro básico do ponto de vista de Marx sobre a razão como um atributo do processo histórico. Ambos questionariam o pressuposto de que o desdobramento das forças produtoras, por si só, conduziria ao advento de uma sociedade racional. Horkheimer parece demonstrar que, desde o momento em que a razão é deslocada da psique humana, onde deve estar, e é transformada num atributo da sociedade, fica perdida a possibilidade da ciência social. Habermas enfatiza a circunstância de que, nas sociedades industriais avançadas, as próprias forças produtoras, em última análise, são compulsões políticas modeladoras de toda a vida humana. Para superar tal condição, sugere ele que se abra espaço para a política e o debate racional, em sua função de orientadores do processo social. Esses pontos constituem traços positivos das análises de Horkheimer e de Habermas.

Por outro lado, a obra de Horkheimer não é muito mais do que uma acusação da sociedade moderna que, conquanto iluminadora, deixa de dizer como e em que direção caminhar, para que se encontrem alternativas para os males atuais, teóricos e sociais. Parece que Habermas se preocupa com tais alternativas, mas apresenta-as em termos incipientes, ecléticos e bastante sociomórficos. Realmente, a noção dos "interesses do conhecimento", por ele exposta (que é me-

nos original do que parece, quando se lê cuidadosamente Platão e Aristóteles, assim como Kant), pode servir para identificar a índole reducionista do cientismo. Contudo, mesmo essa noção não está inteiramente isenta de cientismo, na medida em que, para Habermas, a filosofia é absorvida nos tipos tríplices de ciência que propõe. Aquilo que chama de "intersubjetividade" e de "mútua compreensão" relaciona-se com esferas da realidade que escapam, necessariamente, ao alcance de uma abordagem meramente científica.

Sua "teoria crítica", entendida como uma integração daquilo que considera válidos *insights* encontrados nos trabalhos de Kant, Hegel, Fichte, Marx e Freud, parece demasiado eclética, e apresenta-se ainda impregnada de erros de natureza sociomórfica. Aparentemente, Habermas aceita o pressuposto, comum a Fichte, Hegel e Marx, de que a emancipação humana pode acontecer como um evento social coletivo, e para criar a possibilidade de tal evento vai ao ponto de propor "a organização de processos de esclarecimento" (Habermas, 1973, p. 32) e ressuscita a idéia marxista de uma esclarecida prática de massa. Há, assim, um sobretom sociomórfico no projeto de Habermas, de "uma teoria destinada ao esclarecimento" (Habermas, 1973, p. 37), que promete o esclarecimento existencial como uma qualidade coletiva do comportamento da massa, quando o esclarecimento tem sido sempre possível apenas ao nível da psique individual. Não é por acidente que ele vê a doutrina de Freud como um elemento subsidiário dessa "teoria delineada para o esclarecimento". Isso representa uma indicação de que Habermas apóia um tipo de psicologia motivacional que exclui o papel da razão na psique humana, e essas falhas em seu esforço teórico são até certo ponto curiosas, senão desconcertantes, porque ele parece ter adequada compreensão da teoria política clássica (Habermas, 1973, p. 41-81).

Embora todos os autores até aqui analisados mereçam ser considerados críticos da razão moderna, somente Eric Voegelin sustenta que a razão moderna exprime uma experiência deformada da realidade. Conseqüentemente, considera ele sem propósito tentar apenas a conciliação ou a integração de idéias e doutrinas fundamentais na razão moderna. A questão está em que tais idéias e doutrinas tornam obscuros os pólos da tensão existencial humana, expressando uma tentativa e mesmo um sonho de encontrar, no contexto da história, da sociedade ou da natureza, a solução da tensão (*metaxy*) constitutiva da condição humana. Uma vez que a razão implica a consciência dessa tensão, razão, no sentido moderno, é um termo errôneo.

Num sentido peculiar, Voegelin é um psico-historiador. Afirma que os textos clássicos não são relíquias, a serem apreciadas de um ponto de vista evolucionário; antes, considera os conhecimentos articulados nesses textos como perenemente válidos. A condição humana

não está explicada nesses *insights* de uma vez por todas, mas a experiência da realidade que os gerou é paradigmática. Nenhum esforço para compreender a realidade tem o direito de eliminar os requisitos críticos de tal tipo de experiência. Não é por acidente que nenhuma definição de razão jamais é apresentada na obra de Voegelin. De modo significativo, o trabalho em que mais sistematicamente ele trata desse assunto intitula-se *Razão: a experiência clássica*,[11] e nele Voegelin interpreta textos, explora e amplia *insights* e identifica alguns traços da experiência deformada da realidade, através da história. Todo o seu trabalho constitui uma tentativa de avaliar idéias e acontecimentos do ponto de vista da experiência clássica e precisamente nesse sentido, e não no sentido de Erik Erikson, representa um estudo em psico-história.

Pelo fato de que Voegelin parece impor a si mesmo o papel de intérprete de textos e de analista de idéias e acontecimentos, o conteúdo prescritivo de seu trabalho é, na realidade, muito amplo. Mesmo seu discurso sobre a "nova ciência da política" é desprovido de preocupações pragmáticas imediatas. Tem apoio na interpretação e na expansão de *insights* clássicos e no julgamento crítico da moderna história intelectual e política do Ocidente. Parece, porém, difícil de aceitar a noção de que a ciência política pode ser exclusivamente formulada apenas em termos assim amplos. Afinal de contas, Platão e Aristóteles, fontes básicas da busca empreendida por Voegelin, incluíram no campo da ciência política aspectos da vida cotidiana que escapam completamente à sua atenção. Nos textos daqueles autores, os critérios de ação para a articulação e o aperfeiçoamento das formas de governo existentes são oferecidos de forma tal que mesmo hoje, com base em seus ensinamentos, seria possível deduzir como se conduziriam para encontrar os meios institucionais de superar os problemas dos governos contemporâneos. Contudo, as assertivas de Voegelin sobre ciência política deixam o leitor muito bem esclarecido sobre seus fundamentos clássicos; não oferecem nenhuma pista para um tratamento operacional de problemas da sociedade contemporânea.

Além disso, a análise voegeliana da ciência moderna carece de suficiente qualificação. Por exemplo, nem todas as investigações científicas de hoje são "científicas", isto é, despercebidas do campo particular limitado a que pertence a ciência natural. Parece que o tipo de ciência contido nas investigações de A. N. Whitehead, Werner Heisenberg, Arthur Eddington, Michael Polanyi e outros está extremamente harmonizado com a razão no sentido clássico, como será explicado no capítulo 2, e talvez mesmo exemplifique um novo grau de diferenciação da consciência da realidade, que ocorre atualmente. Com justiça deverá ser dito que, em conversações e conferências ocasionais, Voegelin demonstrou ter consciência desse fato.

[11] Veja Voegelin (1974).

Deve ser enfatizado, também, o desprezo de Voegelin pela definição sistemática do significado de alguns termos básicos de seu vocabulário, tais como descarrilamento, *kinesis*, gnosticismo, texto, teoria, orientação e psicologia motivacional, compacidade e diferenciação. Até aqui, termos como estes estão insuficientemente elaborados nos escritos de Voegelin.

Finalmente, os pontos de vista de Voegelin quanto à ciência política precisam de maior clarificação do que as que ele em geral se preocupa em oferecer, uma vez que, da maneira como até aqui está articulada a matéria, algumas vezes aparece prejudicada por um caráter excessivamente restaurador. Nenhum retorno a qualquer forma histórica de vida humana pode estar contido na idéia de uma restauração verdadeiramente criadora dos ensinamentos clássicos. Tal restauração consiste em transformar os pensadores clássicos, através da apropriação daquilo que puderam compreender, em parceiros ativos dos estudiosos contemporâneos, em sua busca de conhecimento. A restauração da herança conceptual clássica, nesse caso, visa apenas superar o esquecimento dela. Os pensadores clássicos não devem ser considerados autoridades canônicas infalíveis. Afinal de contas, não se tem muito a aprender do Aristóteles que justificava a escravidão, mas do Aristóteles compatível com a definição do ser humano como o *zoon politikon*.

1.7 Conclusão

Deve ser dito que, a fim de salvar o que na moderna ciência social é correto, é necessário compreender o caráter precário de seus principais pressupostos, a saber, que o ser humano não é senão uma criatura capaz do cálculo utilitário de conseqüências e o mercado o modelo de acordo com o qual sua vida associada deveria organizar-se. Na verdade, a ciência social moderna foi articulada com o propósito de liberar o mercado das peias que, através da história da humanidade e até o advento da revolução comercial e industrial, o mantiveram dentro de limites definidos. O que agora debilita a validade teórica da moderna ciência social é sua falta de compreensão sistemática da natureza específica de sua missão. Por mais de dois séculos, o restrito alcance teórico da moderna ciência social tem sido a causa de seu notável sucesso operacional e prático. No entanto, hoje em dia a expansão do mercado atingiu um ponto de rendimentos decrescentes, em termos de bem-estar humano. A moderna ciência social deveria, portanto, ser reconhecida pelo que é: um credo, e não verdadeira ciência.

Os resultados atuais da modernização, tais como a insegurança psicológica, a degradação da qualidade da vida, a poluição, o desperdício à exaustão dos limitados recursos do planeta, e assim por diante, mal disfarçam o caráter enganador das sociedades contemporâneas. A

autodefinição das sociedades industriais avançadas do Ocidente como portadoras da razão está sendo diariamente solapada e é, na realidade, tão largamente desacreditada que se fica a imaginar se a legitimação de tais sociedades, exclusivamente à base da racionalidade funcional, continuará, dentro em pouco, encontrando neste mundo quem acredite nela. Esse clima de perplexidade pode viabilizar uma reformulação teórica de enorme magnitude.

A presente crítica da razão moderna não é empreendida como um exercício acadêmico sem conseqüências. Seu propósito é preparar o caminho para o desenvolvimento de uma nova ciência das organizações. A razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social. No decurso dos últimos 300 anos, a racionalidade funcional tem escorado o esforço das populações do Ocidente central para dominar a natureza, e aumentar a própria capacidade de produção. É certo que essa é uma grande realização. Mas agora há indícios de que semelhante sucesso está a ponto de se transformar numa vitória de Pirro. A percepção dessa situação está abrindo novos caminhos de busca intelectual.

A teoria corrente da organização dá um cunho normativo geral ao desenho implícito na racionalidade funcional. Admitindo como legítima a ilimitada intrusão do sistema de mercado na vida humana, a teoria de organização atual é, portanto, teoricamente incapaz de oferecer diretrizes para a criação de espaços sociais em que os indivíduos possam participar de relações interpessoais verdadeiramente autogratificantes. A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular. O papel da racionalidade substantiva na estruturação da vida humana associada é o assunto do capítulo seguinte.

BIBLIOGRAFIA

Burke, K. Definition of man. *Hudson Review*, Winter, 1963/1964.

——. *Toward a rational society, student protest, science and politics.* Boston, Massachusetts, Beacon Press, 1970.

——. Toward a theory of communicative competence. In: Drietzel, H.P., ed. *Recent sociology nº 2*, New York, Macmillan, 1970.

——. *Knowledge and human interests.* Boston, Massachusetts, Beacon Press, 1971.

——. *Theory and practice.* Boston, Massachusetts, Beacon Press, 1973.

Hobbes, Thomas. *The English works*. London, John Bohn, 1839. v.1, Ed. Molesworth.
——. In: Oakshott, Michael, publ. *Leviathan*. introd. Peters, R.S. London, Macmillan, 1974.
Horkheimer, Max. *Eclipse of reason*. New York, Oxford University Press, 1947.
—— & Adorno, Theodor W. *Dialectic of Enlightenment*. New York, Herder and Herder, 1972.
Husserl, E. *Phenomenology and the crisis of philosophy*. New York, Harper & Row, 1965.
——. The Thesis of the natural standpoint and its suspension. In: Kockelmans, J., publ. *Phenomenology*. Garden City, New York, Doubleday, 1967.
Jay, Martin. *The Dialectical imagination, a history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research*. Boston, Massachusetts, Little, Brown, 1973.
Keynes, J.M. Economic possibilities for our children. In: *Essays in persuasion*. New York, Harcourt, Brace & World, 1932.
Mannheim, Karl. *Ideology and utopy*. New York, Harcourt, Brace & World, 1939.
——. *Men and society in an age of reconstruction*. New York, Harcourt, Brace & World, 1940.
Parsons, Talcott & Shills, E.A., ed. *Toward a general theory of action*. New York, Harper & Row, 1962.
——. Evolutionary universals in society. *American Sociological Review*, June, 1964.
Sandoz, Ellis. The Foundations of Voegelin's political theory. *The Political Science Reviewer, 1*, Autumn 1971.
Voegelin, Eric. *The New science of politics*. Chicago, Illinois, University of Chicago Press, 1952.
——. El Concepto de la 'buena sociedad'. *Cuadernos del Congreso por la Libertad*, 1960. Suplemento do nº 40.
——. On readiness to rational debate. In: Hynold, A., publ. *Freedom and serfdom*, Dordrecht, Holanda. D. Reidel, 1961.
——. Industrial society in search of reason. In: Aron, R., publ. *World technology and human destiny*. Ann Arbor, Michigan, University of Chicago Press, 1963.
——. On debate and existence. *The Intercollegiate Reviewer*, Mar./Apr. 1967.
——. Reason: the classic experience. *The Southern Review*, Spring, 1974.
Weber, Max. *Economy and society*. New York, Bedminster Press, 1968. v. 1.
——. *Methodology of social sciences*. New York, The Free Press, 1969.

2. NO RUMO DE UMA TEORIA SUBSTANTIVA DA VIDA HUMANA ASSOCIADA

Embora a ciência social moderna em geral e a teoria da organização em particular deixem de distinguir suficientemente entre a racionalidade funcional e a substantiva, ambas constituem, não obstante, categorias fundamentais de duas concepções distintas da vida humana associada. É propósito deste capítulo diferençar, analiticamente, essas duas concepções, e tal exploração torna-se agora imperativa, porque as teorias da organização e do desenho de sistemas sociais, exclusivamente baseadas na concepção moderna de razão, são desprovidas de real validade científica. Tal como na crítica da razão moderna, oferecida no capítulo 1, é também necessário começar esta análise com Max Weber.

Poder-se-á afirmar que quando Max Weber decidiu caracterizar a *razão moderna* estava agindo como um historiador. Em lugar de adotar uma posição substitutiva em relação à razão clássica, como fez Hobbes, Max Weber implicitamente advertiu que, nos tempos modernos, um novo significado estava sendo atribuído à palavra razão. Não afastou, como um anacronismo, o significado anterior de razão. Na realidade, Weber, como Hobbes, desejava um tipo de ciência social inteiramente comprometido com uma tarefa peculiar a uma determinada época. Mas, ao fazer a distinção entre *Zweckrationalität* (racionalidade formal) e *Wertrationalität* (racionalidade substantiva) sugeria ele que ou uma, ou a outra, poderia servir de referência para a elaboração teórica. No entanto, escolheu desenvolver um tipo de teoria baseado, sobretudo, na noção de racionalidade funcional. Embora o respaldo biográfico e histórico da escolha de Weber pudesse constituir interessante e importante matéria para investigação, isso estaria além do propósito deste capítulo. Não obstante, ofereço à especulação a idéia de que uma teoria substantiva poderia ser formulada com base naquilo que Weber não disse, mas que provavelmente diria se tivesse vivido nas presentes circunstâncias históricas.

Argumenta Max Weber que, embora a ciência social seja neutra, do ponto de vista de valor, os valores adotados por uma sociedade são, eles próprios, critérios indicadores daqueles pontos que são importan-

tes para aquela forma particular de vida humana associada, durante certo período histórico. Admitiria ele, então, que quando as premissas de valor de um certo tipo de vida associada se transformam, elas próprias, em fatores de um mal coletivo, o cientista social não pode, legitimamente, desprezar tais premissas como estranhas à sua disciplina. Ao contrário, do ponto de vista de Weber, o cientista social deve focalizar esses valores, embora apenas para mostrar as conseqüências práticas que acarretam. O cientista social, como tal, não deveria emitir julgamentos de valor, uma vez que valores são subjetivos – ou têm alicerces demoníacos.

A posição de Weber não deixa de ser contraditória. Se os valores são simplesmente demoníacos e não têm fundamentos objetivos, então a análise das conseqüências de sua adoção pelos indivíduos não é mais do que um fútil exercício de abstração. Tal análise só teria sentido se fosse empreendida na esperança de que o indivíduo pudesse ser persuadido a fazer um julgamento de valor objetivo, racional.[1] Essa contradição na posição de Weber reflete-se em sua obra e em sua vida. Pretendeu ele ter estudado, *sine ira ac studio,* a síndrome da racionalidade formal, mas apesar disso manifestou seu pesar ante a culminação de tal síndrome – um mundo de "especialistas sem espírito, de sensualistas sem coração" (Weber, 1958, p. 182).

Max Weber viveu num contexto histórico em que a racionalidade formal, ou funcional, substituía amplamente a racionalidade substantiva, como o principal critério para a ordenação dos negócios políticos e sociais. Tomou como certa essa substituição e recusou-se a erigir a ciência social sobre a noção da racionalidade substantiva. Hoje, porém, é mais difícil do que nos tempos de Hobbes e de Weber pôr de lado a viabilidade de uma teoria substantiva da associação humana, porque agora é evidente que o relativismo no tocante a valores conduziu a vida associada a um beco sem saída, intelectual e espiritual. Em conseqüência, a questão de que tratará este capítulo consiste em saber se a razão substantiva deveria ser a categoria essencial para a cogitação dos assuntos políticos e sociais e, sendo esse o caso, que tipo de teoria iria corresponder a essa ordem de pensamento. Constituirá propósito dos capítulos subseqüentes a discussão das estruturas sociais emergentes e das implicações de política que daí resultam.

Há três qualificações gerais, que realçam as distinções entre a teoria substantiva e a teoria formal da vida humana associada.

Primeiro, uma teoria da vida humana associada é substantiva quando a razão, no sentido substantivo, é sua principal categoria de análise. Tal teoria é formal quando a razão, no sentido funcional, é sua

[1] Eric Voegelin e Leo Strauss também frisaram as contradições da noção de neutralidade de valor na ciência social, de Weber. Veja obras de Voegelin, E. (1952, p. 13-22) e Strauss, L. (1953, p. 35-80).

principal categoria de análise. Na medida em que a razão substantiva é entendida como uma categoria ordenativa, a teoria substantiva passa a ser uma teoria normativa de tipo específico. Na medida em que a razão funcional é apenas uma definição, ou uma elaboração lógica, a teoria formal é uma teoria nominalista de tipo específico. Os conceitos da teoria substantiva são conhecimentos derivados *do* e *no* processo de realidade, enquanto os conceitos da teoria formal são apenas instrumentos convencionais de linguagem, que descrevem procedimentos operacionais. A pergunta: *Que é a racionalidade?* que requer atenção direta no domínio da teoria substantiva, não tem papel a desempenhar no domínio da teoria formal. Aqui a pergunta é, de preferência: *Que é que chamaremos de racionalidade?* A pergunta seria respondida, no último caso, por uma afirmação em que uma combinação de palavras[2] constitui, essencialmente, a referência para os objetivos da análise.

Segundo, uma teoria substantiva da vida humana associada é algo que existe há muito tempo e seus elementos sistemáticos podem ser encontrados nos trabalhos dos pensadores de todos os tempos, passados e presentes, harmonizados ao significado que o senso comum atribui à razão, embora nenhum deles tenha jamais empregado a expressão *razão substantiva*. Na verdade, é graças às peculiaridades da época moderna, através das quais o conceito de razão foi escamoteado pelos funcionalistas de várias convicções, que temos presentemente que qualificar o conceito como *substantivo.* Uma descoberta fundamental, resultante da herança de ensinamentos dos pensadores clássicos, é a de que é o debate racional, no sentido substantivo, que constitui a essência da forma política de vida, e também o requisito essencial para o suporte de qualquer bem regulada vida humana associada, em seu conjunto.

A propósito, aquilo que o campo da economia e, mais especificamente, o campo da antropologia econômica referem presentemente como sendo teoria substantiva,[3] é apenas subsidiário a esta análise. O atual debate entre economistas que professam de um lado a teoria formal, de outro a teoria substantiva, diz respeito à natureza do fenômeno econômico, ao mercado e a suas implicações teóricas. Karl Polanyi, fundador da teoria econômica substantiva, assinala que os conceitos formais, extraídos da dinâmica específica do mercado, na melhor das hipóteses são válidos como instrumentos gerais de análise e formulação dos sistemas sociais apenas numa sociedade capitalista, durante um período em que o mercado esteja relativamente livre da

[2] Sobre o caráter essencialista e nominalista dos conceitos, veja Popper (1971, p. 32; 1965, p. 13-4).

[3] Sobre a complexa controvérsia em torno da teoria econômica substantiva *versus* a teoria econômica formal, veja Kaplan (1968) e Cook (1966).

regulação política. Os adeptos da teoria econômica formais alegam que aqueles conceitos formais são universalmente válidos. Polanyi corretamente afirma que, uma vez que a economia sempre esteve "engastada na sociedade",[4] a sociedade capitalista tem que ser entendida como um caso excepcional e não como um padrão para avaliar a história social e econômica. O fato de que essa observação serve para elucidar um tipo de abordagem é, ele próprio, indicador de peculiar condição histórica. Os teóricos políticos da fase pré-moderna não precisaram acentuar esse ponto, porque nunca estiveram expostos a semelhante condição. Contudo, queriam dizer a mesma coisa que Polanyi, quando estipulavam que a vida gregária do homem precisava ser politicamente regulada.

A terceira e última qualificação é a de que a teoria substantiva, tal como aqui concebida, envolve uma superordenação ética da teoria política, sobre qualquer eventual disciplina que focalize questões da vida humana associada.

A fim de esclarecer analiticamente a distinção entre as duas teorias, é necessária uma explicação das assertivas apresentadas no quadro 1. A discussão delas encerra o item restante deste capítulo.

2.1 A moderna transavaliação do social

A ciência social moderna não poderia ter sido constituída até que o elemento político na vida dos povos fosse reformulado e classificado sob a égide dos interesses sociais.[5] Para o propósito de ilustração desse ponto, tem-se que considerar o ensinamento dos pensadores clássicos. Na realidade, eles nunca imaginaram a socialidade como uma condição peculiar ao homem, mas sim uma condição que ele partilhava com outros animais.[6] Os pensadores clássicos estavam preocupados com aquela característica do homem que faz dele uma criatura *sui generis*, que não se inclui completamente no reino natural, e reconheciam que essa característica é a percepção que o homem tem da atividade da razão em sua psique. Pelo exercício da razão, e vivendo de acordo com os imperativos éticos dessa razão, o homem transcende a condição de um ser puramente natural e socialmente determinado, e se transforma num ator político. A definição que Aristóteles deu do

[4] O *encaixe* da economia na sociedade é uma das idéias mais abrangentes de Karl Polanyi. Veja Dalton (1971).

[5] Sobre o processo histórico da *sublimação* do elemento político, veja Wolin (1960).

[6] Sobre a transavaliação da socialidade e o pensamento político clássico, veja Arendt (1958).

Quadro 1

Teoria da vida humana associada

	Formal		*Substantiva*
I.	Os critérios para ordenação das associações humanas são dados socialmente	I.	Os critérios para a ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização
II.	Uma condição fundamental da ordem social é que a economia se transforme num sistema auto-regulado	II.	Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia
III.	O estudo científico das associações humanas é livre do conceito de valor: há uma dicotomia entre valores e fatos	III.	O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva
IV.	O sentido da história pode ser captado pelo conhecimento, que se revela através de uma série de determinados estados empírico-temporais	IV.	A história torna-se significante para o homem através do método paradigmático de auto-interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento
V.	A ciência natural fornece o paradigma teórico para a correta focalização de todos os assuntos e questões suscitados pela realidade	V.	O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta

homem como um "animal político" (*zoon politikon*) só é compreensível à luz desse entendimento.

Aristóteles e os pensadores clássicos, em geral, concebiam a socialidade como uma qualidade do bando, indigna do homem político. No domínio político, o homem é destinado a agir por si mesmo, como um portador da razão no sentido substantivo. No domínio social, ao contrário, a preocupação "apenas com a vida" prevalece, e ele age como uma criatura "que calcula", isto é, como um agente econômico. A razão, no sentido de uma habilidade "calculadora", também é inferida por Aristóteles na *Política* e na *Ética a Nicômaco*. É exigida para a administração do lar (*oikos*), onde o bem-estar econômico do grupo determina qual o curso de ações que devem ou não devem ser tomados. Esse tipo de conduta social é limitado a seu próprio enclave. Não faz parte do domínio político, em que o indivíduo possa manifestar seu interesse pela expansão do bom caráter do conjunto, e não simplesmente pela sobrevivência.

É claro que Aristóteles tinha a percepção de que o modelo da melhor forma política de vida, aberto ao comando integral da razão substantiva, só poderia ser conseguido historicamente, por acaso. Sabia que nenhuma comunidade política está, eternamente, a salvo da influência solapadora dos interesses sociais. Mas, onde quer que esses interesses práticos constituam o único critério para as ações humanas, não existe nenhuma vida política.

Para muitos, a ciência social é, no moderno período histórico, resultado de crescente sofisticação da racionalidade e de sua aplicação a fenômenos cada vez mais diversos. O preconceito histórico desse modo de ver será examinado mais extensamente no item 2.4 deste capítulo. Por ora, é suficiente assinalar que a própria idéia de uma ciência social afirmada com base na presunção de que o indivíduo é fundamentalmente um ser social, e que suas virtudes devem ser avaliadas segundo critérios socialmente estabelecidos, era inconcebível para Aristóteles e para os teóricos clássicos em geral. A ciência social moderna pressupõe que a sociedade, ao desdobrar-se como uma associação puramente natural, gera os padrões da existência humana em seu conjunto. Essa transavaliação do social, de que a moderna ciência social é resultado, ocorreu nos três últimos séculos da história do Ocidente. É Hobbes quem, sistematicamente, prepara o caminho para essa transavaliação, ao atacar o conceito de razão em termos de senso comum e ao propor alternativas para esse conceito. No momento em que o ser humano é reduzido a uma criatura que calcula, é para ele impossível distinguir entre vício e virtude. A sociedade torna-se, então, o seu único mentor e, não surpreendentemente, padecimento é equiparado ao mal, e o prazer ao bem.

Uma das mais notáveis documentações da confusão do homem ocidental, no momento culminante da transavaliação do social, é *The*

Fable of the bees, de Bernard Mandeville (1714), publicada primeiro sob a denominação de *The Grumbling hive* (1705). Em 1723, ele publicou *A Search into the nature of society*, um ensaio que é uma justificação teórica de sua fábula. Mandeville comparou a sociedade – em particular a sociedade britânica de seu tempo – com uma colmeia. Pode-se resumir o argumento básico de seu trabalho da maneira seguinte: se o social se transforma no critério que abrange tudo na ordenação da existência humana, então os vícios, o orgulho, o egoísmo, a corrupção, a fraude, a ganância, a hipocrisia e a injustiça passam a ser virtudes. Embora sugira que a virtude está além da capacidade humana, Mandeville pode ser considerado um moralista *malgré lui*, se sua fábula for interpretada como retratando as conseqüências, para a existência humana em seu conjunto, da isenção da sociedade da regulação política. A ambigüidade do pensamento de Mandeville em grande parte explica por que, por vias sutis e contraditórias, exerceu ele influência sobre eminentes escritores e filósofos de seu tempo, incluindo Adam Smith, que, porém, repudiou a influência de Mandeville.[7]

Não é por acaso que a idéia de uma *ciência social* obcecou os filósofos escoceses na Inglaterra, durante o século XVIII. A noção de *ciência social* permeia as especulações sobre a natureza humana e o fenômeno institucional, empreendidas por Adam Ferguson, David Hume, Francis Hutcheson, Lorde Kames (Henry Home), Lorde Monboddo (James Burnet), Adam Smith e Dugald Stewart.[8] Por mais que esses homens fossem diferentes em idéias e talento, apesar disso eram leais a uma certa comunhão de premissas e uma delas era a de que a ciência social poderia ser possível como o estudo da razão da sociedade. Para a maior parte deles, a razão era uma característica da sociedade, mais do que do indivíduo. Consumaram a sublimação da razão, no sentido de que esta já não mais precisava ser concebida através da mediação do indivíduo, mas como algo cognato à sociedade e à natureza. Todos eles concebiam leis racionais governando a sociedade e a natureza, apesar do fato de concordarem em que as paixões, e não a razão, é que conduziam o ser humano à ação. Atribui-se, geralmente, a idéia da *mão invisível* a Adam Smith, mas na verdade foi ela sugerida nos trabalhos desses homens. A atividade dessa "mão" manifesta-se na sociedade e na natureza e o papel da ciência é descobrir e ordenar a maneira como isso acontece. Por exemplo, Hutcheson, amigo e professor de Adam Smith, escreveu em 1728 sobre uma "mão superior", como uma força providencial, que afeta tanto os seres humanos quanto os animais, através de seus *instintos*.[9]

7 Sobre a influência de Mandeville sobre Adam Smith, veja Marx (1974, p. 355), Colletti (1972) e Macfie (1967).

8 Veja Bryson (1945) e Stephen (1927).

9 Veja Bryson (1945, p. 118).

Para crédito de Mandeville, não há ambigüidade em David Hume e Adam Smith, quando ambos justificam a abrangência integral da sociedade. Para Hume e Smith, a socialidade substitui a razão, ao determinar como deve viver o homem. Hume considerava o ser humano como uma criatura completamente incluída na sociedade. O "mérito" de suas ações "não decorre ... de uma conformidade à razão, nem sua culpa do fato de contrariá-la" (Hume, 1973, p. 458). É o sentimento que o homem tem de pertencer à sociedade que constitui o fundamento de sua conduta moral. A simpatia – a sensitividade do indivíduo em relação à aprovação e à censura dos outros – desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de seu senso moral. Padrões de ordenação da vida humana são, eles próprios, sociais e, em última análise, compõem-se de "interesses da sociedade", que Hume afirma serem as referências principais para distinguir entre a virtude e o vício (Hume, 1973, p. 579). Para Hume, a ordem na vida humana associada é um resultado de processos anônimos, envolvendo forças e atividades independentes das deliberações racionais do indivíduo, no sentido substantivo. Mais propriamente, aquilo que é social é, forçosamente, moral. Como ocorre com outros filósofos escoceses, Hume pretende elaborar o alicerce filosófico da ciência social formal do Ocidente.

As correntes de pensamento que hoje prevalecem em matéria de ciência social formal, seja em seus termos *estabelecidos* usuais, seja sob os disfarces marxistas e neomarxistas, apóiam-se numa visão sociomórfica do homem, visão que reduz o ser humano a nada mais que um ser social. Daí que a plena atualização do indivíduo seja entendida como a sua total socialização, quer sob as condições presentemente oferecidas, quer num futuro estágio social esclarecido. Por exemplo, a motivação econômica é considerada o traço supremo da natureza humana e a teoria econômica formal afirma que o mercado é a categoria fundamental, para a comparação, a avaliação e o desenho dos sistemas sociais. Assim, não é por acidente que os cientistas sociais estabelecidos recomendam aos países do Terceiro Mundo a prática maciça de certo tipo de esclarecimento organizado, que se destina a ensinar "a motivação do sucesso", ou seu equivalente, aos povos que vivem nessa área. Essa perspectiva conceptual sugere que os países do Terceiro Mundo só poderão resolver seus problemas se se transformarem em sociedades centradas no mercado. Os teoristas marxistas e neomarxistas percebem a ingenuidade desse ponto de vista particular. Salientam, em vez disso, o imperativo da mudança da natureza humana de acordo com o modelo da sociedade socialista, coisa que, aliás, nunca conceituam a não ser em termos vagos. Conseqüentemente, as peças essenciais de seu projeto universal são a socialização dos meios de produção e do excedente econômico, planejamento socialista da estrutura de

produção e consumo, e educação marxista igualitária como meio organizado de esclarecimento das massas.

Uma vez que, para ambas as correntes de pensamento, a natureza humana não tem padrões adequados a si própria, o instrumento de medida para avaliação e desenho dos sistemas sociais, no fim de contas, é ele mesmo social. Em conseqüência, a ciência social formal nunca poderá ser uma teoria crítica, tal como hoje alegam alguns escritores, a menos que o *teórico crítico* acredite, discretamente, que só ele é capaz de se esquivar ao processo de socialização e enunciar julgamentos sobre o estágio atual da natureza humana. A decepção pessoal do teórico crítico com o estado de coisas que ora prevalece pode induzi-lo a entregar-se a um tipo de ação oracular e demiúrgica. Afinal, não há pontos importantes de disputa entre os cientistas sociais ocidentais *estabelecidos* e os *teóricos críticos* marxistas e neomarxistas, porque ambos os grupos exemplificam a moderna transavaliação do social e, nessa conformidade, estão de acordo em que um discurso teórico está inerentemente incorporado à práxis da sociedade: à práxis atual da sociedade industrial desenvolvida, ou à práxis futura das massas esclarecidas. Daí que é inútil e autodecepcionante a tentativa de superar as ilusões ideológicas da ciência social do Ocidente e, ao mesmo tempo, preservar seu caráter formal.

2.2 Ordenamento político e sociedade

O paradigma completamente desenvolvido da visão escocesa de ciência social surgiu, primeiro, como *economia política*, nos trabalhos de Adam Smith. Proposta como uma ciência social verdadeiramente geral, a economia política concebe a ordem na vida humana associada como um resultado da livre interação dos interesses de seus membros. Desse modo, o enclave delimitado que Aristóteles descreve como a ordem dos negócios domésticos torna-se explicitamente equiparado à vida humana associada em seu conjunto, graças aos fundadores britânicos da ciência social. A economia política e a ciência social formal legitimam, conceptualmente, a isenção da economia doméstica de regulação política.[10] Por essa razão, o comércio torna-se a essência da sociedade e a natureza humana é definida na conformidade das qualificações que um homem tem como comerciante.

Paradoxalmente, porém, há um traço comum entre os teóricos substantivos e os teóricos formais do Ocidente: ambos inferem que reduzir o indivíduo a um ser puramente social equivale a afirmar que

[10] Sobre este ponto, veja Myrdal (1954). Declara ele que "a idéia de economia como um tipo social de administração doméstica inspira não apenas a teoria do livre comércio, mas também todas as outras doutrinas de economia política" (Myrdal, 1954, p. 140).

sua principal preocupação na sociedade é meramente com sua autopreservação. Ambos os grupos alegariam que a sociedade é um tipo específico de coletividade humana em que os interesses imediatos, práticos, constituem os pontos de referência básicos do indivíduo para se relacionar com as outras pessoas. Os teóricos formais atribuem uma dinâmica própria a esse tipo de coletividade; dinâmica que orienta a interação dos interesses individuais no sentido de uma ordem de conjunto, da qual ninguém está individualmente consciente. Desse modo, para os teóricos formais, a política é mera articulação e a agregação de interesses (liberalismo), ou a expressão da sociedade agindo como um conjunto, de acordo com suas leis (socialismo). Poder-se-ia dizer, assim, que a expressão *economia política* contém uma contradição de termos.[11] Situa mal um atributo (o político),[12] que só o ser humano pode exercer, ao considerar a economia como um agente corporativo político em si, isto é, como um todo animado de um propósito seu, propósito que, afinal, coincide com o bem de todos os homens. Portanto, a idéia de ciência social envolve uma redução, por baixo, da vida humana associada, visto como a socialidade, *per se*, é uma dimensão imperfeita da existência humana.

Poder-se-ia indagar das circunstâncias históricas que constituem o *background* de tal transformação. Desde o século XVI que uma série de acontecimentos, tais como a descoberta de novas partes do globo e a expansão da área de transporte marítimo – graças à iniciativa dos navegadores europeus – assim como a multiplicação das iniciativas comerciais e industriais, precipitou o aparecimento de uma nova atitude em relação à prosperidade material da Europa. Comerciando com outras partes do mundo, alguns países europeus acharam um meio de aumentar as suas riquezas numa proporção sem paralelo. Em última análise, aquilo que se chama de revolução comercial e industrial foi uma série de acontecimentos levando à conclusão de que a prosperidade material e a riqueza poderiam ser criadas ou estimuladas por uma deliberação sistemática do homem. Nos séculos pré-modernos, a prosperidade material e a riqueza eram resultados de feitos humanos, mas tais feitos representavam transações inteligentes com a natureza como ela era dada. As necessidades do homem eram consideradas limitadas e a produção de bens deveria ser obtida através da colaboração do homem com os processos que a própria natureza gerava, e não pela escalada sistemática desses processos, mediante implementos tecnológicos e sem consideração dos imperativos termodinâmicos da natureza.

Uma posição exploradora em face da natureza seria eticamente viciosa, para a mentalidade pré-moderna e não-moderna. A tecnologia científica existiu muito antes da chamada revolução industrial, sem

11 Veja Barker, Ernest (1959, p. 357).

12 Sobre o conceito do político, veja a *Política*, de Aristóteles.

que, necessariamente, dominasse a natureza. Na Grécia, por exemplo, invenções atribuídas a Hero e a Arquimedes dão prova de um avançado estágio de tecnologia. Mas a aplicação da tecnologia à produção era limitada por razões políticas e éticas. Tecnologia, para os gregos, nem deveria constituir preocupação de um homem livre, nem deveria violar os processos autogerados da natureza.[13] Era como se os gregos, e outros povos antigos, tivessem a percepção de ser a economia parte integrante do sistema biofísico.

O consumo dentro dos limites de necessidades humanas finitas, a produção limitada, constituíam a meta da economia instituída nas sociedades pré-modernas. No século XIII, Santo Tomás de Aquino reiterava essa opinião. Seguindo Aristóteles, advertia contra a proliferação das necessidades socialmente induzidas, estabelecendo uma distinção entre riqueza *natural* e *artificial*. A primeira "serve para afastar do homem suas naturais deficiências, tais como comida e bebida, vestuário, veículos, abrigo e coisas que tais". A "riqueza artificial", como, por exemplo, dinheiro, tinha sido inventada por "arte do homem ... para servir de medida de coisas permutáveis".[14] Mais tarde, no século XVII, essa orientação ainda ecoa nos trabalhos de Puffendorf.[15] Este partilha, com os pensadores pré-modernos, o ponto de vista de que o valor em uso deveria determinar as atividades da economia. Mas é o valor de troca, não o valor em uso, que constitui a meta de uma economia moderna. Assim, pela legitimação da riqueza artificial por si mesma, essa inversão envolve, necessariamente, a emancipação da economia da regulação política e ética.

Os cientistas políticos substantivos perceberam que um bom sistema organizado de governo não poderia existir abaixo de certo nível de meios de subsistência. Consideravam a criação de tais meios como uma condição necessária, em vez de constituir a meta do sistema político. No entanto, desde o momento em que a prosperidade material foi presumida como alguma coisa possível para todos (isto é, um pressuposto característico da chamada revolução industrial), a riqueza transformou-se na meta fundamental do sistema. Através dos séculos de desenvolvimento comercial e industrial, a teoria política foi redefinida de acordo com esse pressuposto. Sua principal preocupação passou a ser a prosperidade material, de preferência ao bom ordenamento da associação humana. O padrão ético inerente à teoria política substantiva foi substituído pela justificação moral do interesse imediato do indivíduo. A ciência social contemporânea representa a culminação desse processo.

13 Veja Dijksterhuis (1969, p. 72-5).

14 Apud Flynn, F.E. (1942, p. 23). A tradução que Flynn fez de Santo Tomás foi ligeiramente modificada pelo autor.

15 Veja Sewall, H.R. (1901, p. 38-43).

Houve um momento em que a novidade da "sociedade", na Europa, foi sentida e vividamente discutida. Que nos seja permitido, nos poucos parágrafos que se seguem, escrever "sociedade", entre aspas, de modo a podermos sublinhar seu significado peculiarmente moderno. Hegel, admirador e leitor cuidadoso de Adam Smith, focalizou a "sociedade" como um acontecimento histórico.[16] Ele saúda o acontecimento como uma progressão da liberdade, uma vez que, em sua opinião, a "sociedade" é a arena em que o universal terá, finalmente, que se consumar a si mesmo.

Embora influenciado por Hegel, Lorenz von Stein encara a "sociedade", mais propriamente, como um historiador. Seu livro, publicado em 1850, *Geschichte der Sozialen Bewegung in Frankreich von 1789 bis auf unsere Tage* (traduzido para o inglês sob o título *A História do movimento social na França, 1789/1850*), começa, significativamente, com um capítulo sobre o conceito de sociedade e suas leis dinâmicas, e nele o autor frisa que, em sua geração, a "sociedade" evidencia uma ordem de "fenômenos que, anteriormente, haviam permanecido sem registro na vida de cada dia, tanto quanto na ciência" (von Stein, 1964, p. 43). Lorenz von Stein lança-se à sua análise histórica para legitimar a *nova ciência*, ou seja, a *ciência social*. Na concretização desse esforço, manifesta a percepção daquilo que a *nova ciência* fundamentalmente envolve, e assim escreve:

"Há alguma coisa no interior do Estado trabalhando contra ele. Essa alguma coisa é a *sociedade* (os grifos são do original). Será que a sociedade se conforma a um princípio de existência diferente do Estado? Se é assim, qual é o princípio?
Durante séculos, muitos e grandes homens tentaram formular o princípio que rege o Estado, mas ninguém pensou na possibilidade de que pudesse existir também um princípio para a sociedade. E, no entanto, existe. . . O interesse, que é o centro. . . de toda a ação social, é o *princípio da sociedade*" (os grifos são do original) (von Stein, 1964, p. 45-55).

Tal como Adam Smith no caso da economia, Lorenz von Stein dá bom acolhimento à isenção da "sociedade" da regulação política.

16 "Quando os homens são assim dependentes uns dos outros e reciprocamente inter-relacionados em seu trabalho e na satisfação de suas necessidades, a auto-realização subjetiva transforma-se numa contribuição para a satisfação das necessidades de todos. Quer isto dizer, numa antecipação dialética, que a auto-realização subjetiva passa a ser mediação do particular para o universal, com o resultado de que cada homem, ao ganhar, produzir e desfrutar, por si mesmo, está *eo ipso*, produzindo e ganhando para que disso desfrutem todos os demais" (Hegel, 1973, p. 129-30).

Mas sua posição não foi partilhada por todos os pensadores alemães de seu tempo, e um deles, Heinrich von Treitschke, cuja participação nos negócios públicos da Alemanha pode ser justamente criticada, apesar disso poderá ser invocado para ilustrar a tensão entre a *nova ciência* e a teoria política. Na opinião de von Treitschke, as comunidades humanas só podem subsistir quando disponham de alguma forma de organização estatal. Em outras palavras, uma vez que a "sociedade" é incapaz de espontaneamente dar forma a si mesma, essa tarefa ordenadora pertence ao Estado. Assim, lamentava Treitschke, "tudo aquilo que nosso século chama de liberalismo tende para a visão social do Estado" (von Treitschke, 1963, p. 29). Desse ponto de vista, a culminação de tais tendências conduziria à desintegração e ao colapso da vida associada. Aquilo que ele denomina "visão social", as "atitudes exclusivamente sociais da mente", a "perspectiva puramente social" (von Treitschke, 1963, p. 29-30) envolve uma referência à tese de uma *ciência social* independente da ciência política. Adotando uma posição até certo ponto polêmica em relação a essa tese, afirma ele que "quando o nosso século alega que o estudo das condições sociais é uma coisa nova... exibe um estranho conceito de si mesmo" (von Treitschke, 1963, p. 32). Nega ele, explicitamente, a possibilidade da *ciência social*, visto como a teoria política (em sentido substantivo) tem sempre tratado, com propriedade, da ordem de fenômenos que a *nova disciplina* pretende definir como de seu domínio exclusivo.

Hoje em dia, mal se tem a percepção do problema fundamental envolvido no surgimento do *social* e da *ciência social*. Em seus modelos liberal e socialista, a ciência social formal tem a concepção da vida humana associada como sendo ordenada pelo interesse, o que é o mesmo que admitir que o princípio da "sociedade" é o padrão normativo essencial da existência humana em seu conjunto. Em outras palavras, ao tornar difuso o elemento político na vida humana associada, a ciência social formal deixa de considerar qualquer espécie de regulação substantiva influindo sobre o processo econômico.

2.3 A dicotomia entre valores e fatos

Ao pôr em foco a dicotomia entre valores e fatos, quero aqui examinar as circunstâncias históricas que a originaram, mais do que os alicerces filosóficos em que se fundamenta.

Quando o indivíduo é definido como um ser puramente social, a suposição é de que a ordem de sua vida lhe seja concedida como algo extrínseco. O mundo, de onde provém essa ordem, é uma arena, em que ele se esforça para elevar ao máximo os seus ganhos. A ordem da sociedade é possível na medida em que seus membros, com base num cálculo utilitário de conseqüências, regulam e limitam as próprias pai-

xões, de modo a não ameaçarem seus interesses práticos. A sociedade é o próprio mercado amplificado. Os valores humanos tornam-se *valores econômicos*, no sentido moderno, e todos os fins têm a mesma categoria. Em última análise, como veremos, a dicotomia entre valores e fatos só é válida quando a total inclusão do homem na sociedade é tida como coisa natural.

Além disso, numa sociedade de mercado, a preocupação com a matéria como o estofo de que são feitas as coisas tem prevalência, ou chega mesmo a excluir o interesse pela natureza delas, ou pelos seus fins intrínsecos. O mercado é cego para os fins intrínsecos das coisas e as considera, tanto quanto os próprios indivíduos, convertidos em força do trabalho, como "dados", ou seja, como fatores de produção. Em conseqüência, as disciplinas contemporâneas, como a economia, que aceitam como indiscutível a sociedade centrada no mercado, têm que ser isentas de conceitos de valor e exclusivamente interessadas em fatos. Nessas disciplinas está inferida a asserção de que valores são, simplesmente, aspectos da subjetividade humana. Devem ser considerados, na melhor das hipóteses, como qualidades exógenas ou secundárias das coisas, não como propriedades delas. Assim sendo, não podem ser objeto de avaliação cognitiva. Do ponto de vista analítico, afirmações cognitivas e normativas tornam-se então mutuamente excludentes. É interessante notar que tal dicotomização se reflete nos interesses da pesquisa, mesmo no contexto dos principais departamentos de ciência social neste país, em nossos dias.

O poder de previsão da ciência social formal isenta de conceitos de valor precisa, realmente, ser reconhecido, mas devemos compreender que esse poder só existe na medida em que o círculo de causalidade, ligando o mercado e a conformidade de comportamento do indivíduo a esse mercado, permanece sem perturbação. No entanto, no momento em que tal conformidade, por motivos que escapam ao âmbito desta análise, é passível de questionamento, como acontece em nossos dias, surge uma resistência psicológica, dirigida contra a dinâmica desordenada de uma sociedade centrada no mercado. Essa resistência enfraquece o poder de previsão da ciência social formal isenta de conceitos de valor, porque a pessoa tende a se transformar num ser mais do que totalmente socializado. Tal resistência desencadeia uma tendência normativa de pensamento, do qual a teoria substantiva de vida humana associada é por assim dizer uma articulação inicial.

Deixado à sua própria dinâmica, o sistema de mercado trabalha contra a constituição da vida humana associada, entendida como uma comunidade de homens e mulheres. Esse fato tem mesmo sido admitido pelos próprios economistas. Por exemplo, em 1913, Phillip H. Wicksteed descreveu o "mundo industrial" como uma "organização destinada a transmudar aquilo que cada homem tem naquilo que ele

deseja, sem qualquer consideração ao que seus desejos possam ser" (Wicksteed, 1913, p. 258). Para neutralizar essa conseqüência, imaginou ele um tipo de economia subordinada a "considerações éticas" (Wicksteed, 1913, p. 260), porque "a sanidade dos desejos dos homens é mais importante do que a abundância de seus meios de concretizá-los" (Wicksteed, 1913, p. 260). É opinião dele, também, que "o mercado não nos diz, de nenhuma forma fecunda, quais são as necessidades nacionais, sociais ou coletivas, ou os meios de satisfação de uma comunidade, porque ele só nos pode dar somas" (Wicksteed, 1913, p. 260). Em conseqüência, afirma ele que "as leis econômicas não devem ser procuradas e não podem ser encontradas no campo propriamente econômico" (Wicksteed, 1913, p. 260). O lamentável é que uma compreensão tão criteriosa da natureza do mercado não tenha, até agora, se constituído num conjunto conceptual coerente, bastante convincente para substituir o modelo formal de pensamento ainda dominante no *milieu* convencional da profissão econômica em particular, e da ciência social em geral.

2.4 A ciência social como uma ideologia serialista

A noção de que a história revela seu significado através de uma série de estágios empírico-temporais é comum ao acadêmico liberal de tipo padrão, tanto quanto aos teóricos marxistas e neomarxistas. Contido nessa noção comum, está um conceito de tempo peculiar ao Iluminismo, e que continua a prevalecer nas formas ocidentais contemporâneas de pensamento. Nos escritos dos epígonos do Iluminismo, o tempo em que supostamente a natureza humana se atualiza é essencialmente serializado. Através de distintos graus qualitativos de atualização que correspondem a diferentes degraus existentes numa espécie ascendente e seriada de tempo, a natureza humana muda sua estrutura. Além disso, nessa perspectiva iluminista, existe um momento histórico culminante, em que a natureza humana alcança seu estágio final e perfeito.

Sem dúvida, a visão serialista da existência humana na história tem implicações comparativas diacrônicas e sincrônicas. Quando avaliada em comparação com a estrutura que supostamente deve alcançar em sua fase culminante, a existência humana, em períodos históricos anteriores, é considerada imperfeita. E, na medida em que nem todas as sociedades contemporâneas tenham atingido simultaneamente o mesmo grau de progresso, a existência humana nessas sociedades menos desenvolvidas, que caminham atrás das mais avançadas ou mesmo historicamente em fase terminal, é também, necessariamente, imperfeita. Por exemplo, a noção de Terceiro Mundo reflete a visão serialista da história de hoje, já que pressupõe o segundo e o primeiro.

Sob a influência do critério serialista do Iluminismo, vários autores imaginaram ter compreendido os padrões de acordo com os quais a história se desenrola. Por exemplo, Condorcet, Turgot e Saint-Simon sentiram-se compelidos a desvendar os estágios necessários da história. A ciência social contemporânea é um rebento do clima intelectual de que esses autores são representantes. Na *Riqueza das nações*, por exemplo, onde é apresentado o corpo conceptual da economia política, Adam Smith reinterpreta a história, descrevendo a sociedade comercial como sua fase culminante. Auguste Comte e Karl Marx empreenderam esforços semelhantes. Vêem em suas próprias épocas a iminente culminação da história, definida, respectivamente, como a idade positiva e a sociedade socialista.

Hoje, a disposição serialista continua a ser característica da ciência social, e torna-se evidente na maneira segundo a qual os cientistas sociais focalizam temas como *mudança social, estágios sociais, modernização, desenvolvimento, pós-industrialismo, sociedade industrial desenvolvida* e *socialismo*.

Esses termos têm sido solapados pelos acontecimentos contemporâneos, tais como o desencanto com o industrialismo, o mal social característico das sociedades *avançadas*, e a exaustão de recursos limitados e poluição do meio-ambiente. Em conseqüência, tornaram-se objeto de crescente literatura revisionista. Por exemplo, reagindo a essas circunstâncias, alguns teóricos empreenderam um desajeitado esforço para libertar as noções de *modernização* e *desenvolvimento* de seu engaste histórico. Na verdade, a noção de modernização dá origem a tantas perguntas desconcertantes, que está a ponto de ser abolida da linguagem dos cientistas sociais formais. Numerosos escritores estão agora tentando reconceituar desenvolvimento, não como significando o aumento irrestrito do PNB mas, essencialmente, como uma indicação da melhoria qualitativa do ambiente humano e, sobretudo, como processo de equalização social e econômica. Impressionados com o fato de que sucessivos programas de modernização e desenvolvimento, implementados no Terceiro Mundo, não lhe alteraram a situação de dependência, no arcabouço atual da divisão internacional de trabalho, alguns neomarxistas alegam *post hoc* que tais programas foram sempre arquitetados para servir a propósitos imperialistas.

Por significativas que essas opiniões certamente sejam, como sinais do colapso da modernidade e do desenvolvimento, contudo não apreendem a questão, quer dizer, os representantes dessa corrente não encararam, com agudeza, a atitude serialista da mentalidade adventista e os alicerces pseudoteóricos do tipo padrão de teoria social formal. Contir uam ainda enredados na metaideologia desse tipo, de mentalidade d sfarçada como funcionalismo estrutural, dialética hegeliana, marxismo e neomarxismo, e como as diferentes combinações dessas tendências com fenomenologia e – ou – existencialismo.

Do ponto de vista dos critérios comparativos dessas tendências de pensamento, tais como, por exemplo, variáveis de padrão e estágios de desenvolvimento, as diferentes sociedades do mundo contemporâneo estão classificadas em fila indiana, apontando na direção da chamada sociedade avançada, ou esclarecida. Na realidade, tais critérios são armadilhas epistemológicas e ideologias disfarçadas, que fomentam uma errada compreensão dessas sociedades e que as desviam de seu imperativo crítico de auto-reconstrução. As políticas emanadas desses critérios funcionam, na prática, no sentido da escalada da ocidentalização do mundo todo. Um dos resultados desse processo, em que estão presas as chamadas nações do Terceiro Mundo, é a degradação de suas estruturas internas. O sentimento de privação relativa, que contamina de modo especial os setores intermediários dessas nações, é um dos fatores primordiais a lhes dificultar a auto-reconstrução. A solução do problema criado por tal sentimento é conceituada por via da categoria serializada do desenvolvimentismo, em sua interpretação padronizada, ou na interpretação marxista. Essa mentalidade adventista, mais do que a escassez de recursos, constitui o obstáculo fundamental à auto-articulação cultural, política e econômica dessas nações. Para poderem superar essa cilada, torna-se imperativa a ruptura com a ideologia social do Ocidente.

Pode-se concluir que tal ruptura é imperativa, se devem as chamadas nações *subdesenvolvidas* encontrar uma saída do processo a que foram conduzidas. Mas o ponto que desejo salientar aqui é que os termos dessa ruptura não podem ser encontrados através de nenhuma remodelação da ideologia serialista do Ocidente. E esse rompimento provavelmente não ocorrerá a menos que os povos sejam ativados para construir imediatamente, partindo daquilo que já têm, uma sociedade racional, entendida em termos substantivos e despojada das atuais conotações serialistas e futuristas. O começo e o fim da história não se constituem de categorias serialistas. Em vez disso, seu significado é apreendido através de compactas experiências de tempo. Antes do moderno período ocidental, foram elas experimentadas como imediatamente presentes a qualquer sociedade, mediante a própria autocompreensão como um microcosmo – e ordenaram com freqüência a vida das pessoas. No passado, como presentemente, porém, apenas sob dominação hegemônica sucumbem, afinal, as sociedades à disposição serialista constitutiva da privação relativa, e essa condição episódica da natureza humana não deve ser entendida como a própria natureza humana. (Outras considerações sobre o conceito de tempo e suas implicações relativamente aos sistemas sociais serão apresentadas no capítulo 8.)

Rompimentos foram empreendidos, no passado, por povos aflitos e subjugados, como, por exemplo, quando Abrahão deixou Ur e Moisés deixou o Egito.[17] Nesses casos, a arrancada foi precedida de um movimento horizontal no espaço histórico (ou ocorreu simultaneamente a ele). Mas no arcabouço planetário institucional de nossos dias, não há mais perspectiva para um êxodo no sentido horizontal. Se uma ruptura histórica tiver que acontecer em nosso tempo, terá que assumir o caráter sem precedente de um puro êxodo em compacto tempo vertical, isto é, através de uma mudança no íntimo das pessoas, em sua orientação relativamente à realidade e nos critérios de percepção e definição de suas necessidades e desejos. A imagem retórica das cortinas, associada com os experimentos soviético e chinês, pode ser um indício de que, no presente, as pessoas ainda podem ser mobilizadas para tentar um rompimento, embora essas experiências *comunistas* possam por certo ser consideradas malogradas, uma vez que não vão além da disposição serialista da ideologia do Ocidente. Se é hoje viável um êxodo genuíno do Ocidente, é assunto para um tipo de discussão que ultrapassa o alcance desta análise.

2.5 Da ciência social científica

A teoria social formal é científica, isto é, parte da premissa de que a correta compreensão da realidade só pode ser articulada segundo o modelo da linguagem técnica da ciência natural. Sob esse enfoque, a realidade é reduzida apenas àquilo que pode ser operacionalmente verificado. A própria ciência social científica é produto de uma posição serialista em relação à realidade.

Um bom argumento contra a ciência científica não subestima a importância das questões operacionais. Alega, simplesmente, que método e técnica não são padrões de verdade e de adequado conhecimento científico. As conclusões da ciência científica podem, eventualmente, ser validadas, embora devesse ser frisado que as mesmas se restringem a um nível de realidade cujos limites precisam ser reconhecidos. Considerar essa forma de conhecimento como o paradigma do saber em todos os domínios da realidade é precisamente aquilo que Whitehead chamou de "falácia da concretidade mal locada".

É certo que os cientistas naturais não partilham, necessariamente, da premissa da ciência científica. Einstein, por exemplo, parece que evita se permitir o puro cientismo. Não é por acaso que afirmou que "é ... teoria* que decide aquilo que pode ser observado".[18] Essa

17 Sobre importantes avanços históricos, veja Voegelin (1968).

* N. do A. E não um método.

18 Veja Heisenberg (1975, p. 56).

declaração é significativamente citada por W. Heisenberg, num ensaio em que tenta conciliar Copérnico, Galileu, Newton e a ciência física em geral com a tradição clássica. Ele vê a trajetória histórica da física não como algo radicalmente descontínuo em relação à tradição clássica, mas como uma "história de conceitos" (Heisenberg, 1975, p. 56), como crescente diferenciação do conhecimento das estruturas estáveis da realidade. Equipara as construções matemáticas aos arquétipos de Platão (Heisenberg, 1975, p. 55). Uma tonalidade platônica ainda mais forte é característica da visão de Eddington sobre os fenômenos físicos. Para ele, a solidez que o olho "não educado" vê na natureza exterior é ilusória ou "obscura", e a própria ciência nada mais é que um tipo simbólico de conhecimento da realidade (Eddington, 1974, p. XV-XVII e 318).

A ciência social formal, particularmente em sua convicção behaviorista, é científica no sentido já elaborado. Seu conteúdo tendencioso tem sido objeto de vários estudos críticos recentes, todos eles sugerindo que a funcionalização de sua linguagem e sua orientação centrada em método acabam por converter a ciência social em uma forma disfarçada de ideologia e tecnologia. A ilustração desse julgamento será apresentada aqui através de breve apreciação da noção behaviorista da ordem política e dos critérios nacionais de comparação.

A ciência política formal é *apolítica*, no sentido de que perde completamente de vista a distinção qualitativa entre a vida política e a vida social. Na realidade, equipara gregariedade social à ordem política, e o resultado dessa confusão é a abolição do elemento político da vida humana associada. Por exemplo, é alegação de David Easton que a sociedade "é a unidade social mais abrangente que conhecemos".[19] Ele desenvolve ainda mais essa opinião, como se segue:

"A atividade política é vital numa sociedade. Mas também o são a atividade econômica, a estrutura social e coisas que tais. Uma sociedade tem numerosos aspectos e é improvável que os homens consigam realizar seus propósitos sem providenciarem para que haja bens e serviços, por exemplo, assim como a competente alocação das coisas valorizadas. Marx, ao que parece, defendeu o primado da economia, alguns cientistas sociais insistiram no domínio da cultura, ou da personalidade e motivação. O fato é que, no nível geral da vida societária, cada uma das grandes áreas da atividade humana contribui com a sua parte, num processo totalmente interativo. A política penetra a totalidade da vida, mas o mesmo fazem a economia, a cultura, a motivação e o resto. Uma interpretação multicausal, interativa da sociedade, parece

19 Apud Miller, Eugene F. David Easton's political theory. *The Political Science Reviewer*, Autumn, 1971.

mais útil à compreensão da maneira segundo a qual ela opera do que uma que insista em algum tipo de primazia, imediata, de um ou outro aspecto social. Podemos admitir que, empiricamente, em determinadas horas e lugares, um ou outro aspecto da sociedade – o político, o econômico, o cultural, o psicológico ou o estrutural – pode, realmente, adquirir um significado seletivo, por motivos especiais. Mas é difícil imaginar um tipo de sociedade em que cada um dos aspectos mencionados não pudesse ser encarado como 'formativo', em algum sentido importante" (Easton, 1973, p. 294).

A afirmação de Easton é representativa da confusão reinante entre os teóricos políticos formais. Partilhando de sua idéia de que o elemento político pertence ao mesmo nível do econômico e do social, esses teóricos equiparam a ordem política ao controle da vida gregária, independentemente da natureza de seus princípios normativos. Para eles, a ordem política existe numa sociedade enquanto a mesma tem a capacidade institucional de induzir os cidadãos a acatarem os respectivos padrões, ou de articular e agregar interesses rivais, e assim persistir numa condição estável. Coerente com essa visão puramente operacional da ordem política, um autor sente-se seguro para dizer que não "considera. . . regimes autoritários que começaram a caminhar na direção do progresso e do bem-estar. . . normativamente inferiores aos democráticos e desenvolvidos" (Almond, 1973, p. 268). Assim, os símbolos representativos de um precário período histórico, tais como "progresso", "desenvolvimento", "bem-estar" e entidades institucionais episódicas, são eles próprios transformados em critérios de avaliação da realidade política em seu conjunto.[20] Nessa disposição, uma nova área de estudo, a *formação de instituições* (*institution building*), destinada ao Terceiro Mundo pelo quartel-general dos acadêmicos ocidentais, foi recentemente concebida, no pressuposto de que tal esforço requer apenas perícia operacional.

Não constitui surpresa perceber que a teoria política formal se vê minada pelos acontecimentos contemporâneos, que revelam a precariedade histórica de seus critérios. Seus conceitos de ordem política e de desenvolvimento político, despojados de dimensões explícitas, substantivas e éticas, provaram ser tão teoricamente inconsistentes que o caráter ideológico dessa disciplina mal pode escapar à atenção. Essa situação crítica não é, de forma alguma, peculiar apenas à ciência política. É característica de todo o campo da ciência social formal, en-

[20] Sob o predomínio de tal orientação, não é surpreendente encontrar as seguintes afirmações num importante tratado de teoria política: " 'O que é bom para a General Motors é bom para o país' contém, pelo menos, uma verdade parcial. 'O que é bom para a presidência é bom para o país' contém, no entanto, uma verdade maior... O poder da presidência é identificado com o bem da comunidade política" (Huntington, 1968, p. 26).

quanto esta persistir em ser uma faceta da ideologia adventista serialista.

Aparentemente, a ciência política formal descartou a noção de um bom sistema de governo como uma legítima preocupação teórica. Todavia, e precisamente quando são considerados seus critérios comparativos, a teoria formal envolve, disfarçadamente, a idéia de que o bom e o melhor são representados por símbolos como progresso, bem-estar, industrialização e pelo aparelhamento institucional que habilita as sociedades a alcançarem essas metas. Por exemplo, na linguagem cibernética atualmente em voga, o sistema de governo é definido como um sistema mecanomórfico, e o estadista como seu operador (Deutsch, 1966, p. 182-5). Sob esse aspecto, é-se levado a admitir que a exatidão do conhecimento político depende, sobretudo, da qualidade e da quantidade da informação disponível. E se, como foi estimado, o montante de informação atualmente necessário para o acurado conhecimento político iria requerer milhões de cartões padronizados da IBM,[21] falando em termos práticos, temos que aos computadores, e não a seres humanos, deveria ser atribuído o papel decisivo de dirigir os governos contemporâneos.

Pode ser bastante verdadeiro que a direção dos governos industriais desenvolvidos possa de fato repousar em critérios quantitativos (Deutsch, 1966), de preferência a critérios normativos éticos. No entanto, atribuir um caráter paradigmático à condição desses sistemas de governo equivale a legitimar a marcha cega da história da humanidade. Semelhante abordagem em termos de informação (Deutsch, 1966, p. 145-62) congela grosseiramente o atual poder de configuração do mundo e, finalmente, interpreta a dicotomia entre desenvolvido e subdesenvolvido como um julgamento ético, histórico, quando na verdade a mesma existe no sentimento que as pessoas têm de relativa satisfação e de privação relativas, mais do que nas possibilidades concretas de seus contextos.

2.6 Conclusão

Toda teoria da organização existente pressupõe uma ciência social da mesma natureza epistemológica. A contrapartida da atual teoria da organização é a ciência social formal. A contrapartida da nova ciência da organização é a ciência social substantiva. Neste capítulo foi apresentada uma breve caracterização desses dois tipos de ciência so-

[21] Esta afirmação foi extraída de Sartori (1970). Escreve ele: "Há alguns anos atrás, Karl Deutsch predisse que por volta de 1975 as exigências de informação da ciência política seriam atendidas pelo 'equivalente a uns 50 milhões [de cartões IBM] ...e a um crescimento anual bruto de talvez uns 5 milhões.' Considero a estimativa assustadora..." (Sartori, 1970, p. 1.035-6).

cial. Eu deveria salientar, porém, que embora em diferentes passagens do capítulo a teoria clássica tenha sido utilizada para ilustrar a distinção, os pressupostos fundamentais de uma teoria substantiva da vida humana associada são derivados do exercício de um senso da realidade comum a todos os indivíduos, em todos os tempos e em todos os lugares. Há uma herança de pensamento humano que transcende a teoria clássica em seu mais estrito senso, e que está ativa e operante nas mentes de vários estudiosos contemporâneos, sensíveis ao caráter precário da idade moderna. Tal sensitividade, porém, falta, ou é latente, nos representantes das ciências sociais formais. A disposição característica da idade moderna reflete uma premissa não articulada sobre a natureza humana, a de que a própria natureza humana é um dado histórico. É evidente, portanto, que a ciência social formal nunca poderá alcançar o nível de uma teoria verdadeiramente crítica. Na realidade, nem a história, nem a sociedade, pode criticar a si mesma, porque o instrumento de medida para essa crítica não se contém em nenhuma de suas episódicas configurações. Ao contrário, o instrumento de medida é um componente das estruturas básicas da natureza humana, que se atualiza diferentemente em diferentes culturas e períodos. A história é um simpósio permanente, inteligível, no qual todas as gerações se compreendem umas às outras. Mas não é a própria história que nos permite sermos inteligíveis e inteligentes. Antes, é a razão, em sentido substantivo, que capacita os seres humanos a compreenderem as variedades históricas da condição humana.

Há um círculo vicioso ligando a ciência social formal à disposição moderna, cuja sedução continua a ser tão eficaz que a maioria das pessoas toma, de fato, decisões sobre si mesmas e sobre os problemas sociais de acordo, acima de tudo, com os pressupostos característicos dessa disposição. A ofuscação do senso comum pela disposição moderna constitui a essência daquilo que me proponho chamar de síndrome comportamentalista, cuja discussão analítica será empreendida no capítulo 3. A identificação dessa síndrome como uma deformação, mais do que como súmula da natureza humana, é essencial para que compreendamos os alicerces psicológicos da antiga e da nova teoria da organização.

BIBLIOGRAFIA

Almond, Gabriel A. Slaying the functional dragon: a replay to Stanley Rothman. *The Political Science Reviewer*, Autumn, 1973.

Arendt, H. *The Human condition*. Garden City, 1958.

Aristóteles. *Política*. trad., introd., notas e apêndices Ernest Barker. Oxford, Oxford University Press, 1972.

Barker, Ernest. *The Political thought of Plato and Aristotle.* New York, Dover Publications, 1959.

Bryson, Gladys. *Man and society. The Scottish inquiry of the eighteenth century*. Princeton, New York, Princeton University Press, 1945.

Clark, J.M. *Alternative to serfdom*. New York, Vintage Books, 1960.

Colletti, Lucio. *From Rousseau to Lenin, studies in ideology and society*. New York, Monthly Review Press, 1972.

Cook, Scott. The Obsolete anti-market mentality: a critique of the substantive approach to economic anthropology. *American Anthropologist*, (58) 1966.

Cropsey, Joseph. *Polity and economy, an interpretation of the principles of Adam Smith*. Haia, Martinus Nijhoff, 1957.

Dalton, George. ed. *Primitive, archaic and modern economies.* Boston, Massachusetts, Essays of Karl Polanyi. Beacon Press, 1971.

Daly, Herman E., ed. *Toward a steady-state economy*. San Francisco, W. H. Freeman, 1973.

Deutsch, K. W. *The Nerves of government*. New York, The Free Press, 1960.

Dijksterhuis, E.J. *The Mechanization of the world picture*. Oxford, Oxford University Press, 1909.

Easton, David. Systems analysis and the classical critics. *The Political Science Reviewer,* Autumn 1973.

Flynn, Frederick E. *Wealth and money in the economic philosophy of St. Thomas*. Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 1942.

Galbraith, J.K. Economics as a system of belief. *American Economic Review*, May, 1970.

Georgescu-Roegen, Nicholas (1975). The Entropy law and the economic problem. In: *Daly*, 1973.

Eddington, Arthur. *The Nature of the physical world*. Ann Arbor, Michigan, The University of Michigan Press, 1974.

Hegel, G.W.F. *Philosophy of right*. trad. com anot. T.M. Knox. New York, Oxford University Press, 1973.

Heisenberg, Werner. The Great tradition, end of an epoch? *Encounter*, Mar. 1975.

Hume, David. In: Selby-Bigge, L.A., ed. *A Treatise of human nature*. Oxford, Oxford University Press, 1973.

Huntington, Samuel P. *Political order in changing societies*. New Haven, Connecticut, Yale University Press, 1968.

Jonas, Hans. Economic knowledge and critique of goals. In: Heilbroner, R.L., ed. *Economic means and social ends, essays in political economy*. Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1969.

Kaplan, David. The Formal-substantive controversy in economic an-

thropology: reflections on its implications. *Southwestern Journal of Anthropology*, Autumn 1968.
Keynes, J.M. *Essays in persuasion.* New York, Harcourt, Brace & Company, 1932.
Lonergan, Bernard. *Collection*. New York, Herder & Herder, 1967.
Lowe, Adolphe. The Normative roots of economic value. In: Hook, Sidney. *Human values and economic policy*. New York, New York University Press, 1967.
Macfie, A.L. *The Individual in society, papers on Adam Smith*. London, George Allen and Unwin, 1967.
Martin, David A. Beyond positive economics: towards moral philosophy. *The American Economist*, Spring 1973.
Marx, Karl. *O Capital*. New York, International Publishers, 1974. v. 1.
Mill, John Stuart. *Princípios de economia política*. London, John Parker, 1857. v. 2.
Morrow, Glenn R. *The Ethical and economic theories of Adam Smith.* New York, Longmans Green, 1923.
Popper, Karl R. *The Open society and its enemies*. New York, Harper & Row, 1963. v. 2.
——. *The Open society and its enemies*. Princeton, New Jersey, The University of Princeton Press, 1971, v.1.
Sartori, Giovanni. Concept misformation in comparative politics. *The American Political Science Review*, Dec. 1970.
Schneider, Herbert W. *Adam Smith's moral and political philosophy*. New York, Harper & Row, 1970.
Sewall, H.R. *The Theory of value before Adam Smith.* Publicações da American Economic Association, sér. 3, v. 2, n.3, 1901.
Smith, Adam. A Teoria dos sentimentos morais. In: Schneider, Herbert W., ed. *Adam Smith's moral and political philosophy*. New York, Harper & Row, 1970.
——. *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Warwick House, Londres, Ward, Lock, s.d.
Stephen, Leslie. *History of English thought in the eighteenth century.* London, John Murray, 1927. 2 v.
Strauss, Leo. *Natural right and history*. Chicago, Illinois, The University of Chicago Press, 1953.
——. In: Kuntz, P.G. *Configurations of history*. Seattle, Washington, The University of Washington Press, 1968.
Voegelin, Eric. *The New science of politics*. Chicago, Illinois, The University of Chicago Press, 1952.
Von Stein, Lorenz. *The History of the social movement in France, 1789/1850*. Totowa, New Jersey, The Bedminster Press, 1964.
Von Treitschke, Heinrich. *Politics.* ed. rest. introd. Hans Kohn. New York, Harcourt, Brace & World, 1963.

Weber, Max. *The Protestant ethic and the spirit of capitalism.* New York, Charles Scribner's Sons, 1958.
Wicksteed, Philip W. (1913). The Scope and method of political economy in the light of the "Marginal" theory of distribution. In: Smith, R.L. *Essays in economic method.* London, Gerald Dickworth, 1962.
Wolin, Sheldon S. *Politics and vision*. Boston, Massachusetts, Little, Brown, 1960.

3. A SÍNDROME COMPORTAMENTALISTA

A teoria organizacional em voga não consegue proporcionar uma compreensão exata da complexidade da análise e desenho dos sistemas sociais e essa falha resulta, em grande parte, de seus alicerces psicológicos. Portanto, o desenvolvimento de uma nova ciência das organizações exige uma explicação analítica dessa base psicológica. Antes de dar início a essa tarefa, diversas considerações preliminares fazem-se oportunas.

Primeiro, as organizações são sistemas cognitivos; os membros de uma organização em geral assimilam, interiormente, tais sistemas e assim, sem saberem, tornam-se pensadores inconscientes. Mas o pensamento organizacional pode mesmo passar a ser consciente e sistemático, quando articulado de maneira fundamentalista. Esse tipo de pensamento é característico de *teóricos*, que articulam o sistema cognitivo inerente a um tipo particular de organização como sendo um sistema normativo e cognitivo geral.

A maior parte daquilo que é usualmente denominado teoria da organização é desprovida de rigor científico e é, antes, tautologia disfarçada ou, quando muito, disfarçado pensamento organizacional, pensamento que aceita, por seu valor aparente, os critérios inerentes à organização, e é, ele mesmo, subproduto do próprio processo organizacional. Considera como normais e naturais os requisitos organizacionais tal como, por acaso, são encontrados sobrepondo-se à conduta humana como um todo. Em contraposição, uma teoria da organização verdadeira e científica tem seus próprios critérios, isto é, critérios que não são, necessariamente, idênticos aos da eficiência social e organizacional. Uma teoria científica da organização não se baseia em sistemas cognitivos inerentes a qualquer tipo de organização existente, mas antes faz a avaliação das organizações em termos da compreensão da conduta geralmente adequada a seres humanos, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais.

Segundo, propõe-se aqui uma distinção entre comportamento e ação, para esclarecer o reducionismo psicológico da atual teoria de organização. O comportamento é uma forma de conduta que se baseia

na racionalidade funcional ou na estimativa utilitária das conseqüências, uma capacidade – como assinalou corretamente Hobbes – que o ser humano tem em comum com os outros animais. Sua categoria mais importante é a conveniência. Em conseqüência, o comportamento é desprovido de conteúdo ético de validade geral. É um tipo de conduta mecanomórfica, ditada por imperativos exteriores. Pode ser avaliado como funcional ou efetivo e inclui-se, completamente, num mundo determinado apenas por causas eficientes.

Em contraposição, a ação é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas. Pelo reconhecimento dessas finalidades, a ação constitui uma forma ética de conduta. A eficiência social e organizacional é uma dimensão incidental e não fundamental da ação humana. Os seres humanos são levados a agir, a tomar decisões e a fazer escolhas, porque causas finais – e não apenas causas eficientes – influem no mundo em geral. Assim, a ação baseia-se na estimativa utilitária das conseqüências, quando muito, apenas por acidente.

Antes de passar à identificação e ao exame dos alicerces psicológicos da teoria de organização existente, são oportunas mais algumas considerações preliminares. O ponto seguinte a ser esclarecido é a origem lingüística do termo comportamento e sua relação com a tendência penetrante da síndrome comportamentalista. Em seguida, será salientado que a síndrome comportamentalista surgiu como conseqüência de um esforço histórico sem precedentes para modelar uma ordem social de acordo com critérios de economicidade. Finalmente, será dada certa consideração aos conceitos de bom homem e de boa sociedade, na medida em que ambos influem na compreensão do conceito da síndrome comportamentalista.

Não é por acidente que, no mundo ocidental, *comportamento* só recentemente passou a ser vocábulo de uma *língua franca*, indicadora dos padrões de relacionamentos adultos interpessoais. A palavra nunca foi usada na linguagem (inglesa) erudita antes do século XV. De acordo com os dicionaristas, começou a ter aceitação lingüística por volta de 1490 e significava conformidade a ordens e costumes ditados pelas conveniências exteriores. Mesmo em nossos dias, a palavra não perdeu seu significado original. Comportamento continua sendo uma categoria de reconhecimento da conformidade, fato que é geralmente negligenciado, porque a conformidade a critérios de gregarismo socialmente estabelecidos foi transformada em padrões de moralidade humana em geral. Homens e mulheres já não vivem mais em comunidades onde um senso comum substantivo determina o curso de suas ações. Pertencem, em vez disso, a sociedades em que fazem pouco mais além de responder a persuasões organizadas. O indivíduo tornou-se uma criatura que se comporta.

BIBLIOTECA CENTRAL
PUCRS

A síndrome comportamentalista é uma disposição socialmente condicionada, que afeta a vida das pessoas quando estas confundem as regras e normas de operação peculiares a sistemas sociais episódicos com regras e normas de sua conduta como um todo.

A síndrome comportamentalista, isto é, a ofuscação do senso pessoal de critérios adequados de modo geral à conduta humana, tornou-se uma característica básica das sociedades industriais contemporâneas.

Essas sociedades constituem a culminação de uma experiência histórica, a esta altura já velha de três séculos, que tenta criar um tipo nunca visto de vida humana associada, ordenada e sancionada pelos processos auto-reguladores do mercado. A experiência foi bem-sucedida, certamente que bem demais. Não apenas o mercado e seu caráter utilitário tornaram-se forças históricas e sociais inteiramente abrangentes, em suas formas institucionalizadas em larga escala, mas também demonstraram ser altamente convenientes para a escalada e a exploração dos processos da natureza e para a maximização da inventiva e das capacidades humanas de produção. No entanto, através de todo esse experimento, o indivíduo ilusoriamente ganhou melhora material em sua vida e pagou por ela com a perda do senso pessoal de auto-orientação. A isenção do mercado da regulação política deu origem a um tipo de vida humana associada ordenada apenas pela interação dos interesses individuais (para a autopreservação), ou seja, uma sociedade em que o puro cálculo das conseqüências substitui o senso comum do ser humano.

Como expliquei no capítulo 2, é impróprio considerar como ciência social formal aquela que se baseia na noção comportamental do ser humano. Essa chamada *ciência* equipara a natureza humana às características de um certo tipo de sociedade que é, ela própria, um mero acidente na história. Essa ciência trata de socialização, de aculturação e de motivação como se os padrões do bem fossem inerentes a uma tal sociedade.[1] Em vez disso, deve ser compreendido que todas as sociedades são menos do que boas; apenas o ser humano, eventualmente, merece ser caracterizado como bom. O bom homem, por sua vez, nunca é um ser inteiramente socializado; é, antes, um ator sob tensão, cedendo ou resistindo aos estímulos sociais, com base em seu senso ético. Na verdade, os processos não regulados do mercado jamais podem gerar uma boa sociedade. Tal sociedade só pode resultar das deliberações de seus membros em busca da configuração ética, substantiva, de sua vida associada.

[1] Assim, como diz Reichenbach, a ética serviria apenas para "informar-nos sobre matéria de fato. Esse é o tipo de uma ética descritiva, que nos informa sobre os hábitos morais de vários povos e classes sociais; essa ética é uma parte da sociologia, mas não é de natureza normativa" (Reichenbach, 1959, p. 276-7).

Concluindo estas considerações preliminares, volto-me agora para uma discussão analítica de quatro traços principais da síndrome comportamentalista: a) a fluidez da individualidade; b) o perspectivismo; c) o formalismo; d) o operacionalismo. Serão indicadas as conexões entre esses traços e a mentalidade imposta pelo mercado.

3.1 A fluidez da individualidade

A "individualidade fluida" é uma expressão usada por Arnold Hauser em seu estudo do maneirismo, estágio inicial da arte moderna. Assinala Hauser que a individualidade fluida e outras características dos artistas maneiristas anteciparam a tendência que, séculos mais tarde, se transformou numa síndrome psicológica das sociedades capitalistas. Hauser destaca Montaigne como um escritor tipicamente maneirista e como um dos melhores exemplos da individualidade fluida. Interpreta o filósofo francês como afirmando que a avaliação das coisas não tem base permanente e que "nada é bom ou mau em si mesmo" (Hauser, 1965, p. 49). Criados pelo homem, os valores não são "perpétuos, imutáveis e inequívocos... a natureza humana é fraca e inconstante, num estado de eterno fluxo, suspensa entre diferentes estados, inclinações, disposições, porque está em contínua transição ... e sua verdadeira natureza não está na permanência, mas na mudança" (Hauser, 1965, p. 49). Assim escreve Montaigne, significativamente, em seu *Ensaios:*

"Não retrato o ser; retrato aquilo que passa... Se minha mente pudesse encontrar uma base firme, eu não escreveria ensaios, tomaria decisões, mas ela está sempre aprendendo e experimentando" (Montaigne, 1975, p. 611).

Sustento que a fluidez da individualidade não pode ser inteiramente explicada sem que se vincule esse fenômeno à forma de representação através da qual as sociedades capitalistas legitimam-se a si mesmas. Implícito nas variadas formas de representação características de sociedades medievais, bem como de antigas sociedades e de numerosas sociedades contemporâneas não-ocidentais, está o pressuposto de que o universo, em seu conjunto, constitui uma ordem coerente e que a própria comunidade humana é parte dessa ordem. Cada uma dessas sociedades se imagina como contínua, porém precária, representação da ordem cósmica, num mundo de história e de mudança. Aquilo que o problema da representação acarreta para tais sociedades é o que há de verdade na existência delas. A fonte de sua auto-interpretação é o paradigma meta-histórico que oferece adequado ponto de referência, como uma estrutura normativa para a conduta humana em

geral.[2] Como a história do mundo e as mudanças circunstanciais solapam, continuamente, a consciência que o indivíduo tem desse paradigma, essas sociedades promovem, de vez em quando, cerimônias de autopurificação e de restauração do senso comum dos fundamentos meta-históricos. Em tais sociedades, os indivíduos encontram base firme para o desenvolvimento de suas identidades, e há padrões para muitos papéis e para muitas vocações, mas esses padrões proporcionam os meios para a expressão da identidade individual.

Nas sociedades modernas, a representação é um processo puramente sociomórfico; já não é mais uma legitimação da verdade da existência comunal sobre fundamentos meta-históricos. É, antes, uma exigência para a pacificação negociada entre os indivíduos, para habilitá-los a acomodar seus interesses pessoais.[3] A sociedade moderna não se reconhece como miniatura de um cosmos maior, mas como um contrato amplo entre seres humanos.[4] Assim, a conduta humana se conforma a critérios utilitários que, a seu turno, estimulam a fluidez da individualidade. Na verdade, o homem moderno é uma fluida criatura calculista, que se comporta, essencialmente, de acordo com regras objetivas de conveniência.

Não é por acidente que Hobbes, que é a fonte de maior autoridade em relação ao moderno conceito de representação, concebe o indivíduo como um seguidor de regras. Para ele, bom e mau são simples denominações, cujos significados estabelecem-se convencionalmente. No conceito de representação consistente com esse ponto de vista, a *imparcialidade* substitui a verdade. A sociedade é um sistema de regras de uma determinada espécie. Se o indivíduo acede em tomar parte nele, reconhece que sua conduta está limitada à órbita de um contrato. O bom cidadão obedece a prescrições externamente derivadas. A verdadeira ação é estranha a suas transações com as outras pessoas. Ele só é capaz de ter comportamento.

O fenômeno caracterizado por Hauser como a fluidez da individualidade é peculiar à sociedade moderna e constitui uma das principais facetas da síndrome comportamentalista. Na sociedade moderna, não se supõe que o estado dos negócios cotidianos do mundo seja verificado segundo um paradigma de ordem cósmica. Em tal situação de

[2] Sobre representação e seus fundamentos meta-históricos, veja Voegelin (1952) e Eliade (1959).

[3] Hirschman (1977) trata da questão dos *interesses*, na forma pela qual se relacionam com o surgimento do capitalismo.

[4] L. von Stein assinala, corretamente, que a sociedade moderna é constituída quando a "organização da vida econômica se transforma na ordem da comunidade humana" (von Stein, 1964, p. 47). Conseqüentemente, "a percepção dos [interesses] regula todas as atividades extrínsecas ... está sempre presente e viva em cada indivíduo, determinando sua posição social" (von Stein, 1964, p. 55).

vácuo meta-histórico, não dispõe o indivíduo do *piso firme* necessário para que sua identidade se desenvolva. Ele é, antes, compelido a enfrentar processos e mudanças que constituem derivativos de um movimento auto-induzido e indefinido do agregado social. O homem moderno é o tolo enganado por uma fé mal colocada. Como declara a Bíblia, para os crentes a fé é a esperança das coisas que, embora não vistas, estão continuamente afetando o universo e dando significado ao curso dos acontecimentos. Mas, sem dispor de raízes meta-históricas e metassociais, a mente leiga moderna transpôs, mais do que eliminou, seus artigos de fé: agora ela acredita na mão invisível da sociedade.

Pode ser deduzida uma certa epistemologia dessa condição, de acordo com a qual os processos e as mudanças têm que ser explicados como ativados exclusivamente por causas eficientes. Essa, aliás, é a epistemologia em que se apóia a ciência social convencional. Na linguagem que prevalece nessa ciência, expressões como *orientação para o processo* e *orientação para a mudança* determinam a fé errônea na absoluta transitoriedade das coisas. Tal compreensão de processos e mudanças é defeituosa e unilateral, por razões lógicas que indicarei, deduzidas das investigações filosóficas de Alfred North Whitehead.

Um dos muitos méritos da filosofia de organismo de Whitehead é a elucidação do conceito de processo. Reconhece ele como válida a intuição de Heráclito de que *todas as coisas fluem*. Mas considera mais adequado falar do *fluxo das coisas*, uma vez que todo fluxo é fluxo de alguma coisa (Whitehead, 1969, p. 240). O fluxo das coisas é a concretização de seus padrões imanentes e, portanto, resulta inteiramente de causas eficientes e finais. O fluxo das coisas é objetivamente condicionado pelos dados constitutivos do mundo determinado e também pela experiência particular de suas finalidades. Não existe fluxo indefinido do nada para o nada. Para ser exato, as coisas tornam-se algo seletivamente, finitamente. Um tornar-se algo não-seletivo, indefinido, é inconcebível. As coisas são processos finitos e "epocais". Perecem como processos, embora sejam perpétuas como padrões. Numa síntese, Whitehead apresenta sua idéia de fluxo, como se segue:

"Há dois princípios inerentes à própria natureza das coisas, que aparecem sempre em algumas corporificações particulares, seja qual for o campo que explorarmos – o espírito de mudança e o espírito de conservação. Nada pode ser real sem ambos. A mera mudança sem conservação é uma passagem do nada para o nada. A mera conservação sem mudança não pode conservar. Porque, afinal de contas, há um fluxo de circunstância e a frescura de ser se evapora sob a mera repetição. O caráter da realidade existente é composto de organismos perdurando através do fluxo das coisas" (Whitehead, 1967, p. 201).

Whitehead esclarece, em essência, que dissociada da categoria ser é impossível conceber a categoria de passar ou mudar.

Pode-se perguntar o que foi que, na história moderna, gerou o sentimento generalizado da permanente transitoriedade de todas as coisas, tão bem articulado por Montaigne. Uma parte da resposta é dada pelo conceito de natureza característico da ciência moderna, a partir do século XVII. Em última análise, a ciência moderna vê a natureza como partículas de matéria em movimento, e representa os valores como adventícios, em relação à natureza. No domínio da vida cotidiana, essa visão filtra-se como um sentimento de uma permanente e sem propósito transitoriedade das coisas. Reduzidas a partículas de matéria em movimento, são elas concebidas como providas de uma tolerância infinita para a mudança. Se valores e propósitos não podem ser considerados como inerentes às próprias coisas, estas estão fadadas a se encadearem num mundo em infinita progressão. Nesse mundo não há um tornar-se algo, visto como o processo das coisas não pode ser avaliado independentemente do pressuposto de que as mesmas são dotadas de experiências privadas de realidade, ou de finalidades próprias.

A questão admite, também, outra resposta parcial. O sentimento de transitoriedade das coisas, permanente e sem propósito, é uma conseqüência da interiorização acrítica, pelo indivíduo, da auto-representação da sociedade moderna, que se define como um precário contrato entre indivíduos que maximizam a utilidade, na busca da felicidade pessoal, entendida como uma busca de satisfação de uma interminável sucessão de desejos. Para além das fronteiras sociais, não há significação para esse esforço. Uma vez que, em conseqüência de seu caráter competitivo, o mundo social como um todo se torna estranho ao homem, este tenta superar sua alienação, seja anulando-se através da passiva conformidade a papéis que prevalecem aqui e ali, ou recolhendo-se dentro de si mesmo, afirmando assim uma identidade demasiadamente consciente de si mesma. Mas já que o centro ordenador de sua vida não está em parte alguma, sua identidade é de sua própria criação. Essa forma de cultivo da individualidade acaba em narcisismo.[5] A psicologia, ela própria esquecida de tudo que possa transcender as persuasões sociais que agem sobre a psique humana, vem em auxílio do indivíduo. A nossa é uma era de remendagem psicológica. Nas clínicas psicológicas, o indivíduo que se isolou da realidade é encorajado a lançar-se à procura da própria individualidade, mas é discutível que essa procura possa jamais ter sucesso, num mundo ordenado de acordo com regras contratuais de agregação social de interesses competitivos. Quando a condição humana é presumida como apenas social, a fluidez da individualidade é inevitável.

5 Sobre este ponto, veja Hauser (1965) e Lowenthal (1968).

Em conseqüência, numa visão fluídica, com a interpretação da sociedade como um sistema de regras contratadas, o indivíduo é levado a compreender que tanto a sua conduta quanto a conduta dos outros é afetada por uma perspectiva. Torna-se um perspectivista. É certo que a perspectiva é sempre um ingrediente da conduta humana, em qualquer sociedade. Mas somente na sociedade moderna é que o indivíduo adquire a consciência desse fato. Essa sociedade gera um tipo peculiar de conduta, que merece ser referida como comportamento, e para comportar-se bem, então, o homem só tem que levar em conta as conveniências exteriores, os pontos de vista alheios e os propósitos em jogo.

Ao discutir o crescente destaque do perspectivismo como um aspecto fundamental do alicerce psicológico da teoria de organização que ora prevalece, será útil fornecer alguns antecedentes históricos do termo. A perspectiva, como dimensão da expressão humana, transformou-se num termo técnico, primeiro no domínio da pintura. Na realidade, todos os estilos de pintura se caracterizaram por uma certa perspectiva. Mas somente na fase final da Idade Média começou a perspectiva a constituir objeto da atenção do pintor. Giotto (1276?-1337?) já admite que aquilo que o artista oferece numa tela não é uma cópia da natureza, mas a natureza de acordo com os olhos do pintor. Mais tarde Petrarca (1304-74) repetiria Giotto em sua máxima: "Cada um deveria escrever seu próprio estilo." Foi, porém, Leon Battista Alberti (1404-72) quem teve a percepção das leis da perspectiva como um objeto de investigação científica formal. Subseqüentemente, na esteira da revolução comercial e industrial, a perspectiva deveria tornar-se, cada vez mais, uma categoria sistemática de trabalho artístico, assim como uma característica da conduta humana em geral.

No século XVI, florescia na Itália um mercado de arte. O que as pessoas de gosto compram, num tal mercado, é, preferentemente, a visão pessoal dos artistas. O elemento pessoal torna-se a marca registrada das obras de arte e a apreciação dessas obras requer uma certa iniciação nas maneiras peculiares aos artistas. Os historiadores destacam, convincentemente, o *maneirismo* como a característica básica da arte naquele século, quando o *connoisseur* encontra, pela primeira vez, a oportunidade de ganhar sua vida nos centros artísticos da Itália. É ele um comerciante e um corretor, entre os artistas e seus afeiçoados, e os artistas já percebem que trabalham para um mercado. O conceito da propriedade intelectual, desconhecido na Idade Média, é agora reconhecido. O artista é um empresário, habilitado a reclamar direitos de

propriedade sobre seus trabalhos, que pode ou não vender ao público, de acordo com o preço do mercado.[6]

No entanto, nessa época, o perspectivismo não está confinado aos meios artísticos. Constitui uma feição da vida diária de um número crescente de pessoas, envolvidas em atividades propiciadas pelo emergente sistema de mercado. Na realidade, o mercado é a força subjacente, geradora da visão perspectivista da vida humana associada. Poder-se-ia dizer que Maquiavel encontra nas condições que prevalecem em seu tempo a inspiração para elaborar sua teoria política.[7]

O perspectivismo permeia o pensamento de Maquiavel e um exemplo disso é a analogia usada por ele na dedicatória d'*O Príncipe* a Lourenço de Medici. A dedicatória em si é um recurso de conveniência, servindo à sua intenção de obter vantagens pessoais com sua adulação do príncipe. Mas o que deve ser salientado é a caracterização, que Maquiavel faz, da forma correta de estudar a arte de governar. Ele compara os estudiosos da política com "aqueles que desenham os mapas dos países". E explica: eles "se colocam bem embaixo, na planície, para observar a natureza das montanhas e dos lugares elevados, e para observar a dos lugares baixos colocam-se bem no alto das montanhas. Da mesma forma, para poder discernir claramente a natureza do povo, o observador precisa ser um príncipe e para discernir a dos príncipes, tem que fazer parte da populaça" (Maquiavel, 1965, p. 10-1). Maquiavel recorre a essa metáfora perspectivista a fim de declarar que o estudo da política requer uma integração dos pontos de vista tanto do príncipe quanto do povo. Para usar a terminologia de Mannheim, Maquiavel já é um "relacionalista" completo e acabado. Seu relacionalismo, porém, não se preocupa com a verdade, mesmo em sentido relativo. Preocupa-se, essencialmente, com a conveniência. O príncipe precisa ser instruído sobre a perspectiva do governante para preservar e aumentar os seus bens. Precisa compreender a perspectiva do *cidadão comum* para enganá-lo. O príncipe precisa ter sensibilidade para os imperativos cênicos, isto é, ser virtuoso por fingimento e capaz de induzir os cidadãos a serens bons através do *sábio* exercício da crueldade.

Maquiavel distorce sistematicamente a linguagem teórica por despojá-la de qualquer substância ética, prática em que Hobbes mais tarde seria soberbo. Por exemplo, com Maquiavel a prudência ganha uma conotação desconhecida. Sua idéia de prudência é vazia de conteúdo ético. A prudência é mero cálculo de conseqüências, uma habilidade a serviço dos interesses. É ele o fundador de uma "teoria política de interesse" (Wolin, 1960, p. 233), na qual "crueldade", "embuste", "logro", "usura", "guerra", "assassínio em massa" são sancionados como expressões legítimas da conduta humana. Dessa forma, louva atos deploráveis para o senso comum. O príncipe não deveria considerar seu dever a prática de qualidades "consideradas boas", porque elas podem resultar na sua "destruição". Há qualidades "que parecem vícios mas que, se ele as pratica, lhe poderão trazer segurança e bem-estar" (Maquiavel, 1965, p. 59). É certo que "todo mundo", diz ele, "admitirá que seria muito louvável que um príncipe exibisse [as] qualidades... consideradas boas... Mas nenhum governante pode possuí-las, ou praticá-las inteiramente, por causa de condições humanas que tal não permitem" (Maquiavel, 1965, p. 58). Os ensinamentos de Maquiavel significam que não apenas os príncipes, mas igualmente os homens comuns, têm o direito de pôr de lado os padrões morais das boas ações, na perseguição dos interesses pessoais. Ele é, na verdade, um dos primeiros pensadores modernos que compreenderam os padrões motivadores imanentes a uma sociedade centrada no mercado. Tais padrões em geral e o perspectivismo em particular tornaram-se os padrões normativos da conduta humana.

[6] Sobre o mercado artístico na Itália e o surgimento da arte moderna, veja von Martin (1944).

[7] Sobre o "momento maquiavélico", veja Pocock (1975).

3.3 Formalismo

O formalismo é um terceiro aspecto dos fundamentos psicológicos que inspiram a atual teoria de organização. É uma característica da conduta humana que se tornou externamente orientada. O termo é geralmente empregado pelos historiadores da arte, incluindo Arnold Hauser, para descrever uma característica psicológica particular da sociedade ocidental, no início de seu período capitalista. O formalismo ainda é útil, hoje em dia, como uma categoria explicativa da conduta humana. Na realidade, tornou-se um traço normal da vida cotidiana, nas sociedades centradas no mercado, onde a observância das regras substitui a preocupação pelos padrões éticos substantivos. Exposto a um mundo infiltrado de relativismo moral, o indivíduo egocêntrico sente-se alienado da realidade e, para superar essa alienação, entrega-se a tipos formalistas de comportamento, isto é, sujeita-se aos imperativos externos segundo os quais é produzida a vida social. Torna-se um *maneirista*. De fato, o maneirismo é a disposição psicológica exigida por um tipo de política divorciada do interesse pelo bem comum, por um tipo de economia unicamente interessada em valores de troca, e por uma ciência, em geral, essencialmente definida por método e por praxes operacionais.

O comportamento é uma manifestação do maneirismo e é inteiramente capturado pelos critérios incidentais da arena pública. Seu significado exaure-se em sua aparência perante os outros. Sua recompensa está no próprio reconhecimento como adequado, correto, justo.

Seu sujeito não é uma individualidade consistente, mas uma criatura fluida, pronta a desempenhar papéis convenientes.

Uma criteriosa visão da natureza da síndrome comportamentalista pode ser extraída da cuidadosa leitura de dois documentos maneiristas, *O cortesão,* de autoria de Baldesar Castiglione, publicado em 1528, e *Teoria dos sentimentos morais,* de Adam Smith, publicado em 1756. Uma vez que tais documentos são especialmente reveladores, não apenas quanto à síndrome do comportamento em geral mas em relação ao formalismo em particular, serão eles analisados nas páginas seguintes.

As cortes sempre existiram sob uma forma qualquer, através da história. Mas a corte, tal como apareceu na Itália, na Espanha, na França e em outros países europeus, nas fases iniciais do capitalismo, foi um fenômeno histórico especial. Mais do que nunca anteriormente, a corte era então o centro da vida associada que tudo abrangia. Era a arena em que regularmente se encontravam os atores importantes da vida pública. Nada, nos domínios da religião, da política, da economia, do militar, do artístico, ou em outros domínios da vida pública, conquistava caráter normativo, geral, sem ser primeiro filtrado pela corte. Uma vez que a corte influía decisivamente sobre os negócios humanos do dia-a-dia, as maneiras predominantes entre os que eram admitidos em seu círculo transformavam-se em normas de boa conduta em geral. Pela própria identificação com tais maneiras, sem atitude crítica, Castiglione transforma historicamente critérios precários em critérios de boa conduta humana. É exatamente essa identificação que constitui o traço essencial do behaviorismo.

É de assinalar-se que Castiglione se coloca, a si próprio, na companhia de Cícero, que também é um autor de vários panfletos sobre normas de conduta humana. Mas se alguém ler cuidadosamente o *De Officiis* de Cícero, por exemplo, perceberá que o escritor romano nunca se rendeu à atração episódica do puramente palaciano. Cícero preocupa-se basicamente com aquilo que é bom de modo geral, além de quaisquer circunstâncias episódicas. Assim é que escreve: "Muito embora [a] excelência moral [de uma conduta humana] não seja de modo geral enaltecida, ainda assim é digna de respeito; e, por sua própria natureza, merece louvor, muito embora não seja louvada por ninguém" (Cícero, 1975, p. 17).

Em contraposição, Castiglione está basicamente interessado na aprovação social. Assim sendo, descreve o comportamento palaciano como um padrão geral de conduta humana. Seu livro não é um tratado sobre educação, como a *República,* de Platão, e o *De Officiis,* de Cícero, autores que Castiglione apregoa estar imitando, mas apresenta uma metodologia requerida para a conquista da boa reputação, um tratado sobre a *gerência das impressões.* Por exemplo, falando sobre a *indiferença* como uma característica de conduta recomendável, um personagem do *O Cortesão* declara que:

"independentemente de ser uma fonte real de graciosidade, [a indiferença] traz consigo outra vantagem. É que, seja qual for a ação que acompanhe, não importa quão trivial, ela não só demonstra a habilidade da pessoa que a pratica, mas também, muitas vezes, faz com que a mesma seja considerada bem mais importante do que realmente é. E isso porque leva os observadores a crer que um homem que age bem com tanta facilidade deve ser possuidor de uma habilidade ainda maior do que a que de fato tem, e que se quisesse se dar a maiores trabalhos e esforços, poderia fazer as coisas melhor ainda" (Castiglione, 1976, p. 70).

Através do livro todo, Castiglione sugere que a única recompensa da boa conduta é o louvor público. Para ele, não há a boa conduta por si só e, em conseqüência, um dos tipos que criou aconselha o cortesão a "prestar atenção ao lugar e à pessoa em cuja presença estiver" e a "regalar os olhos daqueles que o estiverem olhando" (Castiglione, 1976, p. 116). Num período posterior da sociedade ocidental, a arena pública transcenderá a corte e transformar-se-á na própria sociedade. As regras predominantes de comportamento social transformar-se-ão em regras de boa conduta em geral.

A este ponto da análise, a explicação da natureza do formalismo pode ser extraída da afirmação de Aristóteles, de que "um homem é destinado à associação política, num nível superior àquele em que as abelhas ou outros animais gregários jamais poderão estar associados" (Aristóteles, *Política I,* 1.253*a*, § 10). Em consonância com essa afirmação, salientou ele também que um *bom homem* não é, necessariamente, um bom cidadão. O que é enfatizado por Aristóteles é o fato de que o bom homem é, sobretudo, guiado pelo que se qualifica aqui como razão substantiva, comum a todos os homens, em qualquer momento e em qualquer lugar, e que não deve ser considerada coincidente com padrões particulares de qualquer sociedade determinada. Em seu *Teoria dos sentimentos morais*, porém, Adam Smith torce o antigo significado de razão, com o objetivo de harmonizar o termo com critérios de economicidade, e a substitui pelo sentimento individual de gregarismo. Escreve ele:

"... embora a razão seja, indubitavelmente, a fonte das regras gerais de moralidade, e de todos os julgamentos morais que formamos através delas, é de todo absurdo e incompreensível supor que as percepções iniciais do certo e do errado possam ser derivadas da razão... Essas primeiras percepções, da mesma forma que todos os outros experimentos em que se fundamentam quaisquer regras gerais, não

podem ser objeto da razão, mas de imediato senso e sentimento... A razão, apenas, não pode tornar qualquer objeto particular, por si mesmo, agradável ou desagradável à mente" (Smith, 1976, p. 506).

Na opinião de Adam Smith, assim como na de todos aqueles que afirmam que a moralidade é compatível com a própria socialidade, o indivíduo é deixado sem um *piso firme*, metassocial, para a responsável determinação do caráter ético de sua conduta. O homem não age, propriamente, mas comporta-se, isto é, é inclinado a conformar-se com as regras eventuais da aprovação social. Em conseqüência, a educação não visa desenvolver o potencial do indivíduo para tornar-se um *bom homem*, no sentido aristotélico. "O grande segredo da educação", declara Smith, "é dirigir a vaidade a objetos adequados" (Smith, 1976, p. 417). A correção da conduta humana está em sua mera forma, não em seu conteúdo intrínseco. O indivíduo deveria colocar-se diante de um "espelho, através do qual [ele] possa ... com os olhos das outras pessoas, examinar a propriedade da [sua] própria conduta" (Smith, 1976, p. 206). Não há, assim, discordância essencial entre Castiglione e Adam Smith, no que se refere ao método adequado à determinação de normas de conduta humana em geral. A única diferença entre eles é de natureza episódica. Para Castiglione, o espelho do homem é a corte. Para Adam Smith, é a "sociedade". Portanto, *Teoria dos sentimentos morais* de Adam Smith, é equivalente ao livro de Castiglione, enquanto ambos sucumbem ao fascínio do episódico, cujo modelo é transformado em um padrão de conduta humana em geral.

A legitimação de formas episódicas de conduta humana, de acordo com seus precários princípios imanentes continua, até hoje, a ser um postulado básico da ciência do comportamento, "objetiva", "livre de valores". É, pois, compreensível que os que contemporaneamente praticam a ciência do comportamento se vejam, a si próprios, como estudiosos de processos, cuja forma, e não a substância, é o que importa. Para essas pessoas, a síndrome comportamentalista é uma premissa, e questioná-la não tem sentido.

3.4 Operacionalismo

O operacionalismo, como é entendido atualmente, tenta responder à seguinte pergunta: Como avaliar o caráter cognitivo de uma afirmação? Há duas respostas básicas para esta pergunta, e uma delas admite a existência de diversos tipos de conhecimento (tal como o metafísico, o ético, o físico), cada um dos quais requerendo normas específicas de verificação. Todavia, há aqueles que alegam que apenas as normas inerentes ao método de uma ciência natural de características matemáticas são adequadas para a validação e a verificação do conhecimento. Esta última resposta constitui a essência daquilo que aqui é rotulado de operacionalismo.

Parece prudente, no entanto, qualificar o operacionalismo entendido dessa forma como operacionalismo positivista, para que ninguém interprete este item como insinuando que os critérios de rigoroso raciocínio são irrelevantes em todos os campos de estudo, exceto a física. Ao contrário, onde quer que a articulação do pensamento não encontre critérios de exatidão, não existe sabedoria. É por isso que não é fácil para uma pessoa empenhar-se numa conversação no terreno da metafísica, da ética, da estética, sem dominar os respectivos padrões específicos de pensamento e de esclarecimento das matérias. Por exemplo, aquilo que é conceituado como forma na metafísica, como virtude na moral, como beleza na estética, não é dado à percepção humana da mesma forma que tamanho, forma, extensão e número de objetos. Não obstante, pode-se argumentar, legitimamente, que imaginar as coisas como formas objetivas é um requisito para a apreensão de sua natureza concreta. Justamente por isso, os julgamentos que dizem que um indivíduo é bom e que uma obra de arte é bela significam que virtude e beleza são objetos reais de uma espécie determinada, não apreendida diretamente pela percepção sensorial imediata.

Poder-se-ia considerar como representativo do operacionalismo positivista o argumento de P. W. Bridgman de que "um conceito nada mais é que um conjunto de operações".[8] G. Lundberg exprime sua idéia de operacionalismo afirmando que a "receita de um bolo define o bolo".[9] É possível que nem todos os operacionalistas positivistas concordem literalmente com Bridgman e Lundberg, mas em geral todos eles partilham da doutrina esposada por ambos, de que apenas aquilo que pode ser fisicamente medido ou avaliado merece ser considerado como conhecimento. Esta é uma das razões pelas quais, nos meios operacionalistas, a palavra metafísica é carregada de conotações pejorativas. Dizer que uma afirmação é metafísica equivale a descartá-la por não ter sentido.

O operacionalismo positivista pode ser considerado um traço da síndrome comportamentalista. Em outras palavras, quem quer que adira ao operacionalismo positivista, fica preso aos limites de uma peculiar tendência psicológica. Na análise da psicologia do operacionalismo, é forçoso enfatizar duas de suas características principais.

Primeiro, o operacionalismo positivista é permeado de uma orientação controladora do mundo e, desse modo, induz o pesquisador a enfocar seus aspectos suscetíveis de controle. Tal característica decorre de pontos de referência filosóficos e psicológicos.

8 Apud Sjoberg (1959, p. 605).

9 Apud Sjoberg (1959, p. 606).

Filosoficamente e, na realidade, metafisicamente, o operacionalismo positivista reflete a visão do universo inerente à física clássica. Por exemplo, Galileu insinou que aquilo que é real no mundo só pode ser considerado como extensão, espaço, massa, movimento e solidez. Conseqüentemente, o aparelho conceptual para abordar a realidade tem que ser derivado, por força, da matemática. Na realidade, a matemática moderna leva em conta, na natureza, apenas aqueles aspectos que podem ter expressão quantitativa. Em geral, os físicos clássicos consideram esses aspectos como as únicas qualidades e declaram secundárias (isto é, invenções da imaginação) quaisquer outras qualidades que a mente conceba. Dessa forma, conceitos de alta ordem como aqueles que constituem a matemática moderna, determinam quais as coisas do mundo que devem ser entendidas como reais ou irreais. Essa substituição do abstrato pelo concreto é precisamente aquilo que Whitehead identifica, com exatidão, como a "falácia da concretidade mal colocada" (Whitehead, 1967, p. 51).

Hobbes aceitou a doutrina de Galileu e, de acordo com ela, desenvolveu sua noção de "filosofia civil", expressão que abrange aquilo que é hoje conhecido como ciência política e social. Assim é que afirma ele que sentimentos como amor, benevolência, esperança, aversão (simples *movimentos da mente,* induzidos por influências externas), da mesma forma que a conduta humana em geral, "devem ser considerados do ponto de vista da física" (Hobbes, 1859, p. 72).

Hobbes afirmaria que a ciência social é, necessariamente, física social de determinado tipo, e que o problema da ordem nos negócios humanos só admite uma solução mecânica. Uma vez que as noções de bem e de mal, e todas as virtudes e sentimentos pertencentes ao domínio da ética, assumem o caráter de qualidades secundárias, o planejamento de uma boa sociedade equivale ao planejamento de um sistema mecânico, em que os indivíduos são engrenados, por instigações exteriores, para suportar as regras de conduta necessárias para manutenção da estabilidade desse sistema.

A ciência do homem e da sociedade, de Hobbes, modelada segundo a física clássica, embora sob formas atenuadas, ainda tem influência, hoje em dia, entre estudiosos e praticantes da ciência do comportamento, da pesquisa operacional e de determinados tipos de análise de sistemas e planejamento. Na realidade, tais correntes estão sobrevivendo ao declínio do tipo de ciência física de que são derivadas. De fato, a física de hoje tende a trabalhar com conceitos sem representação visível, que não podem ser articulados como receitas, já que ela nega à percepção sensorial um papel importante na formulação da teoria. Tendo reinstaurado o conceito do vir a ser como realidade

física, a formulação teórica, na física de hoje, é antes uma arte e obedece a regras estéticas.[10]

Psicologicamente, a orientação controladora do mundo tem sido inerente ao operacionalismo positivista desde seu início histórico, no século XVII. Na física, seus fundadores foram personalidades, como Galileu, que reagiam contra a orientação contemplativa, dominante e dogmática, dos pensadores medievais. Os pensadores modernos desejavam que o mundo prático fosse o objeto mesmo da indagação científica. A refutação que Galileu fez da doutrina de Aristóteles sobre a queda dos corpos, mediante a experiência a que procedeu na Torre de Pisa, é exemplo de um caso em que a validação do conhecimento exige mais do que raciocínio silogístico.

Na raiz do operacionalismo está o interesse em lidar com problemas práticos do mundo e esse interesse foi tornado explícito por Francis Bacon em seu *Novo órgão,* onde afirma que "conhecimento é poder". Coerente com essa orientação é a assertiva de Bacon, de que "aquilo que é o mais útil na operação, é o mais verdadeiro no conhecimento" (Bacon, 1968, p. 122). É nesse sentido que o que deturpa o operacionalismo é sua identificação do *útil* com o *verdadeiro*. Utilidade é uma noção cheia de ambigüidade ética. Em si mesmo, aquilo que é útil pode servir para ser tanto eticamente sadio quanto eticamente errado no domínio social e, desse modo, o papel do operacionalismo em ciência social deveria ser eticamente qualificado. Isso é precisamente o que Hobbes e os cientistas sociais convencionais, de modo geral, deixam de fazer. Despojaram a utilidade de seu caráter eticamente ambíguo, legitimando como normas gerais aquilo que é útil ao sistema social para o controle dos seres humanos que dele participam. Ainda uma vez, é evidente a afinidade entre o operacionalismo e a síndrome comportamentalista.

Outra característica do operacionalismo positivista influi na síndrome do comportamento: a recusa em reconhecer às causas finais qualquer papel na explicação do mundo físico e social. Sua inferência é a de que as coisas são, simplesmente, resultados de causas eficientes, sendo o mundo inteiro um encadeamento mecânico de antecedentes e conseqüentes. Essa conjectura é um componente sistemático da doutrina de Galileu, Newton, Laplace, e de todos aqueles que concebem a ciência social como uma extensão da ciência física clássica. Uma vez que causa final é uma expressão que raramente aparece na linguagem técnica atual, ninguém, no contexto da presente análise, pode servir como exemplo melhor do que Hobbes, para sensibilizar o leitor quanto às questões aqui em jogo.

[10] Mais amplo desenvolvimento deste ponto ultrapassa os limites deste capítulo. Veja, não obstante, Capek (1961) e Leclerc (1972).

Hobbes exprime a idéia de causalidade inferida pelo operacionalismo positivista como se segue:

"Uma causa final não tem lugar senão naquelas coisas que têm senso e vontade e isso também provarei ... ser causa eficiente" (Hobbes, 1839, p. 132).

Não é de admirar que, para ser coerente com tal doutrina, Hobbes tenha sido levado a definir a razão como nada mais do que cálculo de conseqüências, no sentido mecânico. A qualificação *no sentido mecânico* é necessária aqui porque, no processo de atualização, as coisas ficam, realmente, se acham sob a influência de algum tipo de antecedentes e conseqüentes. Em seu processo de atualização, as coisas encontram dados que são suas causas eficientes, mas tais dados não constituem o único agente determinante do processo das coisas, como alegam Hobbes e os operacionalistas positivistas em geral. Por exemplo, Hobbes afirma, corajosamente, que "nada começa por impulso próprio, mas por força da ação de algum outro agente exterior" (Hobbes, 1840, p. 274). Ele concebe o universo como uma ordem mecânica, cuja compreensão requer um raciocínio de natureza matemática, um cálculo que consiste, essencialmente, em soma ou subtração. As descobertas da ciência contemporânea mostram que essa concepção de causalidade é insustentável. Por exemplo, a certeza na predição do processo das coisas é admitida como teoricamente possível na idéia mecanicista de causalidade, enquanto o princípio da incerteza, de Heisenberg, empiricamente provado, significa que as coisas têm seus fins próprios, que as dotam de certa capacidade de autodeterminação. São, realmente, afetadas por antecedentes no sentido de que, não existindo abstratamente, têm que se apropriar dos dados fornecidos pelo mundo, mas tal apropriação não deve ser explicada como uma acomodação passiva a circunstâncias externas; é um processo seletivo, de exclusão e inclusão de dados, de acordo com os objetivos particulares das coisas. Na linguagem de Whitehead, as coisas estão continuamente fazendo a preensão de dados, na concretização de seus padrões intrínsecos. Assim, a ciência contemporânea restabelece a causa final no domínio físico e social.

Hobbes compreendeu, corretamente, que não se podia aceitar o operacionalismo positivista sem reduzir o homem a uma espécie mecanomórfica de entidade. Assim, conscientemente, ele equipara a liberdade à necessidade. Em conseqüência, aquela não deveria ser apenas atribuída aos humanos, mas a todos os corpos. "A liberdade", diz ele, "é a ausência de tudo que constitua impedimento à ação ... como, por exemplo, se diz que a água desce *livremente*, ou tem a *liberdade* de descer pelo canal do rio, porque dessa forma não há impedimento,

mas não pode correr atravessado, porque as margens são impedimentos" (Hobbes, 1840, p. 273-4). Portanto, o homem nunca age, propriamente, mas cede sempre às instigações exteriores, porque sua "vontade ... e cada uma das inclinações do homem, enquanto este delibera, são igualmente necessárias, e dependem de uma causa suficiente [o que, em Hobbes, é o mesmo que causa eficiente], tanto quanto qualquer outra coisa, seja ela qual for" (Hobbes, 1840, p. 247). Mesmo Deus não escapa ao peso da necessidade mecânica. "Deus", diz ele, "não faz todas as coisas que pode fazer, se quiser; mas que possa *querer* aquilo que não *tenha querido* por toda a eternidade, isso eu nego" (Hobbes, 1841, p. 246). Na terminologia da presente análise, isso equivale a dizer que Deus e os seres humanos não agem. Podem apenas comportar-se. O mundo vai-se desdobrando de acordo com um esboço já estabelecido e para toda a eternidade. Não existe criatividade no universo mecanomórfico de Hobbes.

3.5 Conclusão

Por impressionantes que se afigurem os traços básicos da síndrome do comportamento, deve-se compreender que os mesmos não estão afetando remotamente a vida das pessoas. Na realidade, constituem o credo não enunciado de instituições e organizações que funcionam na sociedade centrada no mercado.

Para ter condições de enfrentar os desafios de uma tal sociedade, a maioria de seus membros interioriza a síndrome comportamentalista e seus padrões cognitivos. Essa interiorização ocorre, geralmente, sem ser notada pelo indivíduo, e assim a síndrome comportamentalista transforma-se numa segunda natureza. A disciplina administrativa padrão, ela própria admitindo que os seres humanos são individualidades fluidas, e capturada pelos pressupostos do perspectivismo, do formalismo e do operacionalismo, não pode ajudar o indivíduo a superar essa situação. Os capítulos 4 e 5 focalizarão duas conseqüências decorrentes dessa servidão da disciplina administrativa dominante, ou seja, a locação inapropriada de conceitos e a política cognitiva.

BIBLIOGRAFIA

Aristóteles. *Política*. trad., publ. Ernest Barker. Oxford, Inglaterra, Oxford University Press, 1972.

Bacon, Francis. *Obras*. v. 4, *Novo órgão*. In: Spedding, J. et alii, org. New York, Garret Press, 1968.

Capec, Milic. *Philosophical impact of contemporary physics*. Princeton, New Jersey, D. Van Nostrant, 1961.

Castiglione, Baldesar. *The Book of the courtier*. Middlesex, Inglaterra, Penguin Books, 1976.
Cicero. *De Officiis*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1975.
Eliade, Mircea. *Cosmos and history*. New York, Harper & Row, 1959.
Hauser, Arnold. *Mannerism*. London, Routledge & Kegan Paul, 1965.
Hirschman, Albert O. *The Passion of the interests*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1977.
Hobbes, Thomas. *The English works*. Molesworth Edition, 1840. v. 1.
——. *The English works*. Molesworth Edition, 1840. v. 4.
——. *The English works*. Molesworth Edition, 1841, v. 5.
Leclerc, Ivor. *The Nature of physical existence*. London, George Allen & Unwin, 1972.
Lowenthal, Leo. *Literature, popular culture, and society*. Palo Alto, California, Pacific Books, 1968.
Machiavelli, N. O Príncipe. In: *Machiavelli, the chief works and others*. trad. Allan Gilbert. North Carolina, Duke University Press, Durham, 1965. v. 1
Montaigne, Michel Eyquem de. *The Compiete essays of Montaigne*. trad. D.M. Frame. Stanford, California, Stanford University Press, 1975.
Pocock, J.G.A. *The Machiavellian moment*. Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1975.
Reichenbach, Hans. *The Rise of scientific philosophy*. Berkeley, California, University of California Press, 1959.
Sjoberg, G. Operationalism and social research. In: Gross, L., publ. *Symposium on Sociological Theory*. New York. Harper & Row, 1959.
Smith, Adam. *A Teoria dos sentimentos morais*. Indianápolis, Indiana, Liberty Classics, 1976.
Voegelin, Eric. *The New science of politics*. Chicago, Illinois, University of Chicago Press, 1952.
Von Martin, Alfred. *Sociology of the Renaissance*. New York, Oxford University Press, 1944.
Von Stein, Lorenz. *The History of the social movement in France, 1789-1850*. Totowa, New Jersey, The Bedminster Press, 1964.
——. *Process and reality*. New York, The Free Press, 1969.
Whitehead, A.N. *Science and the modern world*. New York, The Free Press, 1967.
Wolin, Sheldon S. *Politics and vision*. Boston, Massachusetts, Little, Brown, 1960.

4. COLOCAÇÃO INAPROPRIADA DE CONCEITOS E TEORIA DA ORGANIZAÇÃO

O campo da teoria da organização tem sido tão indiscriminadamente receptivo a influências vindas de tantas áreas diferentes de conhecimento que parece agora ter perdido a consciência de sua missão específica. Embora um relacionamento cruzado entre as disciplinas seja, de modo geral, positivo e mesmo necessário à criatividade, é hora de uma séria avaliação da condição desse campo, para que ele não se transforme numa mera confusão de divagações abstratas, desprovidas de força e de direção. Toda disciplina deve ter um mínimo de intolerância em suas transações com as outras, ou perderá sua razão de ser. Ter identidade e caráter é, num certo sentido, ser intolerante.

Sustento, neste capítulo, que o processo de extrapolação, que chamo de colocação inapropriada – *misplacement* – de conceitos, está descaracterizando a teoria da organização, e esta acabará mutilada, se continuar se permitindo a prática de tomar emprestados a outras disciplinas, incompetentemente, teorias, modelos e conceitos estranhos à sua tarefa específica.

4.1 Traços fundamentais da formulação teórica

A formulação teórica, no campo organizacional, tem-se verificado mais freqüentemente como resultado: a) da criação original direta; b) do acaso de uma feliz descoberta (*serendipity*); c) da colocação apropriada de conceitos.

Não é minha intenção investigar as complexidades da criatividade conceptual. Basta dizer que um conceito resulta de um ato direto de criação, quando nenhum antecedente dele é aparente, quando não foi derivado senão da transação pessoal e direta entre a mente do pensador e os traços peculiares do tópico ou problema objeto de atenção. Assim, a acreditarmos em Cassirer, Montesquieu "é o primeiro pensador a apreender e a exprimir, claramente, o conceito dos tipos ideais" (Cassirer, 1951, p. 210). Com as características sistemáticas que mais tarde lhe foram atribuídas por Max Weber, esse conceito trouxe uma compreensão sem precedentes da natureza e do significado da própria

formulação teórica. A formação do conceito, porém, resulta geralmente de uma feliz descoberta casual e da colocação apropriada de conceitos, sendo a verdadeira e original criação conceptual mais rara do que é ordinariamente admitido.

Como explicou Robert Merton, ocorre *serendipity* quando "um achado inesperado e anômalo estimula a curiosidade do investigador e o [conduz] através de um atalho não premeditado, que [leva] a uma hipótese nova" (Merton, 1967, p. 108). A feliz descoberta casual no campo da organização é bem exemplificada pelos chamados Estudos Hawthorne. O propósito original dessa pesquisa era a avaliação do efeito da claridade na produção do trabalhador. Numa primeira tentativa, nenhuma relação importante foi encontrada entre as duas variáveis. Esse resultado inesperado levou os pesquisadores a procederem a uma completa investigação dos fatores da eficiência, e o resultado disso foi a descoberta de que os sentimentos e as relações informais entre os empregados, da mesma forma que suas necessidades pessoais e condições sociais externas à organização, têm influência sistemática sobre a produtividade. É possível dizer-se que os esforços despendidos na avaliação e na discussão dos passos e dos resultados dos Estudos Hawthorne conduziram Fritz Roethlisberger e William J. Dickson a uma incipiente formulação daquilo que é hoje conhecido como a análise de sistemas. (Essa raiz da análise de sistemas tem sido negligenciada pelos que fazem a crônica desse campo.)

A colocação apropriada de conceitos pode proporcionar um meio fecundo de obtenção de *insight* e pode mesmo levar à formulação de uma *lógica da descoberta.* Por isso se esforça Donald Schon, em seu livro *Displacement of concepts.*[1] "A emergência de conceitos", afirma Schon, pode "decorrer da deslocação de velhos conceitos para novas situações" (Schon, 1963, p. 53). Ao deslocar um conceito, tenta-se compreender o inusitado em termos do familiar, ou o desconhecido em termos do conhecido. Vários exemplos podem ser citados, no estudo da política e da administração. Um exemplo de deslocação de conceitos é encontrado no livro *The Principles of organization,* de James D. Mooney e Alan C. Reiley, autores que fizeram, explicitamente, o que outros, como Henri Fayol, Frederick Taylor, Luther Gulick, fizeram implicitamente: deduziram dos modelos históricos existentes diretrizes sistemáticas para organização. Mooney e Reiley, apoiando-se sistematicamente numa lógica de deslocação, formularam princípios como o princípio escalar, o princípio funcional, o princípio coordenativo e o princípio da equipe, tomando como paradigma de *eficiência organizada* (Mooney e Reiley, 1939, p. 47) a Igreja e o Exército.

1 Veja Donald A. Schon (1963). Sobre deslocação de conceitos como instrumento de inovação tecnológica, veja Gordon, W.J.J. (1973).

Em ciência política, outra ilustração de deslocação de conceitos é representada pela obra *The Nerves of government,* de Karl Deutsch. A força principal desse livro está na conceituação de tópicos políticos do "ponto de vista de comunicações" (Deutsch, 1966, p. XXVIII) – isto é, pelo recurso aos modelos cibernéticos. No campo da teoria da organização, o equivalente ao trabalho de Deutsch é, certamente, *Social psychology of organizations,* de Daniel Katz e Robert L. Kahn, no qual os principais temas e problemas de administração se entrelaçam numa trama cibernética.

4.2 A deslocação transforma-se em colocação inapropriada

Embora a deslocação de conceitos possa constituir um meio valioso, profícuo e legítimo de formulação teórica, pode muito facilmente degenerar numa colocação inapropriada de conceitos. A colocação inapropriada de conceitos contamina, presentemente, o campo da teoria organizacional, e ocorre quando a extensão de um modelo de teoria ou conceito do fenômeno *a* ao fenômeno *b* não se justifica, após minuciosa análise, porque o fenômeno *b* pertence a um contexto peculiar, cujas características específicas só limitadamente correspondem ao contexto do fenômeno *a*. A pessoa expõe-se, com freqüência, a colocar inapropriadamente conceitos, quando empreende o esforço da formulação teórica, e a razão pela qual muitas vezes sucedem essas "injustificadas extensões de conceitos" é dada por Kaplan:

"Não há duas coisas no mundo completamente iguais, de modo que toda analogia, por mais estreita que seja, pode ser levada a um extremo exagerado; por outro lado, não há duas coisas que sejam completamente dessemelhantes, de modo que sempre é possível estabelecer uma analogia, se nos decidirmos a fazer isso. A questão a ser considerada, em todos os casos, é se há ou não alguma coisa mais a aprender nessa analogia, se nos decidirmos a estabelecê-la" (Kaplan, 1964, p. 266).

Assim, na tentativa de deslocar um conceito, pode-se estar entrando "numa possível cilada intelectual" (Nagel, 1961, p. 115),[2] em que a tentativa resulta na colocação inapropriada de um conceito.[3]

2 Veja Nagel, Ernest (1961, p. 108). Nagel escreve: "O que existe de similar entre o novo e o velho é, muitas vezes, apenas vagamente apreendido, sem ser cuidadosamente articulado. Além disso, pouca – se é que alguma – atenção é dada, em geral, aos limites entre os quais é válida essa similitude. Sendo assim, quando noções familiares são estendidas a assuntos novos, à base de similaridades não analisadas, graves erros podem ser facilmente cometidos" (Nagel, 1965, p. 108).

3 Sobre os enganos que Giovanni Sartori chama de "estiramento conceptual", veja Sartori (1970).

4.3 A ilusão da autenticidade corporativa

Muitas tentativas para deslocar conceitos de outros campos para o campo da teoria organizacional produziram resultados diferentes dos pretendidos. De modo geral, os conceitos são inapropriadamente colocados na teoria da organização porque aqueles que praticam essa colocação inapropriada não percebem que as organizações formais são afetadas por vários tipos de socialidade, que possuem, por sua vez, diferentes graus de intensidade. Por exemplo, tomando o grau de intensidade do contato entre os indivíduos como um ponto de referência, Gurvitch (1958, p. 176) estabelece a diferença entre massa, comunidade e comunhão, como formas de socialidade. Muitos autores são levados a extrapolações *injustificadas*, exatamente na medida em que não tomam conhecimento do fato de que o terceiro tipo de socialidade – comunhão – tem a menor das funções estruturais no contexto das organizações formais. Exemplo típico desse erro é aquilo que tem sido chamado de *organizações autênticas.*[4]

No entanto, autenticidade corporativa é, em seus próprios termos, uma contradição, já que a autenticidade é um atributo intrínseco do indivíduo: não pode, jamais, ser conquistada definitivamente. A existência social corporativa constitui, normalmente, o alvo contra o qual se lança a autenticidade. Os momentos autênticos da vida individual são precisamente aqueles em que os comportamentos corporativos estão em suspenso. É por essa razão que a autenticidade é perigosa. Viesse ela a se transformar num estado social corporativo firme, como querem alguns, então não haveria mérito para os indivíduos em serem autênticos, e o ser humano perderia o caráter de um verdadeiro *eu*, responsável por suas próprias ações. De fato, essa posição deixa de tomar em consideração a inextricável tensão entre as dimensões substantivas das pessoas e os requisitos funcionais da sociedade. Pressupõe que a atualização pessoal pode ser equivalente à execução de atividades funcionais. É verdade que, onde prevalece a comunhão, existe uma expressiva tolerância para a autenticidade, mas a comunhão dificilmente é possível, dentro dos limites das organizações formais. Em razão de sua natureza, uma organização formal tem, normalmente, baixo grau de tolerância em relação à autenticidade individual, para aqueles tipos de relacionamentos definidos por Martin Buber como *Eu-Tu.*

4.4 A alienação mal compreendida

A idílica vibração que prevalece em muitas das atuais teorias no campo da organização confirma a asserção de Saul Alinsky de que "os cientistas sociais muitas vezes parecem simplórios, quanto aos usos e

4 Veja, por exemplo, Beatrice & Rome, Sydney (1967, p. 181).

propósitos das organizações".[5] Essa observação é de particular pertinência em relação àqueles que afirmam que é possível minimizar e mesmo eliminar a alienação, no contexto das organizações formais.

A literatura contemporânea sobre alienação representa, em grande parte, um exemplo de colocação conceptual inapropriado, ou "estiramento conceptual", para usar a linguagem de Sartori. Antes de Hegel e Marx, o assunto da alienação tinha um caráter meta-histórico e religioso fundamental. Para superar seu infortúnio histórico, ou sua proscrição no mundo, esperava-se dos humanos que enfrentassem as dimensões de sua condição, que eram essencialmente meta-históricas e metassociais.[6] Hegel e Marx reduziram essa proscrição, conceituada como alienação, a uma condição puramente social, de forma a conceberem a desalienação, a redenção ou emancipação do homem não como um acontecimento na vida individual, independentemente de determinadas circunstâncias do mundo, mas como o resultado de um certo estágio do processo histórico-social. Hegel e Marx colocaram inapropriadamente, eles próprios, o velho tema e idéia de alienação e – ou – de proscrição.

Todavia, pelo menos ambos tinham familiaridade com a milenar herança de pensamento e de *insights* sobre alienação. Sabiam que, de acordo com essa herança, a proscrição ou a alienação deveria ser considerada como uma questão essencialmente metafísica e religiosa.[7] O intuito deles era deliberadamente polêmico: mostrar que a proscrição ou a alienação do homem poderia ser superada nos limites do domínio da história secular. Queriam dizer que, antes deles, os pensadores encaravam a alienação num nível em que ela não se situava. Assim, sugeriam que esses pensadores do passado eram culpados de colocação errada do conceito de alienação.

É difícil, porém, encontrar desculpas para a atual literatura behaviorista sobre alienação. De modo geral, a maioria de seus representantes parece esquecer os antecedentes históricos da questão. Mais ainda, embora alguns desses representantes contemporâneos se refiram a Marx (e raramente a Hegel) como fonte, seus escritos estão realmente carregados de erradas interpretações do pensamento de Marx, para não mencionar seus antecedentes. Ao que parece, a intenção deles é a *operacionalização* do pensamento de Marx, mas ao prosseguirem em seus esforços não tomam conhecimento do arcabouço macrossocial

5 Apud Means, Richard (1970, p. 173).

6 O conceito de distanciamento (ou alienação), como afirma Paul Tillich, corresponde "àquilo que no simbolismo religioso é denominado queda". Veja Tillich (1968, p. 419).

7 Marx, por exemplo, diz: "a teologia explica a origem do mal através da queda do homem; quer dizer, afirma como fato histórico aquilo que deveria explicar" (Marx, 1964, p. 121).

em que apenas o conceito de alienação de Marx faz sentido. Por exemplo, num artigo amplamente citado, Melvin Seeman procura tornar o significado de alienação "mais pesquisável" e "acessível a uma precisa enunciação empírica" (Seeman, 1972, p. 46). Descreve a alienação como provida de traços behavioristas, tais como fraqueza, falta de significado, falta de normas, isolamento, auto-alheamento e justifica sua análise mediante uma interpretação fora de contexto de autores como Marx, Max Weber, Durkheim, Mannheim (cavalheiros que, certamente, *hurlent de se trouver ensemble*), nenhum deles aceitando jamais uma discussão behaviorista do tema. Seeman diz, por exemplo, que *rebelião* muito se aproxima de *isolamento*. Se, na verdade, esse fosse o caso, Marx seria uma pessoa alienada, o que equivale a interpretar Marx contra o próprio Marx. Uma personalidade tão visivelmente voltada para seu próprio ego, como por certo era Marx, repeliria com indignação esse tipo de sugestão. Ele achava que sua *rebelião* contra a sociedade burguesa e seu *isolamento* dentro dela eram sinais de que antecipava, no decurso de sua vida, a fase histórica futura definida pelo desaparecimento da alienação. Afinal de contas, Marx era de algum modo hegeliano e, tal como Hegel, estava convencido de que havia decifrado o enigma da história. É sabido também que Marx tinha problemas com seus intérpretes e que disse, uma vez: *"moi, je ne suis pas marxiste."*

Na realidade, Seeman tem consciência de que sua idéia de alienação "diverge da tradição marxista", mas considera que tal "divergência não é radical". Reconhece que Marx produziu um "julgamento sobre um estado de coisas". "A minha versão", declara, "diz respeito à contrapartida desse estado de coisas, nas expectativas do indivíduo" (Seeman, 1972, p. 47). A questão é que essa divergência conduz a conseqüências ridículas, e isso é particularmente evidente no livro *Alienation and freedom,* de Robert Blauner.

Blauner alega basear-se na teoria da alienação, de Marx. Contudo, apesar de suas interessantes conclusões empíricas sobre ambientes de trabalho em vários setores da indústria americana, a pesquisa dele é precária, do ponto de vista conceptual, mesmo em bases marxistas, porque o contexto em que se dispõe a avaliar a alienação não se ajusta ao contexto global de sociedade que Marx tinha em mira. Blauner parece considerar alienação como equivalente a descontentamento com as condições do trabalho e essa equivalência corresponde à deturpação do conceito marxista de alienação. Como assinalou corretamente Richard Schacht, Marx não "hesitaria em falar sobre 'trabalho alienado', mesmo com relação a indivíduos que não estivessem descontentes com seu trabalho" (Schacht, 1970, p. 164). Para Marx, nunca se poderia eliminar a alienação nos limites da microrganização. A desalienação, para ele, exige a total transformação do próprio sistema social do mundo inteiro. O que torna a alienação inevitável, no presente

sistema industrial, de acordo com Marx, é a propriedade privada dos meios de produção, aspecto sistematicamente negligenciado por Blauner. Da perspectiva de Marx não faz sentido dizer que "o impressor é quase o protótipo do trabalhador não alienado, na indústria moderna" (Blauner, 1964, p. 56-7), ou que "o sistema industrial (contemporâneo) distribui desigualmente a alienação entre a força de trabalho do operariado, da mesma forma que nosso sistema econômico distribui desigualmente a renda" (Blauner, 1964, p. 5). Para Marx, diante das características intrínsecas das sociedades industriais contemporâneas, a alienação é um traço inevitável da vida de cada dia, um fenômeno social total, que resiste a qualquer solução compartimentalizada. A pesquisa de Blauner estriba-se numa colocação errada da teoria de Marx sobre alienação, e representa, na realidade, a colocação inapropriada de um conceito, isto é, primeiro despoja a questão da alienação de seu caráter meta-histórico; segundo, admite que ela possa ser resolvida por meios microrganizacionais.

Quando esse tipo de literatura, representativo da convicção behaviorista, é aceito por autores e especialistas em administração e organização por seu valor aparente, estimula uma distorcida e até mesmo bizarra compreensão das relações entre as organizações formais e os seus membros. Por exemplo, refletindo os pontos de vista de Seeman e de Blauner sobre alienação, Richard E. Walton sustenta que "as raízes da alienação do trabalhador" podem ser "extirpadas" através da "remodelação do local de trabalho" (Walton, 1972, p. 70). Para corroborar essa afirmação, informa ele os resultados de uma modificação implementada numa fábrica de alimentos para animais de estimação. Alguns desses resultados são assim enumerados:

"Depois de 18 meses, a taxa de despesas gerais estimadas foi inferior em 33%, na nova fábrica, ao que era na antiga. As reduções em custos variáveis de fabricação (por exemplo, 92% a menos nas rejeições por questão de qualidade e uma taxa de absenteísmo 9% abaixo da norma da indústria) resultaram numa economia anual de US$ 600 mil. O índice de segurança era um dos melhores da companhia e a rotatividade ficou muito abaixo da média. Novos equipamentos são responsáveis por alguns desses resultados, mas acredito que mais da metade deles deriva da inovação operada na organização humana" (Walton, 1972, p. 77).

Constitui tarefa dos especialistas em administração pública e privada a remodelação dos ambientes de trabalho, e o artigo de Walton é, certamente, uma interessante pesquisa para esse fim. Mas a identificação do processo de desalienação com a satisfação no trabalho, e a tentativa de avaliá-lo em termos de resultados tais como taxas de despesas

gerais, custos operacionais, economia anual e índices de segurança são exemplos de completa ingenuidade. Além disso, os manuais contribuem para difundir essa ingenuidade entre os estudantes e num desses manuais geralmente utilizados está dito, por exemplo, que "certos tipos de tecnologia podem reduzir a alienação" (Luthans, 1977, p. 91).[8] Em outras palavras, a alienação pode ser tratada como se fosse uma questão mecanomórfica. Este é um tipo de conhecimento superficial, que deveria ser considerado indesculpável nas escolas de graduação de administração pública e de empresas.

4.5 Sanidade organizacional, uma denominação incorreta

Outro exemplo de conceito errôneo é a noção de sanidade organizacional. Warren Bennis afirma que é necessário um conceito de sanidade organizacional para superar as inadequações da noção de capacidade da organização. Podemos aceitar a observação de Bennis de que "as formas tradicionais" (Bennis, 1966, p. 44) de avaliação da eficácia da organização parecem muito primárias, uma vez que deixam de lado diversos traços da questão que agora se mostram salientes. Realmente, os autores tradicionais preocuparam-se sobremaneira com o desempenho, medido de acordo com padrões mais ou menos rígidos e com limitadas "características de produção" (Bennis, 1966, p. 41). É certo que Bennis levanta um importante problema na teoria organizacional contemporânea: o conceito tradicional da capacidade da organização reflete uma visão muito estreita das "determinantes" (Bennis, 1966, p. 44) dessa organização. No entanto, o pressuposto de que o conceito da sanidade organizacional pode trazer algum esclarecimento ou ampliar os limites da teoria organizacional é algo questionável. Além de ser estranha ao estudo científico de organizações formais (por motivos que serão explicados posteriormente), a noção de sanidade organizacional não só deixa de solucionar os problemas teóricos e operacionais gerados pelo antigo conceito de eficácia organizacional como cria outros.

A esse respeito, meus argumentos principais podem ser resumidos como se segue:

1. A sanidade organizacional, como a conceitua Bennis, é estranha ao campo da teoria organizacional, sendo uma extrapolação mecânica de um atributo que pode ser pertinente à vida individual, mas não à natureza da organização formal. O conceito de sanidade organizacional de Bennis pressupõe a existência concreta de uma mente coletiva ou organizacional, cujas implicações organicistas dificilmente se harmonizam com a estrutura da ciência social contemporânea. Fica-se a

8 Veja Shepard (1972), Kirsch & Lengermann (1972) e Miller (1975).

imaginar se não significará uma recorrência de ilusões antropomórficas como a "alma coletiva", de Gustave LeBon, e a "mente grupal" de McDougall.

2. A hipótese de autores clássicos, de Taylor a Chester I. Barnard, de que não existe teoria de organização sem padrões objetivos para avaliação de atividades específicas da organização formal, continua válida, em nossos dias. Em outras palavras, uma vez que a organização formal é essencialmente definida por um tipo específico de racionalidade – racionalidade instrumental ou funcional – que se relaciona à otimização dos meios, para que se possa chegar a metas especificadas, os critérios de avaliação da eficácia organizacional constituem um sério tópico teórico. Podemos hoje rejeitar, como primária e inadequada, a abordagem da capacidade organizacional proposta por Taylor e pelos *administradores científicos.* No entanto, em qualquer tentativa para lidar com esse problema, suas especulações e as conclusões a que chegaram merecem cuidadosa consideração. A eficácia da organização tem aspectos que Taylor e outros autores mais antigos negligenciaram, mas a tarefa dos teóricos e dos que praticam a ciência da organização não está em evitar o problema, nem em recomendar paliativos. Consiste, em vez disso, na direta confrontação do problema da eficácia, em toda a sua atual complexidade. Em minha opinião, o conceito da sanidade organizacional falseia o assunto.

Na tentativa de substanciar a noção de sanidade organizacional, Bennis identifica a organização com um *quem* ("é preciso que se saiba quem ela é"), que se constitui de diversas "pessoas", sendo a tarefa do executivo "esforçar-se para conseguir coerência" ou "harmonia" entre essas "pessoas", "na medida em que isso seja possível" (Bennis, 1966, p. 52-4).[9] As pessoas organizacionais, como as sugere Bennis, representam uma reclassificação, em termos behavioristas, das diferentes estruturas que Wilfred Brown vê em qualquer organização complexa: a estrutura *manifesta,* que tem sua expressão num gráfico organizacional; a estrutura *presumida,* como se apresenta às percepções fenomenológicas dos indivíduos; a estrutura *existente,* que é aquela objetivamente percebida pelo analista de organização; e a estrutura *necessária* nos termos ótimos que conviriam à organização, dentro de suas limitadas circunstâncias. A classificação de Brown é válida e tem força esclarecedora, mas ao aplicar a tais estruturas critérios psicológicos e ao considerá-las correspondentes a pessoas, Bennis coloca mal o conceito de pessoa e traz confusão aos termos da análise organizacional. Pode-se, realmente, avaliar e descrever tais estruturas, mas perde-se a precisa perspectiva na compreensão das complexidades organizacionais, se se recorre a uma categorização de pessoa, tal como propõe Bennis. É jus-

9 Repetindo Bennis, H M F. Rush escreve: "Supõe-se que a organização tenha... todas as qualidades de um indivíduo" (Rush, 1969, p. 8).

tamente a esse tipo de errada abordagem que Katz e Kahn fazem objeção, quando observam que "alguns enfoques psicológicos recentes examinam minuciosamente as pessoas e esquecem-se de sua estruturada interdependência no contexto organizacional" (Katz e Kahn, 1966, p. 336). Embora sejam psicólogos, Katz e Kahn mostram-se muito alertas quanto às ciladas em que podem cair os psicólogos, quando se entregam a extrapolações de conceitos para problemas organizacionais e é assim que afirmam:

"... a abordagem adotada quando se lida com problemas de organização tem sido excessivamente simplificada e demasiado global. As pessoas ou partiram do pressuposto de que a organização era a mesma coisa que um indivíduo, isoladamente, ou que existia um único problema de motivação para a organização inteira, comportando uma única resposta, ou que as estruturas e processos organizacionais poderiam ser ignorados, ao se lidar com a psicologia individual" (Katz e Kahn, 1966, p. 336).

É bem-vinda a participação dos psicólogos no campo da teoria e da prática da ciência da organização. Na verdade, precisamos muito deles, mas para que possam ser úteis, é necessário que compreendam as especificidades do fenômeno organizacional, que jamais poderão ser inteiramente percebidos através de categorias pertinentes à psicologia individual. Uma demonstração clássica de que os psicólogos podem contribuir notavelmente para o desenvolvimento da teoria da organização é dada pela obra *The Social psychology of organizations*, de Katz e Kahn.

Além disso, pode-se afirmar que todas as imprecisões do conceito de sanidade organizacional derivam de uma raiz comum: a colocação inapropriada do conceito de sanidade mental. Realmente, se a saúde mental é um conceito válido (e há quem questione que o seja), seus padrões só são aplicáveis a indivíduos, jamais podendo ser aplicados a organizações, ou deduzidos das situações organizacionais.

O conceito de sanidade organizacional relaciona-se diretamente com a psicologia do ajustamento e não reconhece a autonomia individual. Não é uma categoria científica, mas um instrumento ideológico disfarçado: é um recurso pseudocientífico, dirigido à total inclusão[10] do indivíduo no contexto da organização.

Quando usado por praticantes e consultores como uma referência para intervir nas organizações, o pseudoconceito de sanidade organizacional pode levar à sufocação da energia psicológica do indivíduo. Em suas intervenções, esses especialistas pretendem, confessadamente,

10 Sobre as noções de inclusão parcial e inclusão total, veja Allport, F.H. (1933).

integrar o indivíduo e a organização. Isso constitui, na verdade, um esforço sinistro, que só pode ser levado a cabo às expensas da dimensão substantiva das pessoas. O tipo de psicologia que fundamenta a prática de tais consultores *integracionistas* é apoiado numa errada compreensão da natureza da socialização e do próprio fenômeno organizacional. É um tipo de psicologia motivacional, que pressupõe que a síndrome behaviorista,[11] inerente à sociedade centrada no mercado, é equivalente à natureza humana em seu conjunto. A motivação entendida dessa maneira torna-se equivalente ao controle e à repressão da energia psíquica do indivíduo. Todavia, essa espécie de psicologia forma o arcabouço conceptual de alguns especialistas, educados em nossas escolas de administração pública e de empresas, os quais afirmam possuir habilidades para *administrar a tensão humana*. Somente o fato de que são vítimas de uma formação falsa e simplória pode livrá-los da acusação de agirem como peculatários de seus crédulos clientes.

Uma psicologia científica não concorda, necessariamente, com significados que derivam de definições institucionalizadas da realidade. Reconhece uma dimensão profunda de realidade psíquica individual que resiste ao fato de ser totalmente capturada por definições sociais e organizacionais.[12] As relações entre os indivíduos e as organizações implicam sempre em tensão e nunca podem ser *integradas* sem custos psíquicos deformantes. As organizações formais não são senão instrumentos. Os indivíduos são seus senhores. Se a psicologia deve ser um componente da estrutura conceptual de especialistas e consultores – como precisa ser – é necessário que haja maior sofisticação em seu ensino em nossas escolas de administração pública e de empresas. É encorajador que tal reorientação já esteja sendo sugerida em trabalhos recentes, que estão aparecendo nas publicações técnicas.[13]

4.6 Pessoas e modelos de sistemas

Lamentavelmente, e sem uma admissão explícita desse fato, a ideologia integracionista infiltra-se numa grande proporção daquilo que os planejadores e analistas de sistemas fazem, como consultores e especialistas. É muito comum que percam de vista a necessária tensão entre pessoas e os sistemas projetados, apoiando-se numa concepção de sistema demasiado holística. De modo geral, reificam o sistema organizacional, isto é, dão ênfase à dependência das partes sobre o

11 Veja o capítulo 3 deste livro.

12 Veja Glass (1972-1974) e Laing (1967-1969).

13 Veja, por exemplo, Gross, Bertram (1973); Scott, William G. (1974); Glass, James (1975); Perrow, C. (1972); Singer, E. & Wooton, M. (1976); Dunn, W.N. & Fozouni, B. (1976).

todo, em vez de tratar, com precisão, da interdependência das partes internas e externas que constituem o todo. Robert Boguslaw refere-se a esse ponto, em seu livro *The New utopians*. Os planejadores de sistemas de orientação mecanicista e organísmica não questionam as regras operativas inerentes aos sistemas institucionalizados e "à luz do *status quo* ... tratam de explicar como os grupos humanos se podem adaptar, ou de fato se adaptam ao mundo em que se encontram" (Boguslaw, 1965, p. 3). Na prática, isso equivale a permitir que as regras operativas das organizações formais condicionem as necessidades dos cidadãos quanto a alimentação, proteção, vestuário, transporte, educação e lazer. Esse preconceito é agravado quando se combina com o mau emprego da cibernética, que como explica Sheldon Wolin "consiste em equiparar a natureza do pensamento humano a da ação intencional à operação de um sistema de comunicações, ou seja 'o problema do valor equivale' a um 'problema de painel de ligações', ou a 'consciência' é análoga ao processo da realimentação" (Wolin, 1969, p. 1.076). Mesmo um especialista em cibernética alerta para as falácias contidas nas analogias mecanicistas e organísmicas, como, por exemplo, Karl Deutsch, pode ser apanhado na prática da colocação inapropriada de conceitos. Assim é que ele emprega uma imagem mecanomórfica, ao definir a comunidade organizada como um "sistema de direção" e a habilidade do estadista como sendo a "arte de dirigir um automóvel numa estrada coberta de gelo" (Deutsch, 1966, p. 182-5). Da mesma forma, o analista de sistemas está apenas interessado na capacidade que a comunidade tem de atingir suas metas; a dimensão ética de tais metas não é de seu interesse. Os *ameaçadores* resultados de semelhante posição cibernética têm sido apontados por Giovanni Sartori (Sartori, 1970, p. 1.035-6), e preocupações idênticas às de Wolin e Sartori inspiram a discussão da análise de sistemas feita por Habermas (Habermas, 1970, p. 106-7).[14]

Minha intenção aqui não é rejeitar os modelos de sistemas, mas sim argumentar contra sua inadequada utilização para análise e planejamento administrativos. Em princípio, os modelos de sistemas têm utilidade, no campo administrativo, principalmente quando as funções de manutenção estrutural dos sistemas devem ser, de forma legítima, controladas e estimuladas. Mas quando se detêm sobre as funções de articulação e modificação estrutural dos sistemas, os analistas deveriam estar preparados para lidar com a verdadeira natureza da dinâmica dos sistemas, da qual é parte constitutiva a tensão entre as pessoas e as estruturas sociais.

Importante tentativa de aperfeiçoamento da análise dos sistemas tem sido feita por autores contemporâneos e Arthur Koestler, por exemplo, propõe esse refinamento quando apresenta o conceito de

[14] Veja Voegelin, Eric (1956).

holon, como um instrumento para a análise de sistemas que vai "além do atomismo e do holismo" (Koestler, 1969, 1977). Ele vê os organismos e as organizações não como totalidades absolutas, mas como sendo constituídos de subconjuntos de organelas, de órgãos, de sistemas de órgãos – cada um deles provido de notável grau de autonomia e autogoverno. Cada um desses subconjuntos é um *holon*, "que tem duas faces, olhando para direções opostas – a face voltada para os níveis inferiores é a de uma totalidade autônoma, a que se volta para cima é a de uma parte dependente" (Koestler, 1969, p. 197). No entanto, pode-se argumentar que a incorporação do conceito de *holon* à análise de sistemas não parece eliminar a tendência da mesma no sentido reducionista e holístico. Pode-se dizer que esse conceito pressupõe uma avaliação funcional da consciência pessoal, seja como uma das "partes que se relacionam com superestruturas", seja como totalidade "relacionada a subestruturas", e que essa ótica não exprime, é evidente, aquilo que, tradicionalmente, se supõe que uma pessoa seja. Em essência, uma pessoa não é uma parte funcional constitutiva de um sistema. Acredito que a definição de Kant para pessoa, em última análise, ainda é verdadeira: "Uma pessoa não está sujeita a nenhuma outra lei senão àquelas que (isoladamente, ou pelo menos em conjunto com outras pessoas) estabelece para si própria" (Kant, 1965, p. 24).[15] Dessa forma, pode acontecer que uma pessoa se encontre num sistema sem ser, necessariamente, parte funcional dele. Uma pessoa, num sistema planejado, pode bem ser um cavalo de Tróia, isto é, um agente, deliberadamente disfarçado, de destruição de superestruturas, tanto quanto de subestruturas.

As tentativas de integração do indivíduo e da organização baseiam-se numa compreensão errônea da natureza da pessoa. Meu ponto de vista é o de que somente uma visão delimitativa do plano organizacional pode contrapor-se à inadequada prática da análise de sistemas.

A colocação inapropriada de conceitos impregna a literatura contemporânea sobre tópicos e problemas organizacionais, e, em resultado, a cidadela do conhecimento organizacional de nossos dias é semelhante a uma torre de Babel. A confusão de línguas é quase ensurdecedora. A fonte de boa parte dessa confusão é a linguagem deformadora que surgiu como uma conseqüência do predomínio dos critérios econômicos na tessitura social em seu conjunto, e a diluição do político no contexto social. O impacto dessas manifestações sobre a linguagem será considerado mais longamente no capítulo 5. O dilema organizacional não pode ser superado senão recusando-se a teoria administrativa que supõe serem critérios inerentes às organizações for-

[15] Veja excelente discussão deste assunto em Esposito, J. L. (1976). Veja também Weizenbaum, J. (1976).

mais os critérios dominantes de toda a existência humana. Contrariamente, a teoria organizacional deveria transformar-se numa investigação sobre múltiplos tipos de sistemas sociais, dos quais o contexto econômico formal é um caso particular.

4.7 Conclusão

Paradoxalmente, o campo de estudo da teoria da organização tinha um senso muito mais claro de seu objetivo antes do surgimento, na década de 30, da chamada Escola de Relações Humanas. David Riesman e W. H. Whyte deveriam ser lidos de novo, porque explicam, de maneira convincente, como a Escola de Relações Humanas foi desencadeada pelos imperativos de uma estrutura econômica que exigia a ênfase no consumo e não na poupança.[16] De Taylor a Luther Gulick, os administradores profissionais preocuparam-se muito com a descoberta daquilo que deveria constituir o estudo sistemático do trabalho e da produtividade, e graças a eles foram identificados alguns pontos básicos permanentes da ciência administrativa, que podem ser articulados como se segue:

1. O trabalho e a produtividade constituem objetos sistemáticos de estudo científico. Peter Drucker corretamente considera Frederick Taylor um pioneiro da "economia do conhecimento" de hoje, de acordo com o qual "a chave para a produtividade [é] o conhecimento, não o suor" (Drucker, 1969, p. 71). E isso pode ser dito de toda a chamada escola clássica.
2. Não existe ciência da organização formal sem normas técnicas para mensuração e avaliação dos produtos do trabalho.
3. As funções ou tarefas deveriam ser tecnicamente planejadas e seus planejadores deveriam levar em consideração a condição fisiológica e psicológica do homem. Não é verdade que Taylor e a escola clássica tenham negligenciado o fator humano nas organizações. O que deve ser acentuado é que a concepção que tinham do homem era reducionista e demasiado limitada.[17]
4. As potencialidades humanas não são "intuitivamente óbvias, seja para o trabalhador, seja para aquele que o observa";[18] devem ser técnica e experimentalmente detectadas.
5. O desempenho, na execução da tarefa, não pode ser melhorado e eficientemente organizado sem um treinamento sistemático dos

16 Sobre a "ilusão da participação mal colocada", característica da Escola de Relações Humanas, veja Riesman (1971, p. 270-1). Veja Whyte (1957, p. 38-42), para a crítica da experiência Hawthorne.

17 Veja Ramos (1972).

18 Veja Caplow (1964, p. 234). O item que se segue é, em grande parte, derivado do livro de Caplow, mesma página aqui indicada.

trabalhadores. Em outras palavras, o treinamento técnico não elimina nem sufoca, necessariamente, as diferenças individuais, mas antes as acentua.

Estes são alguns dos tópicos permanentes da teoria da organização formal. A abordagem desses tópicos pelos classicistas pode ser criticada, em termos legítimos, por ser teoricamente superficial. Mas, pelo menos, perceberam eles que as organizações formais não constituem o cenário apropriado para a desalienação e para a auto-atualização das pessoas. Tinham mais consciência de suas limitações do que os *integracionistas* e *humanistas* de hoje, que afirmam saber como planejar organizações *autênticas, pró-ativas* e *sadias*. Como precursores da *"indústria da ciência"*, os classicistas assumiram uma missão histórica, qual a de prover a economia e a sociedade americanas, de modo geral, de sofisticadas, capitalizantes, produtivas capacidades. Desincumbiram-se, com elegância, dessa missão. Sua capacidade inventiva e sua engenhosidade contribuíram, numa importante medida, para tornar os EUA a primeira economia terciária e de serviço, na história da humanidade – uma economia em que as organizações formais, por assim dizer, podem cuidar de si mesmas com ajuda comparativamente limitada das pessoas. Hoje em dia, a missão fundamental dos especialistas em teoria da organização não consiste em legitimar a total inclusão das pessoas nos limites das organizações econômicas formais, mas sim em definir o escopo de tais organizações na existência humana em geral. A hora é azada para a prática de um tipo sem precedentes de ciência organizacional, sensível aos diversos aspectos da vida humana, e que seja capaz de lidar com esses aspectos nos contextos a que adequadamente pertencem. Este capítulo, da mesma forma que o seguinte, sobre a política cognitiva, um fenômeno relacionado com a colocação inapropriada de conceitos e de tópicos, prepara o caminho para a discussão analítica dos alicerces epistemológicos da nova ciência das organizações.

BIBLIOGRAFIA

Allport, F.H. *Institutional behavior*. Chapel Hill, Carolina do Norte, University of North Carolina Press, 1933.

Bennis, W. *Changing organizations*. New York, McGraw-Hill, 1966.

Blauner, R. *Alienation & freedom*. Chicago, University of Chicago Press, 1964.

Boguslaw, R. *The New utopians*. New Jersey, Prentice-Hall, 1965.

Caplow, Th. *Principles of organization*. New York, Harcourt, Brace & World, 1964.

Cassirer, E. *The Philosophy of enlightenment*. Princeton, Princeton, University Press, 1951.

BIBLIOTECA CENTRAL
PUCRS

Deutsch, K. *The Nerves of government*. New York, The Free Press, 1966.
Drucker, P. *The Age of discontinuity*. New York, Harper & Row, 1969.
Dunn, W.N. & Fozouni, B. *Toward a critical administrative theory*. Beverly Hills, Sage Publications, 1976.
Esposito, J.L. System, holons and persons: a critique of systems philosophy. *International Philosophical Quarterly*, June 1976.
_____. Consciousness and organization. *Administration and Society*, Nov. 1975
——. Epicurus and the modern culture of withdrawal. *American Politics Quarterly, 2*(2), July 1974.
Glass, J. Schizophrenia and perception; a critique of the liberal theory of externality. *Inquiry*, n. 15, 1972.
Gordon, W. J. J. *Synectics*. New York, Macmillan, 1973.
Gross, B. An organized society. *Public Administration Review*, July/Aug. 1973.
Gurvitch, G. Microsociologie. In: Gurvitch, G. publ. *Traité de sociologie*. Presses Universitaires de France, 1958.
Habermas, J. *Toward a rational society*. Boston, Beacon Press, 1970.
Kant, I. *Os Elementos metafísicos da justiça*. New York, Bobbs-Merrill, 1965.
Kaplan, A. *The Conduct of inquiry*. São Francisco, Chandler, 1964.
Katz, D. & Kahn, R.L. *The Social psychology of organizations*. New York, John Wiley, 1966.
Kirsch, B.A. & Lengermann, J.J. An Empirical test of Blauner's ideas on alienation in work as applied to different jobs in a white collar setting. *Sociology and Social Research, 56*, Jan. 1972.
Koestler, A. Beyond atomism and holism – the concept of holon. In: Koestler, A. & Smythie . J.J., publ. *Beyond Reductionism*. New York, Macmillan, 1969.
——. Free will in a hierarchic context. In: Cobb, J.B. & Griffin, D.R. publ. *Mind and nature*. Washington, University Press of America, 1977.
——. *The Divided self*. London, Penguin Books, 1969.
Laing, R.D. *The Politics of experience*. New York, Ballantine Books, 1967.
Luthans, F. *Organizational behavior*. New York, McGraw-Hill, 1967.
Marx, K. In: Bottomore, T.B., publ. *Karl Marx, early writings*. New York, McGraw-Hill, 1964.
Means, R. *The Ethical imperative*. Garden City, New York, Doubleday, 1970.
Merton, R.K. *Social theory and social structure*. New York, Free Press, 1967.
Miller, J. Isolation in organizations: alienation from authority, control

and expressive relations. *Administrative Science Quarterly*, June 1975.
Mooney, J.D. & Reiley, A.C. *The Principles of organization*. New York, Harper & Brothers, 1939.
Nagel, E. *The Structure of science, problems in the logic of scientific explanation*. New York, Harcourt, Brace & World, 1961.
Perrow, Ch. *Complex organization, a critical essay*. Illinois, Scott, Foresman, 1972.
Riesman, D. et alii. *The Lonely crowd*. New Haven, Yale University Press, 1971.
Rome, Beatrice & Sydney. Humanistic research on large organizations. In: Bugental, J. F. T., publ. *Challenges of humanistic psychology*. New York, McGraw-Hill, 1967.
Rush, H.M.F. *Behavioral science, concepts and management applications*. New York, National Industrial Conference Board, 1969.
Sartori, G. Concept misformation in cooperative politics. *The American Political Science Review, 44*(4), Dec. 1970.
Schacht, R. *Alienation*. Garden City, New York, Doubleday, 1970.
Schon, D. *Displacement of concepts*. London, Tavistock Publications, 1963.
Scott, W.G. The Organizational imperative. *Administration and Society*, Nov. 1974.
Seeman, M. On the meaning of alienation. In: Finifter, Ada W., publ. *Alienation and the social system*. New York, John Wiley & Sons, 1972.
Shepard, J.M. Alienation as a process: work as a case in point. *The Sociological Quarterly, 13*(2), 1972.
Singer, E. & Wooton, M. The Triumph and failure of Albert Speer's administrative genius: implications for current management theory and practice. *The Journal of Applied Behavioral Science, 12*(1), 1976.
Tillich, P. In: Bracten, C.E., publ. *History of christian thought*. New York, Simon and Schuster, 1968.
Voegelin, E. Necessary moral bases for communication in a democracy. In: Seitz, R.C. *Problems of communication in pluralistic society*. The Marquette University Press, 1956.
Walton, R.E. How to counter alienation in the plant. *Harvard Business Review*, Nov./Dec. 1972.
Weizenbaum, J. *Computer power and human reason*. San Francisco, Freeman, 1976.
Whyte, W. H. *The Organization man*. Garden City, New York, Doubleday, 1957.
Wolin, S.S. Political theory as a vocation. *The American Political Science Review, 43*(4), Dec. 1969.

5. POLÍTICA COGNITIVA – A PSICOLOGIA DA SOCIEDADE CENTRADA NO MERCADO

A chamada ciência da organização, como hoje a conhecemos, está enredada numa trama de pressupostos não questionados, que derivam da sociedade centrada no mercado e dela são reflexos. Enquanto permanecer alheia à crítica de si mesma, a colocação inapropriada de conceitos e a política cognitiva afetarão de modo adverso a prática e o ensino da disciplina administrativa, por sufocarem qualquer esforço no sentido de uma verdadeira articulação teórica nesse terreno. Já expliquei a noção de colocação inapropriada de conceitos. Meu propósito, neste capítulo, é estabelecer a natureza da política cognitiva.

Conviria assinalar-se que pouca – se é que alguma – atenção tem sido dada, pelos teóricos da organização, à dimensão política da cognição. Política e conhecimento, tradicionalmente, vêm sendo tratados como áreas separadas e distintas de estudo, situação que traz à memória um período histórico anterior, em que os teóricos da organização reivindicavam uma nítida separação entre a política e a administração. Naquela época, os teóricos e os praticantes não dispunham dos instrumentos conceptuais de identificação de processos políticos no contexto da organização. Essa condição do conhecimento administrativo modificou-se, quando novas circunstâncias sociais tornaram intolerável tal deficiência. Posteriormente a esse estágio, quando a política veio a ser reconhecida como uma dimensão inerente às atividades desenvolvidas nas organizações, a atividade política foi incorporada à elaboração da teoria organizacional, mas mesmo nesse caso a política era entendida apenas como uma luta pelo poder, através de processos de alocação de recompensas.

Entendo que, em nossos dias, os desenvolvimentos atingidos tornam indesculpável o estudo separado e distinto da cognição e da política, e isso porque a influência da política cognitiva, que esteve um dia restrita a enclaves marginais no contexto mais amplo da tessitura social, agora passou a permear tudo. Os padrões cognitivos, exigidos pelos requisitos das transações típicas do mercado, limitado no espaço, trasformaram-se em política de cognição, induzida do modo particular das estruturas e estratégias das organizações formais, estendendo-se agora à sociedade como um todo. Mesmo no presente momento, uma apreciação sistemática da política como uma dimensão cognitiva ainda é ignorada pelos teoristas da organização. A idéia de política cognitiva continua situada fora do interesse mesmo daqueles que, já há muito tempo, abandonaram a velha dicotomia entre administração e política.

Política cognitiva, para oferecer uma definição preliminar, consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretarem a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção.

5.1 Política cognitiva, uma digressão histórica

A política cognitiva é um fenômeno histórico perene. É uma questão exposta por Platão, em muitos de seus diálogos sobre a natureza e o uso da retórica. É bem sabido que Platão manifestou aversão pela retórica, tal como a praticavam os sofistas, pela simples razão de que ela visava produzir apenas crenças, não conhecimentos. Contudo, tentou ele salvar o fenômeno da retórica ou da persuasão política reclamando, em diversos diálogos, mais especificamente porém no *Fedro*, uma retórica dialética, uma retórica a serviço da filosofia. E no *Górgias*, um dos seus primeiros diálogos, Platão mostra, através de Sócrates, que o retórico típico "não tem necessidade de conhecer a verdade das coisas, mas de descobrir uma técnica de persuasão" (p. 459*c*). Esse tipo de retórica, diz Sócrates em sua famosa comparação, "está para a justiça como a culinária para a medicina" (p. 456*c*, isto é, a retórica constitui uma técnica para adular a multidão e a ser usada perante aqueles que não têm o hábito de pensar, uma vez que o retórico sofístico não pode ser convincente entre os que possuem sabedoria. Num ponto de seu diálogo, Sócrates refere-se à retórica como "a semelhança de uma parte da política" (p. 463*d*), relação sobre a qual Aristóteles elabora em sua *Retórica*. Admite, contudo, a possibilidade de uma retórica emanada do conhecimento, que se preocupe em "tornar os cidadãos os melhores possíveis" (p. 513*c*), ou seja, formar uma cidadania esclarecida, não constituída de indivíduos que, politicamente, ou são simplórios ou impostores. Desse modo, o próprio uso que Sócrates faz da retórica, nos diálogos, é demonstração de que ela pode estar a serviço do verdadeiro ator político, isto é, da arte da política. Como foi já mencionado, Platão também sugere que a maneira de salvar a retórica está em torná-la parte da dialética, tal como ele a entendia.

Conviria salientar que Platão, no fim de contas, não trai a própria condenação do retórico sofístico, porque nas *Leis* sugere ele que

uma *teologia civil* deveria acompanhar a legislação, protegendo o sadio sistema político dos agentes e das ações de destruição. Platão concebe esse credo como uma destilação das normas mínimas comuns a todas as religiões, normas cuja validade se torna evidente através do debate racional. Uma palavra sobre a natureza da teologia civil pode ajudar a esclarecer o funcionamento da política cognitiva.

Através de toda a história, as teologias civis têm sido instrumentos legítimos para aumentar a resistência de sistemas políticos. Com escrúpulos racionais menos exigentes que Platão, por exemplo, encontramos Políbio (1972) louvando o estadista romano por introduzir na mente das pessoas, em nome da coesão do Estado, "noções relativas aos deuses e crenças no terror do inferno", expediente que não seria necessário se o "Estado [fosse] composto de homens sábios" (Políbio, 1972; VI, 56, 6-11). Hoje em dia, a *democracia constitucional*, embora contendo um elemento racional insignificante, aproxima-se mais de uma variedade da teologia civil na maior parte dos países anglo-saxões.[1] Não obstante, teologia civil não deveria ser erroneamente identificada como política cognitiva. Uma teologia civil é expressamente formulada não para enganar as pessoas, mas antes para legitimar um tipo de ordem social em termos e imagens acessíveis à compreensão e ao nível educacional do conjunto de cidadãos. A distinção importante gira em torno da noção de debate racional. Alguém pode, legitimamente, se envolver num debate racional com a finalidade de validar as teologias civis, mas a doutrinação, ou a inculcação subliminar de definições distorcidas da realidade, estimulada pela política cognitiva, não constitui jamais objeto de debate entre suas vítimas.

Em seus diálogos, Platão empreende a tarefa de desenvolver uma arte de debate racional, que é mais além refinada e codificada por Aristóteles, em sua *Retórica*. Aristóteles considera a retórica, em relação a outras disciplinas, como um "ramo de estudos dialéticos e também éticos". Elabora ele, ainda, sobre essa relação quando adverte o leitor de que "estudos éticos podem bem ser chamados de políticos" e, por essa razão, a retórica às vezes "disfarça-se como ciência política" (Aristóteles, 1954; I, 1.356*a*, 2/25). Portanto, Aristóteles tem

1 Veja Voegelin (1963, p. 36). A noção de *teologia civil* tem uma longa tradição no campo da teoria política. Para uma excelente visão de conjunto desta noção, veja Sandoz, Ellis (1972). Veja também Germino, Dante (1967, p. 29). Uma tentativa de formulação de uma teologia civil para a sociedade industrial desenvolvida é representada pelos trabalhos de Rawls, J. (1971). Apesar do sabor compassivo da noção que Rawls tem da eqüidade social, coisa que está ficando influente entre alguns teoristas da administração, sua *teoria da justiça*, em última análise, reflete uma avaliação míope do estado atual da sociedade industrial desenvolvida, na medida em que a racionalidade inerente ao sistema de preço de mercado é explicitamente aceita por Rawls como premissa básica de sua *filosofia moral*.

aguda percepção da relação entre o poder da palavra e as muitas máscaras usadas em nome da legitimação política. O assunto da retórica é compatível com o projeto de Platão de purificar a retórica da distorção sofística, assinalando que o que distingue o retórico do sofista é o propósito moral do indivíduo no uso da retórica.

O retórico é um orador treinado na prática da arte da persuasão. A moralidade substantiva é uma qualidade das pessoas e reside no orador. Ao violar essa orientação o indivíduo incorre numa espécie de conduta que se desvia da tensão constitutiva da razão substantiva e que reduz as considerações éticas a critérios instrumentais de avaliação. Daí que apenas imperativos de expediência (o que, afinal, equivale a dizer nenhum imperativo) são os únicos freios capazes de controlar a habilidade dos oradores para usarem seu poder de enganar, de induzir os outros a emitirem julgamentos errados, ou de se permitirem comportamentos imorais. O reconhecimento do caráter ambíguo da linguagem é, pelo menos, tão antigo quanto os gregos. O orador responsável pode esforçar-se por usar a habilidade que adquiriu de superar ambigüidades de motivo ou propósito. Embora Aristóteles cedesse, de vez em quando, à tentação sofística de compilar receitas lingüísticas, o intuito geral de sua *Retórica* é subordinar a arte da persuasão a padrões éticos, e explicar seus numerosos usos políticos legítimos.

Platão e Aristóteles não foram os únicos sábios gregos conscientes do fenômeno da política cognitiva. Mas na Grécia o alcance e o impacto sociais dessa política puderam ser mantidos sob o controle dos usos e costumes predominantes, e do processo educativo ocorrido nos grupos formais e informais, em que os gregos aprendiam os deveres da cidadania. A filosofia e a educação sistemática também serviram como forças de compensação, contra a proliferação da política cognitiva. Em outras sociedades antigas, em que não existiu propriamente filosofia, a política cognitiva nunca se transformou em ponto de debate, uma vez que o indivíduo estava evidentemente prevenido contra tal armadilha por sua compacta e mítica experiência da realidade.

No contexto de suas bases culturais específicas, os indivíduos puderam desenvolver um sentido de vida comunitária livre da influência da política cognitiva. No repositório de tradições da maioria das sociedades da era pré-industrial, podemos encontrar exposta na terminologia dos provérbios a percepção comum do mercado como o local de prática da política cognitiva e da linguagem enganadora. Em muitas sociedades arcaicas e antigas, o mercado tinha uma função determinada dentro de rigorosos limites geográficos, longe da corrente maior da vida social, para que não solapasse as bases da comunidade e distorcesse a natureza da comunicação. Esse ordenamento histórico foi conscientemente elevado à condição de um princípio diferenciado de planejamento social pelos pensadores políticos clássicos, tais como

Platão, Aristóteles e Santo Tomás, os quais concordaram todos em que, para preservar o bom caráter da comunidade, ao mercado e a seus peculiares padrões cognitivos e lingüísticos nunca deveria ser permitida a expansão para além do local que lhes fosse circunscrito.

5.2 A política cognitiva e a sociedade centrada no mercado

A política cognitiva é a *moeda corrente* psicológica da sociedade centrada no mercado. Não constitui mero incidente o fato de que, em toda sociedade em que o mercado se transformou em agência cêntrica da influência social, os laços comunitários e os traços culturais específicos são solapados ou mesmo destruídos. Diante do consistente padrão de conseqüências que acompanhou a difusão da mentalidade de mercado através de todo o mundo contemporâneo, é difícil compreender como esse fenômeno escapou a uma investigação sistemática. Aqui estou eu simplesmente chamando a atenção para o óbvio, mas é precisamente o óbvio que constitui propósito da política cognitiva obscurecer. Esse evento praticamente universal, resultante do expansionismo político das sociedades hegemônicas centradas no mercado, é legitimado como princípio básico da ciência social contemporânea. Dessa forma, o fim da sociedade tradicional (Lerner, 1958), a homogeneização do comportamento humano em escala mundial (Alex Inkeles, 1960; Deutsch, 1953), a identificação de modernização com a difusão dos requisitos institucionais e psicológicos do mercado (Parsons, 1964; McClelland, 1961)[2] – tudo isso é interpretado com sentido normativo pelos cientistas sociais convencionais. Tal circunstância mostra o paroquialismo dessa espécie de ciência e sua servidão, nos limites do arcabouço de padrões cognitivos inerentes à sociedade centrada no mercado.

Conseqüentemente, é lícito indagar as razões pelas quais o estudo da cognição como uma força impulsionadora da política – ou, melhor, a política como uma dimensão da cognição – não se transformou em assunto acadêmico. Pode-se compreender facilmente o significado de expressões como *política do petróleo, política de transporte* e *política da poluição,* sem uma longa análise. Mas o significado de uma expressão como "política cognitiva" não se torna evidente sem maior clarificação. Talvez uma razão que, logo de início, faça a expressão soar como desconcertante, seja a de que está na própria natureza da política cognitiva a condição de ser obscura. Não há razões de conveniência, para aqueles que estão envolvidos na política do petróleo, do transporte e assim por diante, em negarem o fato, mas essa hipótese não vale para aqueles que, consciente ou inconscientemente, estão envolvidos na política cognitiva, cujo objetivo é afetar a mente

[2] Veja também McClelland & Winter (1969).

do povo. Se eles admitissem a intencionalidade das atividades que desenvolvem, não apenas se enfraqueceria a eficácia de seus atos como políticos cognitivos, mas também graves questões éticas poderiam ser levantadas quanto a seus objetivos.

O fenômeno da política cognitiva requer explícita investigação acadêmica se se pretende que a elaboração teórica nas ciências de planejamento de sistemas sociais e da administração organizacional se liberte da deformação decorrente da aceitação ingênua dos pressupostos da sociedade centrada no mercado. O estudo desse fenômeno deve valer-se dos recursos existentes na sociologia do conhecimento, na lingüística, na psicologia cognitiva, na antropologia cognitiva e na teoria da comunicação. Matéria ponto central desse tipo de estudo, é o conjunto de regras epistemológicas inerentes à estrutura política predominante nas sociedades industriais desenvolvidas, regras que são absorvidas sem nenhuma crítica pelo cidadão comum, através da socialização e/ou mediante a exposição desse cidadão, homem ou mulher, a influências planejadas sistematicamente.

Os agentes da política cognitiva se diferenciam, no grau de percepção de seus papéis. Os mais conscientes deles encontram-se, geralmente, nas atividades de comunicação e publicidade. A imprensa, o rádio e a televisão estão, conjuntamente, engajados num processo contínuo de deliberada definição da realidade. Os instrumentos da mídia são utilizados como armas na competição para influenciar a interpretação que o povo dá à realidade. Tanto o cenário em que a informação é dada, quanto seu padrão lingüístico, é elaborado antes para enganar do que para esclarecer o público. Uma hora de televisão é suficiente para que qualquer um perceba que a política de cognição é um fato preponderante da vida contemporânea. A bem-sucedida venda de um produto é, hoje em dia, não tanto o resultado da exata compreensão de suas verdadeiras propriedades, por parte dos consumidores, mas de preferência o desfecho de uma batalha política velada contra o bom senso. De fato, a presente estrutura de consumo neste país, onde massas enormes de pessoas são induzidas a acreditar que desejam (e, portanto, devem comprar) aquilo de que não precisam, tornou-se viável – graças à prática da política cognitiva. O processo de educação formal, igualmente, está grandemente condicionado por esse tipo de política. Às vezes, indivíduos e grupos dão-se conta da política de cognição e é assim, por exemplo, que as mulheres, os negros e os *chicanos*, neste país, já não estão mais dispostos a aceitar as próprias imagens tal como têm sido tipicamente representadas.

A política cognitiva é uma parte fundamental das estruturas organizacionais formais, de todas as categorias e de todos os tamanhos. Cada organização formal tem seu jargão específico, que constitui importante dispositivo de proteção e estabilização, e que contém um

certo conjunto de regras tácitas de cognição, ou definições da realidade transmitidas a seus membros no processo de socialização.

Além disso, as atuais organizações típicas da sociedade de mercado são, necessariamente, falsas e mentirosas. Estão fadadas a enganar ao mesmo tempo seus membros e seus clientes, induzindo-os, no nível micro, não apenas a aceitar como desejável aquilo que produzem, mas também, no nível macro, a acreditar que existem e funcionam por um interesse vital da sociedade como um todo. Hoje em dia as organizações desempenham um papel ativo e sem precedentes no processo de socialização do indivíduo, tentam transformar-se *na sociedade*. E, ao que parece, têm a capacidade de fazer isso, porque são, elas próprias, poderosos sistemas epistemológicos e, presentemente, não sofrem restrição alguma quanto à influência que exercem sobre os cidadãos, através do exercício da política cognitiva.

Nas sociedades pré-industriais, as organizações formais tinham pouca participação no processo de socialização do indivíduo. Na realidade, nessas sociedades os costumes e as tradições, sob cuja influência o homem adquiria uma visão particular do mundo e os padrões do correto comportamento, estavam, de modo geral, livres do planejado condicionamento de sistemas formais artificiais. A pessoa aprendia a tornar-se membro da sociedade através da participação numa porção de grupos que em geral não tinham o caráter instrumental das organizações formais, como hoje as conhecemos. Mais ainda, em nenhuma sociedade anterior à sociedade industrial, as organizações de caráter econômico jamais assumiram papel central e deliberado no processo de socialização. Essa circunstância é característica da sociedade centrada no mercado, sobretudo em seu estágio industrial mais recente.[3]

Nos dias de hoje, o mercado tende a transformar-se na força modeladora da sociedade como um todo, e o tipo peculiar de organização que corresponde às suas exigências assumiu o caráter de um paradigma, para a organização de toda a existência humana. Nessas circunstâncias, os padrões do mercado, para pensamento e linguagem, tendem a tornar-se equivalentes aos padrões gerais de pensamento e linguagem; esse é o ambiente da política cognitiva. A disciplina organizacional ensinada nas escolas e universidades não é um saber crítico consciente dessas circunstâncias. É assim ela própria uma manifestação do sucesso da política cognitiva.

Nos parágrafos seguintes tentarei fundamentar este argumento, examinando três pressupostos, não articulados até agora da disciplina organizacional dominante, que são: a) a identificação da natureza humana, em geral, com a síndrome de comportamento inerente à so-

3 Na Inglaterra dos Tudors e Stuarts – diz Peter Laslett – "os adultos não saíam de casa para trabalhar" e "a vida institucional era quase desconhecida" (Laslett, 1965, p. 11).

ciedade centrada no mercado; b) a definição do homem como um detentor de emprego; c) a identificação da comunicação humana com a comunicação instrumental.

5.3 Uma visão paroquial da natureza humana

Os teóricos e os praticantes da organização foram, inconscientemente, capturados no domínio da política cognitiva, por se permitirem a formulação de conceitos e métodos, bem como a implementação de estratégias e planos gerenciais que aceitam, sem maiores explicações, o mundo organizacional imediato.

Esse tipo de orientação pré-analítica é particularmente evidente no estágio histórico inicial da ciência da organização. Frederick W. Taylor, o fundador da administração científica, aceita o conjunto de exigências psicológicas do sistema de mercado como algo equivalente à natureza humana. As normas que prescreve para a motivação das pessoas no ambiente de trabalho baseiam-se na presunção de que competição, cálculo, interesse pelo ganho e características puramente econômicas desse tipo resumem a essência da natureza humana. O caráter fictício dessa noção de natureza humana é, por si mesmo, demasiado evidente para merecer uma longa discussão. Dados históricos e antropológicos, agora facilmente disponíveis, demonstram que somente na sociedade industrial moderna, graças a imperativos institucionais, foi o indivíduo induzido a comportar-se como um ser econômico. De modo geral, nas sociedades pré-industriais, os determinantes econômicos da conduta humana nunca tiveram a primazia institucional que assumiram na sociedade centrada no mercado.[4] Além disso, Taylor considerava a administração científica e seus correlativos de motivação como um dado de referência para o planejamento não apenas de ambientes de trabalho, mas também da família, das escolas e de toda a vida social. Em outras palavras, via a tessitura global da sociedade como uma ampliação do domínio do mercado.

O tailorismo é hoje apresentado na literatura como um estágio histórico encerrado, da ciência da organização. Mas a definição do homem como um ser econômico, atenuada e disfarçada como freqüentemente o é, continua a determinar as ações dos planejadores organizacionais e dos formuladores de políticas. O arcabouço macroinstitucional da sociedade centrada no mercado é controlado por diretrizes baseadas nessa definição do homem. A ciência econômica estabelecida constitui ainda a fonte principal de onde emanam as políticas estratégicas dos governos. Para ter sucesso nesse tipo de sociedade, de acordo

4 Dados de apoio a esta afirmação são encontrados, por exemplo, nos trabalhos de Thurnwald, Malinowski, Firth, Lowie, Radcliffe-Brown. Veja Polanyi, Karl (1971) e Sahlins, Marshall (1972).

com suas regras de recompensa e castigo, e seus critérios gerais de alocação de mão-de-obra e recursos, o indivíduo tem que se programar como um ser econômico.

As políticas dos governos tornam-se agora inoperantes, já que são cada vez mais obstruídas por dificuldades biofísicas de produção e de alocação de recursos, que a economia típica sistematicamente negligencia, ou alega levar em conta no contexto de sua estrutura convencional como *variáveis exógenas*. Por exemplo, fenômenos como a inflação e o desemprego já não reagem às diretrizes convencionais dos governos, principalmente porque o cenário econômico normativo que essas diretrizes pressupõem não combina com as circunstâncias concretas do mundo. Não é de admirar que os economistas tradicionais reajam a tal situação com espanto.[5] Infelizmente, embora um modelo de formulação de diretrizes, sensível às limitações biofísicas de produção e de alocação de recursos, tenha recentemente atingido alto grau de coerência teórica e viabilidade prática, ainda é a economia convencional que constitui o ensinamento ministrado nas instituições acadêmicas e que fornece as principais diretrizes para a modelagem das sociedades ocidentais.

Desde o advento da chamada *escola de relações humanas*, nos últimos anos da década de 20, e mesmo em nossos dias, um número cada vez maior de teóricos e praticantes da ciência da organização afirma adotar enfoques *humanistas* no planejamento organizacional. No entanto, quando se examina cuidadosamente esse humanismo, descobre-se que é falso, visto como seus representantes, de modo geral, são desprovidos de uma compreensão sistemática do espectro de requisitos contextuais que a prática do humanismo deveria levar em conta. Em outras palavras e generalizando, esses chamados humanistas permitem-se a prática da colocação inapropriada de conceitos, tópico que foi discutido analiticamente no capítulo 4 deste livro.

É significativo e, afirmo eu, não é acidental que a difundida voga das abordagens *humanistas* da administração tenha coincidido com a fase em que este país se transformou numa *sociedade organizacional*. Vamos fazer uma pausa para entender esta expressão. É certo dizer que, nas décadas em que foi aclamada a administração científica, este país não constituía ainda uma sociedade organizacional.[6] As pessoas procuravam as organizações formais, para trabalhar e receber seus ren-

[5] "Nós, economistas" – diz Linton Friedman, em 1972 –, "temos reclamado mais do que podemos dar." Na realidade, ele estava repetindo Arthur F. Burns, antigo presidente do Conselho da Reserva Federal (Federal Reserve Board), que disse, em 1971: "As regras da economia não estão funcionando exatamente como costumavam funcionar." Apud Henderson (1978, p. 63-4).

[6] Veja, por exemplo, o capítulo 3, No rumo da sociedade organizacional, em Presthus (1965).

dimentos, mas a sociedade assegurava a trabalhadores e a outras pessoas – mulheres, gente jovem abaixo da idade de trabalhar, assim como alguns poucos cidadãos – que não queriam ser empregados, muitos campos em que os mesmos podiam perseguir objetivos existenciais independentes das pressões organizacionais. Por assim dizer, uma fronteira imaginária e, contudo, existencialmente real, separava claramente a arena das organizações econômicas formais de outros *sítios*, em que variados tipos de esforço humano podiam seguir livremente seu curso lógico de desenvolvimento. Significativamente, no decorrer desse período, a *poupança* foi acentuada de modo enfático na vida americana. Por si só, essa circunstância impeliu os cidadãos a se ocuparem de atividades autogratificantes que envolviam a aplicação de seu potencial como seres humanos, sem o desenfreado consumo de mercadorias e, por conseguinte, o gasto irrefreado. Quando se queria economizar, ficava-se em casa e cuidava-se de exercer atividades dentro de casa e ao ar livre, e descobria-se a alegria de fazer direta e livremente as coisas. As organizações formais eram discretas e conscientes de seus limites, mantendo-se dentro de um contexto delimitado do conjunto do espaço vital dos cidadãos. Poder-se-ia dizer que, durante esse período, o consumidor neste país ainda gozava de alto grau de soberania no sistema de mercado. Existia na família importante reservatório de "competência artesanal" (Leiss, 1976), que habilitava o cidadão a produzir considerável quantidade de bens que ele não encontrava disponíveis ou vantajosos para comprar. Sendo assim, o mercado precisava ter sensibilidade, relativamente à capacidade artesanal substitutiva do cidadão, de maneira a poder planejar sua linha de produção.

O surgimento da chamada escola de relações humanas, nos últimos anos da década de 20 e sua rápida expansão nas décadas seguintes, reflete uma transição na economia americana. Em proporção exponencial, as atividades das organizações econômicas formais aumentaram e se foram diferenciando, passando dessa maneira, cada vez mais, a ocupar todo o campo do espaço vital dos cidadãos. A ênfase da economia americana de hoje já não se faz sobre *poupar*, mas sim sobre *gastar*.[7] A mídia, dirigida cada dia mais pelas organizações econômicas

[7] Projetos de pesquisa de motivação foram largamente encorajados, nesse período. Whyte cita um "pesquisador de motivação" dessa época, Ernest Dichter: "Estamos agora diante do problema de permitir que o americano médio se sinta virtuoso quando está namorando, mesmo quando está gastando, mesmo quando não está economizando, mesmo quando tira férias duas vezes por ano e quando compra um segundo ou terceiro carro. Um dos problemas fundamentais dessa prosperidade, portanto, consiste em dar às pessoas a sanção e a justificação para gozá-la e para demonstrar que a abordagem hedonista de suas vidas é moral, e não imoral" (Whyte, 1954, p. 19). O *Triumph of mass idols*, de Leo Lowenthal, oferece interessante estudo sobre a maneira pela qual a transição de uma economia de produção para uma economia de consumo se refletiu na cultura popular americana (1968).

formais, intromete-se no espaço vital particular dos cidadãos e os induz a diversificarem suas necessidades e a exprimi-las em termos tão específicos que, somente através da aquisição de mercadorias específicas, podem as mesmas ser satisfeitas. Através desse processo, o cidadão está fadado a perder sua competência artesanal, a força de que dispunha para afetar as linhas de produção do mercado. A nação transformou-se numa *sociedade organizacional* e a pessoa humana num *homem de organização*. O produtor tornou-se soberano no mercado e o ator principal no processo de alocação de mão-de-obra e de recursos.[8]

O registro dessa transformação tem sido feito por vários analistas e há notável concordância quanto ao fato de que o enredamento existencial do cidadão americano processa-se através de um ambiente social excessivamente projetado, no qual quase nenhum segmento de seu espaço vital é deixado livre para objetivos pessoais autônomos. Naturalmente é absurdo afirmar que os estudiosos pertinentes ao campo da disciplina administrativa ignoram ou negligenciam as contribuições desses analistas, mas a verdade é que esses estudiosos não parecem ter uma compreensão teoricamente refinada e sistemática das implicações organizacionais do ambiente social contemporâneo, todo ele demasiadamente projetado. Os teóricos e os praticantes de nossos dias tendem, na realidade, a legitimar a expansão das organizações de caráter econômico para além de seus limites contextuais específicos, pondo em prática um humanismo errôneo e mal colocado. Através de estratégias *integracionistas*, isto é, mediante estratégias que visam a integração de metas individuais e organizacionais, esforçam-se eles para transformar as organizações econômicas em sistemas sociais de tipo doméstico.[9] Dessa maneira, entregam-se à prática da política cognitiva, pela qual temas como o amor, a auto-atualização, a confiança básica, a franqueza, a desalienação e a autenticidade são trazidos para o âmbito da organização convencional, ao qual tais temas só incidentalmente pertencem. Pontos fundamentais da vida intersubjetiva são, em conseqüência, conceptualizados erradamente e a tentativa de situá-los no terreno das organizações econômicas é, teoricamente, indefensável.

Somente uma visão acrítica das metas organizacionais e da motivação humana pode explicar porque os intervencionistas *humanistas* se sentem à vontade em suas tentativas, por exemplo, de minimizar a alienação em fábricas de alimentos para bichos de estimação; de melhorar a cultura humana em complexos industriais poluentes e destruidores dos recursos naturais; de aumentar a eficiência de corporações especializadas em fornecer ao público mercadorias desnecessárias e

8 Veja Galbraith (1970).

9 Veja, por exemplo, Argyris, Chris (1973, 1973*a* e 1973*b*).

serviços que apenas servem para destruir gradativamente o senso que têm os cidadãos de suas necessidades genuínas, pessoais. Não questionam eles, explicitamente, o caráter geral desumanizador e enganoso da estrutura de emprego da sociedade centrada no mercado, que em si mesma não permite uma coerente prática do verdadeiro humanismo.

Os esforços que fazem tendem a ser *fragmentários*, e proporcionadores de "remendos" e, assim, não vêem a floresta porque se preocupam apenas com as árvores. Há indícios de que nem todos os intervencionistas são totalmente insensíveis à síndrome psicológica inerente à sociedade organizacional. Por exemplo, num livro de sucesso, significativamente intitulado *Up the organization, how to stop the corporation from stiffling people and strangling profits*, Robert Townsend propõe uma estratégia administrativa "tipo guerra de guerrilha não-violenta", visando "desmantelar nossas organizações na parte em que nós estamos servindo a elas, e deixando apenas as partes em que elas estão servindo a nós" (Townsend, 1970, p. XII). Considera ele os 80 milhões de cidadãos que estão realmente exercendo empregos como "casos psiquiátricos" (Townsend, 1970, p. 121), e explica.

"Tornamo-nos uma nação de *office-boys*. Corporações gigantescas... e agências gigantescas... cresceram como câncer, até ocuparem quase todo o espaço vivo de trabalho. Como os clérigos do tempo de Anthony Trollope, não somos senão mortais treinados para servir a instituições imortais ... Esse não é o nosso estado natural (Townsend, 1970, p. XII).

O fato de que o livro de Townsend se transformou no *best-seller* número um, quando foi publicado em 1970, e permaneceu sete meses na lista de livros mais vendidos do *New York Times*, mostra que milhões de cidadãos têm consciência da armadilha existencial em que se encontram na sociedade industrial contemporânea e estão abertos a alternativas. Sua inclinação psicológica a achar alternativas para a própria situação pode significar que o momento agora é oportuno para o surgimento de um novo paradigma de ciência organizacional. Uma das tarefas essenciais dessa nova ciência consiste na conceptualização da variedade de objetivos básicos e de seus correspondentes sistemas específicos, de que as organizações econômicas formais são um caso a um limite. Quer dizer, é essencial libertar a concepção de natureza humana e dos objetivos à mesma relacionados das prescrições impostas pela síndrome comportamentalista, e desenvolver os enfoques operacionais necessários ao planejamento, à implementação e ao estímulo de empreendimentos diversos e na conformidade das metas peculiares a cada um deles.

5.4 *O alegre detentor de emprego, vítima patológica da sociedade centrada no mercado*

Uma dimensão básica a demonstrar o caráter da disciplina organizacional contemporânea como exemplo de política cognitiva é seu inadequado pressuposto de que os ambientes formais de trabalho são apropriados para a atualização humana. Essa noção é claramente desautorizada por qualquer um que esteja em dia com a literatura competente sobre a natureza da sociedade de mercado. Pode-se dificilmente admitir que um responsável especialista em organização se permita ignorar aquilo que Max Weber escreveu sobre as peculiaridades históricas da sociedade de mercado e sua repercussão sobre a estrutura de emprego. De fato, Max Weber salientou que, comparada às sociedades a que sucedeu, a sociedade de mercado constitui uma configuração histórica particular precisamente porque não pode funcionar de maneira eficaz a menos que o desempenho do indivíduo, como membro dos ambientes de trabalho, tenha caráter impessoal. Os sistemas sociais adequados ao desempenho pessoal nos ambientes profissionais, tanto quanto ao tratamento personalizado de seus clientes, retardam o advento e o desenvolvimento do sistema de mercado. Weber insinuou, por exemplo, que uma das razões pelas quais a Alemanha de seu tempo estava atrasada, em relação à Grã-Bretenha e a outras nações da Europa ocidental, era a de que sua estrutura administrativa ainda estava contida dentro do tipo patrimonialista de trabalho característico dos sistemas sociais feudais do passado. Modernizar a Alemanha – queria ele dizer – equivaleria a acelerar a formação de um mercado nacional alemão e, portanto, a desmantelar o tipo feudal de estrutura administrativa. As afirmações de Weber têm sido objeto de um grande número de restrições, mas a essência de sua análise da modernização como sinônimo de desenvolvimento da sociedade de mercado ainda é verdadeira, sem restrição alguma.

Numa sociedade de mercado, o empregado eficiente deve ser um ator despersonalizado. Espera-se dele que acate as determinações impostas, de cima para baixo, e que definem o papel que tem que desempenhar. Um traço de sua patologia normal é aquilo que Dewey chamou de "psicose ocupacional", resultante de uma aceitação acrítica das determinações referentes a seu papel profissional (Merton, 1967, p. 198). Como assinalou Robert Merton, o empregado está destinado a conformar-se a um "comportamento esteriotipado", que "não se adapta às exigências dos problemas individuais" (Merton, 1967, p. 202).

Vamos fazer uma pausa, a esta altura, e prestar atenção a uma narração autobiográfica do executivo de uma corporação. O livro, *Life in the Chrystal Palace*, contrapõe o desempenho do membro da

corporação em seu trabalho ao papel representado por um artista num palco. Enquanto o bom ator *se projeta* em seu papel, o executivo eficiente *esconde-se*, em situações idênticas. Esse contraste, entre revelação e ocultação, é instrutivo:

"O ator deve interpretar o papel em termos de sua própria personalidade. Ele se introduz no personagem, em vez de simplesmente 'representar' o papel. Ao contrário, as normas e o protocolo (na companhia) nos ensinam a representar nossos papéis com uma desonestidade intrínseca. Assim como o ator se derrama no papel que desempenha, o executivo (da empresa) extrai de seu papel a própria individualidade" (Harrington, 1959, p. 144).

Os atos que o indivíduo pratica em sua qualidade de detentor de um emprego são de importância secundária, relativamente à sua verdadeira atualização pessoal. Se uma pessoa permite que a organização se torne a referência primordial de sua existência, perde o contato com sua verdadeira individualidade e, em vez disso, adapta-se a uma realidade fabricada. Os sistemas planejados, como as organizações formais, têm metas que, só acidental e secundariamente, consideram a atualização pessoal. Verdadeiros atualizadores são os agentes capazes de manobrar, no mundo organizacionalmente planejado, de modo a servirem aos objetivos desse mundo com reservas e restrições mentais, sempre deixando algum espaço para a satisfação de seu projeto especial de vida. Há, portanto, uma tensão contínua entre os sistemas organizacionais planejados e os atualizadores, e afirmar que o indivíduo deveria esforçar-se para eliminar essa tensão, chegando assim a uma condição de equilíbrio orgânico com a empresa (exemplo de política cognitiva que uma psicologia motivacional defende, em bases supostamente científicas), corresponde a recomendar a deformação da pessoa humana. Somente um ser deformado pode encontrar em sistemas planejados o meio adequado à própria atualização.

O atual *humanismo* integracionista das organizações toma por base uma concepção sociomórfica da atualização humana, e, pois, opõe resistência ao reconhecimento do fato de que a psique humana contenha qualquer elemento substantivo que não seja interiorizado mediante o processo de socialização. Essa concepção do integracionista humanista é indefensável, diante da conseqüente patologia dos próprios sistemas sociais. Uma concepção oposta, isto é, uma perspectiva real centrada no indivíduo, torna-se necessária para que se adote um enfoque clínico de tais sistemas. Do ponto de vista de uma psicologia desse tipo, centrada no indivíduo, "o homem é doente – não apenas o neurótico ou psicótico, mas igualmente aquele que é chamado de homem 'normal' – porque esconde o seu eu real na transação com os outros, (e) equipara os papéis que desempenha nos sistemas sociais à

própria identidade e tenta negar a existência de tudo aquilo do eu real que não tem importância para o papel desempenhado" (Jourard, 1964, p. 60-1).

O conceito sociomórfico da psique humana despoja o indivíduo de seu desejo de significação. Na realidade, o indivíduo confere significação a sua vida quando tal significação, primordialmente, resulta da atualização de suas potencialidades pessoais. Contudo, isto não quer dizer que, ao atualizar-se, possa o indivíduo dar plena expansão a suas compulsões psicológicas e deva se permitir a realização indiscriminada de suas potencialidades. Na verdade, terá ele até que lutar contra muitas delas, se estiver decidido a alcançar o objetivo pessoal sem par de sua vida. A auto-atualização conduz o homem na direção da tensão interior, no sentido da resistência à completa socialização de sua psique. É necessário que se proceda a uma cuidadosa caracterização do conceito de auto-atualização, para que o mesmo não venha a justificar a incapacidade do indivíduo de viver a tensão inerente à sua existência.

O conflito entre o indivíduo e os sistemas sociais projetados é permanente e inevitável, e só pode ser eliminado pela morte do ser humano ou por sua paralisia, mediante exagerada adaptação às condições sociais exteriores. Além disso, a auto-atualização individual é, na maior parte das vezes, uma conseqüência não premeditada de inúmeras ações. Paradoxalmente, constitui uma verificação posterior ao fato, em vez de ser tópico garantido de uma agenda. Quanto mais se preocupa o homem, de maneira explícita, com a auto-atualização, tanto mais se vê colhido no emaranhado da frustração existencial.

Falam-nos de um domínio profundo da pessoa humana, intocado pelo processo da socialização, não apenas psicólogos como Jung, Laing, Progoff e outros, mas também outras pessoas que se atrevem a penetrar nesse domínio – indivíduos criativos, poetas, músicos, novelistas, artistas de muitos tipos, até mesmo loucos. O indivíduo que a psicologia sociomórfica motivacional enfoca é aquele para quem o mundo social representa o único *centro de experiência*. Ele é provido de ego, mas perdeu a consciência de sua individualidade, onde estão adormecidas realidades imencionáveis (Laing, 1968, p. 133-58).

A psicologia sociomórfica motivacional utilizada e depois perpetuada pela disciplina organizacional existente é, ela própria, um aspecto da síndrome comportamentalista inerente à sociedade centrada no mercado. Avalia a *normalidade* e a qualidade do indivíduo de acordo com a função que ele exerce como detentor de um emprego. É um tipo de psicologia que não transcende um episódio histórico peculiar, já que somente na sociedade centrada no mercado, pela primeira vez, os empregos passaram a ser a categoria dominante – senão a exclusiva – para reconhecimento do valor dos propósitos humanos. Numa sociedade assim, não ser detentor de um emprego corresponde a não ter valor – e mesmo a não existir.

Não obstante, a noção de emprego, como a conhecemos, é tão recente que o dicionário Webster ainda a considera um coloquialismo.[10] No inglês do período coberto pelos séculos XII a XVI, *jobbe*, raiz da palavra moderna *job* – emprego – queria dizer um pedaço, ou um monte, e nada tinha em comum com a ocupação de qualquer cargo especificado de uma organização formal. Antes do advento da sociedade centrada no mercado, o emprego nunca tinha sido o critério principal para definir a significação social do indivíduo, e nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos. No plano estrutural dessas sociedades, e desemprego como uma característica de desocupação era inconcebível,[11] já que as mesmas asseguravam uma função produtiva a qualquer pessoa que reconhecessem como um de seus membros. Em tais sociedades, o que poderia se assemelhar ao desemprego em massa de nossos dias era, antes, resultado esporádico de acontecimentos perturbadores, como as secas, as guerras, as rixas entre famílias, ou as pragas. O fato de pertencer a essas sociedades, por si só, dava ao indivíduo a possibilidade de estar livre de morrer de fome. A morte pela fome só aconteceria como um fenômeno coletivo, causado por uma catástrofe natural ou social, que afetaria todos os membros da sociedade.

Como reconhece Adam Smith, a sociedade de mercado transforma o homem, necessariamente, num detentor de emprego: "Onde uma vez se estabeleça a divisão do trabalho", diz ele, "todo homem vive numa base de troca ou, de alguma forma, torna-se um comerciante, e a própria sociedade passa a ser aquilo que constitui, de fato, uma sociedade comercial" (Smith, 1965, p. 22). Na sociedade que conceitua como sendo comercial, o indivíduo só pode garantir a si mesmo os bens e serviços de que necessita através do exercício de um emprego. Exercendo o emprego, recebe um salário, um certo montante de dinheiro, com que compra aquilo que lhe seja possível comprar. Nesse tipo de sociedade, fica sem ocupação, no sentido antigo e primitivo. Exatamente no momento em que Adam Smith escrevia *A Riqueza das nações*, ainda podia ver, na Inglaterra, áreas intocadas pelo sistema de mercado, mas lamentava o fato de que "quando o mercado é pequeno, ninguém pode ter estímulo para se dedicar a uma única ocupação" (Smith, 1965, p. 17), como o carregador, numa grande cidade, onde o mercado é ubíquo. Escreve ele:

"Nas propriedades isoladas e nos vilarejos muito pequenos, espalha-

10 Veja de Grazia (1964, p. 51).

11 Veja Schumpeter (1974, p. 270). Veja também Garraty (1978).

dos por uma região tão deserta quanto os altiplanos da Escócia, cada granjeiro tem que ser açougueiro, padeiro e cervejeiro de sua própria família. Nessas situações mal podemos esperar que haja um ferreiro, um carpinteiro ou um pedreiro distante menos de trinta quilômetros de outro irmão de ofício. As famílias dispersas, que vivem a uma distância de 10 ou 15 quilômetros umas das outras, precisam aprender a executar, elas mesmas, um grande número de pequenos trabalhos, para os quais, em regiões mais populosas, poderiam pedir a colaboração desses trabalhadores. Os homens que trabalham no interior são, em quase toda parte, obrigados a se dedicarem a todos os diferentes tipos de atividades que tenham suficiente afinidade umas com as outras para poderem ser executadas com o mesmo tipo de material. Um carpinteiro de roça faz todo tipo de trabalho que seja executado com madeira; um ferreiro de roça, toda espécie de trabalho feito com ferro. O primeiro não é apenas um carpinteiro, mas também um montador, um marceneiro e até um entalhador, do mesmo modo que um fabricante de rodas, de arados, ou um construtor de carroças e carruagens. As ocupações do segundo são ainda mais variadas. É impossível a existência de um ofício até mesmo como o de fabricante de pregos, nas zonas remotas e interioranas dos altiplanos da Escócia. Um operário desses, produziria 1.000 pregos por dia e, nos 300 dias úteis do ano, faria 300 mil pregos por ano. Mas, em tal situação, seria impossível utilizar 1.000 deles, quer dizer, o resultado de um dia de trabalho por ano" (Smith, 1965, p. 17-8).

Portanto, a economia clássica foi concebida por seus criadores como uma disciplina que encara o emprego formal como o critério primordial para a alocação de recursos e de mão-de-obra. Smith via essas regiões da Inglaterra como um obstáculo à civilização. Estar-se-ia servindo à *civilização* se se permitisse a expansão do mercado, na Inglaterra, eliminando-se qualquer possibilidade de permanência de tipos como o carpinteiro de roça e o ferreiro de roça, que ele descreve com nuanças pejorativas. Não havia razão para preocupações com o choque da expansão do mercado sobre a vida do carpinteiro de roça e do ferreiro de roça, que não estavam treinados para agir como detentores de emprego. Com o tempo, aprenderiam os ofícios necessários para se tornarem parte do tipo de força de trabalho que estava emergindo, e a lei da oferta e da procura proporcionaria emprego para todos os indivíduos que estivessem dispostos a trabalhar. Smith, do mesmo modo que os economistas clássicos em geral, não concebia o desemprego involuntário. E, em regra, esse pressuposto foi confirmado pelos fatos, durante, mais ou menos, os primeiros 150 anos da sociedade de mercado.

Contudo, no presente sistema econômico do Ocidente, há realidades que Smith e os economistas clássicos não poderiam prever e,

para se ter uma visão adequada da natureza dessas realidades, será útil distinguir entre bens e serviços, primaciais e demonstrativos.[12] Os primeiros são aqueles que atendem às limitadas necessidades biofísicas de alimento, abrigo, vestuário, transporte e de serviços elementares que ajudam o indivíduo a se manter como um organismo sadio e um membro ativo, no funcionamento da sociedade. Bens e serviços demonstrativos são aqueles que visam, principalmente, a satisfação dos desejos que têm os indivíduos de exprimir seu nível pessoal, relativamente à estrutura de *status*, sendo seus desejos concebidos em termos sociais e ilimitados.

Em retrospecto, pode ser justificada a visão que Smith tinha do desenvolvimento da sociedade de mercado como um processo civilizatório. Enquanto o mercado permaneceu confinado (tal como em todas as sociedades pré-industriais), o fornecimento de bens e serviços primaciais constituiu a meta essencial do sistema de produção. Em tais sociedades, a produtividade da força de trabalho era baixa e apenas uma minoria dominante era capaz de se ocupar de atividades de natureza civilizatória. O desenvolvimento do sistema de mercado traria, em última análise, a abundância e, portanto, uma estrutura social mais justa, pelo fato de libertar a força do trabalho do peso de atividades enfadonhas. Semelhante justificação *post hoc* do desenvolvimento da sociedade de mercado foi articulada sistematicamente por John Stuart Mill: "O efeito legítimo" da sociedade de mercado – infere ele – é a "diminuição do trabalho". Em algum estágio, no desenvolvimento da sociedade de mercado, qualquer "aumento de riqueza" seria um "adiamento" de uma "melhor distribuição" de bens e serviços e, nessa conformidade, afirmou:

"Confesso que não estou encantado com o ideal de vida defendido pelos que acham que o estado normal dos seres humanos é o de lutarem para ganhar a vida; que espezinhar o próximo, esmagá-lo, acotovelá-lo e caminhar um grudado nos calcanhares do outro – como se constitui hoje o tipo de vida social, seja o que mais se pode desejar para a humanidade, ou que seja algo mais que sintomas desagradáveis de uma das fases do progresso industrial."[13]

Essa explicação retrospectiva do desenvolvimento da sociedade de mercado traz nova luz à interpretação de acontecimentos caracte-

[12] Dever-se-ia compreender que tal distinção pretende evitar o uso da classificação das atividades de produção como primárias, secundárias e terciárias, coisa corrente nos manuais de economia. A noção que tenho de bens e serviços demonstrativos reflete o conceito de Duesemberry sobre *efeitos de demonstração*, embora se assemelhe ao que Fred Hirsch (1976) chama bens "de posição".

[13] Esta e outras citações de J.S. Mill foram tiradas de Daly (1973, p. 12-3).

rísticos da história econômica contemporânea. Pode-se argumentar, por exemplo, que a Grande Depressão, nos EUA, foi uma indicação de que, neste país, o sistema de mercado havia desempenhado seu papel histórico. Paradoxalmente, a depressão não significou falta de capacidade para produzir bens primaciais suficientes para todos os cidadãos, mas resultou do baixo poder aquisitivo destes para comprá-los. Exatamente quando a depressão ia começar a aparecer, o presidente Hoover disse: "Em breve, com a ajuda de Deus, estaremos vendo o dia em que a pobreza será banida desta nação."[14] Em outras palavras, o mercado deste país desenvolvera uma disponibilidade de capital e uma logística tecnológica capazes de produzir uma quantidade de bens e serviços primaciais equivalentes às necessidades básicas da população. Além disso, podia chegar a esse resultado sem exigir que cada indivíduo se transformasse no detentor de um emprego. Mas a mentalidade dos empresários e dos elaboradores da política econômica oficial os impediu de compreender o conceito de emprego em outro sentido que não fosse o de um mecanismo para a distribuição de renda, e isso, por sua vez, os levou à crença de que não havia maneira pela qual essa economia de bens primaciais proporcionasse ocupação para todos.

Os economistas clássicos estavam conceptualmente despreparados para compreender e superar essa crise. A revolução keynesiana consistiu em socorrer a disciplina econômica e em resolver o impasse do mercado, pela atualização através do dispêndio, do potencial do mercado para produzir bens e serviços de natureza demonstrativa. Sob essa nova condição, pôde o mercado proporcionar, outra vez, empregos para todos, o que, por sua vez, aumentaria o poder de compra. Deve-se notar porém que Keynes concebeu o *emprego* como o critério essencial de distribuição de mão-de-obra, sendo sua mente prisioneira do desenho social estrutural implícito nesse princípio de organização. Por essa razão, continuou ele sendo um economista clássico, e falhou na tarefa de produzir uma verdadeira "teoria geral de emprego", se entendemos por emprego uma condição em que o indivíduo pode exercer uma atividade produtiva socialmente útil, sem ser, necessariamente, um item da folha de pagamento de uma empresa. É certo que as políticas econômicas de Keynes salvaram de fato o mercado e de fato reestimularam suas atividades, mas o keynesianismo foi apenas um adiamento temporário da crise, que prenunciava o fim da validade histórica da categoria de emprego como um princípio organizacional da produção.

Nas sociedades de mercado, atualmente, apesar do fato de que a produção de bens e serviços demonstrativos equivale, se é que não excede, a produção dos bens e serviços primaciais, o mercado está de

[14] Apud Heilbroner (1972, p. 241).

novo ficando incapaz de proporcionar empregos para todos os que desejam trabalhar. Isso se transformou numa tendência estrutural secular, que desafia qualquer sistema de políticas econômicas, incluindo aqueles de natureza keynesiana. Assim, por exemplo, no livro *Work in America*, pode-se ler:

"... a própria economia não foi (capaz) ... de absorver o aumento espetacular verificado no nível educacional da força de trabalho. A expansão nos empregos nas áreas de pessoal, técnica e de serviços de escritório absorveu apenas 15% dos novos trabalhadores instruídos; os restantes 85% aceitaram trabalhos anteriormente executados por pessoas portadoras de menores credenciais.
Se as coisas continuarem como estão, a disparidade entre a oferta e a procura de trabalhadores instruídos provavelmente estará exacerbada na próxima década. Cerca de 10 milhões de diplomados de nível superior estão previstos para entrar no mercado de trabalho nesse período, enquanto apenas 4 milhões de diplomados deixarão a força de trabalho, por aposentadoria ou morte. Isso quer dizer que haverá 2½ diplomados competindo em torno de cada um dos 'bons' empregos, para não mencionar os outros 350 mil doutorados que estarão procurando trabalho" (O'Toole et alii, 1973, p. 135-6).

Afirmar que o caráter psicologicamente disfuncional da estrutura de emprego dominante nas situações industriais avançadas passou despercebido dos estudiosos de organização não é inteiramente exato, mas a teoria fundamental de semelhante disfuncionalidade e o choque que produz sobre a vida da totalidade dos cidadãos têm sido lamentavelmente negligenciados. É fato que um anseio de personalização constitui, agora, uma característica preponderante do perfil psicológico dos cidadãos e, ao darem notícia dos resultados de um levantamento de âmbito nacional, empreendido nos primeiros anos da presente década, os autores de *Work in America* afirmam:

"Comparado com as gerações anteriores, o jovem de hoje quer medir seu aperfeiçoamento segundo um padrão que ele próprio estabelece para si. (É claro que existe muito maior grau de direção interior do que David Riessman teria predito duas décadas atrás.) O problema, com a forma segundo a qual o trabalho está hoje organizado, está em que ela não permitirá ao trabalhador a consecução de suas metas pessoais" (O'Toole et alii, 1973, p. 51).

A disciplina organizacional existente, ao que parece, também é sensível a essa tendência, mas focaliza erradamente sua atenção sobre o atendimento da necessidade de personalização dos cidadãos no

contexto dos ambientes de trabalho. Isso implica uma incompreensão duplamente errada. Primeiro, os teóricos convencionais, ou os teóricos e praticantes da ciência organizacional não percebem que os próprios empregos são incidentais, no processo de personalização; segundo, ao que parece, não levam em conta o fato de que a estrutura de emprego da sociedade avançada de mercado é cronicamente incapaz de proporcionar ocupação para todos os cidadãos dispostos a trabalhar.

A queixa de que a estrutura empresarial oferece agora aos indivíduos tarefas que não se destinam a lhes satisfazer as necessidades de personalização é menos do que se poderia esperar de uma abordagem verdadeiramente humanista do planejamento de sistemas sociais. O âmago da questão está em que os empregos já não constituem mais o único meio de engajar os indivíduos em atividades de produção socialmente significativas. O fato de que, na sociedade de mercado, a ocupação de um emprego é o único caminho para que o homem se torne uma pessoa com significação social, tem que ser interpretado como um requisito funcional, temporário, para o desenvolvimento da logística capaz de produzir fartamente e para todos. Como serviçal dessa logística, o sistema de mercado não teria desempenhado sua missão histórica sem que o conceito de *emprego* se tornasse o princípio essencial da organização social da produção.

O sistema de mercado, em seu modelo ocidental, provou que a produção de bens primaciais para todos é possível sem exigir que o indivíduo só possa subsistir como fator impessoal de produção. A taxa de produtividade do labor humano, nos sistemas pré-industriais, era tão baixa que propósitos de lazer só podiam ser privilégio de poucos. Na medida em que a produção nessas sociedades não podia ser concebida como objeto sistemático de conhecimento aplicado, o labor tinha que ser encargo da maioria do povo e tinha que ser justificado como uma questão de princípio e como um fato da natureza. No entanto, nessas sociedades, o trabalhador estava a salvo de certos imperativos vexatórios, que recaem singularmente sobre o empregado hoje em dia. Por exemplo, o trabalhador pré-industrial era privado de refinadas atividades de lazer, mas era dono de si mesmo, não um fator de produção a ser tratado como mercadoria, e avaliado de acordo com a lei da oferta e da procura. Seu trabalho deixava-lhe amplo espaço para propósitos através dos quais podia atualizar livremente seu potencial individual. Mesmo na Idade da Pedra, como a retrata Sahlins (1972), a afluência estava à disposição do indivíduo.

O objetivo final do sistema de mercado era o de transformar a produção numa atividade científica e de prover a sociedade de capacidades de processamento de alta taxa de produtividade, simultaneamente liberando os homens do labor. No processo de consecução desse objetivo, a sociedade de mercado tinha que usar o homem como um fator

de produção despersonalizado. A deformação da pessoa humana, imposta por essa transição, tem sido o preço psicológico pago pela criação da logística da abundância de bens primordiais para todos. Essa é a *grande transformação*, a ser creditada ao sistema de mercado. Mais que qualquer outra coisa, um incidente histórico isolado prova que essa grande transformação foi conseguida. Tal incidente começa com a II Guerra Mundial e desdobra-se através dos 30 anos subseqüentes.

O argumento é desenvolvido por H. F. William Perk. A II Guerra Mundial ativou uma capacidade de produção sem precedentes no sistema industrial americano. Infelizmente, uma quantidade imensa de materiais e artigos de destruição foi produzida e entregue ao *consumidor*, nas frentes de guerra. Esse esforço envolveu diversas dispendiosas operações, tais como embalagem, transporte, distribuição e suas complexas medidas administrativas correlacionadas. Subseqüentemente, o período de guerra fria, que foi dos últimos anos da década de 40 até o final da de 50, introduziu a era do *overkill* – além do necessário para matar – na qual nossa capacidade destrutiva aumentou um milhão de vezes. Durante esse período, vimos também o aparecimento de um sistema industrial não-militar, capaz de proporcionar a abundância material. Prova desse fato está em indicadores como o da prática da *obsolescência planejada* de artigos para o consumidor, a escalada intencional da demanda de bens supérfluos de natureza demonstrativa, envolvendo o engajamento de parte considerável da força de trabalho, a admissão do fato de que a capacidade produtiva não poderia ter 100% de utilização, sob pena do excesso de produção perturbar os termos convencionais do mercado, forçando a utilização insuficiente da capacidade industrial combinada da Europa, URSS e Japão para a produção de bens e serviços primaciais em abundância.

Portanto, essa produção abundante de bens primaciais poderia ter sido empreendida pelo sistema logístico então existente, mas esse acontecimento não constitui, em si mesmo, a necessária e indispensável condição para a *grande transformação*. Perk, efetivamente, afirma:

"Há razão para se acreditar que a Grande Depressão que precedeu a II Guerra Mundial foi tão grave porque a possibilidade técnica da abundância já era iminente, e aqueles que detinham o controle do sistema industrial não sabiam como lidar com essa condição" (Perk, 1966, p. 362).

O raciocínio de Perk fornece uma referência nova para uma reavaliação das políticas econômicas, em geral keynesianas, que foram formuladas e implementadas para superar a Grande Depressão e que

constituem, ainda mesmo em nossos dias, grande parte da sabedoria convencional do economista. Aparentemente, os formuladores de tais políticas econômicas não puderam compreender que, num estágio em que a abundância de bens e serviços primaciais pode ser produzida a uma taxa inferior de envolvimento dos indivíduos na estrutura formal de emprego, passa a ser necessária uma reinterpretação do papel histórico do mercado – isto é, uma reinterpretação pressupondo sua delimitação, através de novas normas políticas, como um enclave incumbido das atividades de natureza econômica, por excelência. Ao invés disso, as políticas de Keynes e de outros economistas com orientação semelhante retardaram a delimitação do mercado, mediante a expansão de suas linhas de produção e de suas atividades, levando-o dessa maneira a apossar-se da direção da própria estrutura social.

A política cognitiva é uma dimensão inevitável dessa hipertrofia do mercado, e a teoria administrativa, aceitando a presente estrutura de emprego como um traço permanente da economia, falha em compreender a difícil situação organizacional dos cidadãos americanos.

5.5 A psicologia da comunicação instrumental

A disciplina administrativa dominante deixa de perceber que no contexto das organizações econômicas a comunicação é essencialmente instrumental, no sentido de que é planejada, de modo sistemático, para maximizar a capacidade produtiva. Em tais organizações, o próprio indivíduo é um recurso que deve ser empregado eficientemente. A psicologia transforma-se numa tecnologia de persuasão para aumentar a produtividade. Culpar as organizações de natureza econômica por serem incapazes de atender às necessidades do indivíduo como um ser singular é tão fútil quanto culpar o leão por ser carnívoro. Elas não podem agir de outra maneira e, já que sem as organizações econômicas a sociedade não poderia funcionar adequadamente, é preciso que as mesmas sejam realisticamente compreendidas conforme são. A comunicação substantiva, isto é, aquela que visa desvendar a subjetividade de pessoas engajadas em permutas autogratificantes, é pouco tolerável em organizações econômicas. Nessa conformidade, admitir que a auto-atualização pode ser estimulada nos contextos econômicos, como o fazem os *humanistas* organizacionais, é incorrer em política cognitiva. De fato, semelhante pressuposto conduz à prática de técnicas ilusórias de aperfeiçoamento de pessoal, destinadas a facilitar a exposição completa da subjetividade das pessoas, fora de contexto, isto é, no desempenho de papéis de natureza instrumental.

No domínio da teoria organizacional, uma das raras tentativas para enfrentar o conceito da comunicação foi feita por Herbert

Simon, em seu livro *Administrative behavior*, publicado em 1947. Afirma Simon:

"A comunicação pode ser formalmente definida como qualquer processo pelo qual as premissas decisórias são transmitidas de um membro da organização para outro" (Simon, 1965, p. 154).

Considerando-se que Simon está sobretudo interessado nas organizações econômicas, tal afirmação é realmente correta. Nas organizações econômicas, a comunicação entre as pessoas ocorre independentemente daquilo que são como pessoas, e delas extrai informação que só é compreensível sob premissas decisórias impostas. Em outras palavras, essa espécie de comunicação não é livre de imperativos externos e não serve como um veículo para a exposição autogratificante, pessoal e subjetiva do indivíduo. Simon esclarece suas definições como se segue:

"Através de sua submissão a metas organizacionalmente estabelecidas e através da absorção gradual dessas metas em suas próprias atitudes, aquele que participa da organização adquire uma personalidade de organização, bastante diferente de sua personalidade como indivíduo. A organização destina-lhe um papel: especifica os valores particulares, os fatos, as alternativas, segundo os quais devem ser tomadas suas decisões na organização" (Simon, 1965, p. 198).

É clara a razão pela qual Simon nega, com propriedade, a possibilidade de auto-atualização no contexto das organizações formais.[15] Contudo, embora sua descrição das realidades organizacionais seja mais realista do que a que fazem seus oponentes *humanistas*, tal descrição tende a justificar a prática da política cognitiva. Até certo ponto, o livro de Simon reflete o ambiente social deste país no período subseqüente à II Guerra Mundial, quando uma visão otimista e acrítica das funções da organização predominava. Assim, ao enfocar os relacionamentos entre o indivíduo e a organização, sua abordagem inclina-se a favor da organização. Por exemplo, admite ele que "o empregado assina um cheque em branco, ao entrar na organização" (Simon, 1965, p. 116). É certo, adverte, que "a área na qual será aceita a autoridade da organização não é ilimitada" (Simon, 1965, p. 117). Mas sua compreensão de tais limites é deficiente. Apoiado em Barnard, ele vê o detentor do emprego como uma personalidade dividida, simultaneamente portador de uma "personalidade de organização" e uma "personalidade particular" (Simon, 1965, p. 204). Diz ele: "Quando as exigências organizacionais ultrapassam [seus limites], os

15 Veja a discussão entre Simon (1973) e Argyris (1973).

BIBLIOTECA CENTRAL
PUCRS

motivos pessoais se reafirmam e a organização, nessa medida, deixa de existir" (Simon, 1965, p. 204).

Contudo, a concepção de Barnard e de Simon, relativamente à dupla personalidade do detentor de emprego, está insuficientemente caracterizada, apresentada em termos exageradamente mecanicistas e pressupõe uma lealdade à organização que conduz, sejamos francos, a terríveis conseqüências sociais. Por exemplo, Barnard conta a história de uma telefonista, tão preocupada com a mãe doente que aceitou, contra as próprias inclinações, um emprego num lugar solitário, porque dali podia ver a casa em que estava a mãe, em seu leito de enferma. Não obstante, quando chegou o dia em que a casa se incendiou, ela observou o fato sem abandonar a mesa de ligações telefônicas. Barnard elogia a telefonista: "mostrou extraordinária 'coragem moral', poderíamos dizer, ao agir segundo o código de sua organização – a necessidade *moral* de serviço ininterrupto" (Barnard, 1948, p. 269). É precisamente esse tipo de injustificada lealdade do empregado às organizações que, finalmente, as transforma em agências de corrupção moral, induzindo os indivíduos, por exemplo, a aceitarem os horrores nazistas como fatos normais da vida do Estado, ou a se permitirem violações da lei, tais como aquelas em que o presidente Nixon e seus auxiliares foram apanhados, durante o caso Watergate.

Além disso, é evidente que a submissão passiva do indivíduo à organização, em sua qualidade de detentor de emprego, tem um profundo efeito sobre sua personalidade, efeito que não desaparece em seu espaço vital particular. Se, como sustenta Simon, se espera do empregado que "deixe em repouso suas faculdades críticas", a fim de "permitir que as decisões que lhe forem transmitidas" possam "guiar sua própria opção" (Simon, 1966, p. 151), essa disposição pode condená-lo a fazer de sua *psicose ocupacional* uma segunda natureza, como assinalam alguns analistas (Merton, 1967; Mannheim, 1940). Em outras palavras, estará ele enfraquecendo sua capacidade de fazer, fora da organização, julgamentos éticos e críticos de natureza pessoal. A injustificada legitimação dessa pressão, exercida sobre o indivíduo pela organização, deve ser reconhecida como exemplo de política cognitiva.

É duvidoso, na verdade, que em seu tempo fora do trabalho possa o indivíduo dispor de áreas suficientes, livres da penetração de pressões sociais organizadas. O ambiente social desta nação é altamente planejado, se se leva em conta a maneira pela qual normalmente a informação chega aos cidadãos. Tem sido corretamente afirmado por muitas autoridades que, altamente controlados por gigantescos complexos empresariais, os meios de comunicação de massa promovem amplamente aqui uma "irrefletida lealdade" (Lazarsfeld e Merton, 1974, p. 567) ao *status quo*. Estes autores interpretam essa forma institucional de prestar informação como o meio utilizado "em lugar

de intimidação e coerção" (Lazarsfeld e Merton, 1974, p. 556). Preso ao contexto dessa forma, o ambiente social, como um todo, tornou-se, ele próprio, um ambiente mecanomórfico e, pela interiorização de suas normas e exigências, o indivíduo é induzido a se transformar, a si mesmo, num sistema mecanomórfico. Substitui por um jargão projetado o senso comum e, inevitavelmente, perde a habilidade verbal de falar sobre níveis profundos de sua psique, que resistem à expressão mediante signos mecanomórficos.

Herbert Simon não veria nada de extraordinário na presente submissão passiva do indivíduo ao ambiente social. Argumentando que existe apenas uma diferença de grau entre uma formiga e um homem, diria ele que, quanto ao indivíduo, seu "ambiente interior pode ser muito irrelevante para (seu) comportamento, relativamente ao ambiente exterior" (Simon, 1969, p. 25). Na realidade, afirma ele:

"Uma formiga, encarada como um sistema de comportamento, é bem simples. A aparente complexidade de seu comportamento, ... é em grande parte um reflexo da complexidade do ambiente em que ela se encontra...
Eu gostaria de explorar esta hipótese, mas com a palavra 'homem' substituindo 'formiga' ...
Um homem, encarado como um sistema de comportamento, é bem simples. A aparente complexidade de seu comportamento, ... é em grande parte um reflexo da complexidade do ambiente em que ele se encontra.
Pessoalmente, acredito que a hipótese vale mesmo em relação ao homem como um todo ... Um ser humano raciocinante é um sistema adaptativo; suas metas são definidas pela área comum entre seus ambientes interior e exterior. Na medida em que ele é de fato adaptável, seu comportamento refletirá características situadas, em grande parte, no ambiente exterior (em face das metas individuais) e revelará apenas umas poucas propriedades limitativas de seu ambiente interior" (Simon, 1969, p. 24-6).

Essa afirmação é altamente representativa da concepção de homem infiltrada na psicologia behaviorista, sendo formulada em dois passos não articulados. Primeiro, define o homem como um sistema de comportamento e, segundo, pressupõe que um sistema de comportamento é equivalente a um sistema de processamento de informação. Os oponentes *humanistas* de Simon, no domínio da teoria organizacional típica, reconhecem, de fato, no indivíduo, uma gama de necessidades, que se funda em sua subjetividade pessoal. Contudo, paradoxalmente, na prática não há uma polêmica essencial entre Simon e aqueles que concordam com ele, por um lado, e os colegas que a eles

se opõem, de outro lado, pela simples razão de que os últimos deixam de compreender que as referidas necessidades não podem ser atendidas dentro de ambientes mecanomórficos, nos quais se sentem à vontade para exercer sua perícia clínica. Os *humanistas*, por exemplo, acreditam que a confiança, a autenticidade, o amor, a franqueza só podem ser estimulados na cultura interpessoal das organizações de natureza econômica pelo engajamento de seus membros em sessões de realimentação – *feedback* –, em que são encorajados não apenas a produzir informações sobre seus sentimentos, mas a processar informações sobre si mesmos vindas também das outras pessoas. Esse tipo de dinâmica de grupo que inclui, por exemplo, técnicas como a do grupo *T* e a do treinamento da sensitividade, é mecanomórfica e, auspiciada pelas organizações de natureza econômica, imprópria para tratar de tópicos de desenvolvimento pessoal.

Na realidade, o desenvolvimento pessoal e a solidão pessoal são inseparáveis. O desenvolvimento pessoal desdobra-se vindo da psique individual e, com toda a probabilidade, é dificultado por processos sociais ou de realimentação grupal. Toda socialização é alienação.[16] É significativo que os *humanistas* não hesitem em abraçar a psicologia behaviorista, e desnecessário reafirmar minha crítica desse tipo de psicologia, que é apresentada no capítulo 3 deste livro. Basta dizer aqui que o comportamento é, essencialmente, uma categoria da vida exterior do indivíduo. É natural que uma psicologia que encara o homem como um animal que só é capaz de comportamento se incline a ser centrada no grupo, ou gire em torno de processos de realimentação. Mas essa é uma visão muito parcial da vida psíquica do homem. O comportamento é uma dimensão superficial de sua vida. O homem, essencialmente, não se comporta – como um portador da razão, essencialmente *age*. Mas a psicologia behaviorista está fadada a negligenciar a ação como uma categoria da vida interior do homem, porque é uma psicologia sem razão, isto é, uma psicologia na qual a razão é interpretada erroneamente como sinônimo da mera avaliação de conseqüências. Essa errada compreensão, baseada numa teoria pretensiosa, explica porque é que os *humanistas* alegam um choque entre o *homem em auto-atualização* e o *homem racional*.

16 Sólido conhecimento de psicologia deveria justificar esta afirmação. Não se deveria esquecer que o próprio Freud afirmou, no livro *A Civilização e seus dissabores*, que "na severidade de seus comandos e de suas proibições [o superego] incomoda-se muito pouco com a felicidade do ego" (Freud, 1962, p. 90). Mas, o menos que se pode dizer é que Freud foi ambíguo sobre a irredutibilidade do eu à socialidade. Melhores fontes para fundamentação do que foi afirmado seriam encontradas nos escritos de Carl Jung, Alfred Adler, Otto Rank, Franz Alexander, H. Hartmann, W. Stekel, L. Binswanger, Erich Fromm, M. Boas, Viktor Frankl, R.D. Laing, Ira Progoff, R. May, e outros. A justificação da assertiva não pode ser feita no texto do presente capítulo, para que o mesmo não se afaste de seu objetivo principal.

O projeto de humanização das organizações formais tem também suas raízes nessa compreensão errada. De fato, aceitando a limitada razão das organizações formais como constituindo a razão em geral, os *humanistas* esforçam-se por mitigar a preocupação intrínseca que têm com os requisitos funcionais de eficácia, propondo estratégias destinadas a integrar metas organizacionais e individuais e, assim, o projetado e o emocional e espontâneo. Deixam de perceber, evidentemente, que quando engajado em sistemas instrumentais de comunicação, o indivíduo está fadado a rejeitar, sistematicamente, sua experiência direta da realidade. Esta observação foi articulada com lucidez por Joseph Weizenbaum, em seu livro *The Computer and human reason*, onde ele corretamente acentua que a presente rejeição da experiência direta é uma habilidade que o indivíduo aprende através de sua socialização, um "novo sentido" para que "encontre seu caminho", num mundo projetado de acordo com requisitos funcionais de eficácia (Weizenbaum, 1976, p. 25). Nesse tipo de mundo, o homem aprende a reprimir espontaneamente sentimentos e maneiras de ver que desviariam seu comportamento dos respectivos propósitos instrumentais. Assim, ele come quando o relógio diz que é hora, não quando está com fome, e satisfaz suas outras necessidades da mesma maneira. No domínio da disciplina organizacional, o elogio de Barnard à telefonista que permanece em sua mesa de ligações, em vez de tentar socorrer a mãe doente dentro de uma casa que se incendeia, é um exemplo notável de rejeição da experiência direta da realidade.

A tentativa *humanista* de integração de metas individuais e organizacionais só pode ser empreendida à base de uma psicologia behaviorista (que é pouco mais que uma forma críptica de política cognitiva), apoiada numa compreensão pré-analítica das realidades operacionais da organização, na qual as funções críticas do conhecimento administrativo convencional são sistematicamente deixadas de lado. A moda da teoria de sistemas é um caso a assinalar. Como frisa Sheldon Wolin, na abordagem de sistemas, de orientação behaviorista, na categoria de insumo – *input* – reduzem-se tópicos heterogêneos a um item homogêneo comum. Por exemplo, o termo insumo vale "igualmente, para um protesto pelos direitos civis, uma delegação da Associação Nacional do Rifle (National Rifle Association) e uma greve da UAW (União Americana de Trabalhadores)" (Wolin, 1969, p. 1.078).

No mesmo sentido, argumenta Wolin que essa orientação mecanomórfica, que denomina de metodismo, tem alicerces éticos e teóricos que, finalmente, conduzem a "grotescos resultados educacionais" (Wolin, 1969, p. 1.078). Constitui "em última análise, uma proposta para a moldagem da mente" (Wolin, 1969, p. 1.064) e seus "pressupostos são de natureza tal que revigoram a visão acrítica das atuais estruturas políticas e de tudo que elas envolvem" (Wolin, 1969,

p. 1.064). Muito freqüentemente ensina uma "falsa racionalidade e uma pseudo-excelência", como já assinalou outro analista.[17] Quando se preparam sob a influência desse tipo de abordagem, os alunos das escolas de administração de empresas e de administração pública são encorajados a concordar com uma visão pré-reflexiva das realidades organizacionais e, portanto, a se tornarem não doutos especialistas, mas apenas escriturários acadêmicos.

5.6 Conclusão

Nenhuma sociedade, no passado, esteve jamais na situação da sociedade desenvolvida centrada no mercado de nossos dias, na qual o processo de socialização está, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva excercida por vastos complexos empresariais que agem sem nenhum controle. Em sociedade alguma do passado, jamais os negócios foram a lógica central da vida da comunidade. Somente nas modernas sociedades de hoje o mercado desempenha o papel de força central, modeladora da mente dos cidadãos. A reforma da mentalidade de mercado não constitui tarefa simples, pois não apenas os cidadãos, em seu conjunto, se tornaram ajustados a essa mentalidade, mas também poucos são os canais disponíveis, pelos quais influências contrabalançadoras, destinadas a desfazer essa inclinação, possam ser sistematicamente exercidas. Escravos de um sistema de comunicação de massa dirigido por grandes complexos empresariais, os indivíduos tendem a perder a capacidade de se empenhar no debate racional. Cedendo a influências projetadas, a maioria das pessoas perde a capacidade de distinguir entre o fabricado e o real e, em vez disso, aprende a reprimir padrões substantivos de racionalidade, beleza e moralidade, inerentes ao senso comum.

Este capítulo descreve o conhecimento organizacional típico como um exemplo de eliminação do senso comum. Como tal, dificilmente merece até ser denominado conhecimento e, no entanto, constitui a essência daquilo que é ensinado nas escolas de administração pública e de empresas. É, também, o credo de uma espécie de profissionalismo. Nada há de errado com o profissionalismo em geral – o que é lamentável é que ele se protege do debate racional, através de imposição de um consenso profissional opiniático como uma condição de aceitação acadêmica.

Os problemas humanos contemporâneos podem ser apenas perpetuados, e não resolvidos, pela política cognitiva. As fronteiras da teoria organizacional formal precisam ser definidas com clareza. Em lugar de pôr a organização econômica formal no centro da existência humana, é necessário que se dê ênfase à questão da delimitação organizacional, da aprendizagem dos meios capazes de facilitar múltiplos tipos de microssistemas sociais, no contexto da tessitura geral da sociedade, transformando a organização econômica formal num enclave restrito e incidental, no espaço vital da vida humana, assim deixando margem para relacionamentos interpessoais livres das pressões projetadas e organizadas. O delineamento de uma abordagem substantiva da teoria da organização, abordagem básica para a delimitação organizacional, é o que constitui o tema do capítulo seguinte.

[17] Veja Raskin (1973, p. XXIII).

BIBLIOGRAFIA

Argyris, Chris. Organization man *and* self-actualizing. *Public Administration Review*, July/Aug. 1973.

——. Some limits of rational man organizational theory. *Public Administration Review*, May/June, 1973*a*.

——. *On organizations of the future*. Beverly Hills, Sage Publications, 1973*b*.

Aristóteles. *Retórica* e *Poética*. trad. W. R. Roberts e I. Bywater, respectivamente. New York, The Modern Library, 1954.

Barnard, C.I. *The Functions of the executive*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1948.

Daly, H. E., ed. *Toward a steady-state economy*. San Francisco. W.H. Freeman, 1973.

De Grazia, Sebastian. *Of time, work and leisure*. Garden City, New York, Doubleday, 1964.

Deutsch, Karl. *Nationalism and social communication*. Cambridge, Massachusetts, M.I.T. Press, 1953.

Freud, S. *A Civilização e seus dissabores*. New York, W.W. Norton, 1962.

Galbraith, J.K. Economics as a system of belief. *American Economic Review*. May, 1970.

Garraty, J.A. *Unemployment in history, economic thought and public policy*. New York, Harper & Row, 1978.

Germino, Dante. *Beyond ideology, the revival of political theory*. New York, Harper & Row, 1967.

Harrington, A. *Life in the Chrystal Palace*. New York, Alfred A. Knopf, 1959.

Heilbroner, R.L. *The Worldly philosophers*. New York, Simon and Schuster, 1972.

Henderson, Hazel. *Creating alternative futures*. New York, Berkley, 1978.

Hirsch, Fred. *Social limits to growth*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1976.

Inkeles, A. Industrial man: the relation of status to experience, perception and values. *The American Journal of Sociology*, July 1960.
Jourard, S.M. *The Transparent self*. Princeton, New Jersey, D. Van Nostrand, 1964.
Keynes, J.M. *The General theory of employment, interest and money*. New York, Harcourt, Brace & World, 1964.
Laing, R.D. *The Politics of experience*. New York, Ballantine Books, 1968.
Laslett, Peter. *The World we have lost*. New York, Charles Scribner's Sons, 1965.
Lazarsfeld, P.F. & Merton, R.K. Mass communication, popular taste and organized action. In: Schramm, W. & Roberts, D.F., publ. *The Process and effects of mass communications*. Urbana, University of Illinois Press, 1974.
Leiss, W. *The Limits to satisfaction*. Toronto and Buffalo, University of Toronto Press, 1976.
Lerner, D. *The Passing of traditional society, modernizing the Middle East*. Glencoe, Illinois, The Free Press, 1958.
Lowenthal, Leo. *Literature, popular culture and society*. Palo Alto, California, Pacific Books, 1968.
Mannheim, K. *Man and society in an age of reconstruction*. New York, Harcourt, Brace & World, 1940.
McClelland, D.C. *The Achieving society*. New York, D. Van Nostrand, 1961.
—— & Winter, D.G. et alii. *Motivating economic achievement*. New York, The Free Press, 1969.
Merton, R.K. *Social theory and social structure*. New York, The Free Press, 1967.
O'Toole, J. et alii. *Work in America*. EUA, The Colonial Press, 1973.
Parsons, Talcott. Evolutionary universals in society. *American Sociological Review*, June 1964.
Perk, H.F.W. The Great transformation. *The American Scholar, 35*(2), Spring 1966.
Pfiffner, J. & Sherwood, F. *Administrative organization*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1965.
Platão. *Górgias*. trad. W. D. Woodhead. In: Hamilton, E. & Cairns, H. *Coletânea de diálogos*, de Platão, New Jersey, Princeton University Press, 1971. (Série Bollinger, n. 71.)
Polanyi, Karl. Societies and economic systems. In: Dalton, G., publ. *Primitive, archaic and modern economies* – essays of Karl Polanyi. Boston, Beacon Press, 1971.
Políbio. *As Histórias*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1972. v. 3.

Presthus, R. *The Organizational society*. New York, Random House, 1965.
Raskin, M. *Being and doing*. Boston, Beacon Press, 1973.
Sahlins, Marshall. *Stone age economics*. Chicago, Aldine-Atherton, 1972.
Sandoz, Ellis. The Civil theology of liberal democracy: Locke and his predecessors. *Journal of Politics*, Feb. 1972.
Schumpeter, J.A. *History of economic analysis*. New York, Oxford University Press, 1974.
Simon, H.A. *Administrative behavior*. New York, The Free Press, 1965.
——. *The Science of the artificial*. Cambridge, Massachusetts, MIT Press, 1969.
——. Organization man: rational or self-actualizing? *Public Administration Review*, July/Aug. 1973.
Smith, A. *Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. New York. The Modern Library, 1965.
Townsend, R. *Up the organization, how to stop the corporation from stifling people and strangling profits*. Greenwich, Connecticut, Fawcett Publications, 1970.
Voegelin, Eric. Industrial society in search of reason. In: Aron, A., publ. *World technology and human destiny*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 1963.
Weizenbaum, J. *Computer power and human reason*. San Francisco, W.H. Freeman, 1976.
Whyte, Jr., W.H. *The Organization man*. Garden City, New York, Doubleday, 1954.
Wolin, S. Political theory as a vocation. *The American Political Science Review*, Dec. 1969.

6. UMA ABORDAGEM SUBSTANTIVA DA ORGANIZAÇÃO

A disciplina organizacional contemporânea não desenvolveu a capacidade analítica necessária à crítica de seus alicerces teóricos e, em vez disso, em grande parte toma emprestadas capacidades exteriores. Por essa razão, condenou-se a si mesma a permanecer pré-analítica e, para sempre, na periferia da ciência social. Dificilmente um campo disciplinar atingirá o nível sofisticado de conhecimento requerido para o ensino em grau superior, se não for capaz de desenvolver em caráter crítico e de si mesmo extraídas suas bases epistemológicas. Ao concentrar-se nessas bases, este capítulo tentará apresentar uma abordagem sistemática da teoria organizacional, fundada na racionalidade substantiva.

A formulação de uma abordagem substantiva para a organização inclui duas tarefas distintas: a) o desenvolvimento de um tipo de análise capaz de detectar os ingredientes epistemológicos dos vários cenários organizacionais; b) o desenvolvimento de um tipo de análise organizacional expurgado de padrões distorcidos de linguagem e conceptualização.

Embora o capítulo trate, sobretudo, da segunda tarefa, são cabíveis algumas considerações sobre a primeira.

6.1 Tarefa 1 – a organização como sistema epistemológico

Os cientistas sociais afirmam, comumente, que as definições da realidade são aprendidas pelos indivíduos no processo de socialização. Como salienta Karl Mannheim, quando novas situações emergem numa sociedade, seus membros normalmente tendem a interpretá-las do acordo com categorias já estabelecidas. É como se "se recusassem a admitir-lhes o caráter de novidade", ou preferissem "ignorar-lhes a singularidade" (Mannheim, 1940, p. 302). Ao nível da microrganização, March e Simon (1958, p. 165) chamam esse padrão de reação de "absorção de incerteza". Quando exposto a uma situação nunca vista, o indivíduo tenta normalmente interpretá-la de acordo com o vocabulário conceptual familiar à organização, para que não venha a pôr em

risco sua segurança psicológica. "Daí", dizem March e Simon (1958, p. 165) "tender o mundo a ser percebido pelos membros da organização em termos dos conceitos particulares refletidos no vocabulário da organização. As categorias e os esquemas especiais de classificação que aquele emprega são materializados e tornam-se, para os membros da organização, atributos do mundo, em vez de meras convenções".

Em seu comentário sobre "absorção de incerteza", Charles Perrow afirma que as organizações controlam a ação de seus membros desenvolvendo "vocabulários que escondem algumas partes da realidade e magnificam outras partes" (Perrow, 1972, p. 152). Dada a circunstância de que as atuais organizações têm "protéica habilidade de moldar a sociedade" (Perrow, 1972, p. 199), reclama Perrow um reexame da noção de *ambiente*, tal como é correntemente apresentada na literatura especializada. Em lugar do *ambiente* afetar a organização, parece que o contrário fica mais perto da verdade. A organização deve ser vista, hoje em dia, "como definindo, criando e moldando seu ambiente" (Perrow, 1972, p. 199). Opinião semelhante sobre o ambiente é sustentada por J. K. Galbraith (1973) e B. Gross (1973) – opinião que sustentam ser característica de todo o sistema social dos EUA.

Embora sejam freqüentes declarações como essas, um exame sistemático de suas implicações só recentemente está sendo tentado por alguns poucos autores, preocupados com a dimensão epistemológica dos sistemas sociais.

Robert Boguslaw defronta-se com este problema no livro *The New utopians*. Declara ele que o desenho de sistemas não é assunto puramente técnico, mas deveria envolver uma sistemática preocupação com as conseqüências, avaliadas do ponto de vista de valores humanos. No entanto, os atuais planejadores de sistemas enfocam esses problemas organizacionais usando instrumentos conceptuais e operacionais que só têm coerência em termos do *status quo* tecnológico (Boguslaw, 1965, p. 4). Trabalham com o conjunto de *hardware* dos computadores – equipamento pesado – com normas de sistemas, com análises funcionais e com heurística que especifica comportamentos e atitudes humanas. Boguslaw tenta desvendar as regras de cognição que dominam a arte e a teoria do planejamento convencional de sistemas, que considera sob a influência das conveniências políticas, e emite a opinião de que os planejadores se apóiam, em larga proporção, "numa teoria de tipo subseqüente ao fato físico" (Boguslaw, 1965, p. 2). Assim sendo, questiona ele a validade dos "métodos, técnicas e fundamentos intelectuais das várias abordagens do planejamento de sistemas" (Boguslaw, 1965, p. 2-3).

Alguns estudiosos de sistemas e comunicação estão, igualmente, atentos às questões epistemológicas pertinentes à teoria da organização. Por exemplo, C. W. Churchman (1971) e W. Buckley (1972) de-

dicaram-se à epistemologia considerando-a um tópico da análise de sistemas, porém num alto nível de abstração. Da mesma forma, foi amplamente analisada por Joseph Weizenbaum (1976) a influência do computador sobre a autopercepção do indivíduo. Mas, até recentemente, os especialistas na teoria de sistemas não tinham desenvolvido instrumentos conceptuais e operacionais para lidar com o sistema epistemológico que, embora geralmente oculto, constitui componente fundamental de qualquer tipo de organização.

Exceção nessa tendência é Donald Schon (1971). Em sua análise de sistemas sociais, conforme apresentada em *Beyond the stable state*, a dimensão epistemológica é um tópico sistemático de interesse. De acordo com Schon, qualquer sistema social consiste, basicamente, de uma estrutura, uma tecnologia e uma teoria. A estrutura é o "conjunto de papéis e de relações entre os membros, individualmente" (Schon, 1971, p. 33). A tecnologia é o conjunto vigente de normas e praxes consolidadas, através do qual as coisas são feitas e os resultados conseguidos. A teoria é o conjunto de regras epistemológicas segundo o qual a realidade interna e externa é interpretada e tratada, em termos práticos. Em qualquer sistema essas dimensões são interdependentes, de modo que a modificação numa delas conduz a modificações correspondentes nas outras e, portanto, em todo o sistema. É possível visualizarem-se essas dimensões como círculos, ou como constituindo uma "estrutura circular" (Schon, 1971, p. 38). A dimensão epistemológica dos sistemas sociais, usualmente, não recebe adequada atenção. No entanto, "quando uma pessoa passa a fazer parte de um sistema social encontra um corpo de teoria que, de maneira mais ou menos explícita estabelece não apenas 'como o mundo é', mas também 'quem somos nós', 'que estamos nós fazendo' e 'que é que deveríamos estar fazendo'" (Schon, 1971, p. 34). Conseqüentemente, a *teoria* é uma dimensão nuclear e quando essencialmente alterada expõe a organização a grave fratura, na medida em que a mudança possa afetar: a) sua auto-interpretação; b) a definição de suas metas; c) a natureza e o alcance de suas operações; d) suas transações com o mundo exterior.

6.2 *Tarefa 2 – pontos cegos da teoria organizacional corrente*

Constitui argumento básico deste livro a noção de que os sistemas sociais cujo desenho evita considerações substantivas deformam, caracteristicamente, a linguagem e os conceitos através dos quais a realidade é apreendida. Nessa conformidade, nossa atenção deve voltar-se, agora, para uma abordagem substantiva da organização.

Nenhuma mudança significativa ocorreu nos pressupostos epistemológicos da análise organizacional, desde Taylor. Em outras palavras,

a teoria da organização nunca examinou, em termos de crítica, a epistemologia inerente ao sistema de mercado. E os pontos cegos da atual teoria da organização podem ser caracterizados da forma seguinte:

1. O conceito de racionalidade predominante na vigente teoria organizacional parece afetado por fortes implicações ideológicas. Conduz à identificação do comportamento econômico como constituindo a totalidade da natureza humana. Embora a noção de comportamento econômico pareça evidente por si mesma, refere-se ela, aqui, a qualquer tipo de ação empreendida pelo homem, quando ele é movido, apenas, pelo interesse de elevar ao máximo seus ganhos econômicos.
2. A presente teoria da organização não distingue, sistematicamente, entre o significado substantivo e o significado formal da organização. Essa confusão torna obscuro o fato de que a organização econômica formal é uma inovação institucional recente, exigida pelo imperativo da acumulação de capital e pela expansão das capacidades de processamento características do sistema de mercado. A organização econômica formal não pode ser considerada um paradigma, segundo o qual devam ser estudadas todas as formas de organizações, passadas, presentes e emergentes.
3. A presente teoria da organização não tem clara compreensão do papel da interação simbólica, no conjunto dos relacionamentos interpessoais.
4. A presente teoria da organização apóia-se numa visão mecanomórfica da atividade produtiva do homem, e isso fica patente através de sua incapacidade de distinguir entre trabalho e ocupação.

Na medida em que os teoristas da organização continuem a negligenciar esses pontos, estarão cedendo a uma abordagem reducionista do desenho dos sistemas sociais. Tal reducionismo exige que vejam diferentes tipos de sistemas sociais sob a ótica de um conjunto de pressupostos pertinentes apenas a um desses tipos.

Cada um desses tópicos será agora considerado mais detalhadamente.

6.3 *Reexame da noção de racionalidade*

A situação em que se encontra a noção de racionalidade, no campo da teoria da organização, ilustra sua insuficiente qualificação teórica. Os pontos de vista de Herbert Simon sobre racionalidade, apresentados em *Administrative behavior* e outros trabalhos, constituem ainda parte do conhecimento convencional desse campo. A racionalidade – consoante a versão de Simon (1965) – é o conhecimento absoluto de conseqüências. Assim, mal pode o homem ser considerado um ser racional, porque o conhecimento abrangente está além de

sua capacidade.[1] As corporações, porém, da mesma forma que a organização convencional, especialmente quando computarizadas, merecem o qualificativo de racionais, na medida em que são menos limitadas que o homem em sua habilidade de avaliação. Além disso, para Simon, a racionalidade na conduta ou nas decisões humanas nunca é uma questão de conteúdo qualitativo intrínseco, mas antes questão de ser ou não instrumental para a consecução de objetivos ou fins. Em conseqüência, questões como a do que é *bom*, no homem ou na sociedade, não têm lugar na área do debate racional. O homem racional não se preocupa com a natureza ética dos fins *per se*. É um ser que calcula, decidido apenas e encontrar, com precisão, meios adequados para atingir metas, indiferente ao respectivo conteúdo de valor.

A argumentação de Simon tem sido criticada, não quanto aos méritos intrínsecos de seu conceito de racionalidade, mas porque ele afirma que a organização não pode tolerar nenhuma espécie de atividade que não esteja afinada com os requisitos da racionalidade, da maneira como a conceptualiza. Assim, alguns teoristas de organização defendem a atualização do indivíduo dentro do arcabouço organizacional e pressupõem uma polaridade entre o homem racional e o indivíduo que se auto-atualiza. A identificação de racionalidade como capacidade de calcular é tida como coisa certa tanto pelos simonistas como pelos anti-simonistas, como prova a obra de Chris Argyris. A premissa de que a atualização humana não se coaduna com a conduta racional está, pois, amplamente difundida.[2]

É óbvio que os simonistas, assim como seus críticos humanistas, falham em compreender a questão da racionalidade. Até que emergisse a sociedade de mercado, o tipo de raciocínio deliberado, somente interessado nos meios de atingir metas determinadas, fora apenas um aspecto limitado de um conceito mais amplo de racionalidade. Como está explicado em outra parte deste livro, o conceito de racionalidade, classicamente, revestira-se sempre de nuanças éticas, e chamar um homem ou uma sociedade de racional significava reconhecer sua fidelidade a um padrão objetivo de valores postos acima de quaisquer imperativos econômicos. Simon escreve, porém, como se os critérios de economicidade fossem os únicos critérios da racionalidade. Não há uma só ocasião, em seu livro, em que ele indique, explicitamente, os limites

[1] Simon afirma: "É impossível que o comportamento de um único e isolado indivíduo alcance algum grau de racionalidade" (Simon, 1965, p. 79). Mostra ele, claramente, que apenas os agentes corporativos e as organizações se comportam racionalmente. Assim é que escreve Simon: "[a] organização permite ao indivíduo uma abordagem razoavelmente próxima da racionalidade objetiva" (Simon, 1965, p. 80).

[2] É exatamente um pressuposto errado desse tipo que permeia a polêmica entre H. Simon e Chris Argyris. Veja Argyris (1973*a* e 1973*b*). Veja também Simon (1973).

entre os quais o conceito tem validade. Tivesse ele esclarecido que sua opinião era válida apenas no mundo de puros objetivos econômicos e a posição que adotou seria mais firme. Infelizmente, não chega a fazer tal esclarecimento e, na realidade, tenta induzir o leitor a acreditar que seu enfoque envolve tudo aquilo que se pode considerar como racionalidade. Por exemplo, questiona o conceito de racionalidade de Aristóteles que envolve o exame da "bondade" do homem e da sociedade e o considera "limitado" (Simon, 1965, p. 47), como se ele e o filósofo grego estivessem tratando da mesma dimensão de racionalidade.

A verdade é que o termo *racionalidade*, como é usado por Simon, nada absolutamente tem a ver com o conceito aristotélico de racionalidade. Aristóteles jamais considerou o mercado como o sistema primordial da sociedade e nunca pensou que os requisitos psicológicos do mercado se transformassem nas normas da vida social em seu conjunto. É certo que tinha clara noção da racionalidade do comportamento econômico, mas em seu conceito normativo de uma boa sociedade esse tipo de racionalidade só incidentalmente influiria sobre a existência humana. Poder-se-ia argumentar que o conceito aristotélico de prudência contém um ingrediente de cálculo. No entanto, na opinião de Aristóteles, a prudência é uma categoria ética, não puramente uma conduta conveniente. Assim, diz o filósofo: "Não podemos ser prudentes sem sermos bons" (*Ética a Nicômaco*, VI/XIII, p. 10). Conseqüentemente, a racionalidade aristotélica e a racionalidade instrumental pertencem a duas esferas qualitativas da existência humana, e a racionalidade de Aristóteles não pode ser criticada da perspectiva de Simon, a menos que o autor de *Administrative behavior* queira, realmente, dizer que a racionalidade instrumental é a única que se pode conceber, o que é uma posição claramente errada.

6.4 Peculiaridade histórica das organizações econômicas

O campo da teoria da organização não consegue compreender a peculiaridade histórica das organizações de caráter econômico e de suas funções. A organização que constitui o foco da atenção da teoria organizacional, em *stricto sensu*, é, intrinsecamente, vinculada a uma sociedade de tipo sem precedentes – a sociedade de mercado. Como assinalou Marcel Mauss, "somente as nossas sociedades ocidentais é que, bastante recentemente, transformaram o homem num animal econômico",[3] isto é, numa criatura que age, normalmente, de acordo com o caráter – *ethos* – utilitário, imanente às organizações formais de hoje.

Deveria ser feita uma distinção entre o significado substantivo e o formal de organização e essa distinção é importante pelas mesmas

[3] Apud Dalton, G. (1971, p. IX).

razões que levaram Karl Polanyi a diferençar entre os significados formais e os substantivos do termo econômico. Diz ele:

"...nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema, que assegura ordem na produção e na distribuição dos bens. Mas isso não envolve a existência de instituições econômicas distintas; normalmente, a ordem econômica é meramente uma função da social, na qual está contida. Nem nas condições de vida tribal, ou feudal, ou mercantil houve ... um sistema econômico separado na sociedade. A sociedade do século XIX, na qual a atividade econômica foi isolada e imputada a uma razão econômica inconfundível, representou, de fato, um desvio singular ... semelhante padrão institucional não podia funcionar, a menos que a sociedade ficasse, de alguma forma, submetida às suas exigências. Uma economia de mercado só pode existir numa sociedade de mercado" (Polanyi, 1971*a*, p. 71).

Polanyi indica que nas sociedades não-mercantis, as economias existiam no sentido substantivo. Na sociedade de mercado, porém, o termo econômico deriva formalmente seu sentido do pressuposto de que, sendo escassos os meios e os recursos, devem ser otimizados através de opções que atendam, com precisão, aos requisitos de economicidade. Nas sociedades não-mercantis, a escassez de meios não constitui princípio formal para a organização da produção e para a escolha humana de modo geral, uma vez que a sobrevivência do indivíduo é, normalmente, garantida pela eficácia dos critérios sociais globais (não da organização formal) de reciprocidade, redistribuição e troca. A economia, aqui, está incrustada na tessitura social, e não constitui um sistema auto-regulado. Em outras palavras, numa sociedade não-mercantil, ninguém vive sob a ameaça do *chicote econômico*.[4]

Por circunstâncias idênticas às que foram mencionadas, nas sociedades não-mercantis as organizações constituem, de modo geral, campos de experiência de que ninguém tem formalmente consciência. Em tais sociedades, os indivíduos têm uma vida compacta, não uma vida diferenciada. Em outras palavras, existem em bases substantivas e não formais, legais ou contratuais. Por exemplo, numa sociedade primitiva uma família é uma organização substantiva, no sentido de que não funcionaria como um sistema a menos que existisse algum padrão nos relacionamentos entre aqueles que a constituem, e entre estes e o ambiente exterior. A família em nossa sociedade, na medida em que ainda preserva algumas funções da família arcaica, partilha de seu caráter organizacional substantivo. No entanto, graças à natureza da sociedade global contemporânea, a família está antes se transformando num fenômeno de organização formal. Em outro exemplo, demonstrado por Moreno (1934), os grupos num *playground* constituem organizações substantivas.

[4] Expressão de E.H. Carr, citada por Dalton (1971, p. XIII).

Ao contrário das organizações substantivas, as organizações formais são fundadas em cálculo e, como tal, constituem sistemas projetados, criados deliberadamente para a maximização de recursos. Como tópico da teoria padrão de organização, são artefatos sociais e, nesse sentido, organizações formais de variados objetivos têm existido em todas as sociedades, embora só se tenham transformado em objeto de estudo sistemático num estágio recente da história.

Realmente, nas sociedades mais rudimentares, as pessoas tiveram a capacidade de se dedicarem a problemas de utilização de recursos do ponto de vista de vantagens comparativas calculadas. Por exemplo, algumas maneiras de colher frutos, de caçar, de pescar, de construir moradias, de fazer toda sorte de coisas eram reconhecidas como melhores do que outras, do ponto de vista da comparação de resultados. Uma vez que um indivíduo escolhe uma norma de ação em lugar de outra, está-se permitindo um tipo de ação calculista. O desejo de poder inspirou deliberadas estruturas organizacionais formais nas sociedades tribais, na Europa antiga, na Grécia, em Roma, e em instituições específicas como o exército e a igreja. Max Weber percebeu em tais estruturas traços daquilo que chamou de burocracia, ou organização no sentido formal. Mas percebeu ele, também, que nessas sociedades tais estruturas constituíam enclaves delimitados no contexto do espaço vital humano. Em tais sociedades, a maior parte do espaço vital humano mantinha-se disponível sobretudo para a interação social, livre das repressões da organização formal. Em outras palavras, os tipos de ação calculista eram incidentais e freqüentemente classificados sob regras de interação social primária.

Weber compreendeu que a sociedade moderna é sem paralelo na medida em que nela a organização formal (burocracia) se tornou um modelo social fundamental, e sua racionalidade calculista imanente passou a ser o padrão dominante de racionalidade para a existência humana. Graças a essa circunstância, a sociedade moderna merece a rotulação de sociedade organizacional, como tem sido apropriadamente chamada.

As finalidades da vida humana são diversas e só umas poucas, dentre elas, pertencem, essencialmente, à esfera das organizações econômicas formais. Na tentativa de criar e maximizar os recursos necessários a seu bem-estar material, o indivíduo pode-se permitir atividades mecanomórficas, que são aquelas específicas da organização econômica formal. No entanto, regras operacionais, mecânicas, não se ajustam a todo o espectro da conduta humana.

Em toda sociedade, o homem se defronta com dois problemas: o problema do significado de sua existência e o problema de sua sobrevivência biológica. Uma sociedade é formada quando representa para seus membros uma expressão da ordem do universo. Toda sociedade parece natural a seus membros na medida em que, pela adesão a seus símbolos e pela confiança em seus padrões, sintam eles a própria existência como alguma coisa que se harmoniza com aquela ordem. Nas palavras de Voegelin, "toda sociedade tem que enfrentar os problemas de sua existência prática e, ao mesmo tempo, se preocupar com a veracidade de sua ordem" (Voegelin, 1964, p. 2). Em outras palavras, em toda sociedade existe, de um lado, uma série de ações simbólicas em sua natureza, ações condicionadas, sobretudo, pela experiência do significado e, de outro lado, atividades de natureza econômica, que são acima de tudo condicionadas pelo imperativo da sobrevivência, da calculada maximização de recursos. Os critérios de cada tipo de conduta são distintos e não devem ser confundidos. Uma atividade de natureza econômica, ou um sistema social econômico, é avaliado em termos das vantagens práticas a que conduz; está engrenado para a consecução de tais vantagens, e não para o conhecimento da verdade. As atividades de natureza econômica são compensadoras em razão de seus resultados extrínsecos, enquanto a interação simbólica é intrinsecamente compensadora. O primeiro tipo de atividade é meio para conseguir um fim; o segundo, constitui um fim em si mesmo.[5]

Em todas as sociedades primitivas e arcaicas, a vida simbólica foi predominante e manteve os padrões de economicidade em condição periférica e subordinada. Nas sociedades primitivas, as atividades econômicas são ocasionais, quase sempre restritas a situações em que os homens se defrontam com o problema da utilização de recursos naturais, reclamados por sua existência prática e, assim, as relações entre eles nunca são determinadas apenas por critérios de economicidade. De fato, antropólogos de várias correntes teóricas ofereceram provas de que nas sociedades pré-capitalistas é difícil identificar comércio entre indivíduos causado por motivação puramente econômica.[6]

Antes da sociedade de mercado, nunca existiu uma sociedade em que o critério econômico se tornasse o padrão da existência humana. A presente teoria da organização é, sobretudo, uma expressão da ideologia de mercado, e é da natureza dessa ideologia negligenciar os pontos envolvidos pela interação simbólica. É por essa razão que os teoristas convencionais da organização se sentem à vontade ao tratar de assuntos como confiança, virtude, valia, amor, auto-atualização, autenticidade, no campo da organização econômica, a que, por sua natureza, dificilmente os mesmos pertencem.

São numerosos os esforços para explicar a natureza da interação simbólica e, neste país, associa-se geralmente o tema com os trabalhos da chamada Escola de Chicago, fundada por George Herbert Mead. No entanto, o tópico tem constituído também interesse primordial de autores cuja orientação teórica nem sempre coincide e entre estes incluem-se Carl Jung, Ernest Cassirer, Georges Gurvitch, Eric Voegelin, Jürgen Habermas, Kenneth Burke, H. D. Duncan, Herbert Blumer e muitos outros. De seus trabalhos parece possível extraírem-se algumas proposições que caracterizam a convicção das teorias da interação simbólica:

1. O enfoque da interação simbólica repousa no princípio de que há múltiplas maneiras de se chegar ao conhecimento, e, entre outras coisas, questiona fundamentalmente o pressuposto de que a ciência, no sentido que lhe dá o cientismo, seja a única forma correta de conhecimento. Cassirer é explícito ao afirmar que a ciência, em si, constitui uma de várias formas simbólicas e que não há razão para lhe reconhecer uma posição privilegiada em relação às outras. Arte, mito, religião e história são formas de conhecimento, legando diferentes tipos de experiência, cada um deles válido nos limites da realidade a que corresponde.[7]
2. Os estudiosos da interação simbólica partem do princípio de que a sociedade é, essencialmente, a existência social. A ênfase aqui é em *existência*, que não pode ser explicada através da objetivação de categorias como *forças, estruturas, classes*. A verdadeira existência, individual tanto quanto social, nunca é um fato – uma simples manifes-

[5] A natureza simbólica da existência social é sublinhada por Voegelin, em seu projeto de *Uma nova ciência política*. Declara ele:
"A sociedade humana não é apenas um fato, ou um acontecimento, no mundo exterior, a ser estudado pelo observador como um fenômeno natural. Embora a exterioridade seja um de seus importantes componentes, ela é, em seu conjunto, um pequeno mundo, um *cosmion*, iluminado significativamente de dentro para fora pelos seres humanos que, continuamente, o criam e sustentam, como a forma e condição de sua auto-realização. É iluminado mediante um elaborado simbolismo, em vários graus de compacidade e diferenciação – do rito, através do mito, até a teoria – e tal simbolismo o ilumina de maneira significativa na medida em que os símbolos tornam a estrutura interna desse microcosmo, as relações entre seus membros e grupos de membros, assim como a totalidade de sua existência, transparente ao mistério da existência humana. A plena auto-iluminação da sociedade através de símbolos é uma parte essencial da realidade social, e pode-se até dizer que é sua parte essencial, porque mediante tal simbolização os membros de uma sociedade têm a experiência dela como alguma coisa mais que um acidente ou uma conveniência: experimentam-na como algo que faz parte de sua essência humana" (Voegelin, 1969, p. 27).

[6] Veja Polanyi (1971*b*). Veja também Bücher (1968).

[7] Para um resumo da teoria de Cassirer, veja Cassirer (1970).

tação externa evidente por si mesma. É alguma coisa intermediária – *in-between*:[8] uma tensão entre o potencial e o real. Assim, a existência social e individual não pode ser explicada segundo categorias mecanomórficas, tais como aquelas que infestam o modelo predominante de ciência social. Herbert Blumer observa que "de um modo geral os sociólogos não estudam a sociedade humana em termos de suas unidades atuantes" mas, em lugar disso, a consideram "em termos de estrutura de organização" e "tratam a ação social como uma expressão dessa estrutura de organização", dando ênfase a "categorias estruturais, como sistema social, normas culturais, valores, estratificação social, situações de *status*, papéis sociais e organizações institucionais" (Blumer, 1962, p. 188-9).

Diz ele, caracterizando a abordagem da interação simbólica: "Reconhece (ela) a presença de organizações na sociedade humana e respeita-lhes a importância. Contudo, encara e trata as organizações de maneira diferente, e a diferença traduz-se consoante duas linhas principais: primeiro, do ponto de vista da interação simbólica, a organização da sociedade humana é o arcabouço, no interior do qual se verifica a ação social, e não constitui o estímulo determinante de tal ação. Segundo, essa organização e as mudanças que nela se operam são o produto da atividade das unidades em ação e não de forças que deixam essas unidades fora de consideração" (Blumer, 1962, p. 189).

Em outras palavras, o indivíduo participa da feitura da realidade social, e o caráter dessa participação pode diferir de um indivíduo para outro. Pode ser um caráter ativo, caso em que o indivíduo é um existente real (isto é, um ego, uma pessoa), ou pode ser meramente reativo. Neste último caso, o indivíduo perde o caráter de ser real e transforma-se num simples sistema de processamento de informação, como argúem alguns cientistas da computação. Pode acontecer que, em certas circunstâncias, as estruturas sociais influenciem tão pesadamente os indivíduos que eles passem a agir como se estivessem completamente moldados pelo processo social. As proposições da ciência social convencional seriam corretas se tal espécie de reação passiva devesse estar equiparada à própria natureza humana. A premissa de que deriva é a de que o indivíduo é um ser completamente socializado.[9]

[8] Esta expressão é tomada emprestado a Voegelin. Ao descrever a tensão imanente à existência humana, acentua ele sua estrutura intermediária – *in-between structure*. O vocabulário do modelo estabelecido de ciência social, por motivos óbvios, é inadequado à conceituação deste tema. Na realidade, o esforço de recuperação de Voegelin envolve critérios de cognição e, conseqüentemente, de linguagem, que parecem chocantes aos que estão exageradamente conformados ao modelo predominante de ciência social. Para uma caracterização do modelo de ciência política de Voegelin, veja Sandoz, Ellis (1972). Sobre a noção de *in-between*, veja Voegelin (1970 e 1974).

[9] A propósito, veja Wrong, D.H. (1961).

3. A interação simbólica presume que a realidade social se faz inteligível ao indivíduo através de experiências livres de repressões operacionais formais. Símbolos são veículos para a troca dessas experiências, isto é, para a reciprocidade de perspectivas. Em outras palavras, tais experiências da realidade são socialmente trocadas ou comunicadas mediante a interação simbólica, que requer, necessariamente, relações íntimas entre os indivíduos, que não se efetivam mediante padrões ou regras impostas, de caráter econômico. A interação simbólica é um tipo de comunicação não-projetada e que se opõe às comunicações projetadas. Nos sistemas racionais e funcionais, tais como o da organização convencional, as comunicações entre os indivíduos não se fundamentam no livre fluxo da experiência direta da realidade, mas classificam-se sob um conjunto de regras técnicas e de procedimento. A organização convencional perderia sua *raison d'être* se fosse permitir a livre interação simbólica, e as comunicações no contexto de tais organizações são operacionais e não expressivas. No domínio da interação simbólica, não há comportamentos funcionais que devam ser julgados do ponto de vista de estratégias instrumentais ou de regras técnicas, mas antes ações ou atitudes inteligíveis ou ininteligíveis, definidas a partir de um plano de reciprocidade de perspectivas. Há pouca tolerância para a ambigüidade na interação social instrumental, enquanto a tolerância é grande para a ambigüidade, na interação simbólica. "Uma das características dos símbolos", diz Gurvitch (1971, p. 40), "é que eles revelam enquanto encobrem e encobrem enquanto revelam, e proporcionam participação, enquanto a impedem ou restringem, mas encorajando, apesar disso, essa participação." As atividades de natureza econômica estão presas, essencialmente, a regras operacionais formais e, portanto, limitam o alcance desse tipo de intimidade nas transações humanas.

É evidente, portanto, que pontos como o amor, a confiança, a honestidade, a verdade e a auto-atualização não deveriam estar incluídos no campo de ação da organização econômica, e que tais organizações deveriam ser distintas de outros tipos de sistemas sociais, a que os pontos referidos efetivamente pertencem. As organizações econômicas fazem-se inteligíveis, antes, através de normas funcionais e racionais de conduta e comunicação. Existem, contudo, outros sistemas sociais em que a interação simbólica é considerada como constituindo o principal fundamento para relacionamentos interpessoais inteligíveis.

6.6 Trabalho e ocupação

Em todas as sociedades pré-mercado dotadas de algum grau de diferenciação social, existiu sempre uma clara distinção entre atividades ou ocupações superiores e inferiores, do ponto de vista de uma

classificação existencial. Embora as atividades classificadas numa ou noutra categoria variem de sociedade para sociedade, duas premissas parecem permear essa distinção. Primeira, as atividades de categorização existencial superior são, de preferência, exercidas autonomamente pelo indivíduo, de acordo com seu desejo de atualização pessoal. Ao exercer tais atividades, o homem realiza alguma coisa que, aos olhos dos outros indivíduos, é desejável como um fim em si mesma. Segunda, as atividades que não alcançam esse nível superior são, de preferência, determinadas externamente por necessidades objetivas e não pela livre deliberação pessoal. É esse segundo tipo de atividade que força o indivíduo a se empenhar em esforços penosos. As atividades de nível superior não deixam de exigir esforços, no entanto são, intrinsecamente, gratificantes.

Parece evidente que uma distinção sistemática entre trabalho e ocupação pode ser conceptualizada, de acordo com esses pressupostos. O trabalho é a prática de um esforço subordinada às necessidades objetivas inerentes ao processo de produção em si. A ocupação é a prática de esforços livremente produzidos pelo indivíduo em busca de sua atualização pessoal.

Semelhante distinção constitui a base da teoria de Veblen sobre classe ociosa. O trabalho, como foi definido, tem sido tão universalmente desprezado, que aqueles que não precisam trabalhar para viver se empenham em enfatizar essa condição através da prática do consumo conspícuo. No entanto, a noção que Veblen tem de consumo conspícuo pode dificultar a plena compreensão do lazer.

Na sociedade de mercado, a noção de lazer tem sido degradada, porque se tornou sinônimo de ociosidade, passatempo, diversão — conotações que o lazer nunca teve antes. Esse fato é sintomático das premissas de valor do sistema de preços de mercado, em que o trabalho foi transformado no critério *par excellence* de valia e merecimento. Num mundo de "trabalho total" (Pieper, 1963, p. 20), tal como o que pressupõe o sistema de mercado, o lazer naturalmente perde o caráter que anteriormente teve, de correspondência a uma condição apropriada para os mais sérios esforços em que um homem se pode empenhar. Tentando reconstituir o significado original de lazer, Josef Pieper escreve:

"A ociosidade, no velho sentido da palavra, longe de ser sinônimo de lazer é, mais aproximadamente, o requisito indispensável e secreto que torna o lazer impossível: poderia ser descrita como a total ausência de lazer, ou o exato oposto do lazer. O lazer só é possível quando o homem se sente unido a si próprio. A ociosidade e a incapacidade de lazer entre si se correspondem. Lazer é o contrário de ambas" (Pieper, 1963, p. 40).

A inversão do significado original de lazer, como foi gradualmente conseguida através do processo de autojustificação ética do sistema de mercado, é um exemplo da desorientação da civilização ocidental em seu estágio moderno. "Grandes mudanças subterrâneas em nossa escala de valores" (Pieper, 1963, p. 23) ocorreram nos últimos três séculos, e por meio delas o lazer perdeu seu caráter como "uma das bases da cultura ocidental" (Pieper, 1963, p. 20). Essa distorção foi ditada pelas premissas de valor do sistema de mercado, no qual o homem sente que está social e mesmo religiosamente justificado "a desfrutar, com a consciência tranqüila", apenas "aquilo que adquiriu com esforço e sacrifício" (Pieper, 1963, p. 33).

Veblen salienta, corretamente, que a existência de uma classe ociosa é impossível sem a existência da propriedade privada, fato que foi bem compreendido por Aristóteles, que especificou também que somente aqueles que dispunham de propriedades individuais podiam ser livres. Para ele, a posse da propriedade era uma condição para uma vida plena, racional, livre. Desse modo, considerava ele o escravo como um ser não inteiramente racional, e embora tal opinião seja repugnante aos nossos sentimentos atuais, nela Aristóteles é apenas culpado por considerar uma imposição das circunstâncias como indicação de uma dicotomia essencial entre duas categorias de seres humanos. Como assinala Leo Strauss:

"Aristóteles considerou como coisa certa alguma coisa que já não podemos considerar como certa. Tomou como certo o fato de que toda economia teria que ser uma economia de escassez, em que a maior parte dos homens não disporia de lazer. Descobrimos uma economia de abundância. E, numa economia de abundância, já não é verdade que a maior parte das pessoas tenha que ser não educada. Esse fato constitui uma resposta perfeita a Aristóteles, nesse particular. Mas é preciso que vejamos aquilo que mudou, exatamente. Não os princípios de justiça, que são os mesmos. O que mudou foram as circunstâncias" (Strauss, 1972, p. 231).

De fato, na medida em que a exeqüibilidade de uma economia de abundância é inconcebível, é correto admitir que, em todo sistema político diferenciado, apenas uma minoria podia ser livre da condição de trabalhadora, o que constitui o requisito indispensável de Aristóteles para um tipo de vida racional e livre. Portanto, se pusermos nossa indignação moral contra a justificação da escravatura sob adequada perspectiva, não há como fazer objeção a Aristóteles.

Como acentua Arendt, "a instituição da escravatura, na antigüidade, foi um recurso para excluir o trabalho da condição da vida do homem" (Arendt, 1958, p. 74). Essa exclusão só podia ser viável atra-

vés da institucionalização da escravatura, dadas as capacidades de produção daquele período histórico. Ponderando bem a teoria de Aristóteles em sua apropriada perspectiva histórica, Arendt escreve:

"Aristóteles, que defendeu essa teoria tão explicitamente e depois, em seu leito de morte, libertou os escravos que possuía, talvez não tenha sido tão incoerente como os homens modernos estão inclinados a pensar. Ele não negava ao escravo a capacidade de ser humano, mas apenas o uso da palavra 'homens' para membros da espécie humana, enquanto os mesmos estivessem inteiramente sob o domínio da necessidade. E é verdade que o uso da palavra 'animal', no sentido de *animal laborans*, de maneira distinta do muito discutível uso da mesma palavra na expressão *animal rationale*, é inteiramente justificado. O *animal laborans* é, realmente, apenas uma e na melhor das hipóteses a mais elevada das espécies animais que povoam a terra" (Arendt, 1958, p. 74–5).

O fato de que palavras como razão, racionalidade e lazer adquirem, no sistema de mercado, significados que originalmente não exprimiam não é acidental. O processo da consolidação institucional do sistema de mercado é inseparável de um processo de desculturação da mentalidade ocidental, por meio do qual é eliminado o sentido original dessas palavras. De modo particular, o lazer e a distinção qualitativa nele contida entre trabalho e ocupação foram transformados, de maneira a enquadrar o termo no arcabouço epistemológico do sistema de mercado. Nesse sistema, o trabalho transformou-se na fonte de todos os valores e o *animal laborans* foi elevado "à posição tradicionalmente ocupada pelo *animal rationale*" (Arendt, 1958, p. 75).

A maneira pela qual ocorreu essa transformação constitui uma questão muito complexa e que, aliás, foi amplamente discutida por W. A. Weisskopf (1957; 1971). Tal discussão aborda apenas as razões psicoculturais para a "súbita, espetacular ascensão do trabalho, da mais baixa, mais desdenhada posição ao nível mais elevado, como a mais prezada de todas as atividades humanas" (Arendt, 1958, p. 88).

Segue-se um sumário de razões:

Primeiro, o sistema de mercado encontrou condições excepcionais para estabelecer seu comando sobre a vida social durante a chamada revolução industrial. A indústria tornou-se, agora, uma peça fundamental, um componente do sistema de mercado. A produção industrial apóia-se antes nas leis da mecânica do que em qualquer destreza pessoal particular, condicionando o homem, eficazmente, a concordar com suas exigências operacionais. No processo de fabricação, o trabalho é dividido e, assim, quanto mais o indivíduo se adapta às determinações mecânicas ao fazer as coisas, melhores são os resultados gerais esperados. No contexto de tais circunstâncias, e para chegar à consecução dos resultados finais previstos, as habilidades pessoais passam a

ser subsidiárias de objetivos mecânicos. Em outras palavras, em tais circunstâncias espera-se do homem não que se ocupe adequadamente, nem que se exprima livremente, em relação à tarefa que lhe foi designada; espera-se dele que trabalhe. O homem é, portanto, essencialmente considerado apenas como um componente de uma força de trabalho.[10] A transformação do indivíduo num trabalhador é um requisito do plano mecânico da produção.

Segundo, o sistema de mercado é um sistema de preços e precisa de padrões objetivos para determinar a equivalência de bens e serviços. Além disso, na medida em que os relacionamentos entre produtores e consumidores, no mercado, são destacados e simultaneamente classificados sob um processo competitivo, os lucros e custos precisam ser rigorosamente calculados. Desse modo, o indivíduo participa do processo de produção, mas unicamente como um item de custo. Os fatores de produção são avaliados em termos de preço e, assim, o indivíduo torna-se apenas um ganhador de salário. No mercado, como observou Blake, "as almas das pessoas são compradas e vendidas".[11] A transformação do indivíduo num trabalhador é um requisito da contabilidade de produção.

Terceiro, o sistema de mercado não pode funcionar em bases puramente técnicas e econômicas. Só se poderia transformar no mais importante setor social na medida em que o processo geral de socialização induzisse os indivíduos a aceitarem seus requisitos psicológicos. Diversos estudiosos têm examinado as conotações religiosas da ideologia inerente ao sistema de mercado, e salientam que tal ideologia não representa a contribuição de uma única pessoa, mas resultou de esforços confluentes de filósofos como Hobbes e Locke, de reformadores religiosos como Lutero e Calvino, de moralistas como Bentham e outros, que elaboraram o antecedente teórico do *éthos* utilitário. A conseqüência final dos esforços desses homens é a ética do trabalho, baseada no postulado de que o trabalho é o critério cardinal de valor, nos domínios da existência individual e social. Aquilo que em economia é conhecido como a teoria de valor do trabalho é apenas um aspecto particular da ideologia que legitima a sociedade centrada no mercado.[12]

[10] Sobre este ponto, veja Weisskopf (1957 e 1971).

[11] Apud Hicks, John (1969, p. 123).

[12] Sir John Hicks escreve: "Trabalho ... não é ... 'ocupação'. Cada uma das classes de pessoas cujas atividades estivemos examinando tem sua ocupação. O camponês tem sua ocupação, o administrador tem sua ocupação, o negociante tem sua ocupação, mesmo o proprietário, na medida em que conserva uma função positiva, tem sua ocupação. O que caracteriza o operário, ou trabalhador, no sentido mais estreito ... é que ele trabalha para uma outra pessoa. Ele é (não tenhamos medo de dizer) um servidor." E Hicks acrescenta: "A economia mercantil nunca foi capaz de passar sem servidores" (Hicks, 1969, p. 122).

A escolha do trabalho como instrumento de medição do valor e da dignidade humana de um modo geral foi condicionada pela necessidade de aliviar a dissonância cognitiva gerada pelo surgimento do sistema de mercado. A velha distinção entre ocupação e trabalho precisava ser solapada, de outro modo os conflitos interiores da psique humana tornariam o sistema de mercado impraticável. O trabalho como instrumento de medição do valor e da dignidade humana é um expediente psicocultural, usado para minimizar a dissonância cognitiva e o conflito interior.

O rudimento de uma distinção entre as duas palavras é encontrado no livro *Principles of economics*, de Alfred Marshall. O trabalho é nele definido como "qualquer esforço de mente ou de corpo, promovido parcial ou totalmente com vistas a alguma coisa boa, além do prazer diretamente derivado do trabalho (*work*)".[13] Embora esta afirmação esclareça de modo satisfatório a natureza do trabalho, o faz erradamente no final, quando usa a palavra *work*. Depois de citar a definição de Marshall, Galbraith observa corretamente, na obra *The Affluent society* (1958, p. 264), que a distinção formal entre trabalho e ocupação não teve papel na teoria econômica. Galbraith parece acreditar que as condições peculiares da *sociedade afluente* exigiriam a distinção, para a clarificação de seus problemas. Não há dúvida, porém, de que tal distinção é teoricamente importante, do ponto de vista de uma abordagem substantiva da organização.

6.7 *Conceptualização de uma abordagem substantiva da organização*

Temos que começar, a esta altura, o confronto com a noção de delimitação organizacional. A expressão pressupõe, não apenas que há múltiplos tipos de organização, mas também, e mais importante ainda, que cada um deles pertence a enclaves distintos, no contexto da tessitura geral da sociedade. As organizações formais convencionais constituíram, até agora, o interesse principal da teoria organizacional contemporânea, o que tem inibido os teoristas da organização, quanto a sistemática e acuradamente se dedicarem à variedade de sistemas sociais que constitui o espaço macrossocial. Para que seja possível superar esse paroquialismo teórico, é necessário um enfoque substantivo da organização, e esse enfoque se caracteriza pelas seguintes considerações:

1. Os limites da organização deveriam coincidir com seus objetivos. Nessa conformidade, a delimitação organizacional está, primordialmente, interessada na delimitação das fronteiras específicas da organização econômica. É possível tentar definir a organização econômica como um sistema microssocial que produz mercadorias segundo normas contratuais objetivas, dispõe de meios operacionais para a maximização de recursos limitados e utiliza critérios quantitativos para avaliar a equivalência de bens e serviços. Isso quer dizer que as organizações econômicas, tendo exigências próprias que não coincidem, necessariamente, com aquilo que é requerido pela boa qualidade da existência humana em geral, devem ser consideradas como pertencentes a um enclave conceptual e pragmaticamente limitado, dentro do espaço vital humano.
2. A conduta individual, no contexto das organizações econômicas, está, fatalmente, subordinada a compulsões operacionais, formais e impostas. Assim sendo, o *comportamento administrativo* é intrinsecamente vexatório e incompatível com o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.
3. A organização econômica é apenas um caso particular de diversos tipos de sistemas microssociais, em que as funções econômicas são desempenhadas de acordo com diferentes escalas de prioridades. A importância do comportamento administrativo diminui, quando se parte de sistemas sociais planejados para a obtenção de lucro e se caminha no sentido de sistemas sociais mais adequados à atualização humana.
4. Uma abordagem substantiva da teoria organizacional preocupa-se, sistematicamente, com os meios de eliminação de compulsões desnecessárias agindo sobre as atividades humanas nas organizações econômicas e nos sistemas sociais em geral. Em outras palavras, tal abordagem reconhece que, por sua própria natureza, o comportamento administrativo constitui atividade humana submetida a compulsões operacionais. Todavia, essa abordagem está interessada em meios viáveis de redução, e mesmo de eliminação, de descontentamentos e com o aumento da satisfação pessoal dos membros das organizações econômicas.
5. As situações em que os seres humanos se defrontam com tópicos relativos à própria atualização adequadamente entendidas, têm exigências sistêmicas diferentes daquelas que atendem aos contextos econômicos. Essa diferenciação social sistêmica foi corretamente apreendida por H. Arendt como uma condição que habilita os indivíduos a se avantajarem, na consecução das diferentes obras de suas vidas. Diz ela: "Nenhuma atividade pode vir a ser excelente, se o mundo não proporcionar um lugar adequado para seu exercício" (Arendt, 1958, p. 49). Para proporcionar esses lugares adequados, precisamos começar formulando uma tipologia de interesses humanos e dos correspondentes sistemas sociais onde tais interesses possam ser propriamente considerados como tópicos do desenho organizacional.

Como indicam estas cinco considerações, uma abordagem substantiva da organização resiste a tornar-se, sob qualquer disfarce, um instrumento de política cognitiva.

[13] Apud Galbraith, J.K. (1958, p. 264).

6.8 *Conclusão*

Ante a análise até aqui apresentada, torna-se claro que a teoria da organização precisa ser reformulada sobre novos fundamentos epistemológicos. Dos dias de Taylor até hoje, a teoria da organização – graças à persistente falta de exame de suas dimensões epistemológicas – tem sido, em grande parte, uma ideologia do sistema de preço de mercado. Só sobreviverá se for transformada numa teoria realmente viável, fazendo-se sensível aos pontos cegos de sua conceptualização e redefinindo-se sobre bases substantivas.

As afirmações que se seguem são oferecidas como um conjunto de possíveis diretrizes, necessárias à reformulação da teoria da organização:

1. O homem tem diferentes tipos de necessidades, cuja satisfação requer múltiplos tipos de cenários sociais. É possível não apenas categorizar tais tipos de sistemas sociais, mas também formular as condições operacionais peculiares a cada um deles.
2. O sistema de mercado só atende a limitadas necessidades humanas, e determina um tipo particular de cenário social em que se espera do indivíduo um desempenho consistente com regras de comunicação operacional, ou critérios intencionais e instrumentais, agindo como um ser trabalhador. O comportamento administrativo, portanto, é conduta humana condicionada por imperativos econômicos.
3. Diferentes categorias de tempo e espaço vital correspondem a tipos diferentes de cenários organizacionais. A categoria de tempo e espaço vital exigida por um cenário social de natureza econômica é apenas um caso particular entre outros, a ser discernido na ecologia global da existência humana.
4. Diferentes sistemas cognitivos pertencem a diferentes cenários organizacionais. As regras de cognição inerentes ao comportamento administrativo constituem caso particular de uma epistemologia multidimensional do planejamento de cenários organizacionais.
5. Diferentes cenários sociais requerem enclaves distintos, no contexto geral da tessitura da sociedade, havendo, contudo, vínculos que os tornam inter-relacionados. Tais vínculos constituem ponto central do interesse de uma abordagem substantiva do planejamento de sistemas sociais.[14]

O estudo científico das organizações econômicas trata de estruturas que conduzem à efetiva utilização de recursos físicos e de mão-de-obra. Esse estudo científico da produção, é verdade, focaliza seu interesse sobre personalidades, mas apenas na medida em que as aptidões e habilidades individuais podem ser melhoradas através do treinamento e eficazmente combinadas do ponto de vista dos rendimentos desejados. A mescla que hoje se faz da teoria da organização econômica com a teoria da personalidade é uma união espúria, que esconde um propósito sinistro. A única desculpa para seus advogados é, na melhor hipótese, sua equivocada boa-fé.

[14] As redes e os papéis a serem desempenhados nas redes, na concepção de Schon, ilustram especificamente tal abordagem. Veja Schon (1971).

De fato, os proponentes da administração científica, como Taylor, e os operacionalistas positivos, como Herbert Simon, estão mais próximos de uma teoria de organização válida do que os teoristas humanistas, que colocam erradamente a noção de auto-atualização.

Para o aperfeiçoamento da teoria da organização, precisar-se-ia reformular Taylor e Simon. Foi cheio de sentido o esforço desses homens, tentando descobrir estruturas eficazes que deveriam caracterizar as organizações econômicas, para que as mesmas pudessem atingir seus objetivos. Interessaram-se eles, essencialmente, pelas questões técnicas e a maior parte daquilo que disseram ainda constitui, pelo menos, um fundamento parcial, sobre o qual se pode continuar a promover a construção teórica. Há muita coisa a ser considerada válida no esforço de Taylor para formular os fundamentos de uma ciência da produção. Simon, também, estava basicamente correto, em sua tentativa de esclarecimento do processo da tomada de decisões, já que o mesmo, como é característico, se desenrola dentro dos limites da organização econômica. No entanto, quando eles negligenciaram as fronteiras das regras de cognição inerentes às organizações econômicas, sua psicologia tornou-se, do ponto de vista objetivo, uma psicologia de má-fé, porque inconscientemente, transformaram as mesmas em regras de cognição supostamente válidas para a natureza humana em geral.

Taylor e Simon ainda merecem ser reexaminados, do ponto de vista de uma teoria de organização econômica, mas de uma teoria contida entre suas adequadas fronteiras. A teoria da organização que imaginaram trata de atividades humanas operacionalmente úteis para poupar recursos. O erro de Taylor consistiu em expandir exageradamente a lógica dessas atividades específicas. Para ele, cada ato da vida humana deveria ser focalizado do ponto de vista da administração científica. Parece não ter interesse no papel da interação social primária (simbólica), um campo da associação que nada tem a ver com possibilidade de cálculo e maximização. Em última análise, Simon equipara a racionalidade com a *estimativa de conseqüências* e, por conseguinte, identifica as exigências psicológicas do sistema de mercado com a natureza humana em geral.

O problema de pontos de vista doutrinários dessa espécie não está apenas em que são teoricamente alienados, mas também em que, mediante a prática da política de cognição, são eles utilizados para construir a realidade social do cidadão comum.

Não há sentido em se descartar o estudo científico dos cenários sociais de natureza econômica. A sociedade, como um todo, não pode subsistir sem eles. O planejamento e a operação desses cenários constituem um problema técnico de caráter peculiar. No entanto, esse tema é apenas parte daquilo que, no capítulo seguinte, será conceptualizado como uma teoria de delimitação de sistemas sociais.

BIBLIOGRAFIA

Arendt, H. *The Human condition*. Garden City, Doubleday, 1958.

Argyris, C. Some limits of rational man organizational theory. *Public Administration Review*, July/Aug. 1973.

Berger, P. & Luckman, T. *The Social construction of reality*. Garden City, Doubleday, 1967.

Blumer, H. Society as symbolic interaction. In: Rose, A.M., publ. *Human behavior and social processes*. Boston, Houghton Mifflin, 1962.

Boguslaw, R. *The New utopians*. New Jersey, Prentice-Hall, 1965.

Bücher, Carl. *Industrial evolution*. New York, Augustus M. Keller, 1968.

Buckley, W. A System approach to epistemology. In: Klir, G.P., publ. *Trends in General Systems Theory*. Wiley-Interscience/John Wiley, 1972.

Churchman, C. *Designs of inquiring systems*. New York, Basic Books, 1972.

Dalton, G., ed. *Primitive, archaic and modern economics* – essays of Karl Polanyi. Boston, Beacon Press, 1971.

Galbraith, J. *The Affluent society*. New York, The New American Library, 1958.

——. *Economics and the public purpose*. Boston, Houghton Mifflin, 1973.

Gross, B. An Organized society? *Public Administration Review*, July/Aug. 1973.

Gurvitch, G. *The Social frameworks of knowledge*. New York, Harper & Row, 1971.

Habermas, J. *Towards a rational society*. Boston, Beacon Press, 1970.

——. *Knowledge and human interests*. Boston, Beacon Press, 1971.

Hicks, J. *A Theory of economics*. New York, Oxford University Press, 1969.

Husserl, E. The Thesis of the natural standpoint and its suspension. In: Kocklemans, J., publ. *Phenomenology*. Garden City. Doubleday, 1967.

Mannheim, K. *Man and society in an age of reconstruction*. New York, Harcourt, Brace and World, 1940.

March, J. & Simon, H. *Organizations*. New York, John Wiley, 1958.

Moreno, J. *Who shall survive?* Washington, D.C., 1934. (Monografia sobre doenças nervosas e mentais, n. 58.)

Neisser, U. *Cognitive psychology*. New York, Appleton-Century-Crofts, 1967.

Perrow, C. *Complex organization, a critical essay*. Glenview, Illinois, Scott, Foresman, 1972.

Pfiffner, J. & Sherwood, F. *Administrative organization*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1969.

Pieper, J. *Leisure, the basis of culture*. New York, The New American Library, 1963.

Polanyi, K. *The Great transformation*. Boston, Beacon Press, 1971*a*.

——. Societies and economic systems. In: Dalton, G., ed. *Primitive, archaic and modern economies*. Essays of Karl Polanyi. Boston, Beacon Press, 1971*b*.

Sandoz, E. The Philosophical science of politics. In: Graham, G. & Carey, G., publ. *The Post-behavioral era, perspectives of political science*. New York, David McKay, 1972.

Sartori, G. Concept misformation in comparative politics. *The American Political Science Review*, Dec. 1970.

Schon, D. *Beyond the stable state*. New York, Random House, 1971.

Simon, H. *Administrative behavior*. New York, The Free Press, 1965.

——. Organizational man: rational or self-actualizing. *Public Administrative Review*, July/Aug. 1973.

Strauss, L. Political philosophy and the crisis of our time. In: Graham & Carey, publ. *The Post-behavioral era*. New York, David McKay, 1972.

Voegelin, E. *Order and history*. Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1964. v. 2, *The World of the Polis*.

——. *The New science of politics*. Chicago, University of Chicago Press, 1969.

——. Equivalences of experiences and symbolization in history. In: *Eternitá e Storia*. Florença, Valleche Editore, 1970.

——. Reason: the classical experience. *The Southern Review*, Spring, 1974.

Weisskopf, W. *The Psychology of economics*. London, Routledge & Kegan Paul, 1957.

——. *Alienation and economics*. New York, E.P. Dutton, 1971.

Weizenbaum, Joseph. *Computer power and human reason*. San Francisco, W.H. Freeman, 1976.

Willey, B. *The Seventeenth century background*. Garden City, Doubleday, 1953,

Wrong, D. The Oversocialized conception of man in modern sociology. *American Sociological Review*, Apr. 1961.

7. TEORIA DA DELIMITAÇÃO DOS SISTEMAS SOCIAIS: APRESENTAÇÃO DE UM PARADIGMA

O modelo de análise e planejamento de sistemas sociais que ora predomina, nos campos da administração, da ciência política, da economia e da ciência social em geral, é unidimensional, porque reflete o moderno paradigma que, em grande parte, considera o mercado como a principal categoria para a ordenação dos negócios pessoais e sociais. Neste capítulo, começarei a delinear um modelo multidimensional, para a análise e a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é considerado um enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado, modelo que reflete aquilo que chamo de paradigma paraeconômico.

O ponto central desse modelo multidimensional é a noção de delimitação organizacional, que envolve: a) uma visão da sociedade como sendo constituída de uma variedade de enclaves (dos quais o mercado é apenas um), onde o homem se empenha em tipos nitidamente diferentes, embora verdadeiramente integrativos, de atividades substantivas; b) um sistema de governo social capaz de formular e implementar as políticas e decisões distributivas requeridas para a promoção do tipo ótimo de transações entre tais enclaves sociais. A teoria da delimitação dos sistemas sociais aqui apresentada enfoca, sobretudo, a primeira implicação. A segunda é examinada nos capítulos 8 e 9.

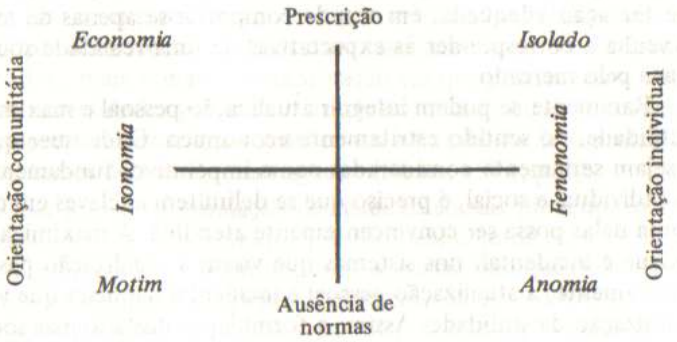
A figura 1 mostra as dimensões principais do paradigma paraeconômico. As categorias do paradigma (em grifo) devem ser consideradas como elaborações heurísticas, no sentido weberiano. Não se espera de nenhuma situação existente na vida social que coincida com esses tipos ideais. No mundo concreto, só existem sistemas sociais mistos.

Uma explicação de alguns detalhes específicos do paradigma torna-se agora oportuna.

7.1 Orientação individual e comunitária

No mundo social visualizado pelo paradigma, há lugares para a atualização individual livre de prescrições impostas, e essa atualização

Figura 1
O paradigma paraeconômico



tanto pode ocorrer em pequenos ambientes exclusivos, quanto em comunidades de regular tamanho. Nesses lugares alternativos, é possível uma verdadeira escolha pessoal, mas é preciso que se tenha em mente que, no arcabouço epistemológico do paradigma, a escolha pessoal não tem a mesma conotação da palavra escolha no campo das ciências políticas atuais e, especialmente, aquela em que é usada pelos teoristas da *escolha pública*,[1] os quais seriam capazes de ver escolha pessoal onde, do ponto de vista do paradigma, não há nenhuma. Reduzem o indivíduo, ou o cidadão, a um agente da maximização da utilidade, permanentemente ocupado em atividades de comércio. A escolha exercida por esse agente não envolve uma confrontação do mercado, mas pressupõe que o indivíduo neste se inclui completamente, tendo sua natureza definida pelas exigências do mercado. A teoria da escolha pública, da mesma forma que a teoria administrativa, é pregada em termos de um modelo humano unidimensional, que visualiza o espaço social como horizontal e plano: nele, onde quer que o homem vá, nunca sai do mercado.

Ao contrário, primeiro e acima de tudo, o padrão paraeconômico parte do pressuposto de que o mercado constitui um enclave dentro de uma realidade social multicêntrica, onde há descontinuidades de diversos tipos, múltiplos critérios substantivos de vida pessoal e uma variedade de padrões de relações interpessoais. Segundo, nesse espaço social, só incidentalmente o indivíduo é um maximizador da utilidade e seu esforço básico é no sentido da ordenação de sua existência de acordo com as próprias necessidades de atualização pessoal. Terceiro, nesse espaço social, o indivíduo não é forçado a conformar-se inteiramente ao sistema de valores de mercado. São-lhe dadas oportunidades de *ocupar-se*, ou mesmo de *levar a melhor* sobre

[1] Veja, por exemplo, Monsen, R.J. & Downs, A. (1971) e Tullock, G. (1972).

o sistema de mercado, criando uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza, e deles participando. Em suma, o espaço retratado pelo padrão é um espaço em que o indivíduo pode ter ação adequada, em vez de comportar-se apenas de maneira que venha a corresponder às expectativas de uma realidade social dominada pelo mercado.

Raramente se podem integrar atualização pessoal e maximização da utilidade, no sentido estritamente econômico. Onde quer que ambas sejam seriamente consideradas como imperativos fundamentais da vida individual e social, é preciso que se delimitem enclaves em que cada uma delas possa ser convincentemente atendida. A maximização da utilidade é incidental, nos sistemas que visam a atualização pessoal e, conversamente, a atualização pessoal é incidental naqueles que visam a maximização da utilidade. Assim, a formulação dos sistemas sociais é, tanto quanto uma ciência, uma arte multidimensional.

A delimitação organizacional é, portanto, uma tentativa sistemática de superar o processo contínuo de unidimensionalização da vida individual e coletiva. A unidimensionalização é um tipo específico de socialização, através do qual o indivíduo internaliza profundamente o caráter – o *ethos* – do mercado, e age como se tal caráter fosse o supremo padrão normativo de todo o espectro de suas relações interpessoais.[2] Esse processo é característico da sociedade centrada no mercado, na forma institucional peculiar que a mesma assumiu nos países industriais desenvolvidos.[3]

O processo de unidimensionalização tem sido examinado por numerosos autores de diferentes convicções filosóficas. Não tenho a intenção de elaborar esse ponto, mas merece atenção um livro de Philip Slater, intitulado *The Pursuit of loneliness: American culture at the breaking point*. Slater investiga as conseqüências psicológicas e sociais da unidimensionalização. No mundo social que descreve, "relações públicas, o drama da televisão e a vida tornam-se indistinguíveis" (Slater, 1971, p. 19), e o indivíduo é sistematicamente ensinado a exprimir mal suas emoções. Esse tipo de mundo engendra aquilo que Slater define como a "perversão da emocionalidade humana" (Slater, 1971, p. 3), e ele vê o processo de unidimensionalização da sociedade americana aproximando-se do ponto de ruptura. No passado, os americanos tinham condições de formular contextos existenciais mais ajustados a suas próprias escolhas, e é assim que Slater afirma:

"No passado, como tantos já salientaram, houve em nossa sociedade

[2] Para uma visão mais complexa da unidimensionalização, veja Marcuse, Herbert (1966). Sobre esse processo de perspectiva histórica, veja Halmos, Paul (1953).

[3] Sobre este ponto, veja Polanyi, Karl (1971).

muitos casos em que uma pessoa podia fugir da emulação frenética de nosso sistema econômico – instituições como a família numerosa e a vizinhança estável, nas quais se podia encontrar um prazer diferente daquele que se experimenta ao conquistar uma vitória simbólica sobre um companheiro. Mas desapareceram, esses casos, um a um, deixando o indivíduo, mais e mais, numa situação em que precisa tentar satisfazer suas necessidades gregárias e hostis no mesmo lugar – o apelo da vida cooperativa fez-se mais sedutor e a necessidade de suprimir o desejo que temos dela se fez mais aguda" (Slater, 1971, p. 6).

Uma arte de formulação de sistemas sociais preocupada com a atualização humana, por direito próprio, assim como com a eficiência na produção de bens e na prestação de serviços, tem que defender uma variedade de ambientes organizacionais, em que esses diferentes objetivos possam ser mais ou menos atendidos. A afirmação inadequada de que o interesse pelas pessoas pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias só se justifica à base de uma abordagem unidimensional da organização. E esse é, precisamente, o erro característico das atuais tendências do pensamento e da prática, no campo administrativo. Os exemplos incluem designações como *a teoria x contra a teoria y, escala gerencial (managerial grid)* e *desenvolvimento organizacional.*

Em vez de proclamar a possibilidade de uma total integração das metas individuais e organizacionais, o paradigma aqui apresentado mostra que a atualização humana é um esforço complexo. Jamais poderá ser empreendido num tipo único de organização. Como detentor de um emprego, o indivíduo é, geralmente, obrigado a agir segundo regras impostas. Contudo, em diferentes graus, tem ele variadas necessidades. Por exemplo, precisa participar da comunidade, da mesma forma que tomar parte em especulações que dêem expressão à singularidade de seu caráter. Os cenários adequados à satisfação de tais necessidades, embora em grande parte não estruturados, são até certo ponto modelados por prescrições ou a que se chegou por consenso, ou que foram livremente auto-impostas. O exame dos termos de governo interior peculiares a diferentes espaços sociais será feito numa fase ulterior desta análise. É importante, agora, prosseguir no delineamento do paradigma geral que estamos examinando.

7.2 Prescrição contra ausência de normas

Para que se consiga a execução de qualquer trabalho, é preciso que haja a observância de normas operacionais. Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais. E isso ocorre porque há uma oportunidade mínima de esco-

lha pessoal, no sentido em que a mesma foi discutida anteriormente. Essa contradição entre as necessidades individuais e as exigências da organização econômica não pode ser resolvida através de nenhuma prática behaviorista, ou dita humanística. A produção de bens e a prestação de serviços, sob o imperativo de maximização do saldo líquido entre custos e benefícios, reclamam tipos de organizações em que, obviamente, há pouca tolerância para a atualização pessoal. Na realidade, a palavra *comportamento*, nesse contexto, significa aquilo que se espera que as pessoas façam, em sua qualidade de detentoras de emprego. Assim, como foi dito anteriormente, o comportamento administrativo consiste na atividade humana sob prescrições operacionais formais e impostas. O uso inadequado da expressão comportamento administrativo é, ele próprio, uma indicação do caráter unidimensional da teoria e da prática organizacionais do momento. Essa teoria ignora, sistematicamente, o fato de que o comportamento administrativo é uma categoria de conformidade a prescrições formais e impostas. Quanto mais a atividade humana é considerada administrativa, menos é ela uma expressão de atualização pessoal.

Uma vez que as economias funcionam, caracteristicamente, na sociedade centrada no mercado, são elas, até certo ponto, sistemas ameaçadores que dispõem de meios para compelir seus membros a aceitar as prescrições operacionais estabelecidas. Dizem ao indivíduo: aceite as normas de desempenho, ou saia. O comportamento administrativo é uma síndrome psicológica inerente à economia e aos sistemas ameaçadores em geral. No entanto, o problema relativo ao modelo atual da teoria unidimensional de organização e à sua prática está em que o mesmo pressupõe que o comportamento administrativo é idêntico à natureza humana. Essa errônea suposição é, às vezes, expressa em termos rudes. Por exemplo, num manual de comportamento típico, lê-se que "a organização, ao que se acredita, tem em larga escala todas as qualidades do indivíduo" (Rush, 1969, p. 8). Sob as pressões do sistema de mercado, não é de surpreender que o indivíduo médio se sinta confuso, tanto sobre a natureza da condição humana, quanto sobre atualização pessoal. A teoria administrativa corrente dá legitimidade ao crescente processo de superorganização e de despersonalização do indivíduo, no contexto do sistema de mercado de um tipo industrial desenvolvido.

Esse duplo processo de superorganização e de despersonalização poderia ser caracterizado como se segue: o fenômeno da superorganização na sociedade americana tem sido estudado por numerosos especialistas. A superorganização ocorre com a transformação de toda a sociedade num universo operacionalizado, em que se espera sempre que o indivíduo viva como um ator, a quem cabe um papel determinado.

Num sistema social superorganizado, o indivíduo não dispõe de lugar e tempo verdadeiramente privados, duas condições para uma vi-

da pessoal criativa. "A solidão", diz Marcuse (1966, p. 70), "a própria condição que foi o sustentáculo do indivíduo contra e além da sociedade em que vive, tornou-se tecnicamente impossível." Pode-se facilmente comprovar tal afirmação. Num ensaio cheio de discernimento, Mordecai Roshwald oferece uma porção de exemplos significativos, aludindo à padronização da emocionalidade, que resulta do largo uso de cartões disponíveis nas lojas, para que os fregueses manifestem seus sentimentos, em ocasiões como natalícios, aniversários, casamentos, mortes, doenças, situações de solidariedade; à utilização dos chefes de torcida, para animar o público presente aos jogos de futebol; ao uso das "deixas" para o riso e o aplauso, orientando os que assistem a programas de audiência. A educação, também, não escapou ao processo de superorganização; seu objetivo, de modo geral, é sobretudo tornar as pessoas capazes de se transformarem em detentoras de emprego, no sistema de mercado. Os estudantes dos ginásios e dos cursos colegiais são submetidos a praxes uniformes de ensino e avaliação, que dificilmente lhes estimulam a criatividade e o desenvolvimento da sensitividade, em relação ao caráter complexo dos tópicos para os quais se determina que orientem sua atenção.[4] Preso continuamente a uma trama de exigências sobre método e organização, o indivíduo acaba por aceitar uma visão predeterminada da realidade.

É óbvio que a superorganização aumenta a despersonalização do indivíduo. Nos trabalhos de Erving Goffman, por exemplo, encontra-se abundante material clínico sobre as pressões institucionalizadas de despersonalização. Uma das conclusões de Goffman é a de que um modelo predominante da inter-relação pessoal, na sociedade, consiste na *gerência de impressão* (*impression management*), ou seja, a prática do engano sistemático entre as pessoas. As conclusões de Goffman dão apoio empírico à afirmação de que, numa sociedade superorganizada, o indivíduo perde a identidade pessoal, na medida em que é induzido a interiorizar uma determinada identidade, exigida pelos papéis que se espera que desempenhe.[5]

Uma arte muldimensional de desenho de sistemas sociais não pode desprezar os efeitos psicológicos das prescrições operacionais. Não procura eliminar essas prescrições do mundo social, porque as mesmas são indispensáveis à manutenção e ao desenvolvimento do sistema de apoio de qualquer coletividade. No entanto, interessa-se pela delimitação dos enclaves em que cabem tais prescrições, e nos quais podem até ser legitimamente impostas ao indivíduo. Nos sistemas sociais que visam maximizar a atualização pessoal, as prescrições não são eliminadas. São mínimas, porém, e nunca são estabelecidas sem o pleno consentimento dos indivíduos interessados. Tais sistemas são bastante fle-

[4] Veja Roshwald, M. (1973).

[5] Veja, especialmente, Goffman (1961). Veja também Goodman, Paul (1960).

xíveis para estimular o senso pessoal de ordem e de compromisso com os objetivos fixados, sem transformar os indivíduos em agentes passivos. A total eliminação das prescrições e das normas é incompatível com uma significativa atualização humana, no contexto do mundo social. Nessa conformidade, os fatos classificados nas categorias de *motim* (*mob*) e *anomia* (*anomy*) põem em risco, essencialmente, a viabilidade de toda a tessitura social.

No contexto deste capítulo, o formulador de um sistema social não é encarado como uma espécie de benfeitor ou de Pigmalião, que modela um ambiente e diz a seus membros como nele devem viver. É, antes, imaginado como um agente, capaz de facilitar o desenvolvimento de iniciativas livremente geradas pelos indivíduos, passíveis de se amalgamarem, sob a forma de configurações reais. Nessa qualidade, pode ele desempenhar alguns dos papéis que caracterizam a rede gerencial de Donald Schon,[6] tais como o de facilitador, de negociador de sistemas, de gerente de *underground*, de manobrador, ou de corretor. Outros títulos podem-se acrescentar a estes, como o de construtor de equipe, o de especialista em dinâmica de grupo, terapeutas de grupo como representado, por exemplo, por Ira Progoff, e o papel de planejador de espaço, como foi descrito por Fred Steele.[7]

Deve ser salientado, finalmente, que da forma como estão conceituados no paradigma, não se espera que os enclaves existam em partes segregadas do espaço físico. Economias, isonomias, fenonomias e suas formas mistas caracterizam-se por seus estilos específicos de vida e, eventualmente, podem ser encontradas em vizinhança física.

7.3 Conceituação das categorias delimitadoras

É oportuna, agora, uma conceituação de cada uma das categorias representadas no paradigma.

7.3.1 Anomia e *motim*

A presença das categorias anomia e *motim* no paradigma é exigida pela lógica de suas dimensões. A anomia é conceituada como uma situação estanque, em que a vida pessoal e social desaparece. O termo anomia (*anomie*, em francês), originariamente inventado pelo sociólogo francês Émile Durkheim, define uma condição em que os indivíduos subsistem na orla do sistema social. Eles são desprovidos de normas e de raízes, sem compromisso com prescrições operacionais, mas são incapazes de modelar suas vidas de acordo com um projeto pessoal. São os *beats*, os marginais, os excluídos, que vez por outra assumem a condição do jovem errante, ou do adulto não-convencional, em busca da própria identidade ou de novas experiências; são alguns criminosos, viciados em drogas, ébrios e mendigos, os indigentes e os mentalmente defeituosos.

O indivíduo anômico é incapaz de criar um ambiente social para si próprio e, simultaneamente, obedecer às prescrições operacionais de organizações importantes para sua subsistência. Tem que ser assistido, protegido ou controlado por instituições como o Exército de Salvação, os hospícios, os reformatórios, os hospitais e as prisões. No entanto, o planejamento dos ambientes destinados aos indivíduos anômicos precisa atender a requisitos específicos. Os articuladores e os responsáveis por esses sistemas deveriam compreender que a tarefa que lhes cabe envolve meios e habilidades adequados aos objetivos imediatos. Nesse sentido, a anomia encaixa-se no quadro da delimitação e uma das razões pelas quais as instituições referidas geralmente agravam a condição anômica das pessoas de que cuidam é que seu esquema e administração não são sistematicamente encarados como pertencendo a um enclave social específico. Os clientes dessas instituições, que constituem, de fato, um testemunho vivo do desconforto que prevalece na sociedade, são definidos em termos dos pressupostos operacionais do conjunto social, que penetram em todos os campos. Essa circunstância, por si própria, inibe a compreensão dos que agem em nome desses órgãos, quanto à natureza de suas funções e quanto às qualificações que se supõe que tenham. Estão sendo hoje em dia amplamente experimentados numerosos ambientes destinados ao trato com indivíduos anômicos. A formulação e implementação de tais ambientes, tal como referem, por exemplo, J. M. N. Query (1973), S. B. Saranson (1974) e outros, envolvem uma perícia específica – *expertise* – que agora ainda está em estágio muito incipiente. Se vier a ser possível uma delimitação do mercado, então a estrutura, as funções e os pressupostos de tais instituições serão radicalmente diferentes daqueles que atualmente prevalecem. Assim sendo, a anomia faz jus a ser considerada uma categoria de delimitação organizacional.

No paradigma, anomia refere-se a indivíduos desprovidos de normas orientadoras, que não têm o senso de relacionamento com outros indivíduos. *Motim* é a referência de coletividades desprovidas de normas, a cujos membros falta o senso de ordem social. Pode acontecer que uma sociedade se torne passível de perturbação pelos *motins*, quando perder, para seus membros, a representatividade e o significado.

7.3.2 Economia

Em termos gerais, uma economia é um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para a produção de bens e/ou para a

[6] Veja Schon (1971).

[7] Veja Steele (1973).

prestação de serviços, possuindo as seguintes características:

1. Presta seus serviços a fregueses e/ou a clientes que, na melhor das hipóteses, têm influência indireta no planejamento e na execução de suas atividades.
2. Sua sobrevivência é uma função da eficiência com que produz os bens e presta serviços aos fregueses e clientes. Assim sendo, a eficiência de uma economia pode ser objetivamente avaliada em termos de lucros e/ou da relação custo/benefício, envolvendo mais que a simples consideração de lucros diretos.
3. Pode e geralmente precisa assumir grandes dimensões em tamanho (que se exprime pelo conjunto de pessoal, escritórios, instalações materiais, e assim por diante) e complexidade (que se exprime através da diversidade de operações, deveres, relacionamentos com o ambiente, e assim por diante).
4. Seus membros são detentores de empregos e são avaliados, sobretudo, nessa qualidade. As qualificações profissionais para o desempenho dos cargos determinam a contratação, a dispensa, a manutenção no emprego, a promoção e as decisões sobre o progresso na carreira.
5. A informação circula de maneira irregular entre os seus membros, bem como entre a própria economia, como entidade, e o público. Isso quer dizer que as pessoas situadas nos vários níveis da estrutura condicionam a prestação de informação aos interesses pessoais ou empresariais. Essa difundida condição das economias em geral é o principal fator da *lei de ferro da oligarquia*, da lei de Parkinson, do princípio de Pedro, da errônea localização de metas, e assim por diante.

Presume-se que as cinco características mencionadas são comuns a todas as economias: a monopólios, firmas competidoras, organizações de fins não-lucrativos e agências. É óbvio que cada um desses quatro tipos de economias pode ser examinado em termos de suas peculiaridades, tanto quanto de seus traços comuns. Mas uma análise detalhada das economias não é essencial aos objetivos deste estudo, sendo suficiente dizer que, enquanto os monopólios, as firmas de natureza competitiva e mesmo os empreendimentos sem fins lucrativos obtêm sua receita da produção unitária, as agências operam à base de um orçamento, derivando pelo menos parcialmente sua renda de auxílios, donativos, financiamento direto e verbas especiais.

O mercado tende a transformar-se numa categoria de abrangência total, quanto à ordenação da vida individual e social. Na sociedade centrada no mercado, as economias são livres para modelar a mente de seus membros e a vida de seus cidadãos, de modo geral. Assim, uma teoria política e administrativa centrada no mercado, como é característico da que atualmente prevalece e é largamente ensinada, pressupõe que o critério do desempenho eficiente, nas mútuas relações entre

os indivíduos e as economias, resume completamente a natureza humana. A predominância das economias e do comportamento administrativo é considerada axiomática pelos teoristas políticos, econômicos e administrativos centrados no mercado. Ilustrando esse ponto, é oportuno comentar uma passagem de Victor Thompson, em seu livro *Modern organization.*

Afirma Thompson (1966, p. 21) que "o sucesso, no contexto de nossa sociedade, significa, para a maioria, a ascensão numa hierarquia organizacional". Parece que ele enfoca esse tópico partindo de um ponto de vista semelhante ao da supersocializada conceituação de normalidade humana de Émile Durkheim. Para este, em instância final e, aparentemente, também para Thompson, os critérios de normalidade e moralidade, na vida humana, são inerentes ao sistema social. Essa orientação justifica a implicação de neutralidade de valor, contida na afirmação de Thompson (1966, p. 20-1), que figura a seguir:

"Uma vez que uma instituição monocrática não pode admitir a legitimidade de conflitos, a legitimidade de metas e interesses divergentes, gasta-se muito esforço para garantir a aparência de consenso e de acordo, garantindo uma 'organização que caminha suavemente'. A organização moderna deseja tanto convertidos quanto deseja trabalhadores. Preocupa-se com o que pensam seus membros tanto quanto com suas ações e com o que pensa o público sobre os pensamentos e ações de seus membros. Em conseqüência, preocupa-se com toda a vida de seus membros, com aquilo que pensam e fazem fora do trabalho, tanto quanto nele."

É preciso que se diga que *Modern organization*, de Thompson, oferece uma descrição muito acurada do comportamento econômico. No entanto, a completa falta de interesse do seu autor pela delimitação organizacional dá um caráter unidimensional a algumas de suas opiniões. Por exemplo, ao explicar seu conceito de *burose* (*bureausis*), estabelece ele os padrões psicológicos exigidos pelas agências como padrões de saúde humana. A falta de conformidade a tais padrões (burose) é, para Thompson (1966, p. 24), reflexo de uma personalidade imatura. Essa opinião legitimiza definitivamente o processo de unidimensionalização, como foi descrito anteriormente.

Nos últimos tempos, diversos autores e especialistas desenvolveram opiniões em oposição aparentemente direta aos pontos de vista de Thompson. Advogam, sem justificação, uma organização não-hierárquica, uma gerência partícipe e, algumas vezes, a total eliminação da burocracia. Um deles predisse o desaparecimento da burocracia nos próximos 20 ou 50 anos. De modo geral, as opiniões desses autores são expressas em termos avassaladores. O que fundamentalmente lhes

falta é uma visão coerente e sistemática da delimitação organizacional.

Para finalizar este item, caberia assinalar que uma gerência participante, envolvendo relacionamentos interpessoais não-hierárquicos, é matéria bastante estranha aos ambientes econômicos centrados no mercado. Uma vez que no presente estágio histórico é inconcebível que qualquer sociedade venha jamais a ser capaz de descartar completamente as atividades de natureza econômica, certo grau de hierarquia e coerção será sempre necessário para a ordenação dos negócios humanos, como um todo. No âmbito de seus respectivos enclaves, as economias burocratizadas podem-se tornar mais produtivas para seus membros e para os cidadãos em geral.

7.3.3 Isonomia

De modo geral, isonomia pode ser definida como um contexto em que todos os membros são iguais. A *polis*, tal como a concebeu Aristóteles, era uma isonomia – uma associação de iguais, constituída "por amor a uma boa vida" (*A Política*, I, ii, 125b, § 8). O uso de tal palavra, porém, não significa nenhum nostálgico anseio de uma volta ao passado, mas serve apenas para chamar a atenção para formas possíveis de ambientes sociais atuais igualitários. As principais características da isonomia são as seguintes:

1. Seu objetivo essencial é permitir a atualização de seus membros, independentemente de prescrições impostas. Desse modo, as prescrições são mínimas e, quando inevitáveis, mesmo então se estabelecem por consenso. Espera-se dos indivíduos que se empenhem em relacionamentos interpessoais, desde que estes contribuam para a boa vida do conjunto.
2. É amplamente autogratificante, no sentido de que nela indivíduos livremente associados desempenham atividades compensadoras em si mesmas. As pessoas não ganham a vida numa isonomia; antes, participam de um tipo generoso de relacionamento social, no qual dão e recebem.
3. Suas atividades são sobretudo promovidas como vocações, não como empregos. Nas isonomias, as pessoas se ocupam, não labutam. Em outras palavras, sua recompensa básica está na realização dos objetivos intrínsecos daquilo que fazem, não na renda eventualmente auferida por sua atividade. Dessa forma, a maximização da utilidade não tem importância para os interesses fundamentais do indivíduo.
4. Seu sistema de tomada de decisões e de fixação de diretrizes políticas é totalmente abrangente. Não há diferenciação entre a liderança ou a gerência e os subordinados. Assim, uma isonomia perderia o seu caráter, se seus membros se dicotomizassem entre *nós* e *eles*, entendendo-se os últimos como aqueles que tomam decisões ou estabelecem políticas. A isonomia é concebida como uma verdadeira comunidade, onde a autoridade é atribuída por deliberação de todos. A autoridade passa, continuamente, de pessoa para pessoa, de acordo com a natureza dos assuntos, com os problemas em foco e com a qualificação dos indivíduos para lidar com eles. O sufixo *nomo* é particularmente indicativo do fato de que, nesse tipo de associação, não há uma agência diretora determinada e exclusiva – como os sufixos *arquia* e *cracia*, em monarquia, oligarquia e democracia poderiam sugerir. Uma isonomia não é uma democracia, e isto nos leva à sua quinta característica.
5. Sua eficácia exige que prevaleçam entre seus membros relações interpessoais primárias. Se ela aumentar de tamanho além de determinado ponto ótimo, de modo que surjam e se desenvolvam entre as pessoas relacionamentos secundários ou categóricos, a isonomia necessariamente declinará e, afinal, se transformará numa democracia, numa oligarquia ou numa burocracia.

A isonomia está, cada vez mais, passando a constituir uma parte do mundo social de hoje. É possível que não se encontre uma completa materialização do conceito que, afinal de contas, serve apenas como propósito heurístico. Mas todo mundo pode imaginar as tentativas de ambientes isonômicos que já funcionam neste país, como, por exemplo, as PTAs (*parent-teachers associations* – associações de pais e professores), as associações de estudantes e de minorias, as comunidades urbanas, as empresas de propriedade dos trabalhadores, algumas associações artísticas e religiosas, associações locais de consumidores, grupos de cidadãos interessados em assuntos e problemas da comunidade, e muitas outras organizações recentemente constituídas, nas quais, em última instância, as pessoas buscam estilos de vida que transcendem os padrões normativos que dominam a sociedade como um todo. Tipos de governo de vizinhança e corporações de desenvolvimento comunitário, idealizados por especialistas como Saul Alinsky,[8] Milton Kotler (1969), Simon S. Gottschalk (1973), Will McWhinney (1973) e outros, e modelos implícitos no enfoque para reforma e reconstrução social sugerido por Lewis Munford, Paul e Percival Goodmann, E.F. Schumacher, Ivan Illich, H. R. Shapiro e outros, têm um grande componente isonômico. Os instrumentos necessários para essa reconstrução, que Illich denomina "convivial", constituem agora uma área sistemática de assunto, de crescente interesse para os tecnólogos e reformadores sociais. Que já existe uma tecnologia de instrumentos *conviviais* é demonstrado por publicações como *Alternative sources of energy* (editada por Sandy Eccli et alii), *Design for the real world*, de Victor Papanek, e outras.

[8] Sobre Alinsky, veja Norton (1972). Veja também Kotler (1969).

7.3.4 Fenonomia

Este é um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo, ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais. Uma fenonomia tem as seguintes características principais:

1. Constitui-se como um ambiente necessário às pessoas para a liberação de sua criatividade, sob formas e segundo maneiras escolhidas com plena autonomia. É parte do esforço de expressão (em grego, *phaineim* significa mostrar), que mobiliza a atividade criadora de um pequeno grupo, ou de um indivíduo isolado.
2. Seus membros empenham-se apenas em obras automotivadas, o que significa que, de modo geral, se mantêm ocupados ao extremo e seriamente comprometidos com a consecução daquilo que, em termos pessoais, consideram relevante. É importante ressaltar que as tarefas automotivadas são, com muita freqüência, as que demandam maiores esforços. Para desempenhá-las com sucesso, os indivíduos precisam desenvolver programas e regras operacionais próprios, jamais permitindo a si mesmo agir caprichosamente.
3. Embora o resultado das atividades empreendidas em fenonomias possa vir a ser considerado em termos de mercado, os critérios econômicos são incidentais, em relação à motivação de seus membros. As fenonomias são cenários sociais protegidos contra a penetração do mercado, e esse aspecto não deve ser desprezado, se se deseja compreender a natureza de uma fenonomia. Na realidade, as fenonomias desafiam, ou "batem", o sistema de mercado. O escritório que o empregado em franca ascensão, ou o gerente muito ocupado, mantém em casa, para poder dar cumprimento de noite ou durante os fins de semana às laboriosas atividades que seu emprego exige, não é uma fenonomia.
4. Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenonomia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade como um todo, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou de apreciar.

Há muitas pessoas normalmente envolvidas em atividades que se qualificam como fenonomias e este é, por exemplo, o caso da mulher e do marido habilidosos, que reservam sistematicamente um canto da casa para planejar e produzir tapetes, cerâmica, pinturas, bem como o das oficinas dos artistas, escritores, jornalistas, artesãos, inventores e assim por diante, que trabalham por conta própria. Um exemplo de fenonomias particularmente bem-sucedidas é aquele que Will e Ariel Durant vêm conseguindo realizar, com a série de ensaios históricos e filosóficos projetados para toda a vida, e também a aventura artística de

Simon Rodia, o ladrilheiro e consertador que construiu em Los Angeles as justamente famosas torres Watts.

7.3.5 O isolado

Enquanto o indivíduo anômico e os membros do *motim* não têm normas, o ator isolado, tal como representado no paradigma, está excessivamente comprometido com uma norma que para ele é única. Por uma série de razões, o isolado considera o mundo social, como um todo, inteiramente incontrolável e sem remédio. Mas, a despeito de sua total oposição interior ao sistema social em conjunto, encontra ele um canto em que, de forma consistente, pode viver de acordo com seu peculiar e rígido sistema de crença. Este não é o caso do indivíduo anômico que falha no desenvolvimento de um sistema pessoal de crença, bem como em seu ajustamento ao conjunto de padrões sociais. Os isolados podem, afinal, ser considerados casos clínicos de paranóia, mas não é necessariamente assim. Na verdade, muitos deles são empregados não-participantes e cidadãos que, sistematicamente, escondem dos outros suas convicções pessoais.

Tal como foi aqui conceituado, o paradigma paraeconômico se constitui na referência para uma nova abordagem do planejamento de sistemas sociais e da nova ciência das organizações, matérias que serão examinadas nos dois capítulos seguintes.

BIBLIOGRAFIA

Goffman, E. *Asylums*. Garden City, Doubleday, 1961.

Goodman, F. *Growing up absurd*. New York, Random House, 1960.

____ & Percival. *Communitas, means of livelihood and ways of life*. New York, Random House, 1960.

Gottschalk, S.S. The Community-based welfare system: an alternative to public values. *The Journal of Applied Behavioral Science*, (9, 213), 1973.

Gross, B. An Organized society? *Public Administration Review*, July/Aug. 1973.

Halmos, P. *Solitude and privacy*. New York, Philoshophical Library, 1953.

Kotler, M. *Neighborhood government*. Indianapolis, Bobs Merrill, 1969.

Marcuse, H. *One-dimensional man*. Boston, Beacon Press, 1966.

McWhinney, W. Phenomenarchy: a suggestion for social redesign. *The Journal of Applied Behavioral Science*. (9, 213), 1973.

Monson, R.J. & Downs, A. Public goods and private goods. *Public Interest*, Spring, 1971.

BIBLIOTECA CENTRAL
PUCRS

Moreno, J. *Who shall survive?* Washington, D.C., 1934. (Monografia sobre doenças nervosas e mentais, n. 58.)
Norton, E. Playboy interview: Saul Alinksy. *Playboy*, Mar. 1972.
Polanyi, Karl. *The Great transformation*. Boston, Massachusetts, Beacon Press, 1971.
Query, J.M.N. Total push and the open total institution: the factory hospital. *The Journal of Applied Behavioral Science*, (9, 213), 1973.
Roshwald, M. Order and over organization in America. *The British Journal of Sociology*, (24), 1973.
Rush, H.M.F. *Behavioral science, concepts and management application*. New York, National Industrial Conference Board, 1969.
Saranson, S.B. *The Psychological sense of community*. San Francisco, Jossey-Bass Publishers, 1974.
Schon, D. *Beyond the stable state*. New York, Random House, 1971.
Shapiro, H.R. *The Bureaucratic state*. New York, Samizdat Press, Brooklyn, 1975.
Slater, P. *The Pursuit of loneliness: American culture at the breaking point*. Boston, Beacon Press, 1971.
Steele, F. *Physical setting and organizational development*. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1973.
Thompson, V.A. *Modern organization, a general theory*. New York, Alfred A. Knopf, 1966.
Tullock, G. Economic imperialism. In: Buchanan, J. M. & Tollinson, R.D., publ. *Theory of Public Choice*. Ann Arbor, Michigan, University of Michigan Press, 1972.

8. A LEI DOS REQUISITOS ADEQUADOS E O DESENHO DE SISTEMAS SOCIAIS

Muito daquilo que constitui o paradigma paraeconômico representa uma categorização de tendências básicas da emergente sociedade pós-industrial. Isto não quer dizer que o paradigma paraeconômico pressupõe uma concepção evolutiva do processo histórico e social. Cenários e explicações atuais da sociedade pós-industrial estão ainda presos, em larga medida, a padrões de pensamento baseados em teorias serialistas do século XIX. Em contraposição, o paradigma paraeconômico não encara a sociedade pós-industrial como o desdobramento necessário de uma sociedade centrada no mercado. É claro que não há garantia alguma de que a extrapolação literal das tendências intrínsecas deste tipo de sociedade vá conduzir à sociedade multicêntrica, tal como está categorizada no paradigma paraeconômico. Antes, é mais provável que essa extrapolação contribua para agravar o desconforto que aflige os homens de hoje, salientado neste livro em alguns de seus aspectos. Por conseguinte, a sociedade pós-industrial visualizada no paradigma paraeconômico só poderá vir a existir como resultado de vigorosa oposição por parte dos agentes cujo projeto pessoal consiste em resistir às tendências intrínsecas da sociedade centrada no mercado. Contudo, o objetivo do paradigma paraeconômico não é a supressão do mecanismo de mercado, mas a preservação somente das capacidades sem precedentes que o mesmo criou, ainda que pelas razões erradas. Dessa forma, pode ele atender às metas de um modelo multidimensional de existência humana, numa sociedade multicêntrica.

A sociedade multicêntrica é um empreendimento intencional. Envolve planejamento e implementação de um novo tipo de estado, com o poder de formular e pôr em prática diretrizes distributivas de apoio não apenas de objetivos orientados para o mercado, mas também de cenários sociais adequados à atualização pessoal, a relacionamentos de convivência e a atividades comunitárias dos cidadãos. Uma sociedade assim requer também iniciativas partidas dos cidadãos, que estarão saindo da sociedade de mercado sob sua própria responsabilidade e a seu próprio risco.

O paradigma paraeconômico pressupõe que planos de vida pós-industrial são imediatamente possíveis, tanto nos países cêntricos

quanto nos países periféricos. É uma abordagem do tipo *faça você mesmo*, em relação à sociedade pós-industrial. Para muitos indivíduos, a sociedade pós-industrial não significa um estágio futuro mas, em grau significativo, uma possibilidade objetiva que têm a seu alcance.[1] O modelo delimitativo encerra, hoje, sob forma conceptual, o tipo de vida procurado por muita gente, em muitos lugares. Infelizmente, os sistemas sociais incompletos, que esses indivíduos estão criando através do processo do ensaio e erro, ainda não se transformaram na força impulsionadora de um esforço sistemático e disciplinado de construção teórica, no meio acadêmico.

Já está disponível a perícia técnica para o desenho e controle de sistemas sociais econômicos. É menos do que suficiente a perícia técnica para o desenho e controle de sistemas sociais em que as atividades econômicas sejam, na melhor hipótese, de caráter incidental. Como resultado disso, o conhecimento organizacional dominante mal pode proporcionar os ensinamentos necessários à superação da condição social do homem contemporâneo. Um dos objetivos do paradigma paraeconômico é a formulação de diretrizes de uma nova ciência organizacional, em sintonia com as realidades operativas de uma sociedade multicêntrica.

Um tópico fundamental da nova ciência da organização é aquele que chamo de lei dos requisitos adequados. Na realidade, preferiria denominá-lo lei da variedade de requisitos. Mas esta expressão tem sido usada por W. Ross Ashby (1968), para analisar sistemas físicos e biológicos. A questão da delimitação dos sistemas sociais é estranha à concepção que Ashby tem da lei da variedade de requisitos. Essa delimitação advoga uma variedade de cenários diferenciados como imperativo vital de sadia vida humana associada, isto é, envolve o conceito de que a atualização dos indivíduos é bloqueada quando eles são coagidos a se ajustar a uma sociedade antecipadamente dominada pelo mercado, ou por qualquer outro tipo de enclave social. De modo específico, a lei dos requisitos adequados estabelece que a variedade de sistemas sociais é qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às necessidades básicas de atualização de seus membros, e que cada um desses sistemas sociais determina seus próprios requisitos de planejamento.[2]

Mary Parker Follet mostrou-se sensível a um aspecto parcial desse tópico, quando chamou a atenção dos administradores para a *lei da situação*. Sua preocupação era libertar a gerência da arbitrariedade e do "mandonismo" (*bossism*), encarando-a como um processo despersonalizado de dar e de receber ordens. Na opinião de Follet sobre organização, autoridade e consentimento são "partes de uma situação abrangente" (Follet, 1973, p. 33), na qual os administradores cedem diante de normas induzidas por circunstâncias concretas. Ela focaliza, sobretudo, o processo de *dar ordens*. A lei dos requisitos adequados tem um alcance mais amplo, pois sugere, também, que embora os requisitos dos sistemas possam, em geral, ser generalizados, para o planejador de sistemas constituem, antes, um ponto de ordem prática, isto é, conseqüências de concreta e participante observação, que envolve o planejador e seus clientes. Ilustrarei o significado dessa lei por meio de um rápido exame de algumas dimensões principais dos sistemas sociais, a saber: tecnologia, tamanho, espaço, cognição e tempo. No estágio atual da minha pesquisa, só posso formular afirmações hipotéticas e impressionistas desses tópicos.

1. *Tecnologia*. Só parece cabível, aqui, um breve comentário sobre esta dimensão dos sistemas sociais, já que a mesma tem sido amplamente estudada pelos especialistas da organização convencional. Há vasta literatura sobre esse tópico, na qual os planejadores de sistemas sociais de confronto podem encontrar úteis e importantes conhecimentos. Reconhece-se, de modo geral, que a tecnologia é uma parte essencial da estrutura de apoio de qualquer sistema social, e existe no conjunto de normas operacionais e de instrumentos através dos quais se consegue que as coisas sejam feitas. Assim, não existe sistema social sem uma tecnologia, seja ele, por exemplo, uma igreja, uma prisão, uma família, uma vizinhança, uma escola ou uma fábrica. Quando solicitado, o planejador deveria incluir, como aspecto central de sua análise, o exame da tecnologia, para verificar se aquela que é usada pelo sistema social propicia ou dificulta a consecução de sua meta. A satisfação desse imperativo envolve complexo trabalho de análise, que o planejador deve empreender em estreita colaboração com seus clientes. Grande parte do sucesso daquilo que no domínio da teoria convencional sobre organização é conhecido como sistemas sócio-técnicos, resulta da atenção sistemática que seus representantes têm dado à harmonia entre a tecnologia de um sistema social e os objetivos específicos do sistema. Essa habilidade está bem desenvolvida e, além disso, tem um alcance geral e deveria ser assimilada e ampliada pelos planejadores de sistemas sociais de confronto.[3]

2. *Tamanho*. Ao contrário, existe relativamente pouca teoria contemporânea dando sistemática atenção à questão do tamanho. Isto não significa a afirmação de que o tópico tenha sido ignorado. Pelo contrário, há uma herança de conhecimentos sobre a influência do tamanho

[1] Sobre o conceito da "possibilidade objetiva", veja Ramos (1970).

[2] Sobre a noção de planejamento, em sentido amplo, veja Pye (1968-9) e Thompson (1961).

[3] Sobre a dimensão tecnológica dos sistemas sociais e suas implicações, em termos de planejamento, veja, por exemplo, Woodward (1965), Lawrence & Lorsch (1969), Perrow (1965-72), Burns & Stalker (1961), Thompson (1967), Davis & Engelstad (1966), Von Beinum (1968), Miller & Rice (1967), Emery (1969), Davis & Taylor (1972) e Davis & Cherns (1973).

(isto é, o número de pessoas) dos cenários sociais, relativamente à sua eficácia e ao caráter das relações interpessoais de seus membros, que está a merecer reelaboração e sistematização. No entanto, até agora, o tamanho dos sistemas sociais dificilmente pode ser considerado um dos interesses centrais dos organizadores e dos planejadores de sistemas sociais. A resistência da organização ou dos sistemas sociais é mais importante do que aquilo que hoje é correntemente denominado *desenvolvimento organizacional*, e que, com muita freqüência, considera o tamanho das organizações ou como um dado ou como tópico de somenos importância.

Num ambiente cultural como o nosso, em que se infiltra a premissa de que *quanto maior, melhor*, há necessidade de salientar-se, enfaticamente, que a eficácia de um cenário social na consecução de suas metas e na ótima utilização de seus recursos não acarreta, fatalmente, um aumento de tamanho. O princípio do *quanto maior, melhor* conduz, com freqüência, a falsas relações interpessoais, à síndrome da lei de Parkinson, à desnecessária redundância e, finalmente, a sistemas sociais de desperdício, de limitada capacidade de auto-sustentação. Precisamos aprender a arte do planejamento de cenários sociais capazes de perdurar.

O tamanho dos cenários sociais tem sido um tema investigado por reformadores e teoristas políticos. Platão, de maneira meticulosa, afirmou que a boa comunidade deveria ter 5.040 cidadãos (chefes de família). Aristóteles evitou a precisão aritmética de seu mestre, mas, de forma idêntica, tinha consciência de que deveriam ser impostos limites ao tamanho do grupo de cidadãos, como uma das condições para uma boa comunidade. Comentários sobre o assunto são igualmente encontrados nas obras de Montesquieu e de Rousseau. Nos documentos federalistas (nº 14), James Madison trata da questão do tamanho como um fator potencialmente proibitório da aplicação dos princípios de representação na União. E, em vasto arcabouço sociológico, o sociólogo alemão Georg Simmel (1950) focaliza os aspectos quantitativos das relações sociais. É ele figura pioneira naquilo que se conhece como *dinâmica de grupo*.

Um estudioso contemporâneo, Robert Dahl, tem frisado a importância do componente tamanho dos sistemas políticos, e em seu livro *After the revolution?* o tema é tratado com realce. É mais amplamente investigado ainda em *Size and democracy*, que Dahl escreveu em colaboração com Edward R. Tufte. De extrema importância são também *The Breakdown of nations* (1957) e *Overdeveloped nations*, dois fecundos volumes, em que Leopold Kohr apresenta sua teoria do tamanho em termos de desenvolvimento social e econômico. Conclusões significativas, apresentadas nesses livros, merecem consideração de qualquer pessoa que se envolva num esforço de pesquisa visando ao desenvolvimento de habilidades para o trato de questões de

escala, em cenários sociais. Haurindo dessas e de outras fontes, arriscar-me-ei a propor três possíveis enunciações.

Primeira, *a capacidade de um cenário social para fazer face e para corresponder, eficazmente, às necessidades de seus membros exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho.*[4] Em outras palavras, cada cenário social tem um limite concreto de tamanho, abaixo ou acima do qual perde a capacidade de atingir eficazmente suas metas (por exemplo, a extração e o processamento de recursos) e de conseguir de seus membros o mínimo de consenso de que necessita para a própria preservação.

Segunda, *nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um problema concreto, a ser resolvido mediante investigação* ad hoc, *no próprio contexto*. Em outras palavras, é possível determinar com exatidão o limite de tamanho de um cenário social. Essa tarefa constitui, porém, uma questão que envolve não apenas competência técnica, mas também educada sensitividade para as mútuas implicações de contexto e forma.

Terceira, *a intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho.* Corolário deste postulado é que, quando a intensidade das relações interpessoais diretas é considerada fundamental para a consecução de um objetivo, são apropriados os cenários pequenos, em lugar dos mais amplos.[5]

Não há uma regra geral para a determinação do tamanho das economias. Por exemplo, as economias de caráter isonômico, isto é, certos tipos de cooperativas e de empresas em que a administração e a propriedade são coletivas, preceituam tamanhos bastante moderados. No entanto, quando a divisão do trabalho, a impessoalidade e a especialização se fazem indispensáveis para que as economias entrem em bem-sucedida competição no mercado, são elas compelidas a assumir largas proporções. Desse modo, acontece que o grande tamanho, com muita freqüência, passa a ser um requisito para a viável operação das economias convencionais. Pode haver um sabor romântico na afirma-

[4] Estou deliberadamente evitando o uso da controvertida noção de *tamanho ótimo*. Sobre essa questão, veja Alonso (1971) e Richardson (1973). Sou grato a Hélio Viana, por chamar a minha atenção para essa controvérsia.

[5] Sobre o tamanho das organizações, veja Schumacher (1973, p. 59-70). Esta afirmação enfoca a intensidade dos relacionamentos interpessoais diretos. Certamente que a presente tecnologia de comunicações pode integrar as pessoas numa comunidade de interesses, independentemente das grandes distâncias físicas que as separem. Levando essa circunstância em consideração, Melvin M. Webber propõe o conceito de "comunidades não localizadas – *nonplace communities*" (Webber, 1967).

ção de que *o pequeno é belo*. Na realidade, porém, o grande também se recomenda, por seus próprios méritos. As isonomias, tipicamente, são cenários sociais de proporções moderadas, com rígida intolerância para desvios de tamanho além de determinado limite. As fenonomias são o menor tipo concebível de cenário social e uma fenonomia pode mesmo se compor de uma só pessoa, como é o caso do ateliê do pintor ou escultor. Parece, contudo, duvidoso, que uma fenonomia tenda a manter sua capacidade de sobrevivência, quando o número de seus membros excede a cinco. Uma vez que a anomia não constitui um sistema social, só indiretamente apresenta ela questões de tamanho; não obstante, o tratamento de pessoas anômicas tem mais sucesso em pequenos sistemas sociais, onde lhes possa ser dispensada atenção pessoal. Na verdade, o tamanho dos sistemas sociais, em geral, influi sobre o alcance da anomia, numa determinada sociedade. A dimensão tamanho, das sociedades de massa, é em si mesma um fator de estímulo à inclinação à anomia, uma vez que, dentro dessa dimensão, as relações interpessoais tendem a se tornar predominantemente funcionais, em lugar de afetivas. Nas modernas sociedades industriais, como salientou Émile Durkheim, tipos anômicos de conduta são conseqüências necessárias do processo de divisão social do trabalho. Contudo, não se deverá procurar nas conclusões de Durkheim apoio para uma condenação injustificada da industrialização. A prática da delimitação dos sistemas sociais pode muito bem constituir o corretivo para a anomia, que por toda parte se tornou uma conseqüência normal da industrialização.

3. *Cognição*. Trabalho pioneiro sobre as dimensões cognitivas dos sistemas sociais tem sido desenvolvido pelo sociólogo Georges Gurvitch (1955, 1971). Sustenta ele que há uma variedade de tipos e formas de conhecimento, os quais se posicionam numa seqüência de prioridade que difere consoante a natureza dos sistemas sociais. Assim, as sociedades arcaicas, feudais, capitalistas e socialistas podem ser diferenciadas conforme seus predominantes e específicos sistemas cognitivos, isto é, segundo a ordem de prioridade crescente ou decrescente de tipos e formas de conhecimento que prevaleçam em cada uma delas.

Embora eu considere as abrangentes tipologias de Gurvitch muito úteis para a análise macrossocial, usarei um processo mais simples e *ad hoc*, que acredito seja importante para rapidamente caracterizar as dimensões cognitivas dos ambientes retratados pelo paradigma paraeconômico.

Habermas restabeleceu a idéia de que os sistemas cognitivos podem ser classificados de acordo com seus interesses dominantes.[6] Para os propósitos deste capítulo, é bastante salientar que um sistema cognitivo é essencialmente funcional, quando seu interesse dominante

[6] Sobre Habermas e os interesses do conhecimento, veja o capítulo 1 deste livro.

é a produção ou o controle do ambiente; é essencialmente político, quando seu interesse dominante é o estímulo dos padrões de bem-estar social, em seu conjunto; é essencialmente personalístico (*personalogic*), quando o interesse dominante é o desenvolvimento do conhecimento pessoal. Um sistema cognitivo deformado é aquele desprovido de um único interesse central.

Misturados de variadas maneiras, esses sistemas podem existir simultaneamente num único cenário social, mas o sistema cognitivo funcional predomina nas economias, o sistema cognitivo político, nas isonomias, o sistema cognitivo personalístico, nas fenonomias e, finalmente, o sistema cognitivo deformado é bem característico dos indivíduos e/ou grupos anômicos. Há, concretamente, sistemas sociais em que mais de um tipo de sistema cognitivo assume, paralelamente, o caráter dominante. Esse é, por exemplo, o caso das economias de natureza isonômica e de muitas instituições educacionais em que a informação pessoal e o fomento do bem, na sociedade, se revestem de fundamental importância.

A primeira conclusão a tirar desses enunciados experimentais é a de que a abrangência total do sistema de mercado, numa sociedade como a nossa, envolvendo continuamente os indivíduos em seus padrões cognitivos intrínsecos, pode invalidá-los para a ação como membros eficientes de fenonomias ou isonomias. Nessa conformidade, no planejamento de tais sistemas e de suas formas mistas, deveria ser feito um esforço para proporcionar aos indivíduos condições adequadas a seus específicos e dominantes interesses cognitivos.

4. *Espaço*. Em sua expansão, através dos dois últimos séculos, o sistema de mercado passou cada vez mais a ocupar os espaços reservados aos sistemas sociais, constituindo-se na força impulsionadora da vida pessoal e comunitária. A arquitetura das cidades contemporâneas atende, *par excellence*, às exigências do mercado. Seria possível recordar que, em seus estágios iniciais, o sistema de mercado estimulou, na Inglaterra, a prática de locais confinados, o que acarretou a expulsão de grandes massas de gente dos espaços que costumava ocupar. A revolução industrial obrigou populações a se mudarem de amplas residências e chalés para apartamentos e pavimentos exíguos, e para edifícios e guetos entupidos de gente, perto dos centros urbanos. Nesse processo, as pessoas perderam tempo, dinheiro e seu relacionamento direto com os verdadeiros contextos naturais.[7] Em outras palavras, a deterio-

[7] Uma vigorosa avaliação da revolução industrial na Inglaterra, e de suas conseqüências econômicas, sociais e arquitetônicas, é oferecida por John Ruskin, em seus livros *Unto this last, Sesame and Lilies, The Ethics of dust, The Crown of Wild Olive, Time and Tide, Fors Clavigera, Munera Pulveris* e *The Stones of Venice*. A melhor edição das obras de Ruskin é a organizada por Cook &Wedderburn (1973). Outro tipo de importante avaliação da revolução industrial, com ênfase nas conseqüências sociais, culturais e psicológicas do largo uso de dinheiro é o de Simmel (1978).

ração das condições da vida comunitária do povo tem sido uma conseqüência normal da expansão do sistema de mercado. A família pequena é um símbolo dessa transformação e significa que o contato entre a velha e a nova geração se torna, em grande parte, descontínuo. Graças ao encolhimento do espaço, espera-se que avós e netos vivam separados, fato que, em si mesmo, produz nocivos efeitos sobre a vida comunitária. Não é de admirar que hoje as pessoas manifestem, muitas vezes, uma certa nostalgia dos velhos tempos. Como assinala de Grazia, "o ... espaço de que os ingleses dispunham, quando surgiu a indústria, (está) perdido. Ingleses e americanos pagam por isso todos os dias. No entanto, em todo lugar em que um jardim público é inaugurado, o fato é envergonhadamente saudado como um triunfo de um bom governo ou da filantropia e, de qualquer forma, do progresso. A recuperação parcial do espaço perdido passa a constituir um progresso" (de Grazia, 1964, p. 328-9). A recuperação de espaço para a vida pessoal e comunitária deveria constituir, agora, meta prioritária de cidadãos e de governos, pela exigência de adequada delimitação do sistema de mercado.

O espaço tem sido cuidadosamente examinado pelos especialistas de organização sobretudo como uma dimensão do processo de produção e distribuição de bens e de prestação de serviços. Tem, porém, numerosas implicações, que vão muito além desses propósitos econômicos, as quais muitas vezes escapam à percepção do leigo e mesmo daqueles que, como os arquitetos e os especialistas de organização, supostamente deveriam compreendê-las em sua plenitude. O espaço afeta e, em certa medida, chega a moldar a vida das pessoas.

Não é de admirar que indivíduos de grande sensitividade a condições que afetaram sua experiência pessoal singular tenham, entre si, realçado muitas vezes as casas em que viveram. Por exemplo, Goethe descreve, em sua autobiografia, a casa em que viveu quando criança, atribuindo-lhe uma influência benigna em seu processo de crescimento. Reconheceu que a casa lhe despertou "um sentimento de solidão, de que resultou um anseio vago, que correspondia a (seu) temperamento" (Goethe, 1949, p. 4). Herman Hesse refere-se a uma casa em que morou 12 anos, a qual denomina a Casa Camuzzi, como sendo um lugar em que "sentiu a mais profunda solidão e sofreu por isso" (Hesse, 1973, p. 246) e onde pôde dar rédea solta à imaginação e à criatividade. A sensitividade ao espaço é, por certo, uma das razões que fizeram d'*O Livro de San Michele*, de Axel Munthe, um fascinante registro autobiográfico. Quando ele decidiu construir seu retiro ideal, a percepção do plano que o mesmo impunha foi tão forte que o fez atrever-se a desafiar a orientação do construtor, o mestre Nicola. Conta ele: "Eu disse ao mestre Nicola que a maneira certa de uma pessoa construir sua casa era pôr tudo abaixo, sem importar o número de ve-

zes, e começar de novo, até que o olho da gente nos dissesse que tudo estava certo. O olho sabia muito mais sobre arquitetura do que os livros. O olho era infalível, na medida em que a pessoa confiasse em seu próprio olho, e não no olho dos outros" (Munthe, 1956, p. 436). Não há dúvida de que esse preceito de planejamento espacial funciona eficazmente para indivíduos como Axel Munthe, que são de extrema clareza em relação à respectiva agenda existencial.

É difícil imaginar uma expressão mais vívida de sentido espacial do que aquela que é oferecida por Carl Jung, num capítulo (A Torre) de suas *Lembranças, sonhos e reflexões*. Como Axel Munthe, em fase adiantada de sua vida Jung decidiu "pôr em base firme suas fantasias e o conteúdo do subconsciente" (Jung, 1963, p. 223). Materializou esse desejo num trato de terra comprado em 1922 em Bollinger (Zurique), e fala da casa que construiu nesse lugar, em diversos estágios, como sua "confissão de fé na pedra" (Jung, 1963, p. 223), a representante do "lar materno" (Jung, 1963, p. 224). Não se precisa, porém, ser tão hábil e tão ricamente prendado como esses homens, para perceber que os espaços em que nos é dado viver podem nutrir ou dificultar nosso desenvolvimento psíquico, em nossa singularidade como pessoas.

O espaço pode ser um fator que facilite ou que iniba a descarga de tensões, assim como um determinador de estresse. Estudos sobre o comportamento de animais indicam que cada espécie animal parece necessitar de um espaço adequado, a fim de desenvolver, normalmente, as atividades inerentes a seu tipo específico de vida. Exposto a condições de franca violação do adequado espaço de que precisa, qualquer animal desenvolve padrões pervertidos de comportamento. Uma das mais impressionantes demonstrações desse fato é a morte em massa de ratos vivendo em espaços repletos, fenômeno observado entre ratos selvagens da Noruega, mesmo havendo fartura de comida. Existem numerosas porém desarticuladas observações dos efeitos do espaço sobre a vida humana, embora só recentemente tenham sido empreendidos esforços no sentido de seu estudo sistemático.[8]

Tentarei agora indicar algumas implicações do aspecto espaço, no planejamento dos ambientes sociais. Sustento que *exigências específicas de dimensões espaciais são inerentes a cada tipo de cenário social.* Assim, a formulação dos sistemas sociais em termos de espaço constitui uma arte, tanto quanto uma ciência. Sua prática, formal ou intuitivamente, requer aquilo que Fred I. Steele chama de competência ambiental, ou seja, "(a) a capacidade pessoal de percepção do meio-ambiente e de seu impacto sobre a própria pessoa, e (b) a habilidade desta para usar ou modificar o ambiente que a cerca, de modo

[8] Veja, por exemplo, Freedman (1975), Barash (1977), Wilson (1977), Sahlins (1976).

que o mesmo a ajude a conseguir seus objetivos, sem erradamente destruir esse ambiente, ou reduzir o próprio senso de eficiência, ou o daqueles que tem em redor de si" (Steele, 1973, p. 113). Steele concebe a competência ambiental como uma capacidade obtida através de treinamento, já que a mesma tem fatores operacionais correlativos que podem ser aprendidos sistematicamente.

Em seus livros *The Silent language* e *The Hidden dimension*, Edward T. Hall focalizou importantes aspectos do espaço vital humano, do ponto de vista antropológico. Chama ele a atenção para a distinção que H. Osmond fez entre espaços sócio-afastadores (*sociofugal*) e sócio-aproximadores (*sociopetal*) (Hall, 1966, p. 101), isto é, aqueles que mantêm as pessoas separadas e aqueles que facilitam e encorajam a convivalidade. Nenhum desses tipos de espaço é, intrinsecamente, bom ou mau. São necessários por diferentes razões e Hall afirma: "O que é necessário é flexibilidade e coerência entre o plano e a função, de modo que haja uma variedade de espaços, e que as pessoas possam ser ou não envolvidas, conforme o exijam a ocasião e o estado de espírito" (Hall, 1966, p. 103-4). O que deveria ser evitado é o descuidado agravamento das dimensões sócio-afastadoras do espaço nos sistemas sociais, onde as mesmas devem ser sócio-aproximadoras, ou centrípetas. Assinala Hall: "Virtualmente, tudo nas cidades americanas, hoje em dia, é sócio-afastador e separa os indivíduos, alienando-os uns dos outros. As ... revoltantes ocasiões em que pessoas têm sido espancadas e até mortas, enquanto seus *vizinhos* ficam olhando, sem mesmo pegarem num telefone, mostram até que ponto progrediu essa tendência para a alienação" (Hall, 1966, p. 163). A predominância dos espaços sócio-afastadores nas cidades americanas, como, por exemplo, Los Angeles, Nova Iorque, Boston, as qualifica como verdadeiras *fossas behavioristas*, expressão que Hall toma emprestada a John Calhoun (Hall, 1966, p. 24). Viver nessas cidades exige dos indivíduos uma grande quantidade de energia psíquica, para compensar as pressões que estimulam o comportamento patológico.

Arquitetos e planejadores vêm há longo tempo assinalando que o espaço pode ser fator de deformação humana. Diz-se, por exemplo, que Frank L. Wright afirmava que "podia planejar uma casa em que, depois de seis meses, qualquer casamento desmoronaria" (Skolimowski, 1976, p. 84).[9] Num estudo em que Henryk Skolimowski analisa os projetos urbanos empreendidos por Paolo Soleri no Arizona, declara ele, embora não em referência a Soleri, que "muitos arquitetos estão projetando exatamente esse tipo de casa, sem conhecer a fórmula de Frank L. Wright" (Skolimowski, 1976, p. 84). Descreve

9. Esta é, no entanto, uma afirmação exageradamente determinística. O homem e mesmo os animais podem, finalmente, transcender o caráter deformante do espaço. Sobre este assunto, veja, por exemplo, Frankl (1968) e Bettelheim (1958).

Ascosanti, uma comuna experimental localizada no Arizona Central e projetada por Soleri, como um conjunto habitacional em que a natureza humana e o ambiente estão adequadamente combinados. Os defeitos do cenário urbano americano têm sido amplamente focalizados por muitos críticos sociais, entre os quais Paul e Percival Goodman merecem atenção especial. Em sua obra *Communitas*, vão além da crítica social, articulando modelos de planejamento urbano que representam a expressão de sadios princípios, levando em conta a arte de combinar espaço e necessidades humanas.

Nos trabalhos de analistas de espaço como Hall (1959, 1966), Sommer (1969, 1972) e Steele (1973), há uma riqueza de sugestões que os planejadores de sistemas sociais paraeconômicos podem considerar construtiva. Nesse sentido, é particularmente importante a classificação de aspectos físicos conceituada tanto por Hall quanto por Steele. Os planejadores deveriam aprender a utilizar o aspecto de espaço determinado, o aspecto de espaço semideterminado e o aspecto de espaço falsamente determinado, isto é, onde e quando um ambiente físico exige aspectos imóveis ou relativamente imóveis (paredes que suportarão cargas, monumentos, edifícios, ruas, pisos), aspectos flexíveis e móveis como cadeiras, quadros, escrivaninhas, tapetes e cortinas, e aspectos aparentemente imóveis. No livro de Steele *Physical settings and organization development* há um repositório de instruções práticas sobre a tarefa de tratamento espacial dos sistemas sociais.

Os planejadores de sistemas sociais do tipo de isonomias e fenonomias, e de suas possíveis formas mistas, deveriam compreender que a adequada consideração do espaço é uma condição essencial para o bem-sucedido funcionamento desses sistemas. O espaço fala uma linguagem silenciosa, mas eloqüente, pela qual as pessoas são afetadas inadvertidamente. Conta-se que num debate sobre o reparo dos danos causados pela guerra ao edifício da Câmara dos Comuns, Churchill manifestou o desejo de que fosse preservado o local tradicional da Câmara, em que os representantes do povo não podiam deixar de ficar de frente uns para os outros, enquanto usavam da palavra, para que um novo traçado desse local não viesse a alterar os padrões de governo. "Modelamos nossos edifícios", disse ele, "e eles nos modelam" (Hall, 1966, p. 100). Uma senhora observou para o marido: "Se algum dos homens que desenharam esta cozinha tivesse trabalhado nela, não a teria feito assim" (Hall, 1966, p. 98). Portanto, mesmo o sexo dos projetistas pode, sem o saber, influenciar o tratamento espacial dos sistemas sociais. Pode muito bem acontecer que um dos principais resultados arquitetônicos do movimento de liberação feminina venha a ser a reinterpretação das funções da cozinha, que se tornou agora menos um lugar para preparar comida do que um sítio de intensas e ínti-

mas relações sociais entre as pessoas, independentemente de sexo e idade. Mais ainda, mulheres e homens partilham de seu funcionamento, cada vez mais, em termos de igualdade.

Finalmente, na medida em que um dos objetivos fundamentais da delimitação dos sistemas sociais está em conter a influência do sistema de mercado sobre o espaço vital humano, os que praticam a delimitação, mais que qualquer outra pessoa, precisam ter consciência da lei da adequação de requisitos. Parece evidente que o sistema de mercado condiciona, nos cidadãos americanos, a percepção e o uso do espaço. Por exemplo, como foi observado por Hall, "os americanos são atentos para a direção num sentido técnico, mas formal e informalmente não têm preferências. Uma vez que nosso espaço é, em grande parte, definido por pessoal de formação técnica, casas, cidades e artérias principais são geralmente orientadas de acordo com um dos pontos indicados pela bússola... Um padrão técnico que pode ter derivado de uma base informal é o do valor da posição em quase todos os aspectos de nossas vidas, de tal maneira que mesmo crianças de quatro anos de idade têm plena consciência de suas implicações e estão prontas a brigar umas com as outras, quanto à questão de quem será a primeira" (Hall, 1959, p. 158-9). Em seu estudo sobre a afluência material e seus efeitos sobre a formação do caráter americano, denominado *People of plenty*, David M. Potter observou que "o espaço doméstico proporcionado pela economia da abundância tem sido usado para salientar a separação, o distanciamento, senão o isolamento, da criança americana" (Potter, 1954, p. 197). Nos EUA de hoje, quando a otimização e a conservação de recursos se tornaram matéria de interesse público e item da agenda governamental, a influência de nossa cultura sobre a percepção individual do espaço e o uso dele deveria ser mantida sob sistemática atenção dos formuladores de políticas e dos planejadores. Os americanos deveriam aprender a transcender a tendência que o mercado tem, quanto a explorar o uso do espaço, se estão seriamente empenhados em superar a deterioração ecológica de sua sociedade. Os laços afetivos do indivíduo com seu ambiente físico, na forma demonstrada por Yi-Fu Tuan (1974), em seu livro *Topophilia*, podem ser objeto de investigação científica. Podem ser identificados e categorizados em cada cultura, assim como apreciados como uma variável que influi sobre a eficácia ecológica de planejamentos de espaços vitais.

O tratamento adequado do espaço em relação aos sistemas sociais constitui, certamente, um dos meios de estimular a atmosfera psicológica apropriada a seus objetivos específicos. Tópicos como solidão, privacidade, reserva, intimidade, anonimidade, território pessoal, órbita individual e outros são pontos a levar em conta, na definição do espaço dos sistemas sociais, particularmente isonomias e fenonomias.

A arte de projetar esses ambientes tem muito a ganhar, se incorporar as contribuições que antropólogos e psicólogos de ambiente têm a oferecer.[10] Aparentemente, espaços sócio-aproximadores, de preferência aos sócio-afastadores, deveriam prevalecer nas isonomias e fenonomias, da mesma forma que em cenários projetados para ressocializar indivíduos anômicos. Em razão da natureza de suas atividades, as economias são sistemas em que os espaços sócio-afastadores devem prevalecer, embora com alcance limitado espaços sócio-aproximadores sejam também funcionalmente necessários em tais cenários.

5. *Tempo.* Volto-me, agora, à consideração do tempo como uma dimensão dos sistemas sociais. Devo salientar: o fato de que trato tempo e espaço em seções separadas não significa a minha aceitação de uma dicotomia newtoniana de espaço e tempo. Apenas por um imperativo de ordenada exposição é que um tema se segue ao outro. Espaço e tempo estão mutuamente envolvidos. A orientação temporal dos membros de um sistema social tem correlativos espaciais intrínsecos. O espaço, nos sistemas sociais, por outro lado, envolve orientações temporais específicas.

O tempo, como uma categoria do planejamento organizacional, tem sido tema da teoria convencional de organização. Contudo, nesse domínio, somente o tempo inerente aos sistemas econômicos tem constituído objeto de estudo. Assim, Taylor e alguns de seus associados foram os pioneiros do estudo de tempo e movimento como aspecto da administração científica, mas o tempo que focalizaram representa um caso limitado, constituindo um aspecto do espectro temporal da experiência humana. Nessa tradição, a maior parte dos estudos de tempo ora disponível, no campo da teoria organizacional, não transcende a concepção tayloriana.[11] Trata o tempo apenas como uma mercadoria, ou um aspecto da linearidade do comportamento organizacional. Importante como seja essa faceta da experiência humana de tempo, não constitui o impulso fundamental de uma variedade de sistemas sociais, tais como as isonomias, as fenonomias e as diferentes formas pelas quais se mesclam às economias. Conseqüentemente, o paradigma paraeconômico prescreve uma abordagem multidimensional do tempo, como categoria do planejamento dos sistemas sociais.

No domínio da sociologia, Georges Gurvitch (1964) desenvolveu uma tipologia de dimensões temporais dos sistemas sociais.[12] Sustenta ele, por exemplo, que o tempo das organizações formais não é idêntico ao tempo característico dos sistemas sociais em que prevalecem a intimidade e uma intensa reciprocidade interpessoal. Ademais, estabele-

[10] Veja H.M. Proshansky et alii (1970).

[11] Há umas poucas exceções. Veja Lee (1968) e Waldo (1970).

[12] Sobre a abordagem filosófica do tempo, veja Fraser et alii (1972).

ce o conceito de uma variedade de tempo, para explicar as diferenças de orientação humana nas estruturas feudais, capitalistas e socialistas. As dimensões temporais do sistema social, do ponto de vista paraeconômico, só podem ser apresentadas tentativamente e, nesse caráter, poderia ser proposta uma tipologia constituída das seguintes categorias: tempo serial, linear ou seqüencial; tempo convivial; tempo de salto – *leap time* –; tempo errante.

As economias são cenários em que prevalece o tempo serial e, desse modo, são incapazes de atender às necessidades humanas cuja satisfação envolva uma experiência de tempo que não possa ser estabelecida em termos de séries. A sociedade centrada no mercado tende a serializar o tempo de seus membros de acordo com sua orientação temporal e sai-se muito bem nessa tarefa, dessa forma desenvolvendo neles uma dirigida incapacidade para se engajarem em esforços que requeiram outros tipos de orientação temporal. "Os americanos", diz Hall, "pensam que é natural quantificar o tempo. É inconcebível deixar de fazer isso, e o americano especifica a quantidade de tempo que é necessária para fazer qualquer coisa" (Hall, 1959, p. 134). Definindo o monocronismo como a tendência a "fazer uma coisa de cada vez", Hall afirma que "a cultura americana é caracteristicamente monocrônica" (Hall, 1959, p. 138), e compara esse traço cultural americano ao policronismo de outras culturas:

"Na *Silent language*, descrevo duas maneiras contrastantes de considerar o tempo, a monocrônica e a policrônica. A monocrônica é característica de pessoas de baixo grau de envolvimento, que compartimentalizam o tempo. Planejam uma coisa para cada hora, e ficam desorientadas se tiverem que lidar com muitas coisas ao mesmo tempo. As pessoas policrônicas, possivelmente pelo fato de estarem profundamente envolvidas umas com as outras, tendem a manter várias coisas em operação ao mesmo tempo, como os prestidigitadores. Portanto, a pessoa monocrônica muitas vezes acha mais fácil funcionar se lhe é possível separar as atividades em termos de espaço, enquanto a pessoa policrônica tende a acumular atividades. No entanto, se esses dois tipos estiverem interagindo reciprocamente, grande parte da dificuldade que experimentam pode ser superada pela adequada estruturação do espaço" (Hall, 1966, p. 162).

Na verdade, a avaliação que se faz no Ocidente da orientação temporal das pessoas que vivem em sociedades periféricas e primitivas como uma indicação de preguiça, ou de falta de motivação para realizar coisas, não é senão uma expressão de paroquialismo cultural.

A participação em cenários sociais que não sejam economias exige propensões psicológicas que, muito freqüentemente, muitos indivíduos deixam de desenvolver. Exemplo extremamente expressivo disso

é a massa de aposentados, em nossa sociedade, que não sabe o que fazer consigo mesmo, quando perde a condição de detentora de emprego. "Os americanos são confusos em relação ao trabalho", diz A.K. Bierman, e acrescenta: "a menos que nos seja possível aprender a ir para a cama com a máquina, no Eden, ela será fator de nossa desumanização, em vez de ser nossa benfeitora" (Bierman, 1973, p. 15). É possível que a orientação temporal dominante em relação à maior parte dos americanos seja o fator principal a dificultar-lhes o engajamento em processos isonômicos de aculturação.

A isonomia é sítio para o exercício da convivência, e seu principal requisito temporal é uma experiência de tempo em que aquilo que o indivíduo ganha em seus relacionamentos com as outras pessoas não é medido quantitativamente, mas representa uma gratificação profunda por se ver liberado de pressões que lhe impedem a atualização pessoal. O tempo convivial é catártico e nele a experiência individual encoraja-o a interagir com os outros sem fachadas, e vice-versa. Quando um grupo de pessoas partilha esse tipo de experiência temporal, seus membros relaxam, tendem a confiar uns nos outros e a expressar, com autenticidade, seus sentimentos profundos. Aqueles que participam dessa interação social não vêem os outros, nem os tratam como objetos, mas como pessoas. Aceitam-se e estimam-se pelo que são, independentemente de suas posições empresariais, ou seu *status* no ambiente competitivo do mercado. O tempo, em seu sentido serial, é esquecido, quando a pessoa se envolve na experiência do tempo convivial.

O tempo de salto é um tipo muito pessoal de experiência temporal, cuja qualidade e ritmo refletem a intensidade do anseio do indivíduo pela criatividade e o auto-esclarecimento. É um momento muito importante na vida de uma pessoa criativa e perscrutadora, isoladamente ou na companhia de outras pessoas igualmente sintonizadas com o mesmo tipo de indagação. É o impulso temporal das fenonomias.

O tempo de salto não se enquadra no domínio do *Chronos*. A mente grega concebia o *Chronos* como uma dimensão da parte do cosmos restrita e regulada pelo tempo, e além da qual estava o que Anaximandro denominava o *apeiron*, isto é, o infinito, o ilimitado, de onde, em última instância, provêm todas as coisas.[13] Parece-me que é deste último conceito que emerge o tempo de salto, para tornar-se parte do terreno do *Kairos*, palavra grega que antes designa um tempo não quantificável e que é constitutivo das percepções humanas do processo que conduz a eventos críticos. É um traço de certo tipo de íntima vida pessoal, quando envolvida em jornadas auto-exploratórias e/ou em esforços culminados por importantes arrancadas. Os psicólogos reconhecem que esse tipo de tempo é um *dactum*, em certas circunstâncias da experiência humana. Tem alguma semelhança com aquilo que Laing

[13] Sobre a noção de *apeiron*, veja Kahn (1960) e Seligman (1962).

(1967) chama de tempo eterno – *eonic time*, uma característica de profundos acontecimentos subjetivos (Laing, 1967, p. 128). Constitui, também, uma preocupação central de Jung e Progoff, em sua abordagem da psique humana.

Jung fala de acontecimentos de sua própria vida como ocorrendo "fora do tempo" (Jung, 1963, p. 225) e pertencendo ao "reino desprovido de espaço" (Jung, 1963, p. 226) da psique. Sugere ele que o significado de tais acontecimentos é apreendido no contexto de experiências simbólicas em que, como explica Progoff, prevalecem "imagens desprovidas de tempo" e "espaço desprovido de espaço" (Progoff, 1973, p. 53, 135). Quando entregue a experiências simbólicas, o indivíduo ultrapassa os limites sociais imediatos da vida cotidiana. É nesse sentido que devemos entender que toda socialização é uma alienação do mundo interior da psique. A socialização tem aspectos contraditórios: sem ela o indivíduo não sobrevive como um membro da espécie, mas quando inteiramente dominado por ela, o ser humano – homem ou mulher – perde o caráter de pessoa.

Soren Kierkegaard (1962) e Henri Bergson (1966) descreveram, ambos, um tipo de criativa experiência humana que só ocorre quando o indivíduo consegue romper os limites do social. A experiência envolve um *salto* do fechado para o aberto (Bergson, 1956, p. 77), das normas sufocantes que caracterizam uma era peculiar para dentro da eternidade. Especialmente em Kierkegaard, o salto é equivalente à autodescoberta individual. "Lançando-se às profundezas", diz ele, "a pessoa aprende a ajudar-se a si mesma" (Kierkegaard, 1962, p. 58). É óbvio que, em razão de seu caráter transocial, o conteúdo de saltos existenciais só pode ser articulado através de uma linguagem simbólica. Pode-se argumentar que o domínio da experiência simbólica é estranho à teoria organizacional, mas sustento que qualquer teoria organizacional que faça abstração da experiência simbólica deixa de desempenhar seu papel humanístico. A teoria organizacional verdadeiramente humanística tem que estar criticamente consciente de que os modelos sociais do homem são sempre categorias de conveniência. Mas a conveniência não é a única preocupação do conhecimento organizacional; este deve ter sensibilidade para aquilo que, no ser humano, não pode ser reduzido a termos sociais, de modo a impedir a fluidez da psique humana e sua deformação como simples espécime de episódica vida empresarial. Deve ser capaz de ajudar o indivíduo a manter um sadio equilíbrio entre as exigências exteriores de sua condição corporativa e sua vida interior. Dessa forma, o tempo serial precisa ser reconhecido por aquilo que é, e não tomado erroneamente por tudo aquilo que o tempo significa.

São abundantes as fontes teóricas sobre a experiência de tempo de salto. Nos esforços automotivados de homens e mulheres, a incidência de tempo de salto é marcada por altos e baixos do estado de espírito do indivíduo, e é experimentada numa mistura de sofrimento e alegria. Os baixos podem ser profundamente depressivos, mas representam os passos necessários que os indivíduos precisam dar, a fim de consumarem suas metas autogratificantes. Quando passam os sofrimentos que uma pessoa bem-sucedida teve que suportar numa busca criativa, são eles encarados como experiências gratificantes. Após a penosa provação de um bem-sucedido ato de criação, as pessoas geralmente afirmam que seriam capazes de dar os mesmos passos, se se vissem novamente na posição de ter que escolher. O tempo de salto é um momento importante de esforços criativos autogratificantes.

A ocorrência de tempo de salto é freqüente nos informes sobre progressos marcantes conseguidos por pessoas criativas, inclusive inventores, reformadores, administradores, cientistas, novelistas, pintores e poetas. Em suas carreiras, um padrão pode ser configurado: a) em geral, são pessoas que apreciam e sabem como trabalhar com elas mesmas, sozinhas (coisa que as fenonomias se destinam a proteger); b) parecem ter uma nítida compreensão daquilo que devem fazer; c) mantêm-se ocupadas, como se fossem movidas por uma compulsão interior (o que constitui um indicador fundamental do tempo de salto), que os capacita a realizar coisas que estão além do alcance das pessoas comuns.

Já existe alguma perícia especializada – *expertise* – para o planejamento de ambientes que parecem ter as características de fenonomias. As equipes de pesquisa e desenvolvimento que trabalham em corporações empresariais e organizações como a Rand Corporation e a Nasa, tipos especiais de forças-tarefas governamentais, não seriam bem-sucedidas se não estivessem disponíveis habilidades especiais para a gerência de fenonomias.[14] Contudo, um esforço concentrado precisa ser agora articulado, para que se desenvolva e consolide uma perícia adequada à criação de sistemas sociais de caráter mais alternativo do que aquele visualizado pelas unidades de especialistas, organizadas pelas instituições representativas do sistema de mercado.

Chamo um tempo de direção inconsistente de *tempo errante*. As pessoas afetadas pelo conceito de tempo errante têm uma experiência imprecisa de sua agenda existencial, se é que têm alguma espécie de agenda. As circunstâncias, em vez de sua própria vontade em relação a um propósito, modelam diretamente o curso de suas vidas. Para ilustrar casos concretos de tempo errante, pode-se pensar imediatamente em pessoas anômicas ou quase-anômicas, tais como os mendigos e os marginais, que de ordinário se localizam em zonas de vagabundagem, os trabalhadores nômades, os vadios, os mascates e, em alguns casos, cidadãos aposentados ou desempregados. No entanto, o viver de acor-

[14] Veja, por exemplo, Gordon (1973).

do com os caprichos do tempo errante pode ser, temporariamente, capaz de conduzir ao desenvolvimento pessoal. Supõe-se que muito do que George Orwell conta em *Down and out in Paris and London* é autobiográfico, e certamente que sua experiência como escritor sem vintém nessas cidades, durante a mocidade, lhe ensinou a compreender melhor a si mesmo e à sua vocação. *Fome*, de Knut Hamsun, parece mostrar um tipo semelhante de experiência juvenil, em Oslo. De idêntico significado é *Uma festa móvel*, de Ernest Hemingway, a narração de seus dias de busca de identidade, quando era moço e vivia em Paris. As agências de turismo e viagens parecem saber como organizar excursões destinadas a revigorar pessoas que procuram um meio de se livrar, por algum tempo, da obrigação de se preocupar com aquilo que farão em seguida. Na verdade, um *know-how* visando recuperar para a corrente mestra da sociedade os cidadãos sistematicamente atacados da síndrome do tempo errante deveria constituir ponto importante para os planejadores de sistemas sociais alternativos.

Um dos objetivos desta tipologia é pôr a nu o processo de unidimensionalização de tempo, que vitima a maior parte das pessoas vivendo na sociedade de mercado. As teorias econômica e organizacional típicas focalizam o tempo numa estreita perspectiva unidimensional. Consideram apenas o tempo serial, negligenciando sistematicamente os objetivos humanos que não são funcionalmente prescritos pelo sistema de mercado. Aceitam o tempo social inerente ao mercado como determinativo da natureza da temporalidade social em seu conjunto. É precisamente essa situação que as diretrizes paraeconômicas e seus planejamentos procuram superar. Os indivíduos excessivamente acomodados à orientação temporal imanente ao mercado mal podem compreender a extensão e a natureza de sua deformação psíquica. Uma terapia destinada a curar essa deformação pode, talvez, ser desenvolvida como um conjunto de procedimentos capazes de ajudá-los a se dedicarem a experiências não-seriais de tempo. A plenitude da existência humana é perdida, se a pessoa não encara os tópicos substantivos que constituem sua condição consoante as variedades de tempo que a mesma envolve.

A sincronização[15] da vida humana às exigências do sistema de mercado, dominante nas sociedades industriais contemporâneas, é fator crônico de uma patologia normal muito bem identificada, isto é, a alta incidência de apatia, alcoolismo, vício de drogas, insônia, colapso nervoso, estresse, suicídio, ansiedade, hipertensão, úlceras e doenças cardíacas. Deveríamos tentar entender a mensagem dessa patologia normal. Na realidade, a sociedade centrada no mercado tem privado o indivíduo da variedade de experiências de tempo que ele sempre encontrou à sua disposição, até o surgimento dessa sociedade.

15 Sobre este assunto, veja Linder (1970).

No passado, as pessoas tinham numerosas oportunidades de se entregar a formas genuínas de convivência e à busca de esforços pessoais, completamente livres de qualquer relação com o mercado.

Ao proporcionar a seus membros essas oportunidades, as sociedades antigas interpretavam-se como réplicas do cosmos, e assim se conformavam a prescrições de caráter sagrado, ou quase-sagrado. Em tais sociedades, as pessoas dispunham de muito tempo não relacionado à sua condição de trabalhadoras, no qual se poderiam engajar em objetivos auto-gratificantes. Em seu calendário, o caráter das horas, dos dias, dos meses e dos anos refletia o interesse que tinham pelas múltiplas implicações da dimensão sagrada da vida. Na Idade Média, 167 dias em cada ano eram dias de não trabalhar, incluindo 52 domingos. Os dias destinados a festividades e a feriados excediam os dias de trabalho, na Grécia do fim do primeiro século antes de Cristo. Em Roma, mais ou menos no mesmo período, 65 dias eram reservados para os jogos. Na Roma da segunda metade do segundo século da era cristã, os jogos ocupavam 135 dias e, mais tarde, no quarto século, 175 dias.[16] Agora, mal se pode captar o sentimento de festividade e de celebração que animava aquelas datas calendárias.[17] Ao contrário, é fundamental nas sociedades contemporâneas o fato de que não há dia, no calendário, livre da penetração das prescrições temporais inerentes ao mercado, que se apoderou das funções das agências sagradas e se transformou no árbitro da temporalidade como um todo.

Semelhante sincronização deveria ser ao reverso, ajustando o mercado para funcionar em consonância com as exigências dos sistemas sociais que elevam a qualidade da vida comunitária em geral, da convivência e da atualização pessoal dos indivíduos. Essa tarefa tem sido empreendida, neste país, por muitos cidadãos, engajados numa série multifacetada de experiências sociais alternativas. O estudo das implicações de política que isso encerra e das tendências afins será feito no capítulo seguinte.

BIBLIOGRAFIA

Ashby, W.R. Variety, Constraint, and the law of requisite variety. In: Buckley, W. publ. *Modern systems research for the behavioral scientist.* Chicago, Illinois, Aldine Publishing, 1968.

Alonso, W. The Economics of urban size. In: *Papers on the Regional Science Association.* 1971. v. 26.

Barash, D.P. *Sociobiology and behavior.* New York, Elsevier North-Holland, 1977.

16 Veja de Grazia (1964, p. 82).

17 Veja Cox (1970).

Bettelheim, H. Individual and mass behavior in extreme situations. In: Maccoby, E. et alii, publ. *Readings in social psychology*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1958.
Bergson, H. *The Two sources of morality and religion*. Doubleday, 1956.
Bierman, A. K. *The Philosophy of urban existence*. Ohio University Press, 1973.
Burns, T. & Stalker. *The Management of innovation*. London, Tavistock, 1961.
Cox, H. *The Feast of fools*. New York, Harper & Row, 1970.
Dahl, R. *After the revolution?* New Haven, Connecticut, Yale University, 1975.
—— & Tufte, E.R. *Size and democracy*. Stanford, Stanford University Press, 1973.
Davis, L.E. & Cherns, A.B., ed. *The Quality of working life*. London, The Free Press, Collier Macmillan, 1975.
—— & Taylor, J.C. *Design of jobs*. Penguin Books, 1972.
—— & Engelstad, P.H. *Unit operations in socio-technical systems: analysis and design*. London, Tavistock Institute of Human Relations, Doc. n. T 894, Oct. 1966.
De Grazia, Sebastian. *Of Time, work and leisure*. Garden City, New York, Doubleday, 1964.
Emery, F.E., ed. *Systems thinking*. Penguin Books, 1969.
Follet, M.P. *Dynamic administration*. In: Fox, E.M. & Urwick, L. *The Collected Papers*, Pitman Publishing, 1973.
Fraser, J.T.; Haber, F.C. & Miller, G.H., ed. *The Study of time*. Berlim, Heidelberg, Springer-Verlag, 1972.
Freedman, J.L. *Crowding and behavior*. New York, Viking Press, 1975.
Goethe, J.W. von. *Goethe's autobiography*. Washington, D.C. Public Affairs Press, 1949.
Gordon, W.J.J. *Synectics*. New York, Colliers Books/Macmillan, 1973.
Gunnel, J.S. *Political philosophy and time*. Middletown, Connecticut, Wesleyan University Press, 1968.
Gurvitch, G. *Déterminismes sociaux et liberté humaine*. Paris, França, Presses Universitaires de France, 1955.
——. *The Spectrum of social time*. Dordrecht, Holanda, D. Reidel, 1964.
——. *The Social frameworks of knowledge*. New York, Harper & Row, 1971.
Hall, E.T. *The Silent language*. Greenwich, Connecticut, Fawcett Publications, 1959.
——. *The Hidden dimension*. Garden City, New York, Doubleday, 1966.
Hesse, H. *Autobiographical writings*. New York, Farrar, Straus and Giroux, 1973.

Jung, C.G. *Memories, dreams, reflections*. New York, Vintage Books/Random House, 1963.
Kahan, Ch. H. *Anaximander and the origins of Greek cosmology*. New York, Columbia University Press, 1960.
Kierkegaard, Soren. *The Present age*. New York, Harper & Row, 1962.
Laing, R.D. *The Politics of experience*. New York, Ballantine Books, 1967.
Lawrence, P.R. & Lorsch, J.W. *Developing organizations: diagnosis and action*. Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1969.
Lee, Hahn-Bcn. *Korea: time, change and administration*. Honolulu, East-West Center Press, 1968.
Linder, S.B. *The Harried leisure class*. New York, Columbia University Press, 1970.
Miller, E.J. & Rice, A.K. *Systems of organization*. London, Tavistock Publications, 1967.
Munthe, Axel. *O Livro de San Michele*. New York, E.P. Dutton, 1956.
Perrow, Ch. Hospitals: technology, goals and structure. In: March, J., publ. *Handbook of organizations*. Chicago, Illinois, Rand McNally, 1965.
——. *Organizational analysis: a sociological view*. Belmont, Califórnia, Wadsworth, 1970.
——. *Complex organizations*. Glenview, Illinois, Scott, Foresman, 1972.
Potter, D.M. *People of plenty*. Chicago, University of Chicago Press, 1954.
Progoff, Ira. *The Symbolic and the real*. New York, McGraw-Hill, 1973.
Proshansky, H.M.; Ittelson, W.H. & Rivlin, L.G., ed. *Environmental psychology: man and his physical setting*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1970.
Pye, D. *The Nature and art of workmanship*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.
——. *The Nature of design*. New York, Reinhold Book, 1969.
Ramos, A.G. Modernization: towards a possibility model. In: Beling, W.A. & Totten, G.O., publ. *Developing nations: quest for a model*. New York, Von Nostrand Reinhold, 1970.
Richardson, H. W. *The Economics of urban size*. Lexington, Massachusetts, Lexington Books, D.C. Heath, 1973.
Ruskin, John. In: Cook, E.T. & Wedderburn, publ. *The Works of John Ruskin*. George Allen, 1903.
Sahlins, M. *The Use and abuse of biology*. Ann Arbor, Michigan, The University of Michigan Press, 1976.
Schumacher, E.F. *Small is beautiful*. New York, Harper & Row, 1973.
Seligman, P.C. *The Apeiron of Anaximander*. London, The Athlone Press, 1962.

Simmel, G. *The Sociology of Georg Simmel.* trad., publ., introd. K.H. Wolff, New York, The Free Press, 1950.
——. *The Philosophy of money*. Boston, Massachusetts, Routledge & Kegan Paul, 1978.
Skolimowski, H. Teilhard, soleri and evolution. *The Teilhard Review, 10*(3) 1975.
Sommer, R. *Personal space.* Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice-Hall, 1969.
——. *Design awareness*. San Francisco, Reinhart, 1972.
Steele, F.I. *Physical settings on organization development.* Reading, Massachusetts, Addison-Wesley, 1973.
Thompson, D'Arcy W. *On growth and form*. Cambridge, Cambridge University Press, 1961.
Thompson, J. *Organizations in action*. New York, McGraw-Hill, 1967.
Tuan, Yi-Fu. *Topophilia*. Englewood, New Jersey, Prentice-Hall, 1974.
Van Beinum, H.J.J. *The Design of the new radial tyre factory as an open socio-technical system.* London, Tavistock Institute of Human Relations, HRC 150, 28 Oct. 1968.
Waldo, D., ed. *Temporal dimensions of development administration*. Durham, North Carolina, Duke University Press, 1970.
Webber, M.M. et alii. *Explorations into urban structure*. Filadelfia, University of Pennsylvania Press, 1967.
Wilson, E.O. *Sociobiology, the new synthesis*. Massachusetts. The Belknap Press, of the Harvard University Press, 1977.
Woodward, J. *Industrial organizations: theory and practice.* London, Oxford University Press, 1965.

9. PARAECONOMIA: PARADIGMA E MODELO MULTICÊNTRICO DE ALOCAÇÃO

Por diversas razões, o paradigma aqui apresentado é chamado paraeconômico. Até agora, usei esta palavra para definir uma abordagem de análise e planejamento de sistemas sociais em que as economias são consideradas apenas como uma parte do conjunto da tessitura social. Contudo, a paraeconomia pode ser entendida também como proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos. Não foi desenvolvida ainda uma enunciação sistemática dessa teoria, embora já se encontrem disponíveis contribuições fragmentárias para sua elaboração. Ademais, em palavras e atos, há muitas pessoas cujas atividades as qualificam como paraeconomistas, isto é, indivíduos que estão tentando implementar cenários que representam alternativas dos sistemas centrados no mercado.[1]

[1] Há, por exemplo, uma coloração paraeconômica nos trabalhos e no pensamento de indivíduos como Kenneth Boulding, Barry Commoner, René Dubos, Gunnar Myrdal, C.B. MacPherson, John Gardner, Ralph Nader e Hazel e Carter Henderson. O que é mais característico dessas pessoas é seu compromisso de valor, sua posição de confronto, relativamente aos tipos de disposições organizacionais predominantes. Do ponto de vista normativo do paradigma, o consultor paraeconômico deveria ser seletivo, ao aceitar incumbências, porque está disposto a pôr sua perícia a serviço apenas das promoções que visem criar e implementar planos de vida pessoal e coletiva sem características de mercado, ou de economias existentes em que perceba uma inclinação para mudanças que melhor as capacitem a atender a necessidades genuínas, do indivíduo e do público.

O paraeconomista, portanto, não deveria ser confundido com o que Alvin Toffler chama de *adocrata*. Toffler define a *adocracia* como uma força-tarefa que ajuda as organizações a atingirem suas metas, sem questionar, sistematicamente, a natureza delas. A adocracia de Toffler é uma conseqüência de um tipo de pensamento reativo que considera o atual e abrangente sistema de mercado como um dado certo e, portanto, procura legitimar as mudanças decorrentes de sua dinâmica intrínseca. Concebe-a ele, especificamente, como um instrumento para aumentar a "capacidade de enfrentar – *cope-ability*" das economias existentes (Toffler, 1970, p. 257).

Nesse sentido, não há, na atividade profissional do adocrata, ou do consultor comum, intenção delimitativa. Contrariamente a essa orientação, a pa-

Em oposição ao enfoque centrado no mercado que ora prevalece em relação à análise e planejamento de sistemas sociais, o paradigma paraeconômico advoga uma sociedade suficientemente diversificada para permitir que seus membros cuidem de tópicos substantivos de vida, na conformidade de seus respectivos critérios intrínsecos, e no contexto dos cenários específicos a que esses tópicos pertencem. Do ponto de vista da política paraeconômica, não apenas as economias que já constituem o enclave do mercado, mas também as isonomias e fenonomias e suas diversas formas mistas, devem ser consideradas agências, através das quais se deve efetivar a alocação de mão-de-obra e de recursos. É neste último sentido que a delimitação dos sistemas sociais é aplicável tanto no nível da sociedade, quanto a nível macrorganizacional. Em outras palavras, da mesma forma que as economias, as isonomias e fenonomias devem também ser consideradas agências legítimas, necessárias à viabilidade da sociedade em seu conjunto.

Há duas maneiras básicas para implementação de diretrizes e decisões alocativas na sociedade: transferências nos dois sentidos – *two-way* –, características da economia de troca, e transferências em sentido único – *one way* –, características daquilo que Kenneth Boulding e seus associados chamam de economia de subvenções (*grants*).[2] Por exemplo, existem sistemas sociais, sobretudo aqueles que utilizam um mecanismo alocativo de troca para distribuição de bens e serviços típicos ao público, cuja eficácia é avaliada através da contabilidade convencional de preço/lucro. Mas a qualidade e o desenvolvimento de uma sociedade não resultam apenas das atividades desses sistemas centrados no mercado. Qualidade e desenvolvimento resultam também de uma variedade de produtos, distribuídos através de processos alocativos que não representam troca. A avaliação da eficácia desses processos alternativos e de seus ambientes sociais envolve mais do que uma contabilidade direta de fatores de produção. Sua contribuição para a viabilidade do conjunto social não pode ser determinada numa estrutura convencional de custo/benefício. Esses sistemas, normalmente, não podem funcionar, a menos que sejam financiados por subvenções. A complexa questão de saber quais as atividades que, numa sociedade, deveriam ser financiadas por subvenções, ou organizadas segundo um critério de troca, e o tipo de apoio político de que um Estado necessita para atender às funções desse último tipo delimitativo, estão além do objetivo desta análise.[3]

raeconomia é concebida como uma categoria de pensamento confrontativo e delimitativo. Assim, o consultor paraeconômico está decidido a trabalhar apenas para as mudanças que tenham significado, do ponto de vista de seu paradigma pessoal sobre a boa ordem dos negócios humanos e sociais.

No momento, há poucas pessoas que poderiam ser classificadas como ativistas paraeconômicas. Contudo, uma posição paraeconômica tem, cada vez mais, passado a constituir dimensão saliente de consultores de primeira classe, neste país. Por exemplo, A. K. Bierman aproxima-se muito daquilo que pode ser encarado como um agente de transformações paraeconômicas. Tem ele participado de alguns programas de vizinhança, em São Francisco, de acordo com o que merece ser definido como uma estratégia paraeconômica. Acima de tudo, a ação de Bierman reflete suas opiniões sobre aquilo que uma cidade deveria ser, como está enunciado em seu livro *The Philosophy of urban existence*. Da mesma forma que Milton Kotler em suas propostas de governo de vizinhança, Bierman percebe também que as políticas seguidas pelas autoridades locais para desenvolver as artes reforçam, de modo geral, o *imperialismo* do centro da cidade em relação à comunidade como um todo. Salienta ele que "a mentalidade de museu de centro artístico, que parece hipnotizar Nova Iorque, Los Angeles e Washington", na realidade ajuda "a preservar o valor imobiliário do centro da cidade" e a "promover a encantação dos suburbanos, fazendo-os voltar à condição de urbanos, nem que seja numas poucas noites do ano, por obra de uma folia de ingressos" (Bierman, 1973, p. 183). O programa artístico de vizinhança, que Bierman ajudou a estabelecer, resistiu a esse tipo de política centralizadora. A direção do programa conseguiu persuadir as fundações locais, o prefeito e os supervisores a contribuir para a organização de fundos que chegaram a vários milhões de dólares. O sucesso desse programa levou Bierman à convicção de que a idéia de programas artísticos de vizinhança é bastante forte, em São Francisco, para servir como alternativa exeqüível para o modelo tradicional de arte centralizada.

Os pressupostos sistemáticos aqui associados com a categoria paraeconômica podem, também, estar permeando os esforços de Donald Schon. No livro *Beyond the stable state*, Schon faz a suposição de que, atualmente, o governo dos EUA não dispõe de capacidades institucionais para atender às necessidades de nossa complexa sociedade. Uma das razões principais dessa deficiência institucional é o sistema centralizado de formulação de política, à base do qual o governo trata as agências administrativas, a nível estadual e local, como se fosse preceptor delas. As inovações, nesses níveis, são sufocadas por esse modelo supercentralizado de formulação de política. Schon reconhece a necessidade de superar o "conservadorismo dinâmico" dos centros de formulação política do governo e considera que é necessário deixar mais espaço para iniciativa e implementação descentralizada de políticas públicas e, para transformar o governo atual num sistema público de aprendizagem, sugere ele o "planejamento, o desenvolvimento e a administração de redes" (Schon, 1971, p. 190), que habilitarão o governo central "a funcionar como facilitador da aprendizagem social, e não como treinador da sociedade" (Schon, 1971, p. 178). A administração das redes, tal como ele a concebe, é obviamente uma abordagem de oposição ao modelo de sistemas sociais e, ao que se supõe, a Organização de Inovação Social e Tecnológica (Organization for Social and Technological Innovation – OSTI), presidida por Schon em Cambridge, Massachusetts, é, até certo ponto, exemplo de agência paraeconômica. Além disso, em outros livros Schon desenvolveu também uma metodologia para inovação em geral e em termos tecnológicos. Esses podem ser importantes elementos subsidiários para a criação e a implementação de modelos "convivais" e assemelhados, similares aos que são propostos por Ivan Illich, E.F. Schumacher e Victor Papanek, defendidos como opositores necessários à completa abrangência do presente sistema industrial de mercado.

[2] Veja, sobre isto, K.E. Boulding (1973), K.E. Boulding & M. Pfaff (1972) e K.E. Boulding, M. Pfaff & A. Pfaff (1973).

[3] Expandindo o arcabouço teórico apresentado neste livro, George K. Najjar focalizou o processo de elaboração orçamentária como instrumento de desenvolvimento econômico (Najjar, 1978).

Os modelos alocativos que predominam são baseados numa concepção muito estreita de recursos e de produção. Nesses modelos, recursos e produção são entendidos apenas como insumos e produtos de atividades de natureza econômica. Em outras palavras, é o mercado que, em última análise, determina o que deve ser considerado como recursos e como produção. Assim sendo, não se considera formalmente como fatores contributivos da riqueza nacional aquilo que resulta da iniciativa de membros de uma unidade doméstica que, sem perceberem um salário, se ocupam de atividades como cozinhar, limpar, costurar, cultivar verduras, preparar conservas, cuidar de jardins, decorar a casa, tratar dos doentes, promover consertos e instalações, educar as crianças e exercer a supervisão delas. Da mesma forma, o cidadão que, sem ser pago por isso, participa das reuniões da igreja local, de conjuntos artísticos e educacionais de vizinhança e de esforços de auxílio próprio de todo tipo, não é considerado como recurso. Nos países periféricos, uma grande parte da população que trabalha como *camponesa* do ponto de vista convencional não é considerada como produtiva, na medida em que o produto de suas atividades não é comercializado. Não obstante, os membros da família, o cidadão participante e os camponeses que provêem o próprio sustento *produzem*, efetivamente. Tem sido estimado, por exemplo, que o valor do trabalho doméstico, nos EUA, representa cerca de um terço do produto nacional bruto e a metade da renda disponível do consumidor (Burns, 1975, p. 14). No entanto, pelo fato de não ser o produto do trabalho doméstico diretamente transferível para o mercado, é ele ignorado pelo sistema oficial de estatística. Semelhante sistema pressupõe que a produção é equivalente à venda, e que o consumo se equipara à compra. Ao computar a *riqueza da nação*, registra apenas aquilo que é vendido ou comprado, e não admira que um imenso reservatório de recursos e de capacidade produtiva seja negligenciado e permaneça inexplorado pelos modelos alocativos predominantes.

Em comparação, o paradigma paraeconômico envolve uma concepção de produção e consumo que leva em conta, de maneira formal, tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. O indivíduo produtivo não é, necessariamente, um detentor de emprego. A identificação de um com o outro constitui uma das principais ilusões e um dos pontos cegos mais importantes dos modelos alocativos predominantes. Outra ilusão e outro ponto cego é a pressuposição de que o montante e a qualidade do consumo do cidadão estão expressos naquilo que ele compra. Na realidade, o mercado não considera, em larga medida, aquilo de que as pessoas necessitam e apenas "sabe o que é que as pessoas são levadas a comprar" (de Grazia, 1964, p. 215). Em outras palavras, o mercado produz apenas aquilo que "pode vender" (de Grazia, 1964, p. 215). Presas entre essas ilusões e entre esses

pontos cegos, as políticas alocativas do governo têm sido incapazes de ultrapassar o círculo vicioso do sistema de mercado, para tirar vantagem das possibilidades existentes de construção de uma variedade de ambientes produtivos, que não dispõem de dinheiro, como parte de uma sociedade multicêntrica.

Há hoje em dia uma difundida preocupação com o problema dos *recursos finitos*. Na realidade, é fato que numerosos recursos físicos de crucial importância, de que o sistema de mercado necessita para que possa continuar operando, são de caráter não-renovável e podem exaurir-se a longo prazo. Mas a compreensão predominante desse problema é deformada. Tem sido interpretada, por exemplo, como conducente a *limites ao crescimento*. Isso é uma qualificação errônea. Na verdade, como sugerido anteriormente, um sadio conceito de recursos inclui mais do que aquilo que o mercado se inclina a definir como recurso. Inclui dimensões ecológicas e psíquicas, para as quais a epistemologia mecanística inerente à lei clássica da oferta e da procura não tem sensibilidade. No mesmo sentido, o argumento em favor das estratégias de *crescimento zero* é, em grande parte, uma admissão da bancarrota da presente configuração do sistema de mercado. Entendo, contudo, que limites às atuais atividades do mercado não representam, necessariamente, limites ao crescimento. Há abundância de recursos e substancial capacidade produtiva que permanecem ociosas, graças à falta de adequado esquema teórico para organização dessas potencialidades. Do ponto de vista paraeconômico, os recursos são infinitos e não há limites ao crescimento. Ironicamente, a tese dos limites ao crescimento pode muito bem representar a oportunidade para revelação de um vasto horizonte de possibilidades para uma explosão de crescimento, tanto em termos de produção quanto de consumo. Para tornarem reais essas possibilidades, os indivíduos, as instituições e os governos precisam livrar-se dos antolhos conceptuais inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado. De um modo geral, os principais pressupostos desses modelos podem ser articulados como se segue:

1. Os critérios para avaliação do desenvolvimento de uma nação são essencialmente os mesmos que dizem respeito às atividades que constituem a dinâmica do mercado. Nessa conformidade, o volume do PNB, em sua conceituação convencional, a percentagem de cidadãos vivendo nas áreas urbanas, a percentagem da mão-de-obra empregada no setor de serviço, tudo isso é tomado como indicadores importantes do desenvolvimento.

2. Há uma presunção de que a natureza humana se define como o conjunto de qualificações e de disposições que caracterizam o indivíduo como um detentor de emprego e como um comprador insaciável. Assim, o processo de socialização, em especial, precisa ser engrenado para desenvolver o potencial dos cidadãos para serem bem-sucedi-

dos como ocupantes de empregos e a respectiva capacidade de provar seu valor mediante o grau comparativo das compras que fazem.
3. A eficácia da organização e das instituições em geral é mensurada do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para a maximização das atividades do mercado, o que leva a tipos unidimensionais de teoria e prática organizacionais, e a modelos de ciência política de que são exemplos a teoria convencional da *escolha pública* e a atual teoria econômica.

O descontentamento com tais modelos tem sido manifestado em muitos pontos do mundo acadêmico, valendo a pena salientar que ciência política e análise política, como são convencionalmente entendidas estas expressões, consistem, sobretudo, numa tentativa de enfoque do processo de formulação política, de sua implementação e avaliação, do ponto de vista da racionalidade instrumental inerente ao cálculo econômico clássico. Não é de admirar que autores que adotam esses modelos políticos se esforcem para acentuar o caráter *científico* da teoria política, tomando emprestados conceitos pertinentes aos campos da pesquisa operacional, da análise de sistemas, da análise de custo/benefício, da tecnologia de computação, e presumindo que abordagens e métodos quantitativos são realmente os melhores, senão os únicos, instrumentos para aperfeiçoar o estudo da formulação política.[4] O caráter limitado de tal orientação tem sido muito bem assinalado por diversos especialistas.[5] No entanto, esse esforço crítico ainda não resultou numa alternativa para o modelo de ciência política convencional. Acho que o paradigma paraeconômico é, pelo menos, um amplo e incipiente arcabouço teórico dessa alternativa.

O paradigma paraeconômico acrescenta duas qualificações essenciais ao exame do tema ciência política/análise política. Primeiro, admite que os métodos quantitativos têm a mais alta probabilidade de ser úteis no estudo de políticas ecologicamente sadias e/ou satisfatórias de maximização de lucro; contudo, esse aspecto é visto como uma área restrita de interesse, no domínio da ciência política. Segundo, afirma que há políticas normativas e substantivas de alocação que são indispensáveis, se desejamos elevar o *status* qualitativo do sistema social em dimensão macro. Em outras palavras, a utilização de modelos convencionais de política tem que ser compatível com a lei da adequação de requisitos. Precisamos reconhecer que esses modelos assumem uma conotação ideológica, quando vão além do contexto específico do enclave do mercado e pretendem agrupar sob seus critérios todo o processo social da alocação de recursos.

[4] Sobre isto, veja Tribe (1972).

[5] Veja Churchman (1971); Tribe (1971, 1973, 1976); Dolbeare (1975); Kramer (1975).

Para propósitos ilustrativos, será conveniente uma reavaliação do trabalho de Robert Dahl e Charles Lindblom, cujo elegante e significativo livro *Politics, economics and welfare*, publicado em 1953, contém mais do que aquilo que os próprios autores se propuseram a explorar. Apresentam eles, sob forma conceptual, quatro modelos de escolha e alocação: a) o sistema de preço (controle de líderes e por líderes); b) hierarquia (controle por líderes); c) poliarquia (controle de líderes); d) barganha (controle entre líderes). Minha argumentação é a de que, desembaraçados de sua abrangente intencionalidade econômica, esses modelos poderiam muito bem proporcionar os alicerces teóricos do processo alocativo, e servir como instrumentos de um sistema político multicêntrico. Em particular, hierarquia e poliarquia poderiam ser encaradas como modelos alocativos de categorização de funções governamentais, necessárias para estímulo de enclaves isonômicos e fenonômicos e para proteção desses enclaves contra a penetração do sistema de mercado. Uma leitura cuidadosa do livro desses autores indica que os mesmos demonstram uma alta sensitividade a tópicos substantivos da alocação de recursos. No entanto, sendo o caráter econômico a preocupação global de seu livro, deixa de ser claramente definido o aspecto paraeconômico dos modelos apresentados. Tivessem os autores desenvolvido uma distinção sistemática entre racionalidade substantiva e funcional e suas implicações políticas, e é provável que tivessem chegado perto da articulação de muito daquilo que constitui o paradigma paraeconômico.

Por exemplo, Dahl e Lindblom usam as expressões "ação racional" e "ação eficiente" como cambiáveis, isto é, como ações "que visam maximizar a satisfação da meta", na medida em que "a satisfação da meta excede o custo da meta" (Dahl e Lindblom, 1963, p. 39). Ao mesmo tempo, desejariam que o leitor compreenda que há "custos da meta" e "satisfações da meta", tais como lazer e convivência, que não podem ser avaliados segundo "símbolos quantitativos como 'eficientes' " (Dahl e Lindblom, 1963, p. 40). Reconhecem eles, indiretamente, a realidade dos enclaves isonômicos e fenonômicos, quando frisam que "é nos grupos pequenos que a maior parte das pessoas se apóia para conseguir amor, afeição, amizade, 'o senso de beleza' e respeito" e assinalam que os mesmos "suportam a carga principal da doutrinação e da formação de hábito em identificações e normas, transmitindo os hábitos e atitudes apropriados à poliarquia" (Dahl e Lindblom, 1963, p. 520). Mais especificamente, afirmam:

"Na medida em que é de qualquer modo possível, grande parte da 'boa vida' é encontrada, para a maioria das pessoas, nos pequenos grupos. A vida familiar, a educação dos filhos, amor, amizade, respeito, bondade, piedade, espírito de vizinhança, caridade: essas coisas dificil-

mente são possíveis exceto em pequenos grupos. *Se, de alguma forma, fosse possível destruir os grandes grupos e deixar tais coisas de pé, a perda da grandeza seria bem suportável* (grifo nosso). Mas se se mantivessem as grandes dimensões dos grupos e se destruíssem esses valores, o empobrecimento e a esterilidade da vida seriam incalculáveis" (Dahl e Lindblom, 1963, p. 520).

A abordagem de Dahl e Lindblom da alocação de recursos é em grande parte correta na medida em que se mantém dentro dos justos limites do enclave econômico. No entanto, como se apresenta, seu enunciado de escolha e alocação de recursos tem um caráter confinado, porque nele as isonomias e as fenonomias, sob a designação de *pequenos grupos*, apenas incidente e não sistematicamente são reconhecidas como categorias para a ordenação do processo de formulação de política.[6]

Contrariamente aos modelos centrados no mercado, o paradigma paraeconômico fornece um arcabouço sistemático para desenvolvimento de um impulso multidimensional e delimitativo, em relação ao processo de formulação de política. Esse paradigma, dando ênfase às alocações de recurso e de mão-de-obra nos sistemas sociais, em dimensões micro e macro, parte do pressuposto de que:

1. O mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem o conjunto da tessitura social. Em outras palavras, o mercado tem critérios próprios, que não são os mesmos dos outros enclaves, nem da sociedade como um todo. Ainda, a qualidade da vida social de uma nação resulta das atividades produtivas que elevam o sentido de comunidade de seus cidadãos. Nessa conformidade, tais atividades não devem, necessariamente, ser avaliadas do ponto de vista inerente ao mercado. Sendo assim, a delimitação dos sistemas sociais conduz a estratégias de alocação de recursos e de mão-de-obra, a nível nacional, que refletem uma integração funcional de transferências de sentido único ou nos dois sentidos. É preciso que venha a ser desenvolvida uma perícia especializada – *expertise* – destinada à formulação de políticas públicas, ao planejamento econômico e à elaboração orçamentária, que seja adequada à delimitação dos sistemas sociais.
2. A natureza do homem atualiza-se através de várias atividades, entre as quais estão aquelas requeridas pela sua condição incidental de detentor de emprego. A atualização humana é inversamente proporcional ao consumo individual de produtos e artigos do mercado e, mais particularmente, ao tempo exigido por esse tipo de consumo. Tal concepção significa que um indivíduo completamente socializado é, necessariamente, menos do que aquilo que uma pessoa deveria ser e pode ser. Significa, também, que o sistema educacional deveria, sobretudo, estar interessado no crescimento dos indivíduos como pessoas e, só secundariamente, como detentores de emprego. Além disso, na medida em que o consumo ilimitado de produtos do mercado é poluidor e conduz ao esgotamento dos recursos naturais, em última análise deve ser considerado contrário à ética.
3. O desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo. Isso conduz ao tipo multidimensional de teoria política e organizacional (e de sua prática) conceptual e operacionalmente qualificada para o encorajamento, tanto das atividades produtivas dos cidadãos quanto de seu senso de significativa atualização pessoal e social.

É evidente que existe, hoje em dia, no meio acadêmico, um generalizado mal-estar em relação às abordagens convencionais do desenvolvimento,[7] que são desorientadoras precisamente porque permitem que o mercado seja a referência principal do processo de alocação de recursos. Assim, por exemplo, elas pressupõem que um aumento no volume das atividades de troca e a expansão especial do mercado se equiparam ao desenvolvimento. Esse ponto de vista preconcebido fica particularmente claro na forma padronizada de avaliação do fenômeno da *economia dual*, nos países periféricos. É assim que se diz que um país onde existe uma economia dual, ou populações vivendo em áreas não incluídas no mercado, é, por definição, subdesenvolvido, ou mesmo atrasado. O conselho que os formuladores de política desses países recebem, geralmente, dos especialistas ocidentais, é o de que, uma vez que a economia dual constitui um obstáculo ao desenvolvimento, deveriam empreender esforços no sentido de incorporar a população inteira do país ao sistema de mercado. O resultado geral dessa orientação política, não apenas nos países periféricos, mas também nas nações cêntricas, é bastante conhecido. Algumas dessas conseqüências são a má formação urbana ou a exagerada concentração de população em grandes cidades, o aumento da taxa de anomia, o agravamento da síndrome behaviorista, com todas as suas deformadoras conotações psicológicas, a diluição da identidade cultural dos cidadãos e a destruição da competência artesanal que os capacitava a garantir, autonomamente, a própria e significativa sobrevivência. Mais ainda, o sentido econômico e quantitativo de semelhante orientação política leva os

[6] Em seu notável livro *Politics and markets*, Lindblom assinala várias conseqüências sociais e políticas deformadoras, dos sistemas de mercado contemporâneos, mas até 1953 ele nunca tratou sistematicamente das questões implícitas na delimitação (Lindblom, 1977).

[7] Veja, por exemplo, Mishan (1977); Ul Haq (1976); Seers (1977); Frank (1972); Holsti (1975); Streeten (1977); Morison (1974).

que a subscrevem a legitimar a primazia do aumento do PNB sobre a justiça social e a distribuição da renda.

A interpretação convencional do fenômeno da economia dual é de extrema estreiteza, sendo o fenômeno entendido, geralmente, como a coexistência, numa nação, de ambientes rurais auto-suficientes e de sistemas orientados para o lucro. No entanto, esse tipo de dicotomia constitui uma forma particular de dualidade econômica, que é um traço normal de todas as nações contemporâneas. Na realidade, em todas elas, incluindo os EUA, há dois tipos de sistemas de produção, a saber, o sistema de orientação para o lucro e os sistemas de orientação mutuária. Além disso, nem sempre são eles relacionados de maneira antagônica, e pensar assim equivale a incidir numa compreensão muito míope do fenômeno. Podem-se considerar, por exemplo, os EUA. Do ponto de vista paraeconômico, os formuladores da política econômica do governo deste país deixam, em grande parte, de atualizar completamente o potencial de sua estrutura de produção graças à sua subjugação pela mentalidade de mercado. Embora negligenciados pelos formuladores de política, os sistemas de produção orientados para a mutualidade constituem parte importante da estrutura econômica amerina. No presente, o setor mutuário está vivo e em expansão, através de numerosas iniciativas particulares que rapidamente se multiplicam.[8] Concentram elas grande parte da energia criadora de que este país necessita para superar a fase de rendimentos decrescentes em que ora se encontra a própria economia de mercado, em razão das pressões ecológicas que sobre ela pesam. Os formuladores da política do governo não parecem perceber, na medida suficiente, que a sociedade americana está gerando construtivos esquemas de alocação de recursos que, se apoiados por adequadas e sistemáticas políticas, significariam antídotos para os vícios da economia, em seu estado atual de distrofia. Tal como o médico que trata um paciente com um remédio que lhe agrava a moléstia, tentam eles corrigir as distorções da vida social causadas pelo sistema de mercado, como, por exemplo, as altas taxas de desemprego de natureza estrutural e a inflação em grande parte resultante de determinantes ecológicas, com os corretivos tradicionais do mercado. Não tomam conhecimento das energias autocurativas da sociedade, armazenadas no setor de produção de orientação mutuária.

O caráter obstrutivo do sistema a que se filia a política oficial americana reflete-se, também, em seu desprezo por aquilo que Kenneth Boulding chama de economia de subvenções. Como salienta ele, as subvenções constituem agora uma parte substancial dos fundos disponíveis para o financiamento das atividades produtivas do país, estimando que de 20 a quase 50% da produção, na América, sejam financiados por subvenções, em lugar de troca (Boulding, 1973, p. 1-2). Ninguém se deve impressionar com a aparente imprecisão da estimativa. As subvenções assumem múltiplas formas, algumas delas bem difíceis de definir e, assim, seu exato valor estatístico nunca será suscetível de apuração. Por exemplo, há subvenções de natureza muito visível, como aquelas que são fornecidas por fundações particulares e públicas e por muitos tipos de doadores. São elas as menos difíceis de registrar e é possível que representem o limite inferior da estimativa de Boulding. O limite mais alto dessa estimativa refere-se, plausivelmente, a uma variedade de subvenções *implícitas*, isto é, de "redistribuições de renda e riqueza, que ocorrem como resultado de mudanças estruturais ou de manipulações de preços e salários, autorizações, proibições, oportunidade ou acesso" (Boulding, 1973, p. 49), assim como a uma série multifacetada de auxílios que ativam os sistemas de produção de orientação mutuária, que podem incluir isonomias, fenonomias e suas formas mistas.

Existe, nos EUA, uma forma de economia dual, que é constituída pelo setor de subvenções e pelo setor de troca. Essa dualidade não representa uma anormalidade, e um setor não deveria ser classificado segundo os imperativos de meta do outro. Ambos os setores deveriam ser visualizados em sua distinta e específica natureza e como executores de funções complementares e socialmente integrativas. Contudo, as subvenções são, em grande parte, mal administradas pelos que as concedem, sejam de natureza pública ou particular, prisioneiros da mentalidade de mercado, e são utilizadas adequadamente sobretudo através de técnicas de ensaio e erro, desenvolvidas por cidadãos interessados. Por exemplo, por motivos de ordem estrutural, o setor de troca da economia americana está-se tornando incapaz de gerar oportunidades convencionais de emprego em número suficiente para absorver a força de trabalho disponível.[9] É em grande parte como uma reação a essa tendência que se deveria interpretar a circunstância de que, no decorrer do ano fiscal 1977/8, 10% do aumento de empregos ficaram em mãos de cidadãos que trabalhavam por conta própria, em empresas de pequeno porte, e que 50 milhões de americanos são, agora, membros de empresas de natureza cooperativa.[10] Acho que a incapacidade do sistema de mercado predominante de absorver totalmente a população de indivíduos em idade ativa é interpretada de modo incorreto, pelos formuladores convencionais de políticas, públicos e privados, como uma vicissitude temporária da economia. Uma conseqüência é que as pessoas forçadas a se juntarem à massa dos beneficiários da previdência e da assistência social são degradadas socialmente,

[8] Sobre a variedade dessas iniciativas, veja Henderson, Carter (1977/8); Henderson, Hazel (1978); Stravianos (1976) e o número especial do *Journal of Applied Behavioral Science*, 9(1973); Berger & Neuhaus (1977).

[9] Veja Yankelovich (1978).

[10] Veja Henderson, H. (1978, p. 390, e 1978*b*).

em razão de sua condição de desempregadas, como se essa condição refletisse, necessariamente, uma incapacidade pessoal delas próprias. Acessos atuais e concretos, conduzindo à plena ocupação da força de trabalho, escapam à atenção dos formuladores convencionais de política, precisamente por causa de sua subjugação pela mentalidade de mercado. Um ato de imaginação poderia permitir que a reserva de capacidade ociosa, representada pelas pessoas sem empregos formais, fosse mobilizada para a corrente principal do sistema de produção americano, através da alocação desses fundos de assistência e previdência social, não como um simples auxílio benevolente, mas como subvenções para financiamento das atividades e da criatividade dos cidadãos, em empreendimentos de orientação mutuária e comunitária, socialmente reconhecidos.

Um dos objetivos das políticas paraeconômicas é uma equilibrada alocação de recursos. Por exemplo, do ponto de vista paraeconômico, a existência de economia dual num país pode, afinal, ser antes uma vantagem, em lugar de um inconveniente. Isto não quer dizer que não se devam fazer esforços para desenvolver o mercado num determinado país. Mas o paradigma paraeconômico pressupõe que o desenvolvimento do mercado deva ser politicamente regulado, de modo que não venha a solapar a base dos enclaves isonômicos e fenonômicos. Mais ainda, reconhece ele que a melhora das condições econômicas gerais de uma nação é compatível com aquilo que é considerado como economia dual, isto é, a coexistência de sistemas de orientação mutuária, nos quais os respectivos membros produzem para si mesmos uma grande parte dos bens e serviços que diretamente consomem, e de sistemas orientados para o lucro, em que os membros são, essencialmente, detentores de empregos, que tiram de seus salários o poder aquisitivo que lhes proporcionará todos os bens e serviços de que necessitam. Os sistemas de orientação mutuária e o setor de troca não são, por conseguinte, reciprocamente excludentes. Devem ambos ser sistemática e simultaneamente estimulados, através de uma eficiente utilização de transferências num só sentido ou em duplo sentido, para benefício da sociedade em geral. Uma das implicações desta observação é a de que, nos países periféricos, as condições da vida rural devem ser consideradas em seus próprios termos e protegidas contra a indiscriminada e destrutiva penetração do mercado, se se tem em vista o aumento de suas potencialidades de autoconfiança. Em suma, o bem-estar geral dos indivíduos que vivem num sistema dual só pode ser melhorado mediante uma equilibrada alocação de recursos, tanto como transferências num só sentido, quanto através de transferências em sentido duplo.

O bem-estar dos cidadãos é uma categoria cultural peculiar a cada país, e não é medido por critérios comuns a todas as nações. Sendo

uma sistematização dos padrões de pensamento inerentes ao sistema de mercado, a economia convencional admite que os critérios para avaliação do bem-estar social sejam os mesmos para todos os países e, nessa conformidade, vemos as autoridades governamentais de uma nação periférica formulando e implementando políticas alocativas que são expressões da síndrome da privação relativa e do efeito de demonstração. O padrão mental dessas autoridades e do setor intermediário dessas nações periféricas são, assim, fator significativo de um sistema alocativo deformado.

É nesse sentido que a economia convencional é o componente ideológico da revolução industrial clássica. Na melhor hipótese, vale a mesma como um instrumento conceptual para explicar processos característicos da sociedade centrada no mercado. Não proporciona, porém, a referência conceptual para a compreensão e o trato dos pontos fundamentais da alocação, comuns a todas as sociedades. Embora incorporando contribuições de pensadores oriundos da França e de outros países europeus, em seus termos dominantes é essencialmente uma ideologia anglo-saxônica. Estava fadada, desde seus começos, a se transformar na principal força impulsionadora da política cognitiva, através da qual as nações industriais hegemônicas do Ocidente induziram o resto do mundo a se ajustar à sua inclinação expansionista.

Nas duas últimas décadas, as conseqüências poluidoras e exauridoras da prática da ideologia anglo-saxônica originaram, em certos setores de pensamento teórico, uma reavaliação crítica da economia clássica, assim como tentativas de elaboração de uma ciência de alocação de recursos como disciplina ecológica. Até agora, o mais elegante e penetrante dos enunciados que refletem essa orientação pode ser encontrado nos trabalhos de Nicholas Georgescu-Roegen. Na verdade, o caráter enganador da economia convencional tornou-se cada vez mais óbvio, na proporção em que alguns traços exteriores de sua aplicação sistemática atingiram a sensibilidade de estudiosos preocupados com a deterioração do meio-ambiente e com a exaustão das reservas de fontes de energia, renováveis e não-renováveis. Por mais importantes que os estudos desses especialistas devam ser considerados, seria necessário mais do que uma análise atual das distorções ecológicas resultantes da prática da economia clássica, para reorientar o processo de alocação de recursos em escala mundial. Em resposta a essa necessidade, Georgescu-Roegen estabelece os pressupostos fundamentais da nova ciência da alocação.

Em resumo, Georgescu-Roegen assinala que a matéria-energia de baixa entropia disponível e acessível, e que em última análise é o insumo de tudo aquilo que o homem produz, constitui um dote planetário limitado. Uma vez que a matéria-energia tem uma tendência irreversível a assumir estados de alta entropia, a produção de bens e serviços,

em nome da necessidade de prolongar a existência da humanidade como espécie, não deveria acelerar essa tendência. Os recursos acessíveis e disponíveis são de dois tipos, a saber: a) renováveis, isto é, aqueles de natureza biológica que podem ser reproduzidos dentro de ciclos naturais relativamente curtos, assim como a energia recebida do sol e a energia cinética do vento e da queda d'água; b) recursos não-renováveis, como o petróleo, o chumbo, o estanho, o zinco, o mercúrio e outros minerais cuja reprodução, se possível, demandaria longos ciclos ecológicos, o que os torna praticamente indisponíveis nos limites de tempo da existência da humanidade. A produção de bens e serviços deveria ser promovida mediante o máximo uso de recursos renováveis e o mínimo uso razoável dos não-renováveis. A escassez dos recursos não-renováveis não é de natureza temporária e tratar sua utilização e alocação em termos de mecanismos de mercado, isto é, como se devessem ser apreçados de acordo com a lei clássica da oferta e da procura, é uma ilustração da regra utilitário-hedonista do *après moi le déluge*. Na realidade, qualquer parcela de recurso não-renovável usada no processo de produção estará acabada para sempre, fato que diz alguma coisa sobre o caráter exauridor dos macrossistemas contemporâneos. Nos últimos 10 anos, metade de todo o óleo cru jamais produzido foi obtida; e, nos últimos 30 anos, foi extraída metade da quantidade total de carvão jamais minerado. Insubstituíveis como são esses e outros minerais, seus preços de mercado, portanto, não são senão fictícios. Se a utilização desses materiais continuar nas proporções atuais, logo a humanidade estará privada de seu uso.[11] Em conseqüência dos padrões de produção e consumo que prevalecem, o mundo contemporâneo vê-se diante de uma taxa sem precedentes de absoluta escassez ecológica, cujo aumento exponencial poderá acelerar o colapso termodinâmico do planeta, que, efetivamente, é afinal inevitável, num determinado ponto do tempo.

O paradigma paraeconômico leva em consideração não apenas a termodinâmica da produção, mas também seus aspectos externos sociais e ecológicos. Como tal, representa uma alternativa para os modelos alocativos clássicos (quer derivados de Smith, quer de Marx), a qual oferece, também, o arcabouço abrangente para uma nova ciência das organizações. Nada menos que uma revolução organizacional de alcance mundial faz-se necessária, para superar a deterioração física do planeta e das condições da vida humana, em toda parte.

A institucionalização de uma sociedade multicêntrica está agora em processo, em termos dispersos e incompletos. Talvez venha a malograr; ou, por outro lado, pode ganhar impulso, com a nossa compreensão cada vez maior dos deformadores traços externos gerados pela sociedade centrada no mercado. Em qualquer caso, o futuro será moldado ou através da mera aceitação passiva das circunstâncias pelos agentes históricos, ou através de uma criativa exploração, por esses agentes, das inigualáveis oportunidades contemporâneas. Muito provavelmente através de ambas as formas, terão eles influência.

Embora ninguém possa afirmar que tem a visão precisa das coisas que estão por vir, é essencial que delimitemos a influência das organizações econômicas sobre a existência humana como um todo, se devemos capitalizar as possibilidades contemporâneas. Por serem as organizações econômicas precisamente aquelas que mais retiram insumos do limitado orçamento da matéria-energia de baixa entropia disponível, deveriam elas ser rigorosamente replanejadas, tendo-se em mente um interesse ecológico. Deveriam tais organizações ficar circunscritas a um enclave, como parte de uma sociedade multicêntrica provida de muitos cenários para propósitos autocompensadores, envolvendo consumo mínimo de insumos de baixa entropia.

O mundo industrial em que vivemos também começou como uma possibilidade objetiva.[12] Foi modelado no decorrer de todo um processo acumulativo de inovação institucional, deliberadamente empreendido por muitos indivíduos. Podemos estar agora num similar estágio incipiente de institucionalização, de que pode emergir uma alternativa para a sociedade centrada no mercado – a sociedade multicêntrica, ou reticular.

BIBLIOGRAFIA

Berger, P.L. & Neuhaus, R.J. *To Empower people*. Washington, D.C, American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1977.

Bierman, A.K. *The Philosophy of urban existence*. Athenas, Ohio, Ohio University Press, 1973.

Boulding, A.K. *The Economy of love and fear*. Belmont, California, Wadsworth, 1973.

Boulding, K.E. & Pfaff, M., ed. *Redistribution to the rich and the poor, the grant economics of income distribution*. Belmont, California, Wadsworth, 1972.

——; —— & Pfaff A., ed. *Transfers in an urbanized economy*. Belmont, California, Wadsworth, 1973.

Brown, H. *The Human future revisited*. New York, W.W. Norton, 1978.

Burns, Scott. *The Household economy*. Boston, Massachusetts, Beacon Press, 1975.

Churchman, C. West. *The Design of inquiring systems*. New York, Basic Books, 1971.

11 Veja Georgescu-Roegen (1976, p. 20).

12 Veja Ramos (1970).

BIBLIOTECA CENTRAL
PUCRS

De Grazia, Sebastian. *Of Time, work and leisure*. Garden City, New York, Doubleday, 1964.
Dahl, R.A. & Lindblom, Ch. E. *Politics, economis and welfare*. New York, Harper & Row, 1963.
Daly, H.D. *Steady-state economy*. San Francisco, W.H. Freeman, 1977.
Dolbeare, K.M. Public policy analysis and the coming for the soul of the postbehavioral revolution. In: Green, P. & Levinson, S., publ. *Power and community: dissenting essays in political science*. (197).
Frank, A.G. Sociology of development and underdevelopment of sociology. In: Crockfort, J.D. et alii, publ. *Dependence and underdevelopment*. New York, Doubleday, 1972.
Georgescu-Roegen, N. *Energy and economic myths*. New York, Pergamon, 1976.
——. *The Entropy law and the economic process*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1976*a*.
Henderson, C. Living the simple life. *Human resource management, 16*(3), 1977.
——. *New age enterprise*. Princeton, New Jersey, Princeton Center for Alternative Futures, 1978.
Henderson, H. Risk, uncertainty and economic futures. *Best's Review*, May, 1978*a*.
——. *Creating alternative futures*. New York, Berkly Windrover Books, 1977.
Holsti, K.I. Underdevelopment and the 'gap' theory of international conflict. *American Political Science Review, 63*(3), 1975.
Kramer, F.A. Policy analysis as ideology. *Public Administration Review*, Sept./Oct. 1975.
Lindblom, Ch. E. *Politics and markets*. New York, Basic Books, 1977.
Meadows, D.L., ed. *Alternatives to growth (I)*. Cambridge, Massachusetts, Ballinger, 1977.
Mishan, E.J. *The Economic growth debate*. London, George Allen & Unwin, 1977.
Morinson, E.F. *From know-how to nowhere*. New York, Basic Books, 1974.
Najjar, G.K. Social systems delimitation and allocative mechanisms. *Administration and society, 9*(4), 1978.
Ophuls, W. *Ecology and the politics of scarcity*. San Francisco, W.H. Freeman, 1977.
Ramos, A.G. Modernization: towards the possibility model. In: Beling, W.A. & Totten, G.O., publ. *Developing nations: quest for a model*. New York, Van Nostrand Reinhold, 1970.
Schon, D. *Beyond the stable state*. New York, Random House, 1971.

Seers, D. The New meaning of development. *International Development Review, 19*(3), 1977.
Stavrianos, L.S. *The Promise of the coming dark age*. San Francisco, W. H. Freeman, 1976.
Streeten, P. Changing perceptions of development. *Finance and Development, 14*(3), 1977.
Toffler, A. *O Choque do futuro*. New York, Random House, 1970.
Tribe, L.A. et alii., ed. *When values conflict*. Cambridge, Massachusetts, Ballinger, 1976.
Tribe, L.A. Legal framework for the assessment and control of technology. *Minerva, 73*, Mar. 1971.
——. Policy science: analysis or ideology. *Philosophy & Public Affairs*, 2(1), Autumn 1972.
——. Technology and the fourth discontinuity: the limits of instrumental rationality. *Southern California Review, 46*, 1973.
Ul Haq, M. Towards a just society. *International Development Review, 18*(4), 1976.
Yankelovich, D. The New psychological contract at work. *Psychology Today*, May 1978.

10. VISÃO GERAL E PERSPECTIVAS DA NOVA CIÊNCIA

Expus neste livro, de uma perspectiva teórica, os defeitos da teoria organizacional existente, e apresentei o arcabouço para uma nova ciência geral de planejamento de sistemas sociais. Esta análise expôs, também, as deficiências da ciência social contemporânea, de que a teoria organizacional corrente é uma parte. Apresento, no item 1 deste capítulo, o resumo dos pontos-chave da minha avaliação crítica da ciência social convencional. No item 2, defino a nova ciência da organização como sendo centrada na perduração – *endurance-centered.*

10.1 A ciência social convencional

A raiz do caráter enganoso da ciência social convencional está no conceito de racionalidade que a permeia. Este livro enfoca uma distinção entre racionalidade substantiva e racionalidade formal, distinção que tem sido proposta por alguns grandes pensadores contemporâneos, mas que nunca foi completamente explorada por eles como um dado referencial para estabelecer a diferença entre dois tipos de ciência social. A distinção não deveria ser considerada um exercício didático: propõe um dilema existencial a quem quer que escolha ser um cientista social. Na verdade, em geral, a opção por uma ou outra das pontas do dilema não é consciente, mas é feita para os indivíduos através de sua socialização em meios acadêmicos, que por sua vez operam no contexto dos parâmetros institucionais que prevalecem no Ocidente. O que teoricamente arruína a ciência social convencional não é seu caráter formal; é, antes, o desconhecimento de seu caráter paramétrico, isto é, de seu *penchant* para apoiar-se numa visão do mundo inerente a um precário clima histórico de opinião. Em conseqüência, está fadada a desmoronar, quando esse clima de opinião perde a credibilidade. Diversamente da racionalidade formal, a racionalidade substantiva, em primeiro lugar, nunca poderá ser confinada num enunciado interpretativo. Somente através da livre experiência da realidade e de sua precisa articulação é que a racionalidade substantiva poderá ser compreendida. Nem se pode mesmo esperar compreendê-la através da simples aquisição de um pacote de informações. Segundo, a ciência social baseada na racionalidade substantiva transcende climas episódicos de opinião. Em períodos históricos especiais pode ser eclipsada, mas nunca destruída, o que não quer dizer que a ciência social substantiva exista como um corpo conceptual definitivo, que tenha sido formulado uma vez e para sempre. Ao contrário, está sempre em elaboração, cada época acrescendo e expandindo o legado milenar de percepções da natureza humana e da vida humana associada. A análise crítica que apresentei não tem uma intenção literal de restauração. Antes, advoga a apropriação de tal legado e seu desenvolvimento, em termos que nos capacitariam a entender e dominar o processo da história contemporânea.

A sociedade centrada no mercado e o caráter social que produz são eventos históricos recentes, que se formaram na esteira de uma revolução industrial consumada em uns poucos países cêntricos do Ocidente. Do ponto de vista deste livro, compreendemos agora que essa transformação não pode ser considerada como o único caminho que tais países poderiam ter tomado, no decorrer dos últimos 300 anos. Presa à ilusória interpretação desse fato consumado como constituindo a conseqüência de um necessário desdobramento da história, a ciência social convencional defende a sociedade centrada no mercado e o caráter social dela resultante como o instrumento hábil para avaliação da história passada e presente da humanidade. Assim, a despeito de suas reivindicações isentas de conceitos de valor, a ciência social contemporânea é normativa, na medida em que, na teoria e na prática, nada mais é do que um corpo de critérios de análise e planejamento de sistemas sociais induzidos a partir de uma configuração histórica particular. Diante das limitações que a ecologia impõe à produção e ao consumo – limitações que exigem uma delimitação do sistema de mercado – os alicerces ideológicos da ciência social convencional ficam cada vez mais a descoberto. O modelo alternativo de ciência social esboçado neste livro não é antimercado. Além disso, minha crítica da sociedade contemporânea centrada no mercado não deve ser interpretada como uma defesa da eliminação do mercado como um sistema social funcional. Antes, reconhece como um crédito para todos os tempos futuros a grande conseqüência acidental da história do sistema de mercado, ou seja, a criação de capacidades de processamento sem precedentes que, se usadas corretamente, podem livrar a humanidade da maçada de trabalhar apenas por uma razão de sobrevivência. Finalmente, em relação ao sistema de mercado, minha análise chega a ter uma tintura conservadora, pois sugere que, expurgado de suas injustificadas inclinações expansionistas, e de seus exageros políticos e sociais, o mercado moderno pode muito bem constituir a mais viável e eficiente das formas até aqui planejadas para a consecução da produ-

ção em massa, para a distribuição de bens e serviços e para a organização de determinados tipos de sistemas sociais de natureza econômica.

Qualquer futuro que se visualize como um desenvolvimento linear da sociedade centrada no mercado será, necessariamente, pior do que o presente. A ciência social deveria libertar-se de sua obsessão com o desenvolvimento, e começar a compreender que cada sociedade contemporânea está potencialmente apta a se transformar numa boa sociedade, se escolher se despojar da visão linearista da história. Este livro aventa a existência de muitas possibilidades para as nações do chamado mundo subdesenvolvido, de imediata recuperação quanto à condição periférica em que se colocam, se ao menos encontrassem seu próprio arbítrio político e assim se libertassem da síndrome da privação relativa que internalizaram ao tomarem a sociedade avançada de mercado como o paradigma de seu futuro.

A delimitação do sistema de mercado, tal como é defendida pela *nova ciência*, envolve a formulação e a implementação de novos critérios e políticas alocativos, no contexto das nações e entre elas. A novidade desses critérios resulta, sobretudo, de sua sensitividade às nocivas circunstâncias externas, ecológicas e psicológicas, produzidas pelas não reguladas atividades do sistema de mercado. A administração de freios ao funcionamento do sistema visa a preservação, tanto da sanidade ecológica do planeta, quanto da saúde psicológica da humanidade. Esses freios devem ser descobertos e inventados através de um complexo processo de pesquisa, que não se classifique sob interesses hegemônicos nem sob ortodoxias doutrinárias de espécie alguma. Por exemplo, o socialismo é estranho ao modelo paraeconômico apresentado neste livro. Na realidade, a iniciativa privada e a propriedade privada são condições fundamentais para qualquer bem-sucedida delimitação do mercado. Mas, numa sociedade delimitada, a iniciativa privada e a propriedade privada são defendidas do poder disfarçado dos agentes corporativos privilegiados, tanto quanto do Estado onipotente. Na verdade, o Estado já recebeu essa incumbência que, numa sociedade delimitada, poderia exercer de maneira mais vigorosa e sistemática, no interesse de uma revitalizante diversificação da vida social e comunitária. Mais especificamente, no domínio econômico a delimitação do mercado acarretaria, não a eliminação dos investidores privados, mas a vigência de políticas governamentais, visando garantir a compatibilidade da estrutura de produção com as tendências da população para consumir de acordo com as exigências ecológicas e sócio-psicológicas. Esse tipo de cenário não admite socialismo, isto é, a propriedade estatal dos instrumentos da produção. Exige, porém, uma redefinição das metas e prioridades, de acordo com as quais os atuais controles centrais do Estado deveriam ser exercidos.

Minha análise oferece a sugestão de que, dada a possibilidade presente da abundante produção de bens e serviços primordiais, a categoria de emprego tem agora utilidade limitada, para a avaliação da valia social do indivíduo. A produção não é, necessariamente, um resultado de atividades desenvolvidas dentro dos limites do mercado. É constituída, antes, pelos resultados que contribuem para aumentar o gozo da vida e que, como tal, podem representar os resultados de atividades desenvolvidas no contexto de sistemas sociais não orientados para o mercado. Nesse sentido, os recursos são infinitos e não há limites à produção. A obsessão do emprego como o único critério para medir a capacidade humana de produção é um ponto cego básico, dos formuladores de política do governo e da teoria econômica típica que utilizam. Reformas institucionais, como, por exemplo, a implementação de imaginativos sistemas de subvenções, podem ser planejadas para recompensar múltiplas formas da produtiva contribuição do indivíduo à vida social, de que o emprego constitui apenas um caso particular.

Na estrutura econômica institucional que prevalece, o aumento das oportunidades de emprego exigirá a escalada da produção de bens de natureza demonstrativa, mas as limitações biofísicas à produção eliminaram essa estratégia. Como acontecia antes do surgimento da sociedade centrada no mercado, também agora, em seu declínio histórico, o total emprego da mão-de-obra é de novo possível, sem que se imponha a todos os indivíduos que desejam trabalhar a exigência de se tornarem detentores de um emprego. A ignorância desse fato é particularmente lamentável numa hora em que a economia está, cada vez mais, perdendo sua capacidade de proporcionar empregos para todas as pessoas que desejam trabalhar.

Este livro nada mais é que uma enunciação teórica preliminar da nova ciência das organizações. Como tal, estabelece uma agenda de pesquisa. Muito resta ainda a ser feito, para transformar a *nova ciência* num instrumento de reconstrução social. Em seus presentes termos, a minha análise não discutiu, por exemplo, como poderia o Estado, sistematicamente, implementar e administrar os sistemas sociais delimitados. Um Estado apto a controlar o tipo de sociedade visualizado pela *nova ciência*, embora exibindo características regulatórias, não será um interventor socialista. Em lugar disso, será um articulador de sistemas sociais, cuja missão é garantir que os mesmos se complementem funcionalmente. De que maneira, institucionalmente, irá ele desempenhar esse papel, constitui matéria para investigação ulterior. Além disso, nenhuma diretriz operacional para o planejamento, a implementação e a manutenção e articulação dos variados e complementares sistemas sociais foi apresentada neste livro. Parti do pressuposto de que a apresentação de diretrizes desse tipo, antes da articulação, em termos teóricos, da condição do indivíduo na sociedade contemporânea centrada no mercado, seria uma coisa sem sentido. Entendi, também, que

primeiro o homem deveria ser libertado de sua escravização psicológica à mentalidade de mercado. Antes de serem atingidos esses objetivos, qualquer conjunto de prescrições operacionais não teria, para ele, nenhuma utilidade. Estou, certamente, consciente dessa e de outras omissões do livro, mas estou já empenhado num ulterior desenvolvimento desta análise, e que é uma análise baseada naquilo que estou aprendendo com as experiências de pessoas interessadas que atualmente, de muitas maneiras e em muitos lugares, estão lutando para achar alternativas viáveis para o atual estado de coisas que prevalece no mundo.

10.2 A organização resistente

Este livro põe a nu as falsas concepções da presente teoria da organização, cujo passamento não é de ser lamentado; é, ao contrário, um acontecimento auspicioso.

A teoria organizacional existente já não pode mais esconder seu paroquialismo e ela é paroquial porque focaliza os temas organizacionais do ponto de vista de critérios inerentes a um tipo de sociedade em que o mercado desempenha o papel de padrão e força abrangentes e integrativos. Torna-se muda, quando desafiada por temas organizacionais comuns a todas as sociedades. Além disso, é paroquial porque se alimenta da fantasia da localização simples, isto é, da ignorância da interligação e da interdependência das coisas, no universo; lida com as coisas como se as mesmas estivessem confinadas em seções mecânicas de espaço e tempo.

É justo admitir que há muita coisa, na presente teoria da organização, que qualquer teoria alternativa deveria incorporar e desenvolver. Mais do que nunca, temos agora razões para admitir que uma promessa fundamental da velha teoria pode ser cumprida: o problema da pobreza, como uma condição material, pode ser tecnicamente resolvido. Afinal de contas, essa teoria nos ensinou que o conhecimento pode ser sistematicamente utilizado para produzir mais, para produzir melhor, para produzir o bastante, ao mesmo tempo liberando os homens das atividades do trabalho. Ensinou-nos que, em última análise, o capital é a capacidade de processar: é um verbo, não um substantivo. Mas, enganada por um conceito limitado de produção e de capital, a presente teoria da organização vê-se num beco sem saída. Aprendemos que o aumento indefinido da produção de mercadorias e o progresso tecnológico indiscriminado não conduzem, necessariamente, à atualização do potencial do homem. Nos limites dos interesses dominantes que prevaleceram no decurso dos três últimos séculos, a atual teoria da organização já cumpriu a missão que lhe cabia. A compreensão desse fato abre o caminho para a elaboração de uma ciência multidimensional da organização.

A velha teoria pressupõe que a produção é apenas um assunto técnico. No entanto, o pressuposto fundamental da nova ciência das organizações é o de que a produção é, ao mesmo tempo, uma questão técnica e uma questão moral. A produção não é apenas uma atividade mecanomórfica, é também um resultado da criativa satisfação que os homens encontram em si mesmos. Num sentido, os homens produzem a si mesmos, enquanto produzem coisas. Em outras palavras, a produção deveria ser empreendida não só para proporcionar a quantidade bastante dos bens de que o homem necessita para viver uma vida sadia, mas também para provê-lo das condições que lhe permitam atualizar sua natureza e apreciar o que faz para isso. Desse modo, a produção das mercadorias deve ser gerida eticamente, porque, como consumidor ilimitado, o homem não torna resistente, mas exaure seu próprio ser. Mais ainda, a produção é igualmente uma questão moral, em razão de seu impacto sobre a natureza como um todo. Na realidade, a natureza não é um material inerte; é um sistema vivo, que só pode perdurar na medida em que não se violem os freios biofísicos impostos a seus processos de recuperação.

O uso do verbo perdurar, no parágrafo precedente, é intencional. A perduração é, ao mesmo tempo, uma categoria da existência física, humana e social. Sem a consideração da perduração, não se pode entender o processo através do qual as coisas, os seres humanos e as sociedades realizam suas individualidades imanentes. Contudo, perduração não envolve manutenção. É retenção de caráter, em meio a mudança; é a vitória sobre a fluidez. É uma categoria de processo mental que reconhece que todas as coisas são interligadas e continuamente se empenham para conseguir um equilíbrio ótimo entre conservação e mudança, no processo que leva a uma concretização modelar de seus propósitos intrínsecos.[1] Numa caracterização do significado geral da perduração, escreve Whitehead:

"A perduração é a retenção, através do tempo, de uma realização de valor. O que persiste é a identidade de padrão, autolegada. A perduração requer ambiente favorável. Toda a ciência gira em torno da questão de organismos que perduram" (Whitehead, 1967, p. 194).

Esta citação estabelece o cenário para a elucidação dos paroquialismos característicos da teoria organizacional existente.

[1] Será óbvio, para aqueles que estão familiarizados com a teoria de Whitehead, que esta análise é, de modo geral, influenciada por seu pensamento. Devo, contudo, prevenir o leitor de que o uso que faço da palavra resistência – *endurance* – talvez não corresponda inteiramente ao de Whitehead. Minha justificativa de uma noção ampliada de resistência não pode ser desenvolvida nos limites destas observações finais.

A teoria de organização convencional e a ciência social em geral não se inclinam ao reconhecimento da viabilidade das sociedades não ocidentais, com base em seus próprios valores. Em sua perspectiva conceptual, a ocidentalização de tais sociedades é equiparada ao progresso qualitativo das mesmas. Por exemplo, esse preconceito ideológico é claramente enunciado por Likert (1963). Os conceitos e princípios daquilo que denomina "uma teoria de administração de âmbito mundial" são todos deduzidos da prática da experiência industrial do Ocidente e Likert justifica explicitamente a *universalidade* desses conceitos e princípios, não exatamente em termos teóricos, uma vez que sua visão da doutrina não se ajusta à gerência de recursos em contexto algum, mas apenas no âmbito dos setores industriais ocidentalizados. Considera ele que essa doutrina é universal porque é baseada no expansionismo do Ocidente, que está estreitando "as diferenças culturais ... entre as nações" e tornando-as "muito mais parecidas, em sua existência organizacional (e industrial)". Essa teorização é completamente insensível a fatos dramáticos, que demonstram que o modelo ocidental de industrialização perturba a base organizacional das sociedades periféricas, em lugar de lhes aumentar as possibilidades de perduração como sistemas autodeterminativos. Uma teoria de organização verdadeiramente universal não se pode permitir semelhante paroquialismo histórico. Ao contrário, deveria admitir que a busca de requisitos organizacionais constitui assunto concreto em cada sociedade, desafiando *conceitos* e *princípios*, tal como Likert os concebe. Christopher Alexander tem a visão correta dessa busca como um processo analítico, que leva à descoberta e à implementação de um bom ajustamento, permitindo a satisfação das mútuas exigências que contexto e forma fazem um ao outro (Alexander, 1974, p. 19). Está ele sugerindo um processo de planejamento orientado para a perduração e, portanto, reconhecendo que "à sua maneira, as culturas simples fazem seu trabalho melhor do que nós fazemos o nosso" (Alexander, 1974, p. 32).

A destruição de sistemas perdurantes de vida constitui, também, um traço atual das sociedades industrializadas do Ocidente.[2] A prática de planejamento organizacional que predomina em tais países é, em grande parte, afetada pela ilusão da localização simples. Muito da análise termodinâmica que Georgescu-Roegen faz da teoria econômica convencional revela a ilusão da localização simples. As organizações, e o processo econômico que põem em vigor, são concebidos como se não tivessem vinculações à esfera biofísica. Semelhante concepção deixa de lado o fato de que o processo econômico, e especialmente o tipo de organização planejada de acordo com critérios puramente econômicos, retiram continuamente do ambiente matéria-energia de baixa entropia e a restituem em estado de alta entropia. Fazendo isso, necessariamente esgotam e poluem o ambiente, perturbando desse modo as condições exigidas para uma resistente existência física, humana e social. Postulada com base na ilusão da localização simples, a teoria de organização existente está, antes, fadada a agravar o crescente desequilíbrio termodinâmico que perturba as sociedades ocidentais. Chegou a hora de substituí-la por uma ciência da organização centrada na perduração.

[2] Veja meu artigo Endurance and fluidity: a reply (Resistência e fluidez: uma resposta). *Administration and Society*, Feb. 1977.

A esta altura deveria estar claro, para o leitor, o fato de que num sentido a *nova ciência das organizações* não é realmente nova,[3] porque é tão velha quanto o senso comum. O que é novo são as circunstâncias, nas quais precisamos, mais uma vez, começar a dar ouvidos ao nosso eu mais íntimo.

BIBLIOGRAFIA

Alexander, C. *Notes on the synthesis of form.* Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1974.

Georgescu-Roegen, N. The Entropy law and the economic problem. In: Daly, H.E. *Toward a steady state economy*. San Francisco, California, W. H. Freeman, 1973.

Likert, R. Trends toward a world-wide theory of management. CIOS, XIII, 1963.

Sibley, M.Q. The Relevance of classical political theory of economy, technology & ecology. *Alternatives, 2*(2), 1973.

Whitehead, A.N. *Science and the modern world*. New York, The Free Press, 1967.

[3] Para verificação do grau em que o velho pensamento clássico é importante para as tentativas contemporâneas de reformulação da ciência social, veja Sibley (1973).

ÍNDICE ANALÍTICO

n. = nota
ss. = e seguintes

A

Abordagem substantiva da organização, 118-139
  pontos principais, 134
Abraão, 41 (?)
Absorção da incerteza, 118
Ação, 50-68
Adler, A., 112n.
Adorno, T., 8, 9
Alberti, L. B., 57
Alexander, C., 200
Alexander, F., 112n.
Alienação, 59, 72, 112, 135
Alinsky, S., 72, 151
Allport, F. H., 78n.
Almond, G. A., 44
Alocação
  modelo multicêntrico, 177-193
  pressupostos, 181
Alonso, W., 159n.
Anaximandro, 169
Anomia, 141, 146
Arendt, H., 28n., 131, 132, 135
Argyris, C., 96n., 109n., 122
Aristóteles, 8, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 28, 30, 33, 34n., 61, 65, 87, 88, 89, 90, 123, 131, 132, 158
Arquimedes, 35
Ashby, W. R., 156
Atualização pessoal, 112, 135, 140ss., 198
Ausência de normas, 141, 143

B

Bacon, F., 2, 65
Barash, D. P., 163
Barker, E., 34
Barnard, C. I., 77, 109, 110
Beling, W. A., XVII
Bellone, C., XIII
Bennis, W., 76, 77
Bens demonstrativos e primaciais, 103
Bentham, J., 133
Berger, P. L., 186n.
Bergson, H., 170
Berkov, R., IX
Bettelheim, H., 164n.
Bierman, A. K., 169
Binswanger, L., 112n.
Bjur, W., IX
Blake, 133
Blauner, R., 74, 75
Blumer, H., 127, 128
Boa sociedade, 16, 51, 123, 183
Boas, M., 112n.
Boguslaw, R., 80, 119
Bom homem, 51, 61, 62
Boulding, K., 177n. 179, 186
Bridgman, P. W., 63
Brown, W., 77
Bryson, G., 31n.
Buber, M., 72
Bücher, C., 127
Buckley, W., 119
Burke, K., 14, 127
Burnet, H., 31
Burns, A. F., 94n.
Burns, S., 180
Burns, T., 157n.
Burocracia, 125

C

Cálculo, 22, 64, 122
Calhoun, J., 164
Calvino, 133

Capek, M., 65n.
Caplow, T., 82
Carr, E. H., 124
Cassirer, E., 69, 127
Castiglione, B., 60, 61, 62
Cherns, A. B., 157n.
Churchman, C. W., 119, 182n.
Cibernética, 80
veja também Computador
Cícero, 60
Ciência
administrativa, 97
pontos básicos, 82
social, 31, 39-46
nova, 194-201
Clayton, R., IX
Cognição, 160
Colletti, L., 31n.
Colocação inapropriada de conceitos, 69-85
Commoner, B., 177n.
Comportamento, 50-68
veja também Sindrome comportamentalista
Computador, 119, 128
veja também Cibernética
Comte, A., 40
Comunicação, 11, 14, 91ss., 119, 126
psicologia da, instrumental, 108
veja também Interaçao simbólica e Linguagem
Condorcet, 40
Convivialidade, 151, 169, 179
Cook, S., 27n.
Cooper, F., IX
Copérnico, 42
Criatividade, 171

D

Dahl, R., 17, 158, 183, 184
Dalton, G., 28n., 124n.
Daly, H. E., 103n.
Davidson, R. I. K., X
Davis, L. E., 157n.
Dennis, C. M., IX
Desenvolvimento, 40
crítica do conceito de, 185
Deutsch, K., 45, 71, 80, 90
Dickson, W. J., 70
Dichter, E., 95n.
Dijksterhuis, E. J., 35n.
Dolbeare, K. M., 182n.
Drucker, P., 82
Dubos, R., 177n.
Duesemberry, 103n.
Duncan, H. D., 127
Dunn, W. N., IX, 79n.
Durant, A., 152
Durant, W., 152
Durkheim, E., 74, 149, 160

E

Easton, D., 43, 44
Eccli, S., 151
Economia, 141, 147
características, 148
de subvenções, 179, 186
dual, 185
política, 33
Eddington, A., 21, 43
Einstein, A., 42
Eliade, M., 54n.
Emery, F. E., 157n.
Emprego, 98ss., 197
veja também Trabalho
Engelstad, 157n.
Erikson, E., 21
Escola de Chicago, 127
Escola de Frankfurt, XII, 8, 9
Escola de Relações Humanas, 82, 94, 95
Escolha pública, 141
Escravatura, 131
Espaço, 161
Esposito, J. L., 81
Exército, 125

F

Família, 124
Fatos e valores, 37
Fayol, H., 70
Fenonomia, 141, 152, 171
Ferguson, A., 31
Fichte, J. G., 11, 16, 20
Firth, 93n.
Flynn, F. E., 35n.
Follet, M. P., 156
Formalismo, 59
Formulação teórica
traços fundamentais, 69
Fozouni, B., 79n.
Frank, A. G., 185n.
Frankl, V., 112n., 164n.
Fraser, J. T., 167n.
Freedman, J. L., 163n.
Freud, S., 20, 112n.
Friedman, L., 94n.
Fromm, E., 112n.

G

Galbraith, J. K., 96n., 119, 134
Galileu, 42, 64, 65
Gardner, J., 177n.
Garraty, J. A., 101n.
Gawthrop, L., IX
Georgescu-Roegen, N., 189, 190, 200
Germino, D., 88n.
Giotto, 57
Glass, J., 79n.
Goethe, 162
Goffman, P., 145
Goodmann, P. e P., 151, 165
Gordon, W. J. J., 70, 171n.
Gottschalk, S. S., 151
Grande transformação, 107
Grazia, S. de, 101n., 162, 180
Gross, B., 79n. 119
Guerrière, D., IX
Gulick, L. 70, 82
Gurvitch, G., 72, 129, 160, 167

H

Habermas, J., 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 80, 127, 160
Halmos, P., 142n.
Hall, E. T., 164, 165, 166, 168
Hamsun, K., 172
Harrington, A., 99
Hartmann, H., 112n.
Harwick, B. T., IX, X
Hauser, A., 53, 54, 56, 59
Hawthorne, Estudos, 70, 82
Heeney, T., IX
Hegel, G. W. F., 11, 16, 17, 20, 36, 73
Heilbroner, R. L., 104n.
Heisenberg, W., 21, 42, 43, 66
Hemingway, E., 172
Henderson, C., 177n., 186n.
Henderson H., 94n., 177n., 186n., 187n.
Heráclito, 55
Hero, 35
Hesse, H., 161
Hicks, J., 133
Hirsch, F., 103n.
Hirschman, A. O., 54n.
História como série de estágios, 39ss.
Hobbes, T., 2, 3, 4, 25, 26, 30, 51, 64, 65, 66, 67, 133
Holsti, K. I., 185n.
Home, H., 31
Homem parentético, XVI
Horkheimer, M., 8, 9, 10, 19
Humanistas, 83, 94, 100, 112, 113, 137
Hume, D., 31, 32
Huntington, S. P., 44
Husserl, E., 1
Hutcheson, F., 31

I

Igreja, 125
Illich, I., 151
Iluminismo, 8, 40
Indivíduo
e organização, 79ss.
isolado e sistema, 140-154
Inkeles, A., 90
Integracionismo, 79, 96, 100
Interação simbólica, 14, 126, 137, 170
características, 127
Isolado, 141, 153
Isonomia, 141, 150, 169

J

Jay, M., 8n., 10n.
Jourard, S. M., 100
Jung, C. G., 112n., 127, 163, 170

K

Kahn, C. H., 169n.
Kahn, R. L., 71, 78
Kames, Lorde; *veja* Home, H.
Kant, I., 11, 20, 81
Kaplan, A., 71
Kaplan, D., 27n.
Katz, D., 71, 78
Keynes, J. M., 1, 104, 108
Kierkegaard, S., 170
Kirsch, B. A., 76n.
Koestler, A., 80, 81
Kohr, L., 158
Kotler, M., 151
Kramer, F. A., 182n.

L

Laing, R. D., 79n., 100, 112n. 169
Laplace, 65
Laslett, P., 92
Lawrence, P. R., 157n.
Lazarsfeld, P. F., 110, 111
Lazer, 106, 130, 131, 173
LeBon, G., 77
Leclerc, I., 65n.
Lee, H.-B., 167n.
Leffland, W. K., IX
Lei dos requisitos adequados, 155-176
Leiss, 95
Lengermann, 76n.
Lerner, D., 90
Likért, R., 200
Lindblom, C., 183, 184
Linder, 172
Linguagem, 10
  veja também Comunicação e Interação simbólica
Localização simples, 200
Locke, J., 133
Lorsch, J. W., 157n.
Lowenthal, L., 56, 95n.
Lowie, 93n.
Lundberg, G., 63
Lutero, 133
Luthans, F., 76

M

Macfie, A. L., 31n.
Mac Pherson, C. B., 177
Madison, J., 158
Malinowski, B., 93n.
Mandeville, B., 31, 32
Maneirismo, 53, 57, 59
Mannheim, K., XII, 6, 7, 15, 19, 58, 74, 110, 118
Maquiavel, N., 58, 59
March, 118, 119
Marcuse, H., 13, 142n., 145
Mars, D., IX
Marshall, A., 134
Martin, A. von, 58n.
Marx, K., 8, 9, 11, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 31, 40, 43, 73, 74
Matemática, 64
  veja também Cálculo
Mauss, M., 123
May, R., 112n.
McClelland, D. C., 90
McDougal, 77
McEachern, A., IX
McWhinney, W., 151
Mead, G. H., 127
Means, R., 73
Medici, L., 58
Mercado
  sociedade centrada no, 38ss., 50-67, 90, 98-118, 123
Merton, R., 70, 98, 110, 111
Mill, J. S., 103
Miller, E. F., 43n.
Miller, E. J., 157n.
Miller, J., 76n.
Mishan, E. J., 185n.
Modelo multicêntrico de alocação, 177-193
Modernização
  crítica da, 22, 40
Moisés, 42
Monboddo, Lorde; *veja* Burnet, J.
Monsen, R. J., 141
Montaigne, M. E., 53, 56,
Montesquieu, 69, 158
Mooney, J. D., 70
Moreno, J., 125
Morison, E. F., 185n.
Motim, 141, 146
Munford, L., 151
Munthe, A., 162, 163
Mutualidade, 186
Myrdal, G., 33n., 177n.

N

Nader, R., 177n.
Nagel, E., 71
Najjar, G. K., IX, 179n.
Natureza humana
  conceito errôneo da, 93
Nelson, E. K., IX
Neuhaus, R. J., 186
Newton, 42, 65
Norton, E., 151n.
Nova ciência das organizações, 194-201

O

Ociosidade, 130
Ocupação, 129
  veja também Emprego e Trabalho
Operacionalismo, 62

Organização
  abordagem substantiva da, 118-139
  autêntica, 72
  como sistema epistemológico, 118
  econômica
    peculiaridade histórica, 123
  nova ciência da, 194-201
  veja também Teoria organizacional
Osmond, H., 164
Orwell, G., 172
O'Toole, J., 105

P

Papanek, V., 151, 179n.
Paradigma
  de ciência organizacional, 97
  paraeconômico, 140-154, 177-193
    pressupostos, 184
    quadro, 141
Paraeconomia, 177-193
  veja também Paradigma, paraeconômico
Parsons, T., 6, 90
Perduração, 194-201
Perk, H. F. W., 107
Perrow, C., 79n., 119, 157n.
Perspectivismo, 57
Pessoa, 79ss., 140-154
Petrarca, 57
Pfaff, M., 179n.
Pieper, J., 130, 131
Platão, 8, 15, 16. 17, 20, 21, 60, 87, 88, 89, 90, 158
Pocock, J. G. A., 58n.
Polanyi, M., 21
Polanyi, K., XII, 27, 28, 93n., 124, 127, 142n.
Políbio, 88
Política cognitiva, 86-116
Poluição, 40
Pontos cegos da teoria organizacional corrente, 120, 180, 194
Popper, K. R., 27n.
Porter, A., IX
Potter, D. M., 166
Prescrição, 141, 143
Presthus, R., 94
Priem, M., IX
Produção, 199
Progroff, I., 112n., 146, 170
Proshansky, H. M., 167n.
Publicidade, 91
Puffendorf, 35
Pye, D., 156n.

Q

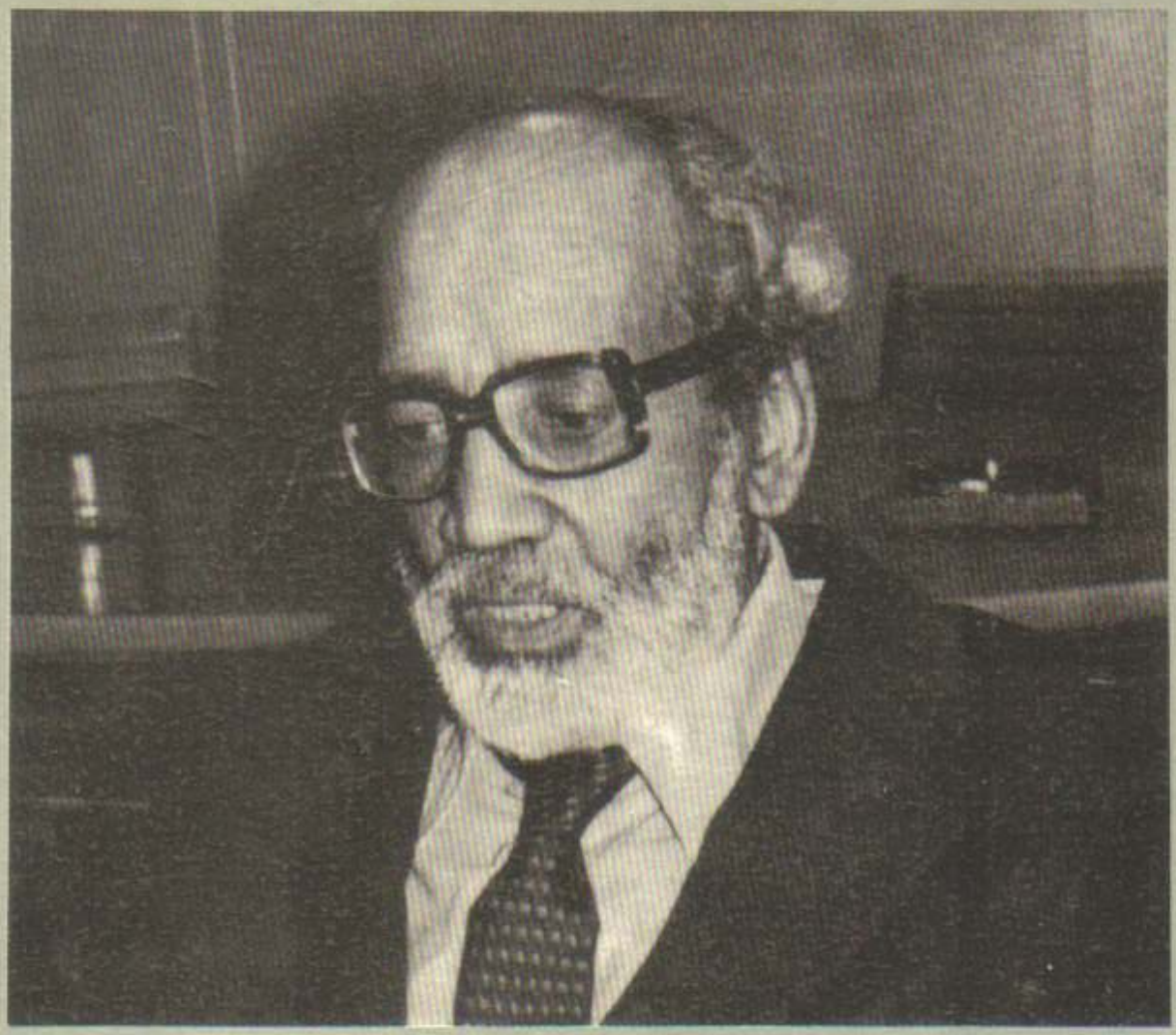
Query, J. M. N., 147

R

Racionalidade, 3ss., 25ss., 121, 194-201
  formal, 3ss.
  funcional; *veja* Zweckrationalität
  substantiva, 5ss., 118-139
    veja também Wertrationalität
Radcliffe-Brown, 93n.
Rank, O, 112n.
Raskin, M., 114n.
Rawls, J., 88
Razão, XII
  crítica da, moderna
Recursos, 190
  exaustão dos, 40, 181
Redução sociológica, XVI
Reichenbach, H., 52n.
Reid, T., 18
Reilcy, A. C., 70
Reining, H., IX
Retórica, 87ss.
Revolução industrial, 132
Rice, A. K., 157n.
Richardson, H. W., 159n.
Riesmann, D., 10, 82, 105
Riqueza, 35
Rodgers, C., IX
Rodia, S., 153
Roethlisberger, F., 70
Rom[illegible], B., 72
Rome, S., 72
Roshwald, M., 145
Rousseau, J. J., 158
Rush, H. M. F., 77n., 144
Ruskin, J., 161n.

S

Sahlins, M., 93n. 106, 163n.
Saint-Simon, 40
Sandoz, E., IX, 18, 88n., 128n.
Saranson, S. B., 147



Alberto Guerreiro Ramos é uma figura de grande relevo da ciência social no Brasil. Em 1956, Pitirim A. Sorokin, analisando a situação da Sociologia na segunda metade do século, incluiu Guerreiro Ramos entre os autores eminentes que contribuíram para o progresso da disciplina. Alberto Guerreiro Ramos é hoje professor da Universidade da Califórnia do Sul e Professor Visitante da Universidade de Santa Catarina (Brasil). Foi Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e membro da Delegação do Brasil junto à ONU. É autor de dez livros e de numerosos artigos, muitos dos quais têm sido disseminados em inglês, francês, espanhol e japonês.

Guerreiro Ramos pronunciou conferências em Pequim, Belgrado e na Academia de Ciências da União Soviétic
1955, foi Conferencista Visitante da Universidade d
No ano de 1972/3 foi *Visiting Fellow* da Yale U
Professor Visitante da Wesleyan University. A U
de Toronto publica em 1981 a edição inglesa de
recente — *A Nova Ciência das Organizações*
tuação da Riqueza das Nações.

A

240648